BOLETIM

DA

SEGUNDA CLASSE

ACADEMIA DAS SCIÊNCIAS DE LISBOA

BOLETIM

DA

SEGUNDA CLASSE

ACTAS E PARECERES
ESTUDOS, DOCUMENTOS E NOTICIAS

VOLUME VII

1912-1913

COIMBRA
IMPRENSA DA UNIVERSIDADE
1914

I

ACTAS E PARECERES

Sessão de 24 de outubro de 1912

Presidente: o sr. Teixeira de Queiroz.

Presentes: os sócios efectivos Srs. António Cândido, Lopes de Mendonça, Julio de Vilhena e Cristóvam Aires, secretário da classe; os correspondentes Srs. David Lopes, Esteves Pereira, José Maria Rodrigues e Pedro de Azevedo; e o correspondente estrangeiro Sr. Edgar Prestage.

Lida a acta da sessão anterior, foi aprovada.

O Sr. *Presidente* saudou os académicos presentes e fez votos para que o ano académico que agora começa, seja como o anterior fértil em trabalhos e comunicações valiosas.

O Sr. *Júlio de Vilhena* felicita-se pela presença do secretário da classe, que a Academia vê com jubilo restabelecido dos incómodos que durante algum tempo o afastaram dos seus trabalhos. Tem para o sr. Cristóvam Aires palavras de elogio e louvor referindo-se aos serviços por êle prestados à Academia.

A esta manifestação associam-se o sr. presidente e todos os académicos presentes.

O *Secretário* agradeceu, comovido, tais provas de estima e apreço dos seus colegas, e especialmente as palavras do sr. Júlio de Vilhena.

O *Presidente* apresentou alguns livros oferecidos à Academia pelo sr. Paulo Barreto, ilustre homem de letras brasileiro, que além de todas as suas belas qualidades de escritor manifesta uma ternura e interesse especiais por todas as coisas portuguesas.

O Sr. *António Cândido* referiu-se em palavras brilhantes e comovidas à morte de Bulhão Pato, propondo que se consignasse na ata um voto de sentimento.

Os Srs. *Teixeira de Queiroz, Lopes de Mendonça e Cristóvão Aires* associaram-se a esta proposta, lembrando no entanto que se fizesse uma sessão especial exclusivamente dedicada à memória do ilustre poeta, a quem a Academia deve certamente essa homenagem póstuma.

O Sr. *Edgar Prestage* apresentou à Academia o manuscrito do seu novo trabalho: *D. Francisco Manuel de Melo — Ensaio Biográfico,* no qual há quatro anos vem trabalhando.

O Sr. *Presidente* chamando a atenção da Academia para o carinhoso interesse que o sr. Edgar Prestage, apesar de estrangeiro, dispensa às coisas portuguesas, diz que certamente êsse trabalho apresentará o brilho de todos os firmados pela pena do sr. Prestage, e a Academia o considerará, por certo, digno de figurar entre as suas publicações.

O Sr. *Pedro de Azevedo* dá conta à Academia do resultado das suas buscas no cartório de Santa Cruz, que deram em resultado a descoberta de um tio de Luís de Camões que foi provincial da ordem de S. Francisco. Êste franciscano teve uma irmã abadessa da Madre Deus, em Lisboa. Estes achados devem, sendo convenientemente estudados, fazer modificar considerávelmente o critério por que tem sido encarado o grande épico.

Não havendo mais que tratar encerrou-se a sessão.

Sessão de 14 de novembro de 1912

Presidente: o Sr. Lopes de Mendonça.

Presentes: os sócios efectivos Srs. António Cândido, Gonçalves Viana, Leite de Vasconcelos e Cristóvam Aires, secretário da classe, os correspondentes nacionaes Srs. David Lopes, Pedro de Azevedo, Vítor Ribeiro, da 1.ª classe Srs. Carlos Roma du Bocage e Oliveira Simões, e o Sr. Edgar Prestage, correspondente estrangeiro.

Lida a ata da sessão anterior, foi aprovada.

O Sr. *Lopes de Mendonça* leu, e foi aprovado pela classe, o parecer da sessão de literatura acêrca da obra do sr. Edgar Prestage *D. Francisco Manuel de Melo — Ensaio Biográfico.*

O Sr. *Leite de Vasconcelos* leu uma memoria acêrca das religiões lusitanicas na época romana, em que tratou das divindades pre-romanas e romanas, do carácter popular de umas e de outras, de várias particularidades cultuais, e da necrolatria ou culto dos mortos; terminou por falar da introdução do cristianismo na Lusitania e da heresia de Prisciliano ou priscilianismo. Esta memória faz parte do 3.º volume das *Religiões da Lusitania,* que está para sair do prelo.

O Sr. *Presidente* felicitou o sr. Leite de Vasconcelos pelo seu novo trabalho, dizendo que a Academia, e decerto o país inteiro, espera com anciedade o volume anunciado.

O Sr. *Pedro de Azevedo* ofereceu à Academia em nome do seu autor, o sr. Nogueira de Brito, uma separata do Boletim da Associação dos Arqueologos Portugueses: *O mosteiro da Sub-Serra da Castanheira.*

O Sr. *Lopes de Mendonça*, a título de simples informação

aos seus consócios, e no proposito de lhes estimular a curiosidade, fala nos papeis de Ribeiro Saraiva, há pouco adquiridos para a Biblioteca Nacional.

Êsses documentos são dum alto interesse para a história política da sua época, a qual poderá ser por êles, porventura, em grande parte reconstituida. O seu diário, que se refere principalmente à vida passada em Londres, contem pormenores elucidativos sôbre altas personalidades da intelectualidade anglo-saxonia, como por exemplo Dikens e Washington Irving. A sua correspondência é com as mais elevadas personagens do partido legitimista de toda a Europa. Enfim, o alto conceito em que Ribeiro Saraiva era tido como intelectual revela-se, por exemplo, nas cartas de Castilho.

Por todos estes motivos, o sr. Lopes de Mendonça julga não ser ocioso chamar à atenção da classe sôbre êsse importante manancial de notícias.

O Sr. *Gonçalves Viana* diz que acêrca de Ribeiro Saraiva e do conceito que mereceu de homem culto e benemérito, ocorre-lhe citar o elogio com que o nome dêle foi, na sua presença, invocado por António Augusto de Aguiar e pelo sócio da Academia Jorge Berkelei Cotter, quando, em comissão oficial, tiveram ocasião de com êle travar conhecimento em Londres, no ano de 1877 ou 1878.

Não havendo mais que tratar encerrou-se a sessão.

Parecer da secção de literatura acêrca da obra manuscrita «D. Francisco Manuel de Melo» do sócio correspondente Sr. Edgar Prestage

Ao apresentar à classe o parecer sôbre o trabalho manuscrito do nosso ilustre consócio Edgar Prestage, devo começar por agradecer, não só a honra do encargo com que êle me distinguiu, mas também o regosijo de ter apreciado em primeira mão esta interessante monografia.

Com efeito, no desempenho de tal encargo, não permitiu a curiosidade que me limitasse a um exame perfuntório do manuscrito, como é geralmente de uso para cumprimento de uma formalidade académica, sempre que o renome do autor impõe confiança ao nosso espírito. Tencionava restringir-me a apreciar, pela rápida análise de algumas páginas, a segurança com que um estrangeiro se abalançava a manejar a nossa língua. Pelo que respeita à consciência do erudito e à excelência da doutrina, abonavam-nas de sobejo as qualidades manifestadas pelo Sr. Prestage nos anteriores trabalhos que a esta Academia lhe deram ingresso.

Encetada nêste propósito a leitura, por tal maneira me absorveu o assunto, que chego a maldizer a escassez do tempo e a interposição das minhas ocupações, por não me consentirem desde já um exame mais detido de toda a obra, não para exercer o imerecido mister de censor, mas na mira de satisfazer a ância natural de um investigador e de um literato.

A matéria era realmente de molde a despertar vivas curiosidades. Poucas figuras existem na história portuguesa tão romanescas, tão complexas, tão impregnadas de magia, como a dêsse D. Francisco Manuel de Melo, guerreiro e diplomata, historiador e poeta, humorista e moralista, porventura a mais notável organização de polígrafo que em terras de Portugal tem nascido. Sob êste ponto de vista, só conheço em nossos dias uma figura que se lhe aproxima, a do nosso ainda chorado consócio Pinheiro Chagas. Mas em D. Francisco Manuel avulta o aventuroso da biografia, o dramático dos episódios de que foi protagonista ou em que se achou embrenhado, a variedade dos scenários pelos quais dispersou a vida.

Ora o Sr. Prestage, além de ter coligido quantas informações poderiam fornecer ao seu plano as notas autobiográficas esparsas pela extensa obra do escritor e o amplo catálogo bibliográfico que lhe diz respeito, enriqueceu o seu trabalho com grande número de subsídios provenientes de documentos inéditos, e aproveitou assim todos os feixes de luz que poderiam iluminar a figura interessantíssima do seu herói. Não se pode dizer que houvesse conseguido esgotar o assunto, apesar de laboriosos esforços, que não lograram desfazer lamentáveis sombras. Mas se o seu trabalho não é em absoluto definitivo, êle é certamente o mais opulento repositório de notícias que a tradição tem deixado coar até aos tempos presentes.

Sobre essas notícias se exerce com a rígida imparcialidade saxónia o critério do biógrafo, isento de paixões, mas amoroso do seu assunto. Se o escalpelo não desce mais fundo na análise daquele curioso carácter, não é pelo receio de revelar apostêmas invisíveis aos olhos

dos pósteros; é pela falta de segurança derivada da escassez de documentação. O espírito recto e probo do Sr. Prestage não se coaduna com temerárias hipóteses, apenas toleradas aos imaginativos. Daí, o ter-se cautelosamente eximido a preencher as lacunas com inducções arriscadas. E como tais lacunas coíncidem quási sempre precisamente com as peripécias culminantes da vida do herói, poderá dar-se o caso de serem taxadas de excessivos, pelos leitores menos cultos, os louváveis escrupulos do biógrafo.

Quanto aos leitores mais familiarizados com a sciência histórica, êsses só poderão lastimar a devastação produzida sôbre os elementos de estudo, essenciais para a reconstituição de uma individualidade de tamanho destaque na sua época, que para a reconstituição da própria época poderosamente contribuiria.

O Sr. Prestage não desperdiça contudo ensejo de bosquejar, com rapidez scenográfica que não exclue vivacidade de colorido, os diversos meios em que se moveu a ilustre personagem. São exemplos o Madrid de Filipe IV, o Brasil dos tempos coloniais, as academias lisboetas de gongórica memória... Pena é que os livros e os documentos da sua pátria Inglaterra não lhe ministrem subsídios para dar movimentação dramática ao seu herói na côrte elegante e licenciosa de Carlos II, durante o curto prazo que ali se demorou. Pena é que o enviado português houvesse passado despercebido aos olhos perspicazes e maliciosos do conde de Hamilton, que em três penadas caricaturou o séquito português da rainha D. Catarina de Bragança, a começar pela condessa de Penalva, prima de D. Francisco Manuel que por uma diabrura decerto tipográfica de que êle não é culpado, aparece no seu livro com o título grotêsco de Panetra. Seguem-se as seis damas de honor, e mais a *duégne* sua governante, as quais Hamilton classifica cruamente de monstros. Dessas desgraçadas vítimas dos sarcasmos palacianos nos fornece os nomes o Sr. Prestage no capítulo VIII da sua monografia.

Refere-se mais de relance Hamilton a Francisco de Melo, irmão da condessa, mas os ferrões da sua sátira cravam-se principalmente em D. Pedro Francisco Correia da Silva, *plus fou à lui seul que tous les Portugais ensemble,* escorraçado de Londres pelos escárneos alanceadores do duque de Buckingham.

Seja-me relevada esta digressão, à conta do muito que me interessou a matéria largamente versada pelo Sr. Prestage. Acentuo assim o pesar de que só em documentos oficiais da Grã-Bretanha o biógrafo do célebre escritor português houvesse encontrado vestígios da sua passagem por aquela côrte. Seria grato ao nosso patriotismo o reconhecer que o espírito brilhante e versátil de D. Francisco

Manuel havia deixado um clarão no meio da pleiade galante que povôa as memórias inglesas do tempo, não se limitando a libretista cortezanesco da rainha sua patrícia.

Mas a mais lamentável das forçadas reticências é certamente a que recobre todo o drama que teve como desfecho a condenação do poeta ao degredo. Seja-nos lícito esperar que as diligências do investigador consciencioso, que é o Sr. Prestage, não esmorecerão ainda, e que aos seus olhos cheios de júbilo se deparará um dia o processo de D. Francisco Manuel, aclarando o mistério e desfazendo sombras.

Tal como os documentos existentes nol o mostram, com arreganhos de soldado, manhas de diplomata, volubilidades de político, cortezanias de palaciano, donaires e galanteios de poeta fidalgo, scintilações de humorista, surge a figura complexa de D. Francisco Manuel da excelente monografia do nosso ilustre confrade britânico. É êste um relevante serviço prestado às letras pátrias, que, provindo de um estrangeiro, redobra o nosso reconhecimento, misturando-lhe laivos de ternura e uns longes de patriótico orgulho. Tão freqüentemente somos forçados a notar com amargura a ignorância dos estranhos sôbre coisas nossas, das mais rudimentares às vezes, que nos cumpre tratar com especial deferência aqueles que, vindos de fora, empregam as luzes do seu talento em esclarecer os escaninhos do nosso passado histórico.

De resto, se laços de família o não tivessem de há muito prendido à nossa pátria, bastaria o trabalho, ora presente à Academia, para dar ao Sr. Prestage direitos à carta de cidadão português. Como nosso compatriota o devemos acolher, não sómente pela intensa devoção que lhe merecem os assuntos da nossa história e da nossa literatura, mas também pela dextresa com que maneja o nosso idioma, raramente denunciando pena forasteira. Irmanam-se o biógrafo ao biografado nesta dualidade de aptidões linguísticas. Como o escritor português alcançou as honras de clássico na língua hespanhola, ao crítico inglês sobejam dotes para vir a enfileirar-se com brilho entre os cultores da língua portuguesa.

A secção de literatura, saudando pois com vivo entusiasmo e com patriótica gratidão o Sr. Prestage pela sua magnífica monografia, entende que a publicação desta nas colecções académicas contribuirá para as enriquecer e para as honrar.

Teófilo Braga.
Francisco Teixeira de Queiroz.
Henrique Lopes de Mendonça (relator).

Sessão de 28 de novembro de 1912

Presidente: o Sr. Lopes de Mendonça.

Presentes: os sócios efectivos Srs. Gonçalves Viana, Leite de Vasconcelos e Cristóvão Aires, secretário da classe; e os correspondentes da classe Srs. Almeida d'Eça, David Lopes, e Pedro de Azevedo, da 1.ª classe Srs. Carlos Bocage, e Oliveira Simões, e correspondente estrangeiro Sr. Edgar Prestage.

Lida a acta da sessão anterior, foi aprovada.

O Sr. *Almeida d'Eça*, que comparece pela primeira vez a uma sessão da classe, reiterou os agradecimentos pela sua eleição, feitos já em sessão da assembleia geral, e disse que, não tendo comparecido às sessõs anteriores, se associa agora com júbilo à manifestação que a classe fizera ao Sr. Cristóvam Aires, congratulando-se pelo seu restabelecimento.

Referindo-se aos estudos da história militar, disse, que assim como havia monografias de certos regimentos, também se podia escrever a história dos navios de guerra; pois é certo que na marinha portuguesa, como na de outros países, tem havido navios cuja história é do maior interesse, podendo dizer-se que um navio tem uma vida e pode portanto ter a respectiva biografia; nasce, quando sai do estaleiro, e morre, ou com glória numa batalha, ou desastrosamente por naufrágio ou presa do inimigo, ou de velhice quando é desmanchado.

Mas uma primeira dificuldade se oferece em tais estudos, em referência aos navios portugueses até aos fins do século XV; é que os nossos cronistas, tratando dos arma-

mentos navais, raríssimas vezes mencionam os nomes dos navios, contentando-se com indicar o número e a qualidade dos que entravam nas diversas expedições. Não póde duvidar de que os navios dêsses tempos tiveram nomes e até alcunhas; mas os nossos cronistas não os mencionavam.

Depois, a partir da viagem à Índia, já começa a conhecer-se o nome dos navios. Existe na biblioteca da Academia uma preciosa colecção, conhecida pelo título de *Memória das armadas,* contendo os desenhos coloridos dos navios que compunham as armadas que partiram para a Índia, desde a primeira viagem de Vasco da Gama até 1558, salvo êrro. Também na biblioteca de Evora há um *Livro das Armadas,* e parece que outros existiam em livrarias de particulares. No *Livro de toda a fazenda,* de Luís Falcão, vem a lista das armadas que foram para a Índia até 1608. Quintéla, nos *Anais da Marinha Portuguesa,* indica a êste respeito tudo quanto pôde colher dos cronistas e historiadores. Mas as divergências entre estas diversas fontes são por vezes muito grandes, de modo a tornar difícil apurar-se a verdade exacta, até meiados do século XVIII. E, comtudo, seria interessante realizar-se o trabalho, que poderia intitular-se o *Livro de ouro da Marinha Portuguesa,* no qual o nome da nau *S. Gabriel,* em que embarcou Vasco da Gama, deveria ser impresso em letras douradas.

Travou-se sôbre êste assunto interessante palestra, em que tomaram parte quási todos os sócios presentes, e que depois derivou para os erros que hoje freqùentemente se leem em livros e jornais, em matéria de nomenclatura náutica, como, por exemplo, o de traduzir-se por *galera* a palavra francesa *galére,* a qual significa o navio de rémos que em português sempre se denominou *galé.*

Falaram sôbre diversos assuntos correlativos os Srs. Carlos Bocage, Lopes de Mendonça, Gonçalves Viana, Leite de Vasconcelos e Almeida d'Eça, que entre si trocaram

interessantes impressões de carácter histórico e filológico a propósito da matéria.

O Sr. *Lopes de Mendonça*, comprimentando o sr. Almeida d'Eça pelo interesse da sua comunicação, refere-se à coincidência de ter pensado num trabalho identico, para o qual tem apontamentos: a biografia da nau «Santa Catarina de Monte Sinai», navio do século XVI, que teve uma vida repleta de peripécias variadas. E a propósito, cita de relance os episódios dessa biografia; a irritação de Afonso de Albuquerque ao vê-la no estaleiro quando regressa de Malaca; a incorporação da nau na armada que foi ao Mar Rôxo com Lopo Soares; a viagem triunfal, em que transportou a infanta D. Beatris, duquesa de Saboia; a sua volta à Índia; e por último a sua trágica morte, perto da costa de Portugal, incendiada por corsários franceses.

O Sr. *Oliveira Simões* chamou a atenção da Academia e dos estudiosos para o arquivo do ministério das obras públicas, hoje bem instalado e entregue a pessoa competente, onde há documentos muito importantes da época do Marquês de Pombal, relativos à reedificação de Lisboa e ao fomento industrial do país, a que aquêle estadista deu um tão vigoroso impulso.

Tambêm julgava digno de exame o arquivo do tribunal de contas, magnificamente instalado e catalogado com preciosos elementos de estudo para a história portuguesa contemporonea.

Referiu-se aínda aos termos incorrectos que se teem introduzido na língua, provenientes de alterações e deturpações em palavras estrangeiras, palavras um grande número de vezes inuteis por termos vocábulo português mais próprio.

Apresentou alguns exemplos como os *batardós,* os *binteis,* a *chulipa.* Disse que se pela evolução das industrias as línguas tinham de admitir novos vocábulos correspondontes a novas cousas, não deviam procurar fóra

de si o que melhor tinham em casa. O ouvido habituava se, e por isso algumas palavras menos próprias eram usadas mesmo por clássicos, que diziam por exemplo: «pelouros de ferro coado», empregando o vocábulo para designar o ferro obtido por fundição, coado de «couler»; e é incorrecto. A tradução de «couler» é vasar, coar, passar por coador. Como na técnica moderna ferro fundido é uma classe especial de aço, melhor seria chamar-lhe *gusa* como os operários denominavam o ferro da primeira fusão, e a *fonte* dos franceses, *fundicion* dos espanhoes e *ghira* dos italianos.

O *presidente* agradeceu tão interessantes comunicações; e não havendo mais que tratar encerrou-se a sessão.

Sessão de 12 de dezembro de 1912

Presidente: O Sr. Teixeira de Queiroz.

Presentes: os sócios efectivos Srs. António Cândido, Leite de Vasconcelos, Lopes de Mendonça, Cristóvam Aires, secretário da Classe; e os correspondentes Srs. Anselmo Braamcamp Freire, Constâncio Roque da Costa, David Lopes, Esteves Pereira, José Maria Rodrigues, Pedro de Azevedo, Vítor Ribeiro, e da 1.ª classe Carlos Bocage.

Lida acta da sessão anterior, foi aprovada.

O Sr. *Esteves Pereira* leu uma desenvolvida e interessante notícia bibliográfica acêrca da obra que tem por título — *Escritores ineditos ocidentais dos negocios de Etiopia desde o seculo XVI até ao seculo XIX*, publicada em Roma, sob a direcção de Camillo Beccari, e que compreende grande número de tratados históricos e documentos diplomáticos escritos em português e respeitantes às relações de Portugal com aquele país, tratado muito interessante e digno da atensão da douta Academia.

O Sr. *Pedro de Azevedo* leu trechos dum itinerário escrito por um padre agostinho descalço, que foi a Roma no ano de 1666, para tratar de negócios da ordem, as quais dão notícia do célebre Fr. Francisco de Santo Agostinho de Macedo, que vinha de Veneza, onde imprimia uma obra, havendo defendido a notável tese *De omni scibili*. — Por eles são-nos revelados os projectos que o ilustre frade alimentava.

O Sr. *Anselmo Braamcamp Freire*, que comparece pela primeira vez a uma sessão da Academia depois da eleição de sócio, agradece a honra que lhe foi feita e las-

tima que os seus múltiplos afazeres o tenham ultimamente impedido de tomar parte nos trabalhos académicos.

Leu em seguida uma erudita e vasta comunicação àcêrca de Gil Vicente.

Continua a estar persuadido de como Gil Vicente poeta e ourives são a mesma pessoa. O novo documento, publicado pelo sr. Brito Rebelo, não tem a fôrça de enfraquecer aquela suspeição; o próprio publicador dêle permanece indeciso, e esta é a maior prova da pouca importância do documento para invalidar as lições já em 1907 tiradas por êle, orador, dos documentos então conhecidos.

Diverge também das datas mantidas pelo sr. Brito Rebelo no seu novo *Gil Vicente,* tanto daquela em que êle marca para ano natalício do poeta o de 1570, devendo ter nascido bastantes anos antes, como da outra, de haver sido de 1494 o *Parecer* de Gil Vicente no *Processo* de Vasco Abul.

Nem documento, nem historiador existe que declare ter estado a rainha D. Leonor, que foi juís naquele processo, em 1494 em Almada, onde o certamen poético correu.

Neste ponto os documentos e as indicações são expressas. O processo teve lugar em 1509; dêste ano pois é o *Parecer* de Gil Vicente, e portanto o *monólogo do Vaqueiro,* representado em 1502, é a mais antiga obra conhecida de Gil Vicente.

Por último referiu-se aos assuntos paroquiais da freguesia de Santa Cruz do Castelo. Por êles se averigua que Luís Vicente, filho do poeta, foi casado com Mor de Almeida, e de 1553 a 1568 baptisa três filhos, Gil, Maria e Jerónimo; dêste último são padrinhos D. António de Almeida, cunhado do pai da criança, e Paula Vitória, irmã de Luís Vicente.

Valéria Borges, irmã de Gil Vicente, casou a 10 de julho de 1852 com Pero Machado, e parece que ela já tinha tornado a casar em 1568 com D. António de Almeida.

Finalmente a viuva de Gil Vicente, Milícia Rodrigues, morreu em 11 de julho de 1569.

O *Presidente*, agradecendo ao Sr. Braamcamp Freire a sua comunicação, disse que o seu espírito, pelos estudos que tem lido acêrca de Gil Vicente, tem passado por diversas fases: já acreditou que o ourives e o poeta eram um e o mesmo personagem; já acreditou que eram dois diferentes; e agora volta a acreditar que seja um sómente. Parecia que tamanho labor, como ser ourives, e talvez construtor da custódia de Belem, e autor dos contos, comédias e tragi-comédias, seria muito para um só homem; e nisto se parece com outro génio português, Spinosa, que foi grande filósofo e ao mesmo tempo polidor de lentes para óculos de ver ao longe. Gil Vicente era um génio, e quem sabe se Moliére, ao escrever o seu *Médico à Fôrça*, se não lembraria do latim macarrónico do *Auto das Barcas*, para o adoptar no seu personagem? É ínteressantíssimo o estudo do Sr. Braamcamp; e faz votos para que estes casos se repitam, para dar lustre à Academia, cuja história é brilhantíssima. Considera tambem esta sessão notável pelo interesantíssimo estudo do Sr. Esteves Pereira acêrca da história da Etiopia, em relação a escritores portugueses, e pela erudita comunicação do Sr. Pedro de Azevedo acêrca do Fr. Francisco de Santo Agostinho de Macedo.

O *Secretário* leu o parecer acêrca da candidatura do Sr. António Baião, de que é relator o Sr. Ramos Coelho.

O Sr. *Teixeira de Queiroz* leu também o parecer relativo à candidatura do conhecido escritor brasileiro Paulo Barreto, de que é relator.

Não havendo mais de que tratar, encerrou-se a sessão.

Parecer redigido pelo Sr. Ramos Coelho acêrca da candidatura do Sr. António Baião a sócio correspondente

As obras que o sr. António Baião apresenta à Academia das Sciências de Lisboa para a sua candidatura a sócio correspondente da mesma Academia são: *O visconde de Santarem guarda-mór da Torre do Tombo; A vila e concelho de Ferreira do Zézere; Homenagem ao Mestre — Alexandre Herculano e a Torre do Tombo; Duarte Fernandes iluminador; Fernão de Magalhães, dados inéditos para a sua biografia; A Inquisição em Portugal e no Brasil;* e *O Arquivo da Torre do Tombo,* esta de colaboração com o sr. Pedro de Azevedo, Conservador do Arquivo.

A primeira das obras mencionadas fornece-nos uma util contribuição para estudar a vida do eminente escritor que tanto serviu Portugal com seus trabalhos scientíficos, no que toca à maneira como exerceu duas vezes o antigo e nobre emprego de Guarda-Mor na primeira Repartição de manuscritos do país, e não só neste particular, mas também implicitamente em referência às pesquisas literárias a que procedeu, quando residiu em França, para a composição das suas publicações.

A segunda obra tem por objecto a história particular da importante região de Ferreira do Zézere, desde os princípios da monarquia portuguesa: e por isto, e por se ligar intimamente à existência da Ordem dos Templários e depois à de Cristo, que tanto nela influiram, se torna do maior apreço para o conhecimento daquelas remotas eras.

A terceira obra põe-nos ao facto das relações de Alexandre Herculano com o Arquivo da Tôrre do Tombo, de serviços que lhe prestou, do desgosto que teve com o procedimento do Govêrno na questão Macedo, do auxílio que encontrou no Oficial-Maior Aureliano Basto, etc.

A quarta obra é, no dizer do seu autor, «um pequeno subsidio para a história da iluminura do nosso país»; mas não deixa, apesar de ser pequena na extensão, de significar um louvável serviço prestado pelo sr. Baião, porque veio revelar-nos o nome de um artista nacional até aqui ignorado, Duarte Fernandes, que adornou as páginas de alguns livros do convento de Cristo de Tomar.

A quinta obra, sôbre Fernão de Magalhães, mostra concludentemente que o imortal navegador dêste nome não é o que tem sido dado como tal, pois o verdadeiro, conforme se sabe, morreu em 1521,

e era filho de Rui de Magalhães, emquanto que o seu homónimo aínda vivia em 1523, e teve por pai Pedro de Magalhães. Nem se limita a esta novidade muito considerável o autor, porque o seu escrito contêm outras egualmente de valia a respeito de tão afamado português.

A sexta obra: *A Inquisição em Portugal e no Brasil*, fornece-nos um bom quadro do que foi o terrivel tribunal; e, se não esgota o assunto, de si vastíssimo, e aínda deficientemente explorado, projecta clara luz sôbre a sua constituição, e sôbre o segredo que o rodeava, tratando das várias Inquisições, de suas áreas jurisdicionais, ministros, cartórios, regimentos, processos, castigos, etc., sendo, tudo seguido de uma abundante relação de denúncias que foram feitas ao Santo Ofício durante o século XVI.

A sétima obra: *O Archivo da Torre do Tombo, sua historia, corpos que o compõem e organisação* constitue, pelo modo por que foi concebida e executada, um guia da maior vantagem para quem pretenda saber o que é aquele estabelecimento nacional. Torna-se escusado encarecer o proveito resultante desta obra, em que o sr. Baião teve muita parte, pois contribue eficazmente para diminuir o mistério, que, ajudado pelo pouco caso dos Governos, pairava, e paira ainda, infelizmente, sôbre tão fecundo manancial dos nossos estudos históricos, de cuja vastidão, de cuja importância incalculável só formam ideia alguns dos poucos que o freqùentam assiduamente, e que urge impulsionar por todos os modos em benefício não só da sciência, mas tambêm dos particulares.

Quáse todas as obras são acompanhadas dos documentos em que se fundam.

Esta breve exposição dos escritos apresentados pelo Sr. Baião para a sua candidatura evidencia quanto êle, já como estudioso, já como digno Director do Arquivo da Tôrre do Tombo, tem empregado prestimosa e proficientemente o seu tempo, e é garantia cabal dos serviços que pode continuar a prestar às letras pátrias, e do que pode contribuir para o progresso desta Academia, sendo eleito seu sócio correspondente, segundo parece justo.

Lisboa, 29 de Novembro de 1912.

Gama Barros.
Júlio M. de Vilhena.
José Leite de Vasconcelos.
José Ramos Coelho (relator).

Parecer redigido pelo Sr. Teixeira de Queiroz acêrca da candidatura do sr. Paulo Barreto a sócio correspondente estrangeiro

No discurso da sua recepção na Academia de Letras, do Rio de Janeiro, a qual considera a escola mental do seu pais, diz Paulo Barreto: «A obra d'arte é inteiramente inútil, quando não exprime, através d'uma personalidade, as aspirações do mundo, ou o reflexo dos sentimentos de moral e de beleza, da epoca em que surge.» É temerária qualquer definição de arte e das inúmeras que tem sido produzidas por filósofos e artistas, nenhuma tem conquistado a glória de ser universalmente aceite. A de Paulo Barreto é defeituosa como todas; mas dela transpira a bela aspiração de considerar a obra de arte como a suprema manifestação da alma humana e portanto o diamante raro da produção espiritual. Isto di-lo um homem ainda novo, que é principalmente um jornalista em toda a sua obra, já copiosa; mas que manifesta espírito inquieto de estudioso observador. E tanto mais notável encontramos este desejo de bem produzir, num rapaz em quem sobrando as qualidades de escritor, espalha o seu talento em estudos ligeiros de ocasião, obedecendo a uma espécie de febre íntima de tudo ver e de falar de tudo, procurando nas suas crónicas e estudos acêrca do que se passa diante dos seus olhos, acentuar um estilo que ainda é imperfeito; mas que se revigorará e enaltecerá com novas prendas, por que sendo realmente um jornalista, sob esta capa leve se esconde um artista amante da sua arte de escrever. Nos nove volumes por êle respeitosamente oferecidos a esta nossa Academia há de tudo; mas principalmente se encontra uma análise minuciosa e interessante da vida social, operária, anónima, intelectual, artística e literária da grande capital do Brasil.

As Religiões do Rio, a *Vida Vertiginosa*, o *Cenimatographo*, a *Psychologia urbana*, e êsse belo livro denominado a *Alma encantadôra das ruas*, são pedaços de carne palpitante da vida da bela cidade, que nós os portugueses fundamos, e que os nossos irmãos de alêm mar se empenham em transformar num dos centros mais encantadores de toda a América. Passarão gerações, mas algumas das páginas de Paulo Barreto hão de ficar como documentos dum existir característico da época em que êle viveu.

Da leitura que fizemos dêsses livros, um ensinamento tiramos, que nenhuma obra literária de brasileiro até hoje nos tinha dado.

E a notável transformação, por que está passando a língua portuguesa, na sua nova e grande pátria. Todos os escritores que temos compulsado pertencentes á nação irmã, se apuram (e bemditos por isso sejam) para escrever um português lidimamente literário, procurando até com requintado interesse seguir os modêlos dos nossos grandes escritores, mormente dos antigos, que consideramos e denominamos clássicos. Este amor das nossas coisas, esta encantadora tradição da bela língua, construida, conservada e purificada pelos nossos maiores, enche-nos de prazer e reconhecimento; porêm isso não obsta, nem pode obstar, a que o português se transforme, naquele país de intensa imigração, admitida e solicitada a todas as partes do mundo e falando línguas bem diversas. É que, as línguas, organismos vivos, evolutivos como todos os organismos que sofrem as complexas influências do meio social e cósmico, são transformadas pelos que as falam no comércio ordinário da vida. Os escritores a isso presidem, como purificadores; mas não podem contrariar as tendências da alma colectiva do povo, que vive mais de sentimentos, impulsos e paixões do que de ideias abstractas. Ora nos livros de Paulo Barreto, mais conhecido pelo seu pseudónimo de João do Rio, encontra-se freqùentemente em diálogos e em narrativas, a linguagem comummente usada pelo povo das ruas, pela gente das salas e pelos académicos e dahi concluimos que a língua que ali se fala está sendo um tanto diferente daquela que nós falamos e escrevemos. Presta-se êste assunto a interessante estudo, que certamente não terá passado despercebido, aos nossos filólogos, e temo-los de grande mérito dentro desta casa.

Também, num livro especial, intitulado *Momento Literário,* Paulo Barreto nos põe ao corrente da fecunda laboração em que anda empenhada a literatura do seu país e por essa leitura ficamos conhecendo, não só o muito que ali se trabalha; mas até o bem que se trabalha, pois entre os brasileiros há valiosos homens de letras, já pela sua cultura geral, já pelo seu gôsto artístico.

Dois livros dedicou ao nosso país, Paulo Barreto: *Portugal d'Agora* e *Fados, canções e dansas de Portugal.* Com que imenso amor e entusiasmo os escreveu! Nunca li âcêrca de Portugal, páginas mais carinhosas, nem mesmo escritas por um português. Pode-se dizer, sem receio de êrro, que o Brasil, sua pátria, lhe não merece maior carinho do que êste nosso velho, bom e querido torrão.

Nesses dois livros, comunica-nos as impressões recolhidas, quando há poucos anos nos visitou. Tudo que é português lhe merece elogio; o clima, a paisagem, o admirado Tejo, a nossa capital com a sua

gente, mulheres, homens e crianças. O nosso céu tem a côr da «açucêna em flôr»; o sol a doçura dum sol de oiro; a paisagem trás-lhe à alma a ideia de «eclogas e vetustos feitos»; as mulheres são creaturas «boasinhas, sadias, lindas e resignadas». Não resisto a transcrever um trecho dêsse livro entusiasta: «Toda aquela gente (as mulheres) era bela, duma beleza quente, sensual, que desabrocha nos lábios polpudos, no meneio amplo dos quadris, naqueles olhos de extase, tão molhados, tão ingenuamente passionais, que nos cantos das órbitas ainda se espraiava o brilho da pupila ardente». E ainda acrescenta com desvanecimento. «Nós sômos herdeiros môços de Portugal. Dêle recebemos energia e a bondade, o espirito e o patriotismo da lingua». Lingua formosa que Paulo Barreto tem medo que se adultere dizendo-nos: «Ha portugueses em todos os pontos da terra, esquecidos da língua. E o Brazil, o colosso aberto para o seu progresso, a immigração de todas as raças, sem ter organisado ainda a defesa da língua, que é a característica primordial dos povos feitos»! Visitou a nossa Casa Pia e encontrou que entre as setecentas crianças ali recolhidas não havia uma feia. «Eram todas belas, de dentes alvos, de face velutinea, de olhar expressivo, eram todas fortes, cheirando a saude». Visitando a cidade do Pôrto acha-lhe as carecterísticas da antiga cidade do Rio, denominando-as mãe e filha. Falando das mulheres confirma a opinião já emitida acêrca das do sul, exclamando perante um compatriota que o acompanhava: «Já viste em alguma parte do mundo, mulheres mais bonitas que as do norte de Portugal?» Aplaude entusiásticamente o intercâmbio mental de Portugal e Brasil dizendo: «Esses (os escritores portugueses) tem obrigação, o dever de conservar a grande obra das gerações, a língua que é o espelho das raças». Muitas outras citações, poderia aproveitar dêste carinhoso livro de Paulo Barreto, o *Portugal d'Agora*, mas isso o mesmo seria que transcrever todo o volume. O outro livro, intitulado *Fados, canções e danças de Portugal* não é menos valioso para mostrar o amor ancestral dêste joven escritor, por esta nossa formosa terra. Faz um longo e copioso estudo acêrca das nossas canções populares, de que conseguiu uma excelente colecção, acompanhando-as das músicas com que são acompanhadas entre nós. Não há poesia mais bela do que a produzida pela alma portuguesa — diz. A nossa sensibilidade, imensamente vibrátil, revela-se nessas canções, a maioria das quais é anónima, e que sáem da garganta dos humildes, que muitas vezes com fome

Cantam para espalhar,
Uma dôr que os atormenta.

A guitarra no sul e a viola e clarinete ou flauta no norte são instrumentos nacionais, companheiros inseparáveis dos que gemem ou riem à borda dos ribeiros umbrosos, nas noites luarengas ouvindo o gemer das ondas na nossa extensa costa marítima. Foi o mar que marcou o nosso destino nacional, é a água que fecunda as nossas terras e espelha os rostos lindos das raparigas portuguesas, que êle tanto admirou nesta atmosfera feita de «rebrilhos de diamante e de beijos de amor», a que devemos o que somos. Por isso Paulo Barreto estudou as nossas cantigas populares, que lhe retratavam a alma portuguesa e delas fez um estudo consciencioso, dando preferência acentuada aos fados.

Termino e concluo por vos propôr a eleição do brasileiro Paulo Barreto, a sócio correspondente estrangeiro da nossa Academia, não só pelo mérito real dos seus livros, mas ainda pela simpatia que mostra por todas as coisas do nosso país, pela união e fraternidade dos dois povos, a qual deseja e apregoa, quando declara no seu *Portugal d'Agora* que êsse seu livro «é escrito com desejo de mais ligar dois povos, que devem seguir juntos para o progresso».

Lisboa, 10 de dezembro de 1912.

Teófilo Braga.
Cristóvão Aires.
Henrique Lopes de Mendonça.
Francisco Teixeira de Queiroz (relator).

Sessão de 9 de janeiro de 1913

Presidente: o Sr. Lopes de Mendonça.

Presentes: os sócios efectivos Srs. Gonçalves Viana, Leite de Vasconcelos e Cristóvão Aires, secretário da Classe; o sócio correspondente Sr. Pedro de Azevedo, e o associado provincial Sr. Amancio Gracias.

Lida a acta da sessão anterior, foi aprovada.

O Sr. *Amancio Gracias* que pela primeira vez assistiu às sessões da Classe, fez uma curiosa leitura acêrca da arvore na Índia, precedendo-a de algumas considerações do carácter geral.

O Sr. *Pedro de Azevedo* leu também uma interessante comunicação sôbre o impressor alemão Blávio, nascido em 1521 em Colónia, e que foi prêso em 1561, pela Inquisição de Lisboa, por denúncia de um seu colega chamado Mateus Cateres, natural de Yssingeaux, bispado de Tuy, que o acusava de ter impresso, em Granáda, bulas falsas. Na oficina de Blávio, onde estavam os franciscanos de Lisboa, imprimindo ao tempo da prisão uma obra sua, trabalharam os conhecidos livreiros Francisco Correia e João de Borgonha. O Sr. Pedro de Azevedo apresentou a cópia do processo que contêm muitas notícias biográficas sôbre Blávio.

O Sr. *Lopes de Mendonça* referiu-se a um idílio de Teocrito, *Thalysias,* historiando rápidamente a sua acção. Trata-se de uma jornada feita pelo poeta e dois amigos a umas festas; os três encontram um cabreiro que os acompanha durante parte do caminho, despedindo-se a certa altura. Em seguida, os mesmos três dirigem-se a uma

quinta próxima, onde descansam à sombra e bebem um vinho precioso. É a discrição dêste período de repouso que faz objecto do trecho traduzido pelo sr. Lopes de Mendonça, e que êle lê à classe, como um belo exemplo de frescura e naturalidade da musa bucólica dos gregos.

O Sr. *Leite de Vasconcelos,* seguindo o exemplo dado pelo sr. Lopes de Medonça, leu à classe uma poesia que fizera em resposta a um amigo que lhe pedira a tradução da palavra «mãi» em várias línguas.

O Sr. *Pedro de Azevedo,* ofereceu à Academia, em nome do seu autor, Mgr. Ferreira, prior de Vila do Conde, as obras seguintes:

«Origem do cristianismo na peninsula hispanica», «Arqueologia cristã», «Azurara do Minho», «A igreja de S. Cristovão de Rio Mau», «Arqueologo Português: esboço histórico da extinta diocesse de Dume, junto aos muros de Braga», «Arqueologo Português: o couto e mosteiro de Vairão», «Arqueologo Português: Vila do Conde, notas históricas», «Bosqueijo histórico da igreja matriz de Vila do Conde e sua restauração».

O *Presidente* agradeceu as interessantes comunicações feitas pelos referidos sócios.

Não havendo mais de que tratar, encerrou-se a sessão.

Sessão de 23 de janeiro de 1913

Presidente: O Sr. Teixeira de Queiroz.

Presentes: os sócios efectivos Srs. Gonçalves Viana, Leite de Vasconcelos, Lopes de Mendonça, Veiga Beirão e Cristóvam Aires, secretário da classe, e David Lopes, José Maria Rodrigues e Pedro de Azevedo sócio correspondente, Oliveira Simões, correspondente da 1.ª classe, e Amâncio Gracias, associado provincial.

Lida a acta da sessão anterior, foi aprovada.

Foram presentes à sessão as obras do Sr. José Joaquim Nunes, *Christomatia Archaica* e *Textos Antigos Portugueses,* que constituem titulo da candidatura a sócio correspondente do seu autor.

O Sr. *Presidente* comunicou à classe um pedido do Sr. Visconde de Santarêm que pretende que a Academia lhe confie alguns documentos inéditos do segundo Visconde de Santarêm, existentes na sua Biblioteca, para serem publicados. A classe resolveu autorizar apenas a cópia dos documentos referidos, no edifício da Academia.

Foram eleitos por unanimidade sócio correspondente da Academia o Sr. António Baião e sócio correspondente estrangeiro o escritor brasileiro Paulo Barreto.

Procedendo-se à eleição dos corpos da Classe, foram eleitos: vice-presidente, o Sr. Lopes de Mendonça; vice-secretário, o Sr. Gama Barros, e membros do conselho administrativo os Srs. Lopes de Mendonça, Leite de Vasconcelos e Coelho de Carvalho.

O Sr Júlio Dantas ofereceu à classe o folheto que contem a legislação de 1912 sôbre as Bibliotecas eruditas e

arquivos e referiu-se à encorporação, que se propôs fazer, do arquivo do cabido de Braga, a cuja riqueza alude, e onde se conteem cartulários em pergaminho e documentos avulsos do século X ao século XV, que conviria publicar na colecção académica do *Portugaliae Monumenta Histórica.*

Em vista da exposição do Sr. Júlio Dantas, o Sr. Lopes de Mendonça apresentou à classe as seguintes propostas:

1.ª que se consigne na acta um voto de louvor ao nosso ilustre colega dr. Júlio Dantas pelos esforços enviados para a salvaguarda dos documentos históricos dispersos pelo país;

2.ª Que se represente ao govêrno para que mantenha enérgicamente a lei vigente, no sentido de tornar aproveitáveis os tesoiros documentais que contribuirão para o enriquecimento das colecções académicas.

O Sr. *Veiga Beirão* chamou à atenção da classe para a delicadeza da questão que envolve a segunda proposta do Sr. Lopes de Mendonça. Acha melindroso o assunto para que nele entre a Academia sem prévio estudo.

O Sr. *Gonçalves Viana* foi de parecer que se não prive qualquer cidade do país dos documentos que até agora tem conservado. Nada impede que êles ali sejam copiados, e que se tornem de futuro responsáveis pela sua integridade os actuais conservadores dêsses monumentos, exercendo sôbre a acção dêstes a conveniente fiscalização.

Em vistas destas observações, e por proposta do *Presidente,* a classe resolveu adiar a discussão do assunto, sendo apenas votada por aclamação a primeira proposta do Sr. Lopes de Mendonça.

Não havendo mais de que tratar, encerrou-se a sessão.

Sessão de 13 de Fevereiro de 1913

Presidente: o Sr. Teixeira de Queiroz.

Presentes: os sócios efectivos Srs. Júlio dei Vlhena, Leite de Vasconcelos, Lopes de Mendonça e Cristovam Aires, secretário da Classe; e os correspondentes Srs. Anselmo Braamcamp, António Baião, Conde de Azevedo da Silva, José Maria Rodrigues, Pedro de Azevedo, Sebastião Rodolfo Dalgado, Vicente de Almeida de Eça, Vítor Ribeiro; e Carlos Roma du Bocage e Oliveira Simões, correspondentes da 1.ª Classe; e o associado provincial Sr. Amâncio Gracias.

Lida a acta da sessão anterior, foi aprovada.

O *Secretário* apresentou à classe as seguintes obras do conhecido escritor sr. João de Barros que as oferece à academia; — *A nacionalisação do ensino, La literature portugaise, Anteu* e *Terra florida.* Foram considerados estes livros titulo de candidatura do seu autor a sócio correspondente.

O Sr. *Pedro de Azevedo* ofereceu também em nome do seu autor os *Contos do Lar* do Sr. José Joaquim Nunes, que usa o pseudónimo de Júlio Ventura.

O Sr. *Presidente* comunicou à classe que estando aberta, pela morte de Bulhão Pato, uma vaga de sócio efectivo da 2.ª classe, na secção de literatura se ia abrir concurso para essa vaga, segundo as praxes legais.

A vaga na secção de literatura aberta pela morte de Bulhão Pato, foi provida temporariamente pelo sócio efectivo Sr. Leite de Vasconcelos.

Determinou-se abrir concurso para a referida vaga.

O Sr. *António Baião* agradece a sua eleição, para êle duplamente honrosa. Honrosa e util; porque tem a certeza que desta convivencia intelectual virão para o seu espirito ensinamentos e luzes muito proveitosos. Honrosa, sobretudo, porque esta Academia é já mais que secular e a ela tem pertencido uma brilhante pleiade intelectual. Invoca a memória do Visconde de Santarêm e do Cardeal Saraiva, académicos e Guardas-Móres da Tôrre do Tombo, falando em três valiosissimos codices por êste ofertado ao Arquivo Nacional. Invoca a memória de Franklin, de Oliveira Marreca e de João Basto; e promete colaborar, quanto em suas fôrças caiba, nos trabalhos académicos, salientando que tão cordeais foram sempre as relações desta Academia com a Tôrre do Tombo que, já em 1812, eram os académicos desta privilegiados na consulta naquele arquivo.

O Sr. *Leite de Vasconcelos* disse que no Museu Etnológico, de que é director, tem uma secção destinada à exposição de retratos de arqueologos nossos, já falecidos. Há dias obteve a fotografia de Aquiles Estaço, a qual mandara fazer dum retrato encontrado em Roma, na Biblioteca Vaticeliana, fotografia que foi mostrada aos sócios presentes. Aquiles Estaço, disse o sr. Leite de Vasconcelos, foi um humanista muito notável do século XVI, autor de nomerosas obras de crítica filológica e outras, umas que andam impressas, embora sejam raras, outras que ficaram manuscritas, e em parte existem hoje na mencionada Biblioteca. Entre as primeiras figura, como uma das mais importantes, uma edição raríssima de Catulo, ainda hoje geralmente citada, e com aplauso, pelos que se ocupam do elegíaco romano. Desta edição, informou o Sr. Leite de Vasconcelos, possue a biblioteca da nossa Academia um exemplar com uma dedicatória autógrafa de Estaço, feita a André de Resende, outro grande erudito português da época do renascimento; o citado exemplar é pois tripla-

mente valioso: pela raridade bibliográfica, pelo autógrafo, e por ter pertencido a André de Resende.

Outra comunicação fez o Sr. Leite de Vasconcelos à Academia: foi a respeito duma linda lança de silex, encontrada numa sepultura pre-histórica da Beira, e salva pelo Sr. Angelino dos Reis Sena Cardoso, de Senhorim, que a ofereceu ao Museu Etnológico, onde hoje está. Não abundam nas colecções estrangeiras instrumentos de silex tão belos como os de Portugal.

O mesmo académico ofereceu para a biblioteca da Academia um opúsculo que ultimamente publicara, e onde dá conta de alguns estudos arqueológico-etnográficos que fizera no concelho de Aviz, e ofereceu tambem, em nome do seu autor, um recente trabalho do Sr. Joaquim Fontes intitulado: *Subsidios para o estudo do Paleolitico português.*

O Sr. *Pedro de Azevedo* leu o parecer favoravel à eleição do Sr. José Joaquim Nunes, professor do liceu, a sócio correspondente. Este parecer é assinado pelos sócios efectivos da respectiva secção.

O Sr. *Lopes de Mendonça*, referindo-se mais uma vez aos papeis de Ribeiro Saraiva, cuja importância encarece para o estudo da história nacional durante uma grande parte do seculo XIX, lê um trecho desse trabalho, em via de elaboração, baseado sôbre o diario do celebre diplomata miguelista, o qual é ouvido com grande interesse pela classe. Refere-se a uma visita feita por Ribeiro Saraiva, então secretário da legação portuguesa em Londres, a Lisboa, em julho de 1831, no momento em que se achava fundeada no Tejo a esquadra francesa do almirante Roussin, que acabara de forçar a barra e de aprisionar a esquadra portuguesa. São muito curiosos varios episódios anedóticos dessa viagem e da estada em Lisboa, salientando quadros da vida do paço e da côrte, assim como diversos factos em que figuram políticos da época, como o duque

de Cadaval, o conde de Basto, o visconde de Santarem, o patriarca de Lisboa. O Sr. Lopes de Mendonça dá depois uma resumida ideia de alguns outros episódios, que completarão o seu estudo.

O Sr. *Almeida de Eça* elogiou o trabalho apresentado pelo Sr. Lopes de Mendonça, em que bem se mostram as qualidades do prosador e do dramaturgo. Na referência que Ribeiro Saraiva faz à acção política de Santarem, parece-lhe, porém, que Saraiva não fôra completamente justo, pois tem ideia de ter visto que Santarem procurara empregar todos os meios para evitar a violencia de Roussin. A este propósito recorda o que foi o, mal chamado, *forçamento do Tejo* pelo contra-almirante Roussin, estando de ha muito demonstrado que essa operação não constituiu uma acção militar de importância, visto que não houve a menor resistencia.

O Sr. *Lopes de Mendonça,* em resposta ao Sr. Almeida de Eça, diz que o seu estudo, sendo baseado sôbre as notas de Saraiva, reflecte pouco mais ou menos as suas ideias. Todavia, com respeito ao visconde de Santarem, a quem presta a homenagem da sua admiração como erudito e historiador, não diverge excessivamente da opinião de Ribeiro Saraiva, pouco favorável aos seus méritos como estadista.

O Sr. *Braamcamp Freire* ofereceu aos sócios presentes e á Academia o seu trabalho *Um aventureiro na empresa de Ceuta,* e referiu-se com louvor à interessante comunicação lida pelo Sr. Lopes de Mendonça sobre as cartas de Ribeiro Saraiva. Lembra a semelhança existente entre as apreciações do português às pessoas da côrte de D. Miguel, com as pitorescas descriçõis biográficas de Beckford nas suas cartas e memórias sobre os tempos do reinado de D. Maria I.

Recordou tambem ter ainda conhecido ao serviço da Infanta D. Isabel Maria o irmão do Visconde de Asseca, Manuel Correia de Sá, a quem Ribeiro Saraiva menciona nos trechos das suas cartas agora lidas. E a propósito

desta correspondência declara possuir grande parte da trocada em 1821 entre seu avô Anselmo José Braamcamp, então ministro dos estrangeiros, e Manuel de Castro Pereira, encarregado de negócios em Madrid. Não tem esta correspondência certamente a importância nem o interesse da outra; mas, assim como é, está à disposição dos sócios que desejem examina-la.

A seguir declarou que o principal motivo por que pedira a palavra, fôra para tornar a chamar à atenção para um opúsculo de André de Resende. Intitula-se a obra *Carmen eruditum et elegans stolidos politioris literaturæ oblatratores*. Foi impresso em Basileia em setembro de 1531. É precedido de uma poesia endereçada a Erasmo, e nele ainda Resende antepõe a seu nome o prenome Angelo, pouco depois, novembro de 1532, substituido já pelo de Lúcio.

Acontece que na edição das obras de Erasmo, impressas em 1703 em Leyde, se encontram uns versos jâmbicos de «Angelo», André de Resende, dedicados ao célebre humanista. Seria muito interessante que aparecesse algum exemplar do *Carmen eruditum,* a fim de se averiguar se a poesia publicada no século XVIII é a mesma já impressa no século XVI.

Do *Carmen* possuia Camilo Castelo Branco um exemplar. Foi vendido no leilão da sua livraria. Todas as indicações garantem haver sido adquirido por português ou brasileiro. Nas bibliotecas públicas nacionais não existe; e o incomodo que ao seu feliz possuidor pudesse trazer o facto de avisar para a Academia a existencia da obra, ser-lhe-ia inteiramente compensado pelo serviço prestado às letras pátrias.

Seguindo o exemplo que acabava de dar o Sr. Braamcamp Freire, o Sr. *Carlos Bocage* refere-se ao seu desejo de saber se haveria alguma «Relação» contemporânea, publicada ou mesmo manuscrita, ácerca da embaixada enviada à Holanda por D. João IV, em 1641, pois ha um grande interesse em conhecer meudamente o que se passou

por essa ocasião; visto que a atitude das Províncias Unidas teve decerto grande influência na própria atitude da França.

Existem Relações de outras embaixadas enviadas na mesma ocasião, algumas delas impressas, embora raríssimas; mas ignora o Sr. Bocage se alguma coisa ha com respeito à embaixada confiada a Tristão de Mendonça Furtado. O Sr. Bocage faz varias considerações ácerca das relações entre Portugal e a Holanda e às duas correntes que se sabe terem dominado alternadamente nas Províncias Unidas, naquela época, uma representada pelo *stathouder* e outra pelos Estados Gerais.

O Sr. *Presidente* disse que, como palavra puxa palavra, tem a referir um episódio que lhe sucedeu numa viagem de Paris a Lisboa. Encontrou como companheiro no comboio o coronel Yung, que depois morreu general, e que é o autor de vários livros ácerca de Napoleão, escritos sobre documentos inéditos encontrados no ministério da guerra francês. Vindo Yung no conhecimento de que viajava com um português, e falando-se de Napoleão, disse que nos livros que escrevera ácerca do famoso capitão encontrara alguns pontos obscuros, e entre êles um, que se refere ao período em que Bonaparte era primeiro consul, e que apareceu com bastante dinheiro, cuja proveniência se não pode descobrir. Supunha êle Yung que lhe fôra dada grande soma por Portugal, para conseguir que o nosso país não fosse invadido por Godoy, que esteve alguns mêses parado em Badajoz e voltou a Madrid, sem ter entrado em Portugal, e levando apenas como lembrança dessa expedição um presente de laranjas para a rainha; o que deu a esta expedição do favorito general o nome de «campanha das laranjas». Ora Portugal não foi invadido, disse o coronel francês, porque comprou o valimento de Napoleão, primeiro consul, sobre o govêrno de Madrid, e a prova dessa compra deve existir em Lisboa. Pediu-lhe instantemente para

averiguar se esse documento existia; porêm, apesar de por isso ter perguntado ao seu falecido amigo Latino Coelho, se de tal tinha notícia, foi-lhe respondido negativamente. Ora faz agora a mesma pergunta, que lhe fizera Yung, aos académicos presentes, e nos mesmos termos em que o fizeram os seus colegas, apelando para a diligência destes nos empenhos que mostram em obter documentos de que precisavam para esclarecer pontos históricos. Terminou felicitando-se e felicitando a Academia pelo interesse que a sessão assumira.

Não havendo mais de que tratar, encerrou-se a sessão.

Parecer redigido pelo Sr. Pedro de Azevedo acêrca da candidatura do Sr. José Joaquim Nunes a sócio correspondente

A nossa península não pertence áquelas regiões em que desde o período mais remoto a que pode chegar a história até o tempo de hoje se conserva a mesma língua, pelo menos no ocidente em que habitâmos, porque idiomas de regiões muito afastadas daqui cá penetraram e cá se desenvolveram; mas nenhuma delas se há radicado tanto como o latim, que a todas as outras suplantou, mal lhes aceitando alguns vocábulos. Não foi o falar dos romanos a primeira língua indo-germânica que se estabeleceu na *Hispania,* pois já alguns séculos antes a língua céltica se apoderara do oeste desta parte da Europa; mas como as gentes que a empregavam não dispunham ainda de grau adiantado de cultura deixou de progredir e pereceu ao defrontar-se com a língua dos romanos.

A língua que hoje falamos foi-nos imposta pela fôrça das armas por um povo distante e muito superior a nós pela cultura.

Nós hoje somos livres, mas o que nos foi incutido pelas armas, aquilo contra o que os nossos antepassados se bateram, é agora propriedade nossa, que estimâmos e que até pretendemos impôr a povos de outras regiões com suas línguas próprias. O que nos ficou dos nossos antepassados foi o tipo físico, verdade é que mestiçado, tipo que, porém, não é só primitivo dos portugueses e que constitue o que os antropólogos chamam *raça mediterranea.* Ainda haverá

vestígios etnográficos dos nossos primitivos antepassados, mas esses são só por enquanto presumíveis.

Bem ou mal temos de aceitar a língua latina como a nossa e de cultivar e aperfeiçoar a variante dela que chamamos *portuguesa* e que se chamava antigamente *romace.*

Devemo-la estudar nos nossos monumentos literários, nos nossos documentos e nos nossos dialectos, aos quais também pertence a língua oficial.

Os estudos filológicos sofreram uma remodelação completa quando a sciência moderna começou a comparar as línguas e a investigá-las históricamente. Em Portugal ainda estão vivos os principais corifeus dessa revolução, que não foi menos fecunda do que a introdução dos estudos humanistas entre nós no século XVI, favorecida pelos monarcas e pessoas da família real.

Uma diferença capital existe, porêm, entre o século XVI e o século em que vivemos. Naquela época procurava-se imitar cegamente os bons modêlos da antiguidade clássica; no nosso tempo busca-se compreende-los e explicá-los; o que significaria decadência e estagnação se não houvesse renovação constante de critérios e acumulações de novos materiais. A isto se deve que o que há meio século era apontado como prova de rudeza e incultura dos nossos antepassados, vermo-lo hoje estimado, e trabalhadores incansáveis interpretarem os passos tornados obscuros pelas variações que o tempo imprime às construções gramaticais e ao vocabulário.

Um dos mais recentes trabalhadores no vasto campo da filologia nacional é o sr. José Joaquim Nunes, professor do liceu, que se tem notabilizado por sólidos estudos de fonética, dialectologia e pela publicação de textos de português antigo. O Govêrno Provisório utilizou as suas luzes nomeando-o para a Comissão destinada a simplificar a ortografia nacional.

Os seus trabalhos, todos apreciáveis, vieram à publicidade especialmente na *Portugalia* e na *Revista Lusitana.* Na *Portugalia* publicou artigos etnográficos intitulados *Costumes algarvios* e *Jogos Infantis*, na *Revista Lusitana*, naquele ramo de estudos, os *Subsídios para o romanceiro português.*

No terceiro volume da *Revista Lusitana* publicou uma *Phonetica historica portuguesa,* baseada sôbre trabalhos anteriores de autoridades na matéria, as quaes o seu autor não seguiu cegamente.

Os seus *Dialectos Algarvios* são um trabalho completamente original, onde o senhor Nunes se não limitou a acumular elementos, mas soube dar-lhes uma ordem scientífica e compara-los com a língua antiga.

Em 1910 publicou *As cantigas parallelisticas de Gil Vicente*, onde mostra estar a par do que se tem escrito a respeito da interpretação dos textos do nosso primeiro poeta dramático e apresenta novos melhoramentos.

Quatro anos antes aparecera a sua *Chrestomathia Archaica*, um grosso volume que contem trechos da literatura portuguesa até o século XVI, antecedidos duma pequena gramática história da língua e enriquecido dum glossário. Alguns dos excerptos impressos eram inéditos.

Aproveitando os conhecimentos paleográficos de que dispõe, o sr. Nunes tem publicado alguns tesouros da nossa literatura medieval, tais como a *Visão de Tundalo*, *Vidas de Santo Pelagia*, *Tarsis*, *Morte de S. Jeronimo* e ultimamente *os Milagres de Santo Antonio*. Assim, combinando a gramática com a leitura de letras antigas, está em situação de oferecer à sciência textos seguros e aproveitáveis para novos trabalhos, porque, torna-se óbvio nota-lo, é tão necessário ao paleógrafo conhecer a história da língua, como ao filólogo saber o desenvolvimento das abreviaturas e variação das letras.

Os trabalhos do senhor Nunes tem sido levados a cabo tão silenciosamente que raras são as pessoas que dêles tem conhecimento e mais raras as que os sabem apreciar, mas como as escalas do valor entre nós e o estrangeiro são muito diversas, fóra do país apreciam-no pelo seu verdadeiro mérito. É por isso que êle cumpre a missão de informar o mundo culto no *Romanische Iahresbericht* de Vollmöller dos progressos dos estudos tanto na língua portuguesa, como na literatura, missão delicada que exige do relator o estar a par de todas as publicações da especialidade e de possuir conhecimentos de elevada ordem para que os possa criticar judiciosamente.

Não deixarei também de mencionar a revisão a que procedeu um dicionário latino redigido por um homem de valor, que nem sempre se conservava na devida altura.

Pelo que tenho dito parecerá que José Joaquim Nunes nunca abrigou no cérebro senão pensamentos de ordem rigorosamente scientífica, que o seu pensamento sempre foi conduzido logicamente e que nunca se elevou acima do pensamente positivo e real. Não é tanto assim. Na juventude, se não se deixou, tanto quanto eu saiba, enlevar pelo ritmo das palavras e pela seqùencia dos pensamentos a que faltavam a realidade, não deixou todavia de se apaixonar pelos têmas ideais e de lhe dar realidade na prosa. Em 1888 apareceram numa livraria de Lisboa os *Contos do Lar*, de que era autor Júlio Ventura,

dseudónimo debaixo do qual se ocultava o moço algarvio, que pretendia seguir a carreira de Júlio Dinís e Pedro Ivo. São oito os contos que decorrem desde a queda do reino visigótico até à actualidade.

A Academia elegendo o sr. Nunes seu sócio correspondente não lhe faz uma mercê; dá-lhe, porêm, oportunidade, dentro dos cerceados recursos da companhia, para manifestar mais amplamente as faculdades de inteligência e de trabalho de que tanto usa.

Lisboa, 13 de fevereiro de 1913.

PEDRO DE AZEVEDO (relator).

Conformamo-nos com este parecer.

FRANCISCO TEIXEIRA DE QUEIROZ.
HENRIQUE LOPES DE MENDONÇA.
JOSÉ LEITE DE VASCONCELOS.

Sessão de 13 de março de 1913

Presidente: O Sr. Teixeira de Queiroz.

Presentes: os sócios efectivos Srs. Gonçalves Viana, Leite de Vasconcelos, Lopes de Mendonça e Cristóvam Aires, secretário da Classe; e os sócios correspondentes Srs. Anselmo Braamcamp, António Baião, David Lopes, José Maria Rodrigues, Augusto de Castro, Pedro de Azevedo, Vítor Ribeiro; da 1.ª Classe Srs. Carlos Bocage e Oliveira Simões; sócio correspondente estrangeiro Sr. Edgar Prestage; e o associado provincial Amâncio Gracias.

Foi lida e aprovada a acta da sessão anterior.

O Sr. *Gonçalves Viana* ofereceu à Academia, em nome do seu autor, um livro do escritor espanhol sr. J. B. Sitges, intitulado *Henrique IV y la excelente señora llamada vulgarmente doña Juana la Beltraneja.*

O Sr. *Pedro de Azevedo* ofereceu à Academia o seu novo trabalho intitulado *Anedoctas de Elvas,* coligidas pelo corregedor Mendonça, com um prólogo de Pedro A. de Azevedo.

O Sr. *Lopes de Mendonça* ofereceu também à Academia, em nome do seu autor, para quem tem palavras de elogio, o novo livro do sr. Antero de Figueiredo intitulado: *D. Pedro e D. Inês.*

O Sr. *Presidente,* comunicou à Classe que por intermédio do govêrno fôra a Academia das Sciências de Lisboa convidada a fazer-se representar no Congresso de Sciências Históricas que se realiza em Londres de 3 a 9 de abril próximo. Ponderou que por todas as razões estaria natu-

ralmente indicado para representar a Academia nesse congresso o sr. Edgar Prestage, não só pela sua nacionalidade, como pela circunstância de se ter sempre ocupado proficientemente de estudos históricos. Encontrando-se porêm, em Lisboa, donde se não pode ausentar agora, o sr. Teixeira de Queiroz indicou o nome do sr. Raymund Beazley, professor de história da Universidade de Birmingham e membro da Real Sociedade da História de Inglaterra, que é sócio da Academia.

Esta indicação foi aceita pela classe, que resolveu que se consultasse o sr. Beazley sôbre se aceita ou não a missão referida.

O Sr. *António Baião* fez uma comunicação sôbre o *Poeta Pedro de Andrade Caminha e a Inquisição*. Começa por se referir aos trabalhos de Sousa Viterbo e da sr.ª D. Carolina Michaëlis de Vasconcelos sôbre o poeta Caminha, aos quais presta homenagem. Refere-se também à edição do dr. Priebs, feita sôbre um códice da Biblioteca Nacional e outro do Museu Britânico, o primeiro dos quais autógrafo. Diz que duas vezes subiu Caminha as escadas dos Estaos, uma para denunciar Damião de Gois, facto já conhecido, porque o documento está publicado, e outra um ano antes, facto que agora vem revelar. Lê uma denúncia inédita e desconhecida, feita por Caminha em 3 de julho de 1570, a qual sugere ao sr. António Baião várias considerações: primeiramente sôbre o valor histórico do documento, o máximo, porque se encontra num dos «cadernos do Promotor da Inquisição de Lisboa; em segundo lugar sôbre o móbil da denúncia e sôbre o denunciado, um dos numerosos emigrados de Portugal do século XVI, por motivos religiosos.

O sr. *Pedro de Azevedo* leu alguns trechos do diário de Herculano, durante as suas viagens pelo Minho e Beira nos anos de 1853 e 1854, que se referem às freiras de Lorvão e a Santa Rosa de Viterbo. O diário é escrito

sumariamente, e sôbre êle tencionava o ilustre historiador redigir várias cartas para dar a público, o que só se realisou com a que diz respeito à visita a Santarem. O manuscrito é ornado com a reproducção de algumas inscrições e de sinais de pedreiro. O diário será brevemente publicado no *Arquivo Histórico Português,* cujas páginas facultou o sr. Braamcamp. O proprietário do manuscrito é o sr. José Basto, amigo e companheiro de Herculano, que generosamente concedeu a licença para a impressão.

A propósito da passagem do diário de A. Herculano, lida pelo sr. Pedro de Azevedo, em que se diz que o pai de Fr. Joaquim de S. Rosa Viterbo era filho dum pedreiro, natural de Gondim, freguesia do termo de Valença, o Sr. dr. *José Maria Rodrigues,* que também é de Gondim, observou: que desde pequeno ouvia dizer que na sua família tinha havido um «frade que fazia livros»; que mais tarde averiguou que êsse frade era o autor do *Elucidario,* cujo pai nasceu na mesma casa em que também êle nasceu; que no século XVIII, e ainda no XIX, muitos dos pequenos lavradores da sua terra, terminadas as colheitas, costumavam ir para o Douro e para a Beira trabalhar de pedreiro durante o inverno, tendo o pai de Viterbo casado em Gradiz, Aguiar da Beira; que Viterbo provavelmente nasceu, e pelo menos foi criado, em Gondim, e professou no convento de Mosteiró, muito próximo daquele lugar.

O sr. *Leite de Vasconcelos,* a propósito do assunto tratado pelo sr. Azevedo, disse que à hora actual se conhecem vários grupos de manuscritos de Santa Rosa de Viterbo: uns, que compulsou há anos no Seminário de Viseu, e outros, que êle próprio adquiriu para si, por dádiva e por compra. Já em tempos lêra à Academia um artigo sôbre o assunto, o qual fôra publicado na *Revista Lusitana.*

O sr. *Anselmo Braamcamp* apresentou o resultado das suas buscas de opusculos raros de André de Resende;

teve a satisfação de encontrar, não só o *carmen erudito et elegans* dedicado a Erasmo e impresso em Basileia no ano de 1531 e outros opúsculos tambem extrêmamente raros, mais ainda a *Translatio... Responsae et sociae ejus*, impresso em Veneza em 1532, e ácerca da qual nenhuma referencia encontrou até agora nos livros de usual consulta e noutros.

A propósito da comunicação do sr. Braamcamp Freire, disse o sr. dr. *José Maria Rodrigues* que supoz em tempo que fôra Jorge Coelho o primeiro que empregara a palavra *Lusiadas* em obra impressa, embora Resende a tivesse já usado no *Vincentius*, ainda então inédito; mas que a sr.ª D. Carolina Michaëlis mostrára que a passagem de Resende se achava reproduzida na *Oratio pro rostris*, publicada antes da poesia de Jorge Coelho; que o equivoco veiu do facto de estar errada na *Biblioteca Lusitana* de Barbosa Machado a data de *Oratio* (1554 em vez de 1534) e em não conhecer nenhum exemplar da referida *Oratio*, tendo-se até descaminhado o exemplar manuscrito que havia na Biblioteca da Academia. Vê-se, porêm, que a palavra *Lusiadas* é ainda anterior à *Oratio pro rostris*.

O Sr. *Presidente* frisou o alto interesse que tivera a sessão.

Não havendo mais de que tratar, encerrou-se a sessão.

II

ESTUDOS E DOCUMENTOS

Rerum Aethiopicarum Sriptores occidentales inediti a saeculo XVI ad XIX, curante C. Beccari; Romae, 1903-1912

(Nota lida na sessão da 2.ª Classe de 12 de dezembro de 1912)

É meu desejo, e quási um dever, chamar a atenção da 2.ª Classe da Academia para uma publicação monumental e por tantos motivos interessante; quero referir-me à publicação que tem por título: — *Rerum Aethiopicarum Scriptores occidentales inediti a saeculo XVI ad XIX:* — *Escritores occidentais ineditos dos negócios de Etiopia desde o século XVI até ao século XIX,* — publicada em Roma sob a direção do sr. Camillo Beccari. Mas para melhor fazer compreender a importância desta publicação, traçarei um resumido quadro das relações de Portugal com Etiopia nos séculos XVI e XVII.

Uma das causas, que moveu os reis de Portugal a procurar descobrir o caminho marítimo da Índia, foi para entrar em relações de amizade com um soberano, que chamavam Preste João, o qual segundo algumas escassas e confusas notícias, se dizia ser cristão e dominar em dilatadas províncias da Asia, sem se precisar a região em que os seus estados eram situados.

Depois da descoberta da Índia por Vasco da Gama, e

que os Portugueses alcançaram mais completo conhecimento daquelas regiões, como na Índia própria não havia notícia do Preste João, foi êste identificado com o soberano de Etiopia, de quem então começava também a haver alguma notícia, o qual era efectivamente cristão, e dominava em numerosas e extensas províncias da costa oriental de África.

O rei D. Manuel, tendo recebido por diversas vias informações mais circunstanciadas e precisas a respeito do rei de Etiopia e do seu reino, enviou por via da Índia ao soberano daquele país uma embaixada com o fim de assentar com êle relações de amizade e de comércio. A embaixada demorou-se alguns anos em Etiopia, e percorreu muitas das suas províncias; trouxe para Portugal e para a Europa o conhecimento da extensão do mesmo reino, e da civilização da sua nação; e reconheceu que os povos daquele reino eram efectivamente cristãos, mas dependiam da Igreja de Alexandria, isto é, eram Jacobitas. Desde então todos os cuidados e esforços empregados por D. Manuel, e depois por D. João III, seu filho e sucessor, em relação aos cristãos de Ethiopia, tiveram por fim trazer os mesmos cristãos para o grémio da Igreja católica.

Em 1541 ofereceu-se uma ocasião favorável para renovar e estreitar as relações de amizade entre Portugal e Etiopia. Por ordem de D. João III, o governador da Índia, D. Estêvão da Gama, saíu de Gôa com uma poderosa armada, e entrando pelo Mar Roxo seguiu até Suez com o fim de destruír as galés, que os Turcos ali estavam aparelhando com intento de expulsar da Índia os Portugueses. Quando o governador regressava de Suez e chegou a Maçua, recebeu cartas da raínha Sabla Uangel, mãe de Galaudeuos, que então reinava em Etiopia, e do governador da província de Tegre, que confinava com o mesmo porto, nas quais lhe pediam socôrro contra os mussulmanos de Adal, que sob o comando do emir Ahmad ben-Ibrahim,

cognominado o Granhe (canhoto), tinham invadido o reino de Etiopia e quási todo o senhoreavam. O governador da Índia fez desembarcar 400 soldados portugueses, que armou de espingardas e algumas bombardas, e dêles fez capitão seu irmão D. Cristovão da Gama, e os mandou em socorro do rei de Etiopia. Os feitos heróicos dêsses valentes são ainda hoje comemorados nas tradições da nação; depois de alguns combates, em que morreram muitos dos Portugueses e o próprio D. Cristovão da Gama, os Portugueses venceram os mussulmanos, perecendo no combate de um tiro de espingarda o terrível emir de Adal, desbarataram o seu exército, e libertaram o reino do jugo dos mussulmanos.

Os Portugueses, que sobreviveram da guerra, ficaram vivendo em Etiopia por ordem do rei de Portugal, que os socorria todos os anos com certa quantia para sua sustentação. O rei Galaudeuos, diz-se, que prometera ao capitão dos Portugueses dar obediência ao Papa de Roma, e aceitar o Patriarca e Padres enviados pelo rei de Portugal, isto é, reduzir-se êle e todos os da sua nação à religião católica; e os Portugueses assim o escreveram ao governador da Índia e ao rei de Portugal. D. João III encarregou os Padres da Companhia de Jesus de reduzir à fé católica o reino de Etiopia; e solicitou e alcançou do Papa Júlio III a criação do Patriarcado de Etiopia, nomeando seu primeiro Patriarca D. João Nunes Barreto, e seus coadjutores e futuros sucessores D. André de Oviedo e D. Melchior Carneiro. Dêstes sómente D. André de Oviedo entrou em Etiopia acompanhado de alguns Padres e irmãos da Companhia de Jesus, a fim de dispôr as cousas para o recebimento do Patriarca. Pouco depois os Turcos ocuparam a ilha de Maçua e outros portos do Mar Roxo, pelos quais se comunicava com o reino de Etiopia, de modo que durante muitos anos não foi possivel a nenhum português entrar nem saír daquele reino.

Não é para êste lugar fazer a narração dos sucessos da missão católica de Etiopia; pouco próspera no princípio, estava quási extinta no fim do século XVI pelo falecimento do Bispo, Padres e irmãos da Companhia de Jesus, que lá tenham entrado, e por falta de comunicação com a Índia; mas no começo do século XVII, restaurada pela inquebrantável perseverânça e zêlo ardente do P. Pero Pais, ela foi em tanto crescimento, que o rei Seltan Sagad, que então reinava, e, a seu exemplo, os grandes da côrte, e a maior parte da gente da sua nação, deram obediência ao Papa de Roma, e aceitaram como Patriarca D. Afonso Mendes, nomeado pelo rei de Portugal. Pouco depois, porêm, a reação promovida pelo antigo clero, que se não tinha submetido à disciplina eclesiástica do novo Patriarca, foi causa de grandes revoltas e lutas, que só terminaram depois da morte do rei, quando Fasiladas, seu filho e sucessor, expulsou do seu reino o Patriarca e todos os Padres da Companhia de Jesus.

Do que fica dito conclue-se que a principal causa das relações entre Portugal e Etiopia foi a conversão desta última nação à religião católica; e como esta conversão foi obra dos Padres da Companhia de Jesus, resulta que os escritos dos ocidentais relativos aos negócios de Etiopia nos séculos XVI e XVII tem por principal assunto os sucessos da missão católica de Etiopia. Mas êsses escritos — e êste é o principal motivo por que eu chamo a atenção da 2.ª Classe da Academia para a publicação que atrás mencionei — contêm tão numerosas, tão extensas, e tão circunstanciadas notícias históricas do reino de Etiopia, que só isso bastaria para lhes dar grande importância; mas não é sómente para a história de Etiopia que os mesmos escritos são valiosos; êles interessam tambêm à geografia, porque neles se faz a descrição do país, dos seus montes e vales, dos seus rios e lagos; à etnografia, porque neles se enumeram as gentes que o habitam, e se descrevem

os seus usos e costumes; à zoologia e botânica, porque neles se dá notícia dos seus animais e plantas mais notáveis; à mineralogia, porque neles se mencionam as riquezas minerais do seu solo; e enfim à arqueologia, porque neles se conservou memória das suas mais insígnes antiguidades. Deve ainda acrescentar-se que os autores dos mesmos escritos não foram viajantes ou exploradores, que, percorrendo o país em poucos meses, não tiveram tempo de conhecer com minuciosidade o país e os seus habitantes; mas são devidos a pessoas, que residiram no país largos anos, dêle fizeram nova pátria, e procuraram torná-la conhecida dos Irmãos da Europa, a fim de acender o seu zêlo e de os atraír para aquela missão.

*

A publicação — *Rerum aethiopicarum scriptores occidentales inediti* — deve constar de dezasseis volumes, e foi devida à iniciativa do sr. Camillo Beccari; e tanta diligência tem empregado na sua execução, que em menos de nove anos foram publicados doze grossos volumes em 4.º, com um total de mais de 6000 páginas de texto.

O volume I, publicado em 1903, tem por título: *Notícia e extratos das obras e documentos ineditos relativos á historia de Ethiopia nos seculos XVI, XVII e XVIII.* Neste volume o sr. Camillo Beccari divide os documentos, que se propõe publicar, em três grandes classes:

1.ª Histórias e tratados históricos;

2.ª Relações e cartas dos jesuitas;

3.ª Relações e cartas de outros personagens.

De todos estes documentos dá o sr. Camillo Beccari uma notícia diplomática, e indica os arquivos e bibliotecas se encontram os manuscritos, faz uma breve análise dos principais documentos, ajuntando interessantes extratos e fac-similes.

Os volumes II e III, publicados em 1905-1906, contêm a *Historia de Ethiopia*, escrita em português pelo P. Pero Pais. Esta obra é a pérola de toda a colecção; ela foi a base fundamental de todas as obras posteriores do mesmo género. Não é possivel mostrar em poucas palavras o alto valor desta obra; ela compreende a história política e religiosa de Etiopia desde a sua mais remota antiguidade de que há memória até ao tempo da morte do autor (1622); e contêm, alêm da narração dos sucessos históricos, preciosas notícias geográficas, etnográficas, etc. É nesta obra que se encontra a mais antiga descrição das celebradas Fontes de Nilo (Nilo azul, isto é, Abaui), que o P. Pero Pais visitou em 1618; mas cuja descoberta pretendeu ter feito no fim do século XVIII o célebre viajante escocês James Bruce, aliás muito notável pelas suas viagens, pelos seus estudos, e pela preciosa coleção de manuscritos etiópicos que trouxe da Abissínia, com os quais enriqueceu a Biblioteca de Oxford. Os testemunhos da *Historia de Etiopia* são: os livros históricos escritos pelos naturais na língua literária do país, que o P. Pero Pais sabia; as pessoas mais autorizadas que no seu tempo (1603-1622) viviam em Etiopia; e êle mesmo a respeito das cousas que êle viu, e dos factos cuja relação êle ouviu. Esta obra foi publicada segundo o manuscrito autógrafo de P. Pero Pais, existente nos arquivos da Companhia de Jesus.

O volume IV, publicado em 1906, contêm três tratados histórico-geográficos, escritos em português, pelo P. Manuel Barradas; os seus títulos são:

1.º *Do estado da Santa Fé Romana, quando se lançou o pregão contra ella;*

2.º *Do reino de Tigrê e dos seus mandos em Ethiopia;*

3.º *Da cidade e fortaleza de Adem.*

No segundo dêstes tratados descreve-se com grande minuciosidade a província de Tigrê, onde foi o principal assento da missão católica. Êste tratado foi traduzido em

italiano pelo sr. Camillo Beccari, que o publicou com elucidativas notas e interessantes fototípias.

No terceiro tratado descreve-se a antiga cidade de Adem, cuja importância estratégica e comercial reconhecera no comêço do século XVI o grande Afonso de Albuquerque.

Os volumes V, VI e VII, publicados em 1907-1908, contêm a *Historia de Ethiopia a alta ou Abassia*, composta em português pelo P. Manuel de Almeida, de que já era conhecido o manuscrito existente no Museu Britânico. Esta obra é uma recapitulação da *Historia de Etiopia* composta pelo P. Pero Pais, e continuada com a narração dos sucessos da missão católica de Etiopia até ao ano de 1646, em que o P. Manuel de Almeida faleceu. A *Historia de Etiopia a alta*, refundida pelo P. Baltasar Teles, mas não melhorada, foi publicada em Coimbra, em 1660.

Os volumes VIII e IX, publicados em 1909-1910, contêm a *Expedição de Ethiopia*, escrita em latim, pelo Patriarca D. Afonso Mendes. Nesta obra o Patriarca D. Afonso Mendes, depois de dar uma breve descrição geográfica do reino de Etiopia e um resumo da sua história política, faz a relação dos acontecimentos políticos e religiosos do mesmo reino desde a sua entrada em Etiopia em 1626 até à expulsão dos Padres da Companhia de Jesus em 1633, completando-a com a relação das perseguições que sofreram os católicos, que ficaram em Etiopia até ao ano de 1652. A *Expedição de Ethiopia* é por assim dizer a apologia, que D. Afonso Mendes escreveu da sua administração do Patriarcado de Etiopia.

Cada um dos tratados históricos publicados nos volumes II a IX, são precedidos de eruditos prólogos, em que é dada a biografia do autor, e se indicam as fontes que serviram para a composição da obra; e no fim de cada um dêles ajuntou-se um índice dos nomes próprios e dos factos mais notáveis, o que facilita muito a consulta e o estudo.

Os volumes X, XI e XII, publicados em 1910, 1911 e

1912, contêm relações e cartas de diversos personagens, relativas à missão católica de Etiopia desde 1534 até 1635. O volume X contêm 148 documentos; o volume XI contêm 67 documentos; e o volume XII contêm 136 documentos. Não é possivel dar aqui ideia da riqueza, tanto pela sua importância como pela sua extensão, dos documentos contidos nestes três volumes: são bulas e breves dos Papas; cartas dos reis de Portugal e dos reis de Etiopia; cartas dos Viso-reis e Governadores da India, dos Patriarcas D. João Nunes Barreto e D. Afonso Mendes; dos bispos D. André de Oviedo e D. Melchior Carneiro; e dos principais Padres da Companhia de Jesus que servirão na missão. Mencionarei aqui sómente um por me parecer que até agora não era conhecido entre nós. O número 3 do volume X é uma carta do Infante D. Afonso, irmão de D. João III, Cardeal da Santa Sé, e arcebispo de Lisboa, dirigida ao rei de Etiopia Lebna Denghel, escrita em 20 de março de 1539. Esta carta é um tratado contra os êrros dos Abexins a respeito da fé católica. Nela o Cardeal D. Afonso congratula-se com o rei de Etiopia por ter dado obediência ao Pontífice romano; exhorta-o a tirar os abusos religiosos, que se opõem à puresa da fé católica; demonstra-lhe por meio de muitos argumentos, tirados da Escritura, dos Concílios e dos Santos Padres, que não é licita a circuncisão, a guarda do sábado, e a reiteração do baptismo; e termina por lhe recomendar que dê crédito a D. João Bermudes, que vái ser portador da mesma carta e regressar a Etiopia.

Para os volumes XIII, XIV, XV e XVI tem o sr. Camillo Beccari já reunidos os documentos que os hão de constituir; e esperam sómente a sua impressão para serem publicados; e é para desejar que o sejam com a mesma brevidade, que os volumes anteriores.

A publicação de tão grande número e de tão importantes documentos foi possivel ao sr. Camillo Beccari, porque em

razão do seu alto cargo, tinha à sua disposição os arquivos da Companhia de Jesus; mas êle não limitou as suas investigações aos mesmos arquivos; aproveitou o que havia de importante no Museu Britânico, e nos arquivos e bibliotecas de Madrid e de Lisboa.

Do que precede resulta que os tratados históricos publicados nesta coleção colocam-se a par dos *Monumentos ineditos para a historia das conquistas dos Portugueses em Asia, Africa e America,* publicados pela Academia, e completa-os no que diz respeito a Etiopia, onde os Portugueses, se não exerceram domínio político, tiveram durante mais de trinta anos influência preponderante no domínio religioso. E os documentos diplomáticos contidos nos volumes X e seguintes formam um suplemento ao *Corpo diplomático português*, tambêm publicado pela Academia, e respeitante às relações politicas de Portugal com Etiopia durante um período de mais de um século. Mas não é sómente para os Portugueses, e de um modo mais geral, para os Ocidentais, que esta coleção de tratados históricos e documentos é importante; os Abexins, que é de presumir, que renovem a maravilha, operada pelos Japoneses, de assimilar em poucos anos a civilização dos povos da Europa, e quási excede-los em cultura literária e scientífica, quando de futuro procurarem conhecer a história política e religiosa da sua nação nos séculos XVI e XVII, será nos tratados históricos, escritos pelos Portugueses, que êles encontrarão as mais completas e minuciosas notícias; e sem dúvida saberão apreciar o relevante serviço prestado pelos seus autores, e ainda a obra muito meritória do sr. Camillo Beccari, que salvou os mesmos documentos da acção destruidora do tempo, e os fez conhecidos do mundo culto.

Francisco Maria Esteves Pereira.

Sôbre Fr. Francisco de Santo Agostinho de Macedo

O nosso falecido consócio Sousa Viterbo tratou num dos seus numerosos trabalhos de Fr. Francisco de Santo Agostinho de Macedo, estudo que foi publicado no *Arquivo Histórico Português,* no volume correspondente ao ano de 1910, o último trabalho dêle, que apareceu nesta autorizada publicação, só publicada depois da morte do autor. Escuso, pois, de me referir a algumas parcelas da vida daquele português ali enceleiradas e que muito adiantam o que sabiamos a respeito do nosso compatriota que em Veneza se celebrizou de modo brilhante, posto que, ao que me parece, sem utilidade prática. O referido trabalho de Sousa Viterbo é acompanhado de uma gravura que reproduz o retrato do erudito frade.

Não são muitos os portugueses que tem só pelo valor intelectual adquirido nomeada no estrangeiro e até de século para século vai o seu número diminuindo. No século que findou foi por certo o Visconde de Santarêm o que ganhou a palma nêsse sentido, sendo as suas obras, pode-se dizer, hoje clássicas na história da geografia.

No século XVI houve muitos portugueses bem acolhidos, uns de grande nomeada, outros de quem pouco mais se sabe do que o nome, pertencendo a estes um certo António Rodrigues de Araújo, que estava habilitado a servir os reis de Portugal em qualquer parte da cristandade, como se vê pela carta que trascrevo:

«Senhor — Antonio Rodriguez de Araujo criado de V. A. y oyente mio muy modesto, quando se partio de aqui me

rogo, que informasse a V. A. de lo que del sintia. Lo primero, que yo serenissimo señor com verdade puedo escreuir es, que el tiene acertada persona y escogida criança y manera muy mesurada de conseruar, y tractar com hombres, para qualquiera parte de la christianidad a mi parecer. Lo segundo, que esto puedo hazer en cuatro lengoas, que sabe bien, y por ventura meior, que otro ninguno del reyno .s. Portugues, frances, toscano y latim que lo tiene muy bueno. Lo tercero que todo el tiempo, que el ha estado ex vi sano ha sido muy buen oyente continuo y attento y aunque no ha dado aun muestra alguna publica de lo que sabe en derecho canonico. Pero por lo que sabe en otras facultades y por su attenta y continua auditio y modesta y honesta manera de bivir presumo, que sabe lo que se deve y puede para el tiempo que ha estudiado, como el lo mostrara al tiempo devido plaziendo a da divina majestad que vuestra humana guarde y prospere con su sancto amor y temor para mucha gloria temporal y aeterna. Amen En Coimbra y 12 de Julio — La Real mano de V. A. muy humildemente bejo — *M. de My... doctor. Sobrescrito:* Al Rey n. s.» [1].

É lamentavel, porêm, que se não consiga ler o nome do autor desta carta.

Voltando a Fr. Francisco de Santo Agostinho de Macedo, de quem me afastei, vou transcrever a seu respeito umas notas biográficas que achei num codice da Torre do Tombo que tem o seguinte título:

Jornada a Roma que por ordem del Rey N. S. D. Affonso VI fez F. M.^{el} da Conceição prelado dos Descalços de N. P. S. Agostinho neste Reino em ordem a propagar nelle o ditto Instituto. Escritta por José de S. Theresa, seu companheiro ao Doutor Belchior do Rego e Andrade secre-

---

[1] *Cartas Missivas*, Maço 2.º, n.º 296.

tario da Princeza N. Senhora e Chanceller da Casa da Suplicação etc. [1]

A jornada começou em agosto de 1666, quando os frades saíram de Lisboa, pela via marítima em direcção a Inglaterra, donde passaram a Roma atravessando a França. São extremamente curiosas as notícias que dá o autor do itinerário, que não se limita aos assuntos da sua profissão espiritual.

Na viagem em Italia os viajantes encontraram Fr. Francisco de Santo Agostinho de Macedo que lhes conta os projectos que tem em mente, o que eu aqui reproduzo.

«Embarcamos com o mesmo barqueiro, e nouo frete para Liorne, uindo pella ribeira do mar por algũas legoas quasi a mesma continuação de casas, Palacios, e lugares, que antes de Genova. A noite chegamos a Sestre de Leuante uilla posta em hũa lingua de terra que se mete dentro no mar. Entramos na Igreia onde estaua Monsenhor João Bautista de Dece Genouez Religioso Caetano, Bispo de Brinhate, que se achaua uisitando esta uilla, em que tem os Bispos Palacio. Fallou nos e nos fez hum grande panegirico do nosso Portuguez Macedo, e nos pedio o recommendassemos a elle muito. (Pg. 57).

«Na manham que chegamos a Florença encontramos o nosso Portuguez Fr. Francisco de Macedo. Vinha de Veneza de dispor a impressão de hum seu livro, cujo assumpto hé mostrar a concordia do N. P. S. Agostinho nas suas obras, com as orações que usa a Igreia no Officio Divino. Elle nollo cõmunicou em Roma, e nos pareçeo obra só digna de Macedo tão uersado nas de S. Agostinho. Emprendeo o seu grande amor a este grande santo, com certo fim que nos communicou. Deixou Macedo seu nome immortalizado em

[1] *Codice*, n.º 1092.

Veneza: porque em oito dias continuos, quasi de repente defendeo publicamente (e nos vimos estampadas as conclusões) toda a Theologia Especulativa, moral e Expositiva; toda a Historia Sacra, Eclesiastica e secular; toda a Filosofia; toda a Rhetorica; e toda a Poetica, obrigando se a responder em verso, o que se lhe preguntasse e a descrever no mesmo qualquer cousa que se lhe pedisse; e no dia dos versos diz que disse mais de dous mil. Admirarão se os venezianos; e em credito do conceito que formarão de Macedo o fizerão seu cidadão (honra de grande estimação em Italia, e que logrão os Cardeaes Barberinos): e o Duque lhe fallou em Senado (cousa que não costuma fazer) dizendo lhe que era hum milagre, e que em reconhecimento de sua miraculosa virtude (chamão em Italia virtuoso ao homem de partes) o querião honrar e honrar se com o fazerem seu cidadão. Fez hum epigrama, o qual em competencia de outro de Sanazaro (me parece) se poz para ficar para sempre publico no Senado. Finalmente lhe offerecerão hũa cadeira na Universidade de Padua, que elle não aceitou por ser contra seu instituto, e poderia ser agravo a S. S.de que lhe dera Cadeira na Sapiencia de Roma. Hũa e outra cousa, assi o desagravo de S. S.de como a dispensação para ter cadeira se offerecerão a alcançar. Com isto voltava a Roma com tenção de se restituir a todos os lugares que tinha perdido, quando chegamos á curia per hum crime que lhe imputarão, sendo a ocasião disso sua singeleza (que hé grande); mas liurousse tão bem, que ia agora tinha a Cadeira da Sapiencia, e disse nos elle, que auia de aceitar a de Padua, para que com os seus redditos se desempenhasse de alguas dividas contrahidas pellas impressões dos seus livros e pudesse emparar hũa sobrinha; e que despois de dous annos (que bastauão por lhe offerecerem grosso salario) determinava vir morrer a Portugal.

«Levounos o Padre Macedo ao nosso Convento dos Des-

calços e despois de iantarmos o mandou buscar em hũa carroça o Princepe Leopoldo de Medices (agora Cardeal) Irmão de Grão Duque. (Pg. 122)».

Pedro de Azevedo.

Gil Vicente, poeta-ourives

Notas

Beneméritos das letras pátrias teem ultimamente posto de novo em voga a pessoa e as obras de Gil Vicente, ora estudando as particularidades da vida do poeta e narrando-a, ora facilitando a apreciação das suas produções dramáticas, trazendo-as ao palco, como que popularizando-as. Com simpatia tem sido o movimento acompanhado por todas as pessoas de bom gôsto que aplaudem e folgam de auxiliar estas tentativas de divulgação de um género bem digno de aprêço da nossa tão rica e tão esquecida literatura quinhentista.

Dada a corrente e sabido o meu interesse pelo assunto, não me será levado a mal deixar-me por ele arrastar e a Academia permitirá, espero, que a propósito de um livro há poucos dias publicado pelo nosso consócio Brito Rebelo, eu profira algumas palavras acêrca de Gil Vicente.

Em Fevereiro de 1907 apareceram no «Jornal do Comércio», subordinados ao título de *Gil Vicente poeta-ourives,* uns artigos meus que deverão entrar no segundo volume da *Crítica e História,* quando eu tiver vagar para tratar disso.

Nos tais artigos, depois de recordar ter sido Camilo Castelo Branco, quem, em 1881, pela primeira vez na imprensa, sem invocar documentos e unicamente fundado em dizeres de genealogistas, pretendera provar a existência de um Gil Vicente poeta e outro ourives; — depois de irrefragávelmente patentear as adulterações com que

pelo Visconde de Sanches de Baena, no seu *Gil Vicente,* haviam sido apresentados ao público certos documentos que se encontram registados no Arquivo Nacional, tornando por êste facto indígnos de fé os mais documentos particulares alegados por aquele linhagista e contraditados alguns dêles nas suas afirmações por outros reconhecidamente autênticos, facto já em 1902 apontado pelo General Brito Rebelo no seu primeiro *Gil Vicente;* — depois de mostrar à vista de provas documentais ou de induções delas derivadas, que as afirmações de certos genealogistas, único fundamento sobrevivente à anulação dos tais documentos para provar a dualidade do poeta e do ourives, eram confusas, infundadas e opostas à verdade já averiguada; — depois de me referir ao uso constante na côrte de diferençar os homónimos na mesma família, e até de diversas, com as designações de *velho* e *moço*, uso tão arreigado que nem dêle eram isentos os mais altos senhores do reino, como, por ex., o Coudel mór e o Escrivão da Puridade, em documentos designados por Fernão da Silveira o velho e Fernão da Silveira o moço; — depois de frisar ser inadmissível que tal prática se não mantivesse nos documentos régios relatívos ao poeta e ao ourives, se fossem duas pessoas diversas; — depois dêstes argumentos, agora muito sumáriamente aqui reproduzidos, continuava com as seguintes palavras na demonstração de haver sido o Gil Vicente poeta e o Gil Vicente ourives, uma única pessoa:

«Estas e outras confusões (dos que pretendem fazer dos dois uma só pessoa), estes e outros equivocos tẽem sido desfeitos pelos documentos até agora conhecidos; mais provas, talvez de futuro apareçam, desnecessárias, inda assim, para validarem a identificação do poeta com o ourives, isso é matéria julgada, uteis unicamente para a confirmarem. Devido porêm ao desaparecimento de grande parte da Chancelaria de D. Manuel... (Aqui há uma citação

que neste momento desprezarei bem como todas as mais que aparecerem. Volto atraz:) Devido porêm ao desaparecimento de grande parte da Chancelaria de D. Manuel, e à maneira defeituosa como os documentos estão guardados na Tôrre do Tombo, só o acaso poderá proporcionar (¿amanhã? ¿daqui a cinqùenta anos?) a algum feliz investigador o encontro doutros testemunhos.

«É materia julgada disse acima, e torno a repeti-lo, porque nem sequer a prova directa, positiva, coeva, irrefragávelmente autentica, lhe falta.

«De três especies são os principais fundamentos, base da crítica histórica: o documento e monumento, coevo e autentico; as memorias e escritos, contemporâneos e fidedignos; a tradição continua.

«Esta, não nos falta; o documento, é presumivel que se descubra, a memoria contemporânea e fidedigna, quási com a valia de um documento, tais são as garantias de que vem acompanhada, teve a felicidade de encontrar o Sr. Brito Rebelo.

«No principio do verso da fôlha 20 do livro XLII da Chancelaria del rei D. Manuel está registada a carta de 4 de Fevereiro de 1513, pela qual Gil Vicente, ourives da rainha D. Leonor, foi nomeado mestre ínterino da balança da Casa da Moeda de Lisboa. Junto a êste documento está a prova; antes porêm, para se compreender bem toda a sua fôrça, algumas palavras de explicação tornam-se necessárias».

Nestas palavras de explicação expus minuciosamente a prática geral seguida com os livros de registo da Chancelaria de D. Manuel; chamei a atenção para as cotas postas pelo próprio escrivão à margem dos diplomas por êle registados, declarando a sua especialidade e o nome da pessoa ou entidade a que se referiam; tambêm chamei a atenção para os sumários a tinta vermelha sobrepostos aos documentos que se haviam de trasladar nos livros da in-

titulada Leitura Nova; e vindo à especialidade do tal livro XLII, observei que nele, alêm das indicadas notas, existiam, contemporâneas tambêm, desde fls. 5 v.º até 22, mais algumas pouco numerosas e breves cotas escritas com tinta preta na parte superior de alguns registos sem sumário à margem, e passando a concluír a minha demonstração, escrevi:

«Não sabemos qual a mão que traçou aquelas cotas; mas pela maneira franca, decidida, como estão lançadas, vê-se que foram escritas às claras por quem tinha, não só autoridade para o fazer, mas pouco tempo para despender com serviço tão secundário, a breve trecho interrompido. Aquilo não foi obra de nenhum subalterno e muito menos de nenhum estranho, a quem o acesso ao arquivo, dificultoso um século depois, seria então absolutamente vedado. Na Tôrre do Tombo, na primeira metade do seculo XVI, existiam apenas, afóra os guardas, certamente analfabetos, dois empregados efectivos, o Guarda mór e o Escrivão; alêm dêstes, trabalhavam nas copias da Leitura Nova pessoas escolhidas, eclesiásticos todos, segundo parece; dirigiam e reviam êste serviço vários letrados. Os escrivães da Leitura Nova operavam sob a inspeção do Guarda mór, interino ou efectivo, limitavam-se pois ás copias e não lançavam notas nos registos originais. Não são portanto dêles as tais cotas, mas, evidentemente, dalgum dos outros; qual? não se pode por ora dizer.

«Ora, no alto do verso da fôlha vinte dêste livro XLII, por cima do registo da carta régia que nomeou mestre da balança da Moeda de Lisboa a Gil Vicente, ourives da rainha D. Leonor, mão autorizada escreveu êste sumário: GIL VICENTE TROUADOR MESTRE DA BALÃÇA.

«Estas palavras, escritas em vida de Gil Vicente por pessoa que não podia adivinhar as futuras dúvidas acêrca da identidade do poeta e do ourives; por pessoa que tinha faculdade especial para dentro da Tôrre do Tombo anotar

livros da Chancelaria régia nesta e, note-se, em várias outras fôlhas; estas palavras, repito, dadas todas as circunstâncias acima especificadas, revestem-se de tal autoridade e pêso que equivalem a um documento, autentico, coevo, sem falta de nenhum requisito para merecer inteira fé em toda a parte; com tal fôrça, em suma, que só outro documento o poderia destruir.

«Não há sofismas argutos, não há subtilezas artificiosas, que tenham o poder de nem de leve abalar o crédito daquelas palavrss, escritas em hora feliz.

«Gil Vicente ourives e Gil Vicente poeta foram o mesmo homem.

«Assente êste facto indubitável, tudo o sabido da vida de Gil Vicente se harmoniza, tudo se explica, não ha confusões, não há embaraços. Percebemos perfeitamente as razões por que êle é quási sempre antonomasticamente designado; por que é que, sem mais explicação, o segundo Afonso de Albuquerque, nos *Comentarios,* se refere ao filho de Gil Vicente: — D. Manuel manda em 1520 Gil Vicente à Câmara de Lisboa para dirigir as festas da sua entrada; — D. João III concede certas tenças a Gil Vicente; por que é, finalmente, que a Inquisição, tão cautelosa sempre em deixar bem deslindadas as particularidades dos delatos, recebe uma denuncia contra «Luis, filho de Gil Vicente», sem outra individuação.

«Gil Vicente era só um; não careciam os contemporâneos de mais particularização para o distinguirem».

*

Nisto ficara, nisto estava, com a satisfação de já vêr adoptado o meu parecer pelo erudito professor Dr. Mendes dos Remédios no prólogo da nova edição das *Obras* de Gil Vicente, quando me foi anunciado o descobrimento de um documento ignorado, que vinha destruír toda a prova da

individualidade única do poeta e do ourives. É fácil calcular a anciosa espectativa em que fiquei. Apareceu agora o documento; publicou-o o general Brito Rebelo no seu segundo *Gil Vicente*, e fiquei tranqùilo.

Com perfeita serenidade e absoluta despreocupação apreciarei em breves palavras a importância do novo achado do indefesso e venturoso pesquizador do riquíssimo tesouro da Tôrre do Tombo.

No Corpo Cronológico encontrou o General um mandado de 19 de Junho de 1535 do Védor da Fazenda Real para o Tesoureiro da Casa del Rei entregar a Gil Vicente oito mil reais da sua vestearia do dito ano. A vestearia parece que era devida ao filho, Belchior Vicente, mas isso não vem agora ao caso. Por baixo do mandado lê-se o recibo passado em Évora, a 11 de Agosto seguinte, e assinado por Gil Vicente. É aqui, na assinatura, que está o escolho.

A respeito dela diz o Sr. Brito Rebelo: «É muito diferente da que autentica o recibo de 25 de Setembro de 1525, dez anos antes, mostrando que são dois individuos». Na errata emenda-se uma deplorável inadvertência na revisão das provas tipográficas dêste trecho: O primeiro recibo é de 1515 e portanto o intervalo entre os dois é de vinte e não de dez anos.

Começarei por notar que a ilação tirada aqui em absoluto da diferença entre as duas assinaturas é tudo quanto há de mais forçosa, e tanto que o próprio General lá muito mais adiante, na página 139, diz: «Não estando ainda completamente esclarecida a dúvida acêrca da individualidáde de Gil Vicente, poeta e ourives, etc.». Ora isto não pode ser. Ou as assinaturas são de dois homens diversos, como se afirmara na página 12 e está o caso resolvido; ou as diferenças entre elas não teem, como realmente não teem, importância especial. ¿Então, mesmo em dez anos, quanto mais em vinte, não se podem dar cir-

cunstâncias que insensivelmente vão alterando a assinatura de uma pessoa? Há apenas quatro anos, que estou na Câmara Municipal de Lisboa; comparem a minha assinatura de hoje com a anterior a Novembro de 1908 e verão a enorme diferença existente entre as duas.

Não é porêm, creio, caso análogo o que se dá com a firma de Gil Vicente. Êle não se viu forçado no serviço da balança da Casa da Moeda a assinar tantos papeis, que da repetição do acto resultasse modificação na conformação da letra. Não, Senhor. Foi propositadamente que aperfeiçoou a sua assinatura, querendo-lhe dar o aspecto de mais... não sei como diga, de mais correcta, de mais erudita supunhamos. Em 1515 escreveu *gill*, com *g* minúsculo e dois *ll;* em 1535, com *G* maiúsculo e um só *l*. Da primeira vez pôs *uiçemte*, com *u, i, ç* cedilhado, *e, m, t, e;* da segunda vez, *v, i, ç,* cedilhado, *ẽ* til, *t, e*. A antiga assinatura *gill uiçemte* passou a ser *Gil viçẽte*. ¿Não creiem perfeitamente explicável a alteração?

O que eu encontro no novo achado do General Brito Rebelo é mais um documento para provar que na côrte só havia um Gil Vicente. O Védor da Fazenda ordenando ao Tesoureiro que entregasse oito mil reais ao poeta, nenhum receio de engano tinha e nem lhe passou pela cabeça a possibilidade do dinheiro ir parar à mão do ourives, porque êste e o outro eram o mesmo homem.

*

Agora, já que estou tratando de Gil Vicente, assunto muito da minha predileção, pedirei vénia para mais algumas considerações a seu respeito.

Parece que os meus artigos de 1907 acêrca dêle, aos quais no princípio me referi, não foram tomados em consideração pelo General Brito Rebelo, apesar de eu lhos

ter remetido, se bem me recordo; pelo menos não os aponta na secção «Bibliografia» do seu segundo *Gil Vicente.*

Nos tais artigos discordava e continuo ainda a discordar de algumas das afirmações contidas no primeiro *Gil Vicente* daquele autor e mantidas no segundo. As principais discordâncias são quanto à data do nascimento do poeta e quanto à primeira obra por êle composta, dentre as hoje conhecidas é claro.

Discordo absolutamente do processo de querer encontrar dados auto-biográficos dos autores em obras de fantasia [1]. Assim quanto ao ano do nascimento de Gil Vicente, querendo ir procura-lo a indicações ministradas nas suas obras dramáticas, tão bom fundamento temos para o supôr nascido em 1452, conforme se depreende de certas palavras da farça do *Velho da horta,* como em 1470 se atendermos ao que se deduz de outra passagem na comédia da *Floresta de enganos.* E note-se que qualquer das datas é aceitável quanto à duração da vida, pois que no primeiro caso ela atingiria os oitenta e sete ou oitenta e oito anos, e no segundo os setenta. Não é porêm permitido hoje em dia assentar afirmações históricas sôbre bases tão instáveis.

Temos todavia palavras do próprio Gil Vicente que merecem inteiro crédito e nos podem proporcionar, quando cabalmente interpretadas, dados fidedignos para avaliarmos aproximadamente a sua idade. São elas as da carta por êle endereçada nos princípios do ano de 1531 a D. João III, a propósito dos desatinos dos frades de Santarêm em se-

[1] No *Auto da Lusitânia* (pág. 275 do III vol. da ed. de Hamburgo) declara Gil Vicente ser natural da Pedreneira, filho de uma parteira e de um albardeiro, e tecelão de seu ofício: ¿existirá quem aceite como verdadeiro qualquer dêstes dados auto biográficos? Pois assim como estes devem ser repelidos, terá a boa crítica de só muito cautelosamente aceitar quaisquer outros em idênticas circunstâncias apresentadas.

Não sou o primeiro a fazer esta observação.

guida ao terremoto de 26 de Janeiro. «Nela (notava eu já em 1907) depois de contar have-los convocado para se reunirem na Crasta do Convento de S. Francisco, e te-los convencido, em virtude da fala que lhes dirigiu, a mudarem de processos, acrescenta estas palavras: «E porem saberaa V. A. que este auto foy de tanto seu serviço, que nunca cuydey que se offerecesse caso em que tam bem empregasse o desejo que tenho de o servir, *assi vezinho da morte como estou*». Entendeu o General Brito Rebelo aludir o poeta nestas palavras a um estado de doença grave, que o puzera às portas da morte; não me parece. Êle não declara haver estado vizinho da morte; não se refere a coisa passada, mas a estado presente: *estou vezinho da morte,* diz êle. Ora, se Gil Vicente estivesse então gravemente doente, não poderia ter ido arengar aos frades; êle achava-se vigoroso, e tanto que ainda compoz mais de meia duzia de obras; mas estava *vizinho da morte,* porque era velho, porque era idoso, porque tinha certamente mais de sessenta e um anos, porque roçava pelos oitenta, porque, finalmente, não nascera em 1470, mas anos antes».

Ora o Sr. Brito Rebelo no seu primeiro *Gil Vicente* inclinava-se a haver sido êste ano de 1470 o natalício do poeta e agora, no segundo *Gil Vicente,* alonga, sem declarar o motivo, o praso do nascimento de 1470 a 1475, agravando ainda mais a dificuldade de conciliar estas datas com a da vinda ao mundo de um filho de Gil Vicente, que nenhuma certeza temos de ser o primogénito, e portanto com a do seu primeiro casamento. Em 1902 punha êste nos anos de 1484 a 1492; agora nos de 1488 a 1490. Isto é, despresando as médias, porque estas nos dariam Gil Vicente casado entre os 16 e os 17 anos, tê-lo hiamos a mudar de estado aos dezoito ou vinte anos o máximo. ¿É verosimil? — Não me parece e tudo me leva a afirmar que a data do seu nascimento se deve antecipar bastante ao ano de 1470.

*

O outro ponto da minha capital discordância com afirmações do Sr. Brito Rebelo é quanto à data do *Parecer* de Gil Vicente no *Processo de Vasco Abul*, e êste ponto é também importante, porque da averiguação dêle depende sabermos qual a mais antiga obra de Gil Vicente nossa conhecida.

Quer o General que o *Processo* seja de 1494 por ser neste ano, diz êle na pág. 14 do seu primeiro *Gil Vicente*, que de Maio a Novembro «a Côrte esteve em Setubal, onde a rainha D. Leonor se achou gravemente enferma, passando depois a Almada»; e alega em abono a Rui de Pina na *Crónica de D. João II*, cap. XLIX, aliás LXIX. Ora, nem Rui de Pina, neste ou noutro qualquer capítulo da *Crónica*, nem Resende, nos correspondentes passos da *Vida de D. João II*, dizem coisa nenhuma que de longe possa confirmar a estada da Raínha nêsse ano em Almada. Foi um equívoco do Sr. Brito Rebelo e todos a êles estamos sujeitos, e isso em coisa nenhuma desmerece o seu altíssimo valor de investigador histórico. Os cronistas declaram sómente que, no princípio do inverno, por causa da humidade muito prejudicial à doença de D. João II, a côrte transitou de Setúbal para Évora. Não ficando Almada no caminho entre aquelas duas povoações, ambas hoje cidades, nenhuma plausibilidade existe para podermos supôr a estada lá de D. Leonor em 1494; tanto mais que ainda então a vila pertencia a uma tia da Raínha, a Senhora D. Filipa, por cuja morte, sucedida antes de 22 de Dezembro de 1495, o senhorio passou para sua irmã a infanta D. Beatriz [1] e provávelmente desta, depois de 1506, a sua filha a referida Raínha.

[1] Tôrre do Tombo, livro 1.º dos *Místicos*, fl. 54.

Demais o *Processo de Vasco Abul,* certamen poético recolhido no *Cancioneiro* de Resende, foi provocado por Henrique da Mota que nuns *Embargos* anteriores ao *Parecer* de Gil Vicente se declara Juiz dos Orfãos. Esta declaração, como já tive ocasião de dizer, traz a composição do *Processo* para tempos posteriores a Fevereiro de 1499, data em que o Mota ainda não era juiz dos orfãos de Óbidos, ofício em que a raínha D. Leonor posteriormente o proveu. Já sabemos portanto que o certamen há-de ser posterior a 1499; vamos vêr agora que há-de ser anterior ao segundo semestre de 1511, porque a 16 de Julho dêsse ano já era falecido o cirurgião mór, mestre Gil, um dos poetastros que intervieram no *Processo.* Ora, havendo êste de ser posterior a 1499 e anterior a 1511, que dúvida poderemos ter de o colocar no ano de 1509 no qual sabemos, que não só a Raínha esteve em Almada, mas tambêm Gil Vicente que lá lhe representou então o *Auto da India?* Nenhuma, porque embaraço nenhum nos pode trazer o epitáfio na página 203 do vol. II da *Hist. de Santarêm,* transcrito da sepultura de Agostinho Girão, outro poeta do *Processo,* marcando-lhe a morte em Maio de 1500, porque, alêm do epitáfio haver sido renovado em 1731, o que lhe tira todo o valor, consta que Agostinho Girão em 1523 ainda recebia duas tenças de 20:000 reais cada uma [1].

É pois indubitávelmente de 1509 o *Parecer* de Gil Vicente no *Processo de Vasco Abul,* e portanto a sua mais antiga composição nossa conhecida o monólogo do *Vaqueiro,* representado em Junho de 1502.

Falando acima no Cirurgião Mór lamentarei mais uma vez o não haver maneira de impedir o desacêrto de chamarem a Gil Vicente mestre Gil, confundindo duas pessoas

---

[1] *Arquivo Histórico Português*, II, 86.

em tudo diferentes: mas posto entre nós a correr um desconchavo, é difícil conseguir travar a sua carreira.

Aqui porei ponto às observações que a rápida leitura do novo *Gil Vicente* do Sr. Brito Rebelo me sugeriram, observações devidas únicamente ao interesse que me desperta o assunto e às quais as minhas já longas relações de amisade com o autor lhe garantem não revestirem nenhuma espécie de propósito de crítica e muito menos de censura. Todos os poucos que nos interessamos deveras pela História Pátria, só ambicionamos para os nossos estudos a máxima perfeição compatível com a naturesa humana, sem presunções de atingirmos uma absoluta infalibilidade.

Pôsto isto, vou comunicar à Academia a notícia de uns documentos relativos à família de Gil Vicente, documentos quási completamente ignorados.

*

Assim como o Sr. Brito Rebelo teve a fortuna do Sr. Gomes de Brito, a quem a Academia, no meu entender, já deveria ter aberto as suas portas, lhe indicar a existência e proporcionar o ensejo de examinar aquele documento do arquivo da Câmara Municipal de Lisboa tão elucidativo para a família de Gil Vicente, pois declara os nomes e moradas de alguns dos seus membros no ano de 1566; assim eu tive a sorte de um amigo me chamar a atenção para o Livro dos Assentos da Freguesia de Santa Cruz do Castelo, descoberto pelo nosso consócio Sr. Edgar Prestage a quem, apesar de estrangeiro, a literatura nacional tantos e tão bons serviços deve já. Aquele livro está-se imprimindo, creio eu, por conta da Academia, mas em nada absolutamente o desvalorizo tirando de lá umas notícias; antes pelo contrário, porque o alcance destas denuncía a importância das muitas outras que lá ficam.

Entretanto apenas muito sumáriamente me referirei a elas, agrupando-as em tôrno dos parentes sabidos de Gil Vicente.

1.º *Belchior Vicente:* Em 19 de Novembro de 1547, foi padrinho de uma filha de Gaspar Raposo; em 12 de Setembro de 1548, padrinho de uma filha de Francisco Álvares e da sua mulher Joana Correia; em 11 de Abril de 1549 foi baptizada Paula, filha de Belchior Vicente e de sua mulher Guiomar Tavares, padrinhos Jorge da Silva e Álvaro Peres de Andrade, madrinha D. Leonor; em 1 de Maio de 1552, Guiomar Tavares é testemunha, com Luís Vicente e outros, de um casamento, devendo ela já ser então viuva; em 27 de Agosto de 1554, madrinha de uma filha de Manuel Dias, escrivão, da qual foi padrinho D. António de Lima; em 19 de Novembro de 1555, madrinha de outra criança.

2.º *Luís Vicente:* Em 1 de Maio e 10 de Julho de 1552 é testemunha dos casamentos de Lopo Rodrigues com Cecília Borges e de sua própria irmã Valéria Borges com Pero Machado; em 21 de Dezembro de 1553 é baptizado Gil, filho de Luís Vicente e de Mór de Almeida, sua mulher, padrinhos Francisco Álvares e Manuel Cardoso, clérigo, madrinhas Antónia Vicente e Ana Correia; a 4 de Agosto de 1565, baptiza-se Maria, filha dos mesmos, e são padrinhos Manuel de Sousa e Paula Vicente; a 2 de Dezembro de 1567 é padrinho de uma criança; a 10 de Fevereiro de 1568, baptiza-se Jerónimo, filho dos mesmos, padrinhos D. António de Almeida e Paula Vicente; a 25 de Junho e 1 de Julho de 1569 morrem da peste dois escravos de Luís Vicente, morador na Alcaçova.

3.º *Valéria Borges:* Em 14 de Outubro de 1551 foi madrinha de uma criança; em 1 de Maio de 1552 Pero Machado, seu futuro marido, é, juntamente com Luís Vicente, Guiomar Tavares e outros, testemunha de um casamento; em 3 do mesmo mês é ela, Valéria, madrinha doutra criança; em 10 de Julho do mesmo ano casa com Pero

Machado e entre as testemunhas nomeia-se Luís Vicente; a 7 de Agosto de 1553 baptiza-se Paula, filha dêstes cônjuges, padrinhos Francisco de Gusmão e Álvaro Peres, madrinha Gedrum, dama da Infanta D. Maria; em 20 de Fevereiro de 1555, baptismo de um filho de Cristóvão Machado e de Mecia Pinta, madrinhas Joana Correia e Valéria Borges, «cunhadas do pay da cryãça»; em 10 de Fevereiro de 1568 é D. António de Almeida, provávelmente já então segundo marido de Valéria Borges, padrinho de um filho de Luís Vicente, irmão dela.

4.º *Paula Vicente:* Em 4 de Agosto de 1565 é madrinha de Maria, filha de Luís Vicente; e a 10 de Fevereiro de 1568 de um filho do mesmo.

5.º *Milícia Rodrigues:* Em 6 de Janeiro de 1547 é testemunha, com várias outras pessoas de ambos os sexos, do casamento de Gonçalo Vaz com Maria Fernandes; em 11 de Julho de 1569 faleceu a viuva de Gil Vicente, enterrou-se na igreja e não fez testamento. — A seguir a êste assento lê-se: «Defuntos que falecerão deste mall de que nos Deus guarde neste anno de mill e quinhentos e secenta e nove com os quatro que asima ficão escritos». Com os quatro e os seguintes foram ao todo 162. O primeiro assento é de 25 de Junho de 1569 e o último de 19 de Dezembro do mesmo ano. «Todos estes falecerã deste mall tyrando allguns e por asi pasar na verdade asjnej aquj. *bras vicente*». Esta foi a chamada peste grande e as primeiras vítimas na freguesia de Santa Cruz do Castelo, a 25 de Junho e 1 de Julho, foram os dois escravos de Luís Vicente acima apontados.

Ainda no livro aparecem, que mais ou menos se ligarão à familia de Gil Vicente, estes indivíduos: *Pero Vicente,* clérigo em 1536; em 1552, a 8 de Setembro, *Antónia Borges* e *Antónia Vicente* são madrinhas de um escravo de Baltasar Rebelo, e a 21 de Dezembro do ano seguinte é Antónia madrinha de Gil, filho de Luís Vicente. Final-

mente encontra-se ainda, de 1569 a 1574, a *Bras Vicente,* vigário da igreja de Santa Cruz do Castelo.

*

Não desejo alongar-me para não fatigar mais os que me ouvem, por isso abster-me hei de considerações sôbre certos novos elementos ministrados por estas notas, não sendo o menos digno de reparo e estudo especial aquele que nos vem provar não carecerem absolutamente de fundamento as notícias genealógicas encontradas e publicadas pelo Visconde de Sanches de Baena. Luís Vicente, filho de Gil Vicente, casou na realidade com Mór de Almeida e teve dela pelo menos três dos quatro filhos nas tais notícias apontados. Não desejo, repito, alongar-me aqui em mais considerações e não quero lá em casa, apesar do muito interesse que consagro a tudo quanto diz respeito a Gil Vicente, distrair-me agora dos trabalhos que tenho entre mãos, pois que espero dentro de poucas semanas trazer à Academia, já toda impressa, a *Vida de André de Resende,* escrita pelo erudito e consciencioso Francisco Leitão Ferreira, por mim anotada e aditada em apêndices com transcrições de algumas peças literárias daquele insígne humanista, desconhecidas ou raríssimas.

E a propósito repetirei um brado aos bibliófilos portugueses já lançado pela Sr.ª D. Carolina Michaëlis de Vasconcelos em 1905: Quem possuir o *Carmen eruditum et elegans Angeli Andreæ Resendii, Lusitani, adversus stolidos politioris literaturæ oblatratores,* impresso em Basileia em Setembro de 1531, obra de que se vendeu um exemplar em 1883 no leilão da livraria do Camilo; quem possuir esta edição dêste poema de Resende, prestará um bom serviço às letras pátrias dando-mo a conhecer.

A. Braamcamp Freire.

O culto da árvore entre os Índios

Contam velhas lendas que quando os rabis da Judeia iam ao seu sinédrio, levavam alguma tese ou trabalho que pudesse despertar tal ou qual interesse entre os doutores daquêle elevado tribunal.

Honrado, desde há anos, com o diploma de associado provincial desta douta corporação, cujos ilustres sócios tanto enobrecem Portugal com o seu saber, entendi que, pela primeira vez em que vinha assistir a uma sessão, devia trazer comigo algum trabalho que mais ou menos contribuisse para proporcionar uma agradável diversão; e escolhi para assunto a *árvore*, cujo culto tanto se vai generalizando agora em Portugal.

Não desejo espraiar-me em considerações sôbre êsse culto em geral, e respectivo simbolismo. Em livros ao alcance de todos, como *La migration des symboles* do Conde Goblet d'Alviella, Paris, 1891, e *Mythologie des plantes*, Paris, 1878–1882, encontrarão os estudiosos tratadas tais matérias. A minha intenção é mais modesta. Filho da Índia, é da Índia que vou exclusivamente falar, citando alguns factos que serão menos conhecidos, e que por isso terão alguma novidade.

Na Índia, a árvore desempenha uma função importante, tem um culto intenso, andam-lhe ligadas curiosas lendas e mitos. Ora afasta influências adversas, ora desenvolve propícias qualidades, traduzindo sempre atributos sobrenaturais, o que é natural nesse país, onde o panteismo se encontra difundido em todos os objectos da natureza.

Todo o Índio tem diante da sua casa a planta chamada *tulôsse,* a que estão vinculadas várias tradições e lendas, que seria fastidioso referir neste lugar. Desde o nascimento até à morte, é a árvore ou as suas partes orgânicas que exercem um papel importante na liturgia do hinduismo.

Nas crises de estiagem, fazem se ritos propiciatórios empregando-se nos sacrifícios frutos de palmeiras, flôres de lotus e folhas de certas plantas. Quando acaba a colheita, penduram-se algumas espigas de grão à porta da casa, com o fim de desviar influências malignas e alcançar, nos anos imediatos, abundância da messe.

Existem lá plantas cujas fôlhas teem propriedades desinfectantes, mas a que o índio supersticioso liga a ideia do poder divino de evitar a invasão de varíola, espalhando, porisso, essas fôlhas nas varandas e ante-câmaras, sempre que se receie tal invasão.

O jasmineiro que entre nós, cristãos, é planta de estimação pela suave fragrância das suas flôres, tem para o índio o perigo de abrigar nas suas fôlhas demónios e bruxas!

A figueira — *ficus indica* — que se vê airosa ao pé de todos os templos índios, tem um mito curioso: pensa-se que no fim do mundo tudo há-de acabar menos uma dessas árvores, a cuja sombra se entronizará a deusa. O *pimpôl (ficus religiosus)* tambêm tem o seu culto supersticioso, supondo-se que Vishnú nasceu entre os seus ramos. Não há, pois, planta que seja revestida de tanto misticismo na Índia como a chamada *ishwar-mulla,* à qual os portugueses do período das conquistas deram o sugestivo nome de *raiz de cobra*, naturalmente depois de ouvir as espantosas lendas que corriam no país. Se entre os romanos a *mandregora* requeria processo especial e curioso para a arrancar, a *raiz de cobra* obrigava a cerimónias complicadas aquele que a quisesse arrancar — cerimónias cuja omissão fazia o infeliz arrancante sucumbir aos assaltos peço-

nhentos das cobras que de todos os ramos e fôlhas saltavam furiosas.

Todos os povos, desde a antiguidade, professam o culto da árvore, ora porque a ela andava ligada a ideia do poder divino, ora porque se acreditava, como ainda hoje na Índia, ter ela a propriedade de desterrar para longe influências malignas ou contribuir para a felicidade do lar. Só varía êsse culto no tipo do símbolo representativo, que é privativo para cada povo ou grupo de povos, e que é por êles mantido segundo o espírito das suas tradições.

Amancio Gracias.

O processo inquisitorial do impressor alemão Blavio

Em 24 de outubro de 1561 foi preso pelo meirinho da Inquisição de Lisboa o *impremidor* João Blavio, morador na rua dos Escudeiros, por denuncia que contra êle dera o seu colega Mateus Goterres, francês, preso nos carceres daquêle tribunal.

A acusação contra êste representante da arte tipográfica é a seguinte: «que estando elle em Granada averá dez Anos com huum Joanes blauyo flamengo ou alemão imprimidor que ora estaa em esta cidade e pousa na Rua dos Escudeiros o dicto Joanes blauyo disse que imprimissem hũas bullas falsas pera ganharem dynheyro dizemdo que tamto aproueytauão aquellas como as que vinham do papa de Roma e que impremira elle comfesante muitas daquellas bullas as quaes compunha o dicto Joanes blauyo... e o dito Joanes blauyo recebeo disso muito dinheiro e que semdo isto sabydo em Granada elle fogio pera este Reyno...».

Em sessão de 4 de novembro Blavio confirmou que imprimira bulas em Granada «por mandado de huuns tisoureyros das cruzadas sem lycemça de quem a podia dar e os ditos thisoureyros lhe mandaram imprymir mais numero do que tinhão por mandado del Rey em cujo fauor eram concedidas as ditas bullas, e que os ditos thesoureiros receberam o dinheiro diso e a elle lhe dauão a meyo real de prata por iso de cada hũa e a elles o castigarão e lhe secrestaram os fazendas e elle se veyo com medo disto».

As culpas de Blavio eram tão leves, que os inquisidores

lhe concederam soltura mediante a fiança de 200 cruzados que seu colega Francisco Grafeu, livreiro, prestou.

Finalmente em 15 de janeiro de 1562 foi-lhe deferido o requerimento em que êle dizia que o Cardeal D. Henrique «me manda a Euora assentar hũa tenda com hum official e dali queria chegar a Sevilha a ver minha molher o que não posso fazer sem licença de Vossas mercês».

Assim se desvaneceram as culpas que tinham levado o artista até aos carceres inquisitoriais, quer pelos infundados delas, quer pela aceitação que êle tinha na classe eclesiástica a começar da dignidade mais elevada que era o tio do rei.

As testemunhas que Blavio apontou em sua defesa foram as seguintes: o capelão do Espirito Santo da Pedreira, Fernão Ribeiro, cura de S. Nicolau, o célebre Fr. Luís de Granada, o boticário da Infanta D. Maria, os seus operários Filipe Lançarote, Francisco Correia, Alberto Flamengo, João de Borgonha livreiro e Francisco Fernandes, também livreiro.

O mobiliário do mestre tipógrafo era o seguinte: «hũa cama com hũa arqua e hũus armarios e dous escritorios os quaes tinhão formas de imprensão e na oficina embayxo estauão tres homens trabalhando na imprenção onde estavão as cousas necessarias a ella e asy os moldes e carratéres e letras e asy averya em casa perto de algũas duzentas Resmas de papel lympo que era de Joam de bergonha e dos frades de são francisco cuyja obra se estaua impremyndo e asy auya algũns lyurynhos imprimydos que se vendyão pera o gasto das pesoas que na imprenção trabalhauão».

Da confissão de Blavio tiram-se as seguintes noticias biográficas: «que elle he natural de Colonya domde veyo averá vinte e cimco Annos e numca ia mais tornou e que ao tempo que de lla veyo a terra estaua ajmda boa e catholica e que elle hé christão bautizado e crismado e que

ja seu pay e may são falecydos e seu pay foy letrado em leys e nas Artes lyberaes e que averá oyto Annos que está em esta cidade praticamdo sempre com homens vertuosos e relegiosos que com elle tinham comenecação por causa de seu ofycyo de Impremidor e que será homem de coremta Annos e que tem sua molher em Andaluzia em sam lucas de berramedo e espera por ella cada dia e ella hé naturall de Granada e que todo o mais tempo esteue em Seuilla e em Granada usamdo de seu officyo de Imprymidor».

Como o processo é datado de 1561, vê-se pela declaração de Blavio que êste nasceu em Colonia por 1521.

Calcula-se que Blavio tivesse morrido por 1563, estando em 1566 a sua oficina em poder do Francisco Correia, que trabalhára, dizem, em Coimbra de 1549 a 1555. Entre a lista dos empregados da tipografia que escrevi há pouco, encontra-se aquêle nome, sendo de supôr portanto que o impressor de Coimbra nada tenha com o de Lisboa, praticando assim a homonimia mais uma das suas façanhas.

O denunciante de Blavio foi o impressor francês Mateus Goterres que estava preso na Inquisição de Lisboa desde 26 de setembro de 1561, por denuncia de um seu compatriota chamado João Manceo que declarou tê-lo ouvido declamar contra as indulgências.

Mestre Mateus era «natural da villa de Jeinjos *(Yssingeaux)*, bispado de Opim *(Le Puy)* e que naquella villa o bautizarão e que he jmprimidor e que ha catorze Annos que veyo de França e se foy a Castella donde Amdou cimco Annos e que da hy se veyo pera esta cidade que averá isto oyto annos e que averá seys Annos que se casou aquy nesta cidade com hũa portuguesa e que será de ydade de corenta e cinco annos». Em 1 de setembro de 1562, depois de reconciliado e instruído nas cousas da fé, foi o impressor francês perdoado pela Inquisição.

Ao contrário de Blavio, Correia e João de Borgonha, Mateus Goterres não é mencionado nos *Documentos para a Historia da Typographia Portugueza nos seculos XVI e XVII* publicados por Venâncio Deslandes. Se não fosse o processo n.º 12:878 da inquisição de Lisboa, nada saberiamos da sua existência. Resta ainda observar que o nome dêste artista é mais hespanhol do que francês, a não ser que esteja bastante corrompido. Êle assinava-se *M. Coterrs.*

Como o seu colega Blavio era uma figura importante, dou em seguida a reprodução do processo que lhe foi levantado pelo Tribunal da Fé.

Processo

Proceso de Joannes blauio alemão imprimidor de liuros morador em esta cidade preso no carcere da Santa Imquisição. — Procurador do Reo *o doutor manuel bacyas* [1] —.

«Aos vimte e quatro dias do mes doutubro de myl quinhentos sesẽta e hũu anos em lixboa eu notario abayxo declarado foy por mãdado dos senhores Inquysidores cõ o meirinho do santo officio as casas omde pousava Joanes Blauyo Imprimydor cõtheudo em estes autos pera se fazer Imvẽtayro da fazenda que nas dictas casas se açhase ser do dicto Joanes blauyo omde açhay as casas despeiadas de fato por q̃ nã auya nellas mays q̃ hũa cama com hũa arqua e hũus almaryos e dous escrytorios os quaes tinhão formas de Imprensão, e na oficina embayxo estavã tres homẽs trabalhando na Imprẽção omde estavã omde estavã *(sic)* as cousas necessaryas a ella e asy os moldes e carrateres e letras e asy averya em casa perto de algũas

[1] Bacias é derivado de *Mathias,* donde proveiu tambêm *Mancias.*

duzentas resmas de papel lympo q̃ era de Joam de bergonha e dos frades de sã francisco cuyha obra se estava Imprimyndo e asy auya algũus lyurynhos Imprymydos q̃ se vẽdyão pera o gasto das pessoas q̃ na Imprenção trabalhavão e por tudo pasar na verdade fiz este termo. Manuel cordeyro o escrevy e per nã aver de q̃ fazer Invẽtayro se nã fez Invẽtayro.

«Os Inquisidores apostolycos comtra a heretica pravydade e apostasya em esta Cydade e arcebispado de lixboa e sua comarca etc. mãdamos a vos damyão mẽdes meirinho da santa Inquysyção que prẽdays a Joanes blauyo flamẽgo ou alemão Imprymydor que viue nesta cydade na Rua dos escudeyros por culpas q̃ delle ha en este santo officio obrygatoreas a prysão e preso e a bõo recado ho trareys ao carcere da santa Inquisição e o emtregareys ao alcayde delle, cũpryo asy sem embargo algũu en lixboa Aos vinte e quatro doutubro. Manuel cordeyro o fez Anno de mil quinhentos e sesẽta e hũu. — *Fr. Jorge Gonçalvez Ribeiro.* — *Ambrosio Campello doctor*».

«Aos vinte e quatro doutubro de mil quinhẽtos sesẽta e hũm anos em lixboa no carcere do santo officio foy entregue a pero fernandez alcayde do dicto carcere Joanes blauyo flamẽgo cõtheudo em estes autos e porque se ouve delle per entregue asynou aquy *manoel cordeyro* o escreuy.

«Culpas contra Joanes blauyo dos Autos de matheus Imprymydor.

«Ao prymeyro dia do mes de outubro de mil quinhẽtos sessenta e hũu Anos em lixboa na casa do despacho da santa Inquysyção Estando hy os senhores Inquysydores perante elles pareceo matheus goterez frances preso em este carcere por elle pedir audiencia e lhe derão Juramento dos santos evãgelhos em q̃ pos sua mão e prometeo

dizer verdade. E disse amtre outras cousas que elle era mays lẽbrado q̃ estando elle em granada auera dez Anos cõ hũu Joanes blavyo flamẽgo ou alemão Imprimidor q̃ ora estaa em esta cidade e pousa na Rua dos escudeyros o dito Joanes blauyo disse q̃ Imprimissem hũas bullas falsas pera ganharẽ dynheyro dizemdo q̃ tamto aproveytavão aquellas como as q̃ uynhã do papa de Roma e q̃ Imprymyo elle cõfessante muitas daquellas bullas as quaes cõpunha o dicto Joanes blavyo e diziam nellas q̃ erão da cruzada e outras q̃ erão de nossa senhora de villaviçosa e que dava as dictas bullas o dicto Joanes blavyo pera as levarẽ aas Igreias e as pregarẽ e levarão muitas dellas e o dicto Joanes blavyo recebeo disso muito dinheyro e q̃ semdo isto sabydo em granada elle fogio pera este regno cõ medo de ho prẽderem e se veyo a esta cidade e elle cõfessante cõ elle, e estando aquy elle cõfessante lhe disse que serya bom viremse acusar a santa Inquysyção por aquelle peccado q̃ fizerão e o dicto Joanes blauyo lhe disse que nã era cousa de Inquisição e q̃ tamto mõtavão aquellas como as que vinhão de Roma e que tudo era pera ganhar dinheyro q̃ tambem o elle querya ganhar e que esperaua em deus de as fazer se podese e de as mandar per vya de cordova pera laa as pregarẽ as pessoas com q̃ se elle cõtratava estando em granada e que elle cõfessante lhe nã respondeo nada nem menos fez en esta cydade nenhũa destas bullas falsas e elle cõfessante lhe pareceo per o que ouuyo dizer ao dicto Joam blauyo que tamto aproveytavão as bullas que vynhão de Roma por dinheyro como as que elles fazião jũtamente cõ elles senhores Inquysydores e asynou aquy. — Amtonio Rodriguez o escreuy.

«Imquirição da Justiça.

«Aos homze dias do mes de dezembro de mil quinhentos e sesenta e hũ Annos em Lixboa na Casa do despacho da santa Imquisição estamdo hy os senhores Imquisidores

mãdarão vir perante sy a matheus goterez Imprimidor framces morador em esta cydade preso em este carcere e lhe derão Juramento dos santos avangelhos em que pos sua mão e prometeo dizer uerdade e lhe fizerão pregunta se era lembrado dar seu testemunho em este santo oficyo do que sabya do reo Joannis blavio e elle dise q̃ sy que lembrado era diso e logo dise em sustancya o que disera pedimdo q̃ lhe lesem seu testemunho o qual lhe foy lydo e depois de lydo e per elle emtemdido per elle foy dito q̃ aquele era seu testemunho e asy o dezia afirmava e ratefecava e dezia de novo se necesareo for e do costume dise o q̃ dicto tem e estiverão presentes por pessoas honestas e relegiosas q̃ todo virão e ouuyrão os Reverendos padres frey Jeronimo de lixboa e frey antonio de moraes ambos da hordem do bem auemturado padre sam domingos q̃ jurarão de ter segredo no Caso e asynarão aquy juntamente com elles senhores Imquisidores e testemunha — *Antonio Rodriguez* o screpvy — *Manoel Coterrs* — *Jorge Gonçalvez Rybeyro.* — *Ambrosius doctor.* — *frey Jeronymo de lixboa* — *frei Antonio de morais.*

«E despois de ido a dita testemunho foy feito pregunta se lhes pareçya falar verdade e per elles foy dito que lhes parecya falar verdade e tornarão asinar. — *Autonio Rodriguez* o screpvy. — *frey Jeronymo de lixboa* — *frei Antonio de Morais.*

«Aos vinte e cinco dias do mes doutubro de mil quinhẽtos e sesenta e hũ Annos em lixboa na casa do despacho da santa Imquisiçam estamdo hy os senhores Imquisidores mandaram vir perante sy Joannes blavyo alemam natural de Colonia morador em esta cydade e nella imprimidor de lyuros preso em este carcere por elle pedir audiencia e lhe deram juramento dos santos avangelhos em q̃ pos sua mão e prometeo dizer verdade e dise q̃ querya comfesar suas culpas e dellas pedir perdam e misericordia

e por nom dizer cousa de sustancya e pera se screpver foy amoestado q̃ cuydase muito bem em sua concyemcya e vyse se crera ou praticara ou comonicara algũus erros da secta lutherana ou de outros herejes especialmente contra os poderes do santo padre e de suas bullas e Indulgemcias e contra o rogar dos santos e imajens delles e contra as cirimonias da santa madre Igreja q̃ comfesase a verdade de tudo e pedise perdam porque fazendo o asy usariam com elle da misericordia da santa madre Igreja e por dizer q̃ nehũua culpa nem erro tinha q̃ comfesar das contheudas na amoestação atras e que fora sempre bom christão, foy mandado a seu carcere pera cuydar em sua concyencya e comfesar suas culpas e asynou aquy juntamente com elles senhores Inquysydores e dise que elle sabya algum latim pouco e que não tinha nenhum lyuro defeso soomente hũa arpa de david o qual buscara pera a trazer a frey francisco Foreiro e a non achara. — *Antonio Rodrigues* o screpvy. — *Joannes Blavio.* — *Jorge Gonçalves Rybeyro.* — *Ambrosius doctor*».

«Aos quatro dias do mes de novembro de mil quinhẽtos e sesenta e hũ Annos em lixboa na casa do despacho da Santa Imquisiçam estamdo hy os senhores Imquisidores mandarão vir perante sy a Joannis blavyo contheudo em estes autos e lhe foy dado juramento dos santos avangelhos em q̃ pos sua mão e prometeo dizer verdade e o amoestaram q̃ comfesase suas culpas e declarase se crera praticara ou comonicara algũuas cousas dos erros lutheranos ou doutros herejes parecemdo-lhe q̃ o q̃ elles tinham era a verdade e especialmente se crera algũa cousa contra o rogar dos santos e contra as imajens e se errara no artigo do comer da carne parecemdolhe q̃ não era pecado comela em os dias defesos pella santa madre Igreja e se crera ou lhe parecera q̃ o papa nom tinha mais poder q̃ os outros homees e q̃ non obrigavão as cousas q̃ elle mandava nem aproveytavão nada as bullas q̃ comcedia por dinheiro e

que tanto montavão serem falsas como verdadeiras q̃ comfesase a verdade de tudo e o mais em que sentise sua concyencya emcarregada pera poderem com elle usar da misericordia da santa madre Igreja e por elle foy dito q̃ sempre fora bom e catholico christão e nunca errara em nenhũa das cousas contheudas na pregunta nem comonicara cousas de heresia com nenhũa pessoa q̃ lhe parecese que amdava errado na fee nem tinha comonicação com esas pesoas e q̃ elle hé natural de colonya domde veyo averá vinte e cimco annos e nunca la mais tornou e q̃ ao tempo q̃ della veyo a terra estava aimda boa e catholyca e que elle he christão bautizado e crismado e que ja seu pay e may são falecydos e seu pay foy leterado em leys e nas artes lyberaes e que avera oyto annos q̃ esta em esta cydade praticamdo sempre com homẽs virtuosos e relegiosos que com elle tinham comonicação por causa de seu offycyo de Imprimidor e q̃ sera homem de coremta annos e q̃ tem sua molher em Andaluzia em sam lucas de berramedo e espera por ella cada dia e ella he natural de granada e q̃ todo o mais tempo esteve em sevilha e em granada usamdo de seu officyo de Imquysidor e que elle se veyo de granada por Imprimir huas bullas per mandado de hũus tesoureyros das cruzadas sem lycemça de quem a podia dar por os ditos thesoureiros lhe mandarem imprymir mais numero do que tinhão per mandado delrey em cujo favor eram concedidas as ditas bullas e q̃ os ditos tesoureiros receberam o dinheiro deso e a elle lhe davão a meyo real de prata por iso de cada hũa e a elles os castigarão e lhe socrestaram as fazendas e elle se veyo com medo disto e q̃ nunca outras Imprymyo desta maneira senão com licença dos prelados e de quem a podia dar. Preguntado se lhe parecya q̃ tanto valyam as bullas falsas como as que o papa comcedia por dinheiro e se o disera asy dise q̃ sempre crera que as bullas q̃ o papa concedia erão as boas e as q̃ aprouveytavão e q̃ as falsas nom aproveyta-

vam nem valyão nada e q̃ as que elle imprymyo nom as tinha por falsas soomente faltava a lycença como dito tem. Preguntado se tinha por catholyco christão a matheus goterez Imprymidor que estaua em sua casa dise q̃ sy q̃ o tinha por bom christão porque nuca lhe ouvira dizer nem praticar cousa nenhũa de mao christão soomente ouvyo dizer q̃ elle era casado duas vezes e que era seu amigo e estava em sua casa imprimindo e q̃ bem sabya das ditas bullas q̃ tem dito que se imprimiram em castela e q̃ o dito matheus goterez iso mesmo as imprimyo e por iso se veyo della e q̃ elle tem alguas bullas em casa de perdoes e q̃ elle tomou este jubileo deradeiro q̃ ora veyo e se comfesou em santo Espirito e ahy tomou o Santo Sacramento pera o ganhar, e q̃ cadano se comfesa e comunga pello tempo q̃ manda a santa madre Igreja e outras vezes quando manda a santa madre Igreja de Roma e quando se acha mal desposto e lhe foy mandado que se bemzese e elle fez o sinal da cruz e dise o pater noster e ave maria em latin e o credo tanbem dise em latim erramdo no cabo delle alguas palauras e a salue regina nom na soube e dise q̃ rezava as oras de nosa senhora e os sete psalmos em latim cada dia, e q̃ estamdo elle bem desposto hia cada dia ouuyr misa como se aleuantaua ou as oras q̃ podia e aos domingos e festas hya ouvyr misa e pregação a sam domingos ou ao Carmo e dise q̃ a festa do natal era o nacymento de noso senhor Jhesu Christo e a da pascoa era a soreiçam de noso senhor Jhesu Christo e do pinticoste era quando viera o espirito santo sobre os apostolos e acemçam quando sobira aos ceos e com isto foy outra vez amoestado em forma e mandado a seu carcere e dise q̃ elle he homem mal desposto e q̃ na coresma comia algũus dias carne com licença do fisico e provisor e asynou aquy juntamente com elles senhores Inquisidores. — *Antonio Rodriguez* o screpvy. — *Joannes blavio.* — *Jorge Gonçalvez Rybeyro.* — *Ambrosius doctor*».

«Aos oyto dias do mes de novembro de mil de mil quinhẽtos e sesenta e hũ Annos em lixboa na casa do despacho da santa Imquisiçam estamdo hy os senhores Imquisidores mandarão vir perante sy a Joannes blauyo preso no carcere contheudo em estes autos e lhe deram juramento dos santos avangelhos em que pos sua mão e prometeo dizer verdade e o amoestaram q̃ comfesase suas culpas per q̃ jaa fora preguntado e outras quaesquer q̃ tevese cometidas contra nosa santa fee catholyca pera poderem usar com elle da misericordia da santa madre Igreja per quanto esta era já a terceira amoestação porq̃ se nom comfesase serya necesareo acusarem-no e per elle foy dito q̃ non tinha q̃ comfesar por quamto fora sempre bom e catholyco christão e nuca cometera nenhũa cousa contra a fee nas das per que foy pregumtado nem menos em outras em q̃ sentise sua concyencya emcaregada e com isto foy mandado a seu carcere. — *Antonio Rodriguez* o screpvy. — *Joannes blavio.* — *Jorge Gonçalves Rybeyro.* — *Ambrosius doctor*».

«Aos doze dias do mes de novembro de mil quinhẽtos e sesẽta e hũ Annos em lixboa na casa do despacho da santa Imquisyção estando hy o senhor doutor ambrosyo campelo imquesydor mandou vir perante sy a Joannes blauyo Imprymidor e o amoestou q̃ comfesase suas culpas porq̃ fora ja preguntado senão q̃ serya necesareo acusaremno e por dizer que nom tinha q̃ comfesar nem dizer mais do q̃ tinha dito pareçeo hy o promotor fiscal e apresentou hum libello acusatoreo contra o reo pedimdo que lho lesem e lho recebesem e lhe mandase q̃ ho contestase e o senhor Imquysydor lho mandou ler e he o seguinte:

«Muito Magnificos e Reverendo senhores Inquisidores. Perante vossas merces diz o Promotor fiscal do sãto officio em nome da Justiça. A. contra Joanes Blavio imprimidor morador nesta Cidade preso no carcere da santa Inquisição pello Crime da heresia, Para se cumprir.

«Provara q̃ sendo o Reo Joanes blavio christão baptizado e por tal avido e conhecido e obriguado a ter e crer todo o que tem cre e ensina a santa Madre Igreja de Roma assi como no santo baptismo prefessou elle R. o fez merito pello contrairo apartandosse da nossa santa fe catholica:

«Provara q̃ o R. sintia mal do poder q̃ o santo padre tem pera conceder Indulgentias por q̃ dizia q̃ imprimissem hũas bulas falsas de Indulgentias pera guanharẽ dinheiro, e q̃ tanto valião e aproveitavão aquellas, como as que vinhão de Roma q̃ tudo era pera guanharẽ dinheiro e q̃ tambẽ elle o queria guanhar e q̃ esperava em deos de as fazer e de as mandar per via de cordova pera pregarẽ em granada as pessoas cõ quẽ elle se tinha contratado. Pello q̃ todo está claro elle Reo ser luterano e como tal cria e affirmava a proposição luterana.

«Provara q̃ o Reo sabe parte de quem andava errado no propio erro q̃ elle andava o q̃ elle não quer descobrir nẽ manifestar sendo por isso preguntado antes acinte e maliciosamente o occulta e ẽcobre pello q̃ deve ser declarado por hereje luterano e fautor de herejes q̃ os emcobre e favoreçe e condenado nas penas q̃ por dereito mereçe segundo riguor de justiça Pettit admitti e provado o necessareo o Reo ser declarado e cõdenado vt quod dictum est.

Sellos e custas.

«E lido como dito he per elle senhor Imquisydor foy dito q̃ o recebya e q̃ asy se asemtase per termo e foy dado Juramento dos santos avangelhos ao Reo Joannes blavyo pera respomder na verdade ao contheudo no dito lybelo e per elle Reo foy dito q̃ elle he christão bautizado e por tal se tem como jaa tem dito e quanto ao mais contheudo no dito lybelo elle o contesta da maneira que tem dito em suas preguntas atras e q̃ nunca creo cousa nenhũua contra o papa nem contra suas bullas antes sempre creo q̃ as bullas verdadeiras q̃ o papa comcedia erão boas e aproveytavão

e as falsas nom erão boas nem aproveytavão e lhe foy dito q̃ pois negava o contheudo no dito lybelo que era necesareo fazer procurador e semdolhe nomeados os procuradores que a esta casa vem procurar dise que fazia seu procurador apud auta o doutor manoel bacyas procurador na casa do civel e lhe daua os poderes acostumados e elle senhor Imquesydor lhe mandou asentar esta petiçam e q̃ fose dado recado ao doutor seu procurador pera vir aceytar a causa e receber juramento em forma e q̃ lhe fose dado o tralado do dito lybelo pera estar instruto na materya de sua acusação ao tempo q̃ o dito seu procurador vyer falar com elle e de todo mandou fazer este termo e q̃ elle o asynase como asynou. — *Antonio Rodriguez* o screpvy. — *Joannes Blavio.* — *Ambrosius doctor*».

«Aos dezanove dias do mes de novẽbro de myl quinhẽtos e sesemta e hũu Anos em lixboa na casa do despacho da santa Inquysyção estando hy os senhores Inquysydores per ante elles pareceo o doctor manuel bacias procurador na casa do ciuel semdo presente o Reo Joanis blavyo de colonia o qual o nomeou por seu procurador e presemte elle reo lhe foy dado juramento dos santos avangelhos em forma de direito ao dito doutor seu procurador pera que bem e verdadeiramente o defemdese em esta sua causa e constamdolhe no progreso da causa q̃ elle não tem justiça o venha dizer e denuncyar a esta mesa diamte delles senhores Imquysydores comforme ao regymento do santo officyo e por aceytar a causa e prometer o sobre dito asynou aquy e lhe foy lydo o lybelo da justiça e dado relação do mais q̃ era feyto com o dito reo e da maneira q̃ elle reo conffesara o lybelo. — *Antonio Rodriguez* o screpvy. — *Bacias*».

«Aos dezanove dias do mes de novembro de mil quinhẽtos e sesẽta e hũ Annos em lixboa na casa do despacho da santa Imquisição estamdo hy os senhores Imquesidores perante elles pareceo o doutor manoel bacyas procurador

do reo e apresemtou o tralado do lybelo e defesa seguinte:

«lybelo de Joanis blavyo.

«Provara que semdo o reo Joannes blavyo christão bautizado e por tal avido e conhecydo e obrigado a ter e crer todo o q̃ tem e emsina a santa madre Igreja de Roma asy como no santo bautismo profesou elle reo o fez muito pello contrayro apartando-se da nosa santa fee catholyca de dez annos a esta parte.

«Provara que o reo sente mal do poder q̃ o santo padre tem pera conceder Indulgencyas per q̃ dezia q̃ imprymisem hũuas bullas falsas de indulgencyas pera ganharem dinheiro e q̃ tanto valyão e aproveytavão aquelas como as q̃ vinhão de Roma q̃ tudo era pera ganhar dinheiro e que tanbem elle o querya ganhar e q̃ esperaua em deos de as fazer e de as mandar per vya de cordova pera as pregarem em granada as pessoas com quem elle se tinha contratado pello q̃ todo esta claro elle reo ser lutherano e como tal crya e afirmava a dita preposição lutherana.

«Provara que o reo sabe parte de quem amdava errado no propeo erro q̃ elle andaua o q̃ elle nom quer descobryr nem manifestar semdo por isso pregumtado antes acynte e malycyosamente semdo por iso preguntado acynte e malycyosamente o oculta e encobre pello q̃ deue ser declarado por hereje lutherano e fautor de herejes q̃ os encobre e fauorece e comdenado nas pennas q̃ per direito merecer segundo rigor de justiça.

«Per mantimento de abonaçam ou contrariedade diz o reo Johanes blavio e se cõprem.

«Entende provar que elle he senpre e foy muito bom e catholiquo christão muito obidiente nos mandamentos da santa madre Igreja indo continuadamente a Igreja nos domingos e festas ouvir missa e pregaçã cõfesandosse e tomando ho santo sacramento na coresma e Jubilleus quando

vinha de muito bom consselho e dotrina christam per nella ser muito bem instruto pello que todos os que cõ elle Reo comunicavam ho tinham e tem por muito bom christão e amigo de nossa santa ffe catholica.

«Entende provar que elle he natural de alemanha a baixa da cidade de colonia que esta catholica e em obidiencia da santa madre Igreja e ha vinte e cinco annos que esta em spanha a saber: em castella xbj annos e em esta cidade ha nove anos onde viue senpre bem e virtuosamente.

«Entende provar que as bulas que elle Reo imprimio em castella como tem conffessado eram ja enpremidas e as davã comũmente e pregavam e por lhe dizerem que faltavã dãdolhe hũa das ditas as inprimio com boa ffe e tençam parecendolhe que nisso fazia serviço de deos e assi as vio inpremir em casa de Joham Rodriguez de burgos pello que elle Reo nõ tem culpa e he muito bom christão e obidiente a santa madre Igreja em cuja ffe protesta biuer e morrer e salvar sua alma e desto he publica voz e ffama e petit admiti et absolvi etc.,

«testemunhas ao primeiro artigo,

«— Item o capelam de santo sprito da pedreyra,

«— Item *simão ribeiro* cura de sam nicolao,

«— Item *frei luis de granada*

«— Item o boticairo da Infante dona maria seu vizinho,

«— Item *frey marços* frade de sam francisco,

«— Item *philipe lançarote* seu obreiro,

«— Item *francisco correa* seu obreyro,

«— Item *alberto* flamẽgo outro si obreyro,

«— Item *Joham de borgonha* liureyro,

«— Item *francisco fernandez* liureiro.

«Ao segundo artigo e terceiro,

«— Item as testemunhas atraz todas. — *Joannis blavio* de colonia.

«E apresemtada como dito he per elles senhores Imquisidores foy dito q̃ recebyão a dita defesa salvo jure

Inpertinentium e q̃ asy se asentase per termo e asynarão vynte dias de termo as partes pera darem sua prova em esta cydade. — *Antonio Rodriguez* o screpvy».

«Aos vinte e sete dias do mes de novembro de mil quinhẽtos e sesẽta e hũ anos em lixboa na casa do despacho da santa Imquisição estamdo hy os senhores Imquisidores mamdarão vir perante sy a Joanis blavyo contheudo em estes autos e lhe diserão que lhe mandaram dizer q̃ buscase fiança de duzemtos cruzados pera sobre ella ser solto por asy parecer na mesa ao senhor bispo e desembargadores della e lhe fizerão pregunta se achara a dita fiança e per elle foy dito que sy que tinha a francisco grafeu lyvreyro morador em esta cydade o qual lhe tinha mandado dizer per hum seu escripto q̃ hy mostrou q̃ sy q̃ o fiarya por ser seu amigo semdo suas merces contentes diso e logo mandarão elles senhores chamar o dito francisco grafeu e pareceo diante delles senhores Imquisydores e dise q̃ elle era contente de ficar por fiador do dito Joannis blavyo em comtia de duzemtos cruzados a elle Joanis blauyo parecer diante delles senhores Imquisidores todas as vezes q̃ lhe fose per elles mandado até ser despachado per o caso per q̃ esta preso neste santo oficyo e q̃ elle francisco grafeu se obrigaa a o apresemtar da maneira q̃ dito he sob penna de perder a dita fiança dos ditos duzemtos cruzados pera as despesas do santo officyo pera a qual contia dise q̃ obrigava sua fazenda movel e de raiz avida e por aver e respomder sobre iso diante dos Imquisidores desta cydade e renuncyava Juiz de seu foro e de todo mandarão fazer elles senhores Imquisidores esta fiança estamdo presentes por testemunhas Ruy Fernandez solecytador do santo officyo e andre fernandez porteiro da casa do despacho e eu Antonio Rodriguez notario o screpvy e o mesmo Joam blavyo se obrigou a vyr aquy todas as vezes q̃ lhe for mandado e de tirar a paz e a salvo ao

dito francisco grafeu seu fiador e asynarão aquy todos antonio rodriguez o screpvy e asy se obrigou o dito Joam blavyo a não sayr desta cidade e seus termos sem licença dos senhores Imquesydores. Antonio rodriguez o screpvy com o riscado e antrelynhas omde diz Joanis blavyo e diseram q̃ lhe q̃ se fez por verdade. — *Francisco grapheo* — *Joannes blavyo.* — *Andre fernandez.* — *Rui fernandez.* — *Jorge Gonçalvez rybeyro.* — *Ambrosius doctor.*

«Muito reverendos senhores: *Johanes blavii* inprimidor nesta cidade faço saber a VV. merces que os dias passados eu ffuy preso neste santo offiçio por culpas tocantes a santa Inquisiçã e ffuy acusado por libello a que vim com deffesa e VV. merces por me fazerem charidade me mãdarã soltar e hir pera minha casa e me deram por prisam esta cidade ao que ffui muito obidiente e porque ora o senhor cardeal me manda a Euora assentar hũa tenda com hũ official e dali queria chegar a ssevilha a ver minha molher o que nã posso fazer sem licença de VV. merces pello que lhe peço pello amor de nosso senhor que me dem a dita licença pera fazer os ditos caminhos o que farey dereytamente como tornarey dereyto a esta cidade e estarey a comprimento de justiça e receberey nisso esmolla e mercê.

«Damos licẽça ao supplicante Joam blavio pera o que pede en sua petição, reformando elle primeiro sua fiança que tẽe dada en forma e este se ajũctaraa a seus autos en lixboa xv de Janeiro de mil quinhentos e sesenta e dous. — *Francisco Jorge Gonçalvez rybeyro.* — *Ambrosius doctor.*

«Sallario do notario destes autos:

«— Item de escriptura rasa cento e dez reaes.

«— Item de mandados vinte e dous reaes.

«— Item de termos perjudiciays trinta e cinco reaes.

«— Item de procuração sete reaes.
«— Item de asentada de hũa testemunha onze ceitis.
«— Item de promotor quatrocentos reaes.
«— Item desta comta trinta e seis reaes.
«Soma tudo seisçentos e dez reaes. — Damião mendez [1]».

Pedro de Azevedo.

[1] Inquisição de Lisboa, processo n.º 1624.

Mãi

(A um amigo que me pediu lhe traduzisse a palavra «mãi» em várias lingoas)

Da Grecia, ao sol que recebeu de Apolo,
Sei *méter; máthir* sei da Irlanda fria;
Da India, do santo Ganges posta ao colo,
Sei *mãtá*, — e ela de isto se inebria.

Da Germania, em florestas seculares
Meia oculta, onde a Dónar, deus aéreo,
Nas arvores ha templos com altares,
Sei *múoter*, voz velada de misterio;

Mater do Lacio, que a seus pés suspensa
E submetida vê a terra inteira;
Maire, em trovas volantes, da Provença;
Nai da Galiza, do Oceano á beira...

*

Nem que em todas as lingoas que o homem fala
Eu pudesse ou tentasse dizer «mãi»,
Exprimiria, porque nada a iguala,
O encanto e a graça que esta ideia tem.

J. Leite de Vasconcellos.

Opusculos Resendianos

(NOTAS BIBLIOGRÁFICAS)

Da última vez que tive a honra de usar aqui da palavra, foi principalmente para formular um apêlo ao feliz possuidor, se existisse, dum certo opúsculo de André de Resende. Em bôa hora o fiz. A minha voz foi ouvida, e desde já, não resistindo ao desejo de apresentar quanto antes o agradecimento devido a um distinto bibliófilo, e de comunicar a novidade à Classe, posso dar conta pública do passo dado para a frente no estudo e apreciação das obras e locubrações literárias do célebre antiquário.

Mostrei da outra vez o desejo de ver e examinar o opúsculo Resendiano intitulado *Carmen eruditum et elegans adversus stolidos politioris literaturæ oblatratores,* impresso em 1531. Sabia pelas revelações de Camilo que nesse folheto qualquer coisa havia de revelador da existencia já então de relações literárias entre o nosso Eborense, de nome bem modesto ainda, e Erasmo, o ilustre Roterodamo, já então merecedor do mais alto apreço na culta Europa da Renascença. Sabia isso, mas muito vagamente.

Agora porêm, graças ao elevado espírito e à generosa compreensão do serviço prestado às letras pátrias e à memória de um dos nossos escritores mais notáveis e no estrangeiro mais conhecido, um feliz possuidor daquele opúsculo, o sr. Visconde da Esperança, que na sua copiosa e preciosa livraria o guarda, como uma das suas joias, conhecedor dos meus desejos me permitiu, com uma amabilidade e franqueza inolvidáveis, completo e demorado exame do opúsculo.

Dêsse exame resultou o seguinte:

Foi com efeito *Carmen eruditum et elegans* impresso em Basileia, na oficina Frobeniana, em setembro de 1531, e nele se contêm as três seguintes producções de André de Resende:

1.º — A *Epistola Angeli Andreæ Resendii ad Conradum Goclenium virum clarissimum,* datada de Lovania a 13 de fevereiro de 1531.

2.º — A dedicatória em verso a Erasmo: *Resendius Lusitanus, Desidério Erasmo Roterodamo.*

3.º — O *Erasmi encomium;*

Muitos supunhamos que realmente estas peças literárias haviam tido publicação anterior ao ano de 1600, em que apareceram no 2.º tômo das obras de Resende, da edição de Colónia; tínhamos essa persuação, mas só agora ficámos tendo a certeza.

O Encomio de Erasmo foi pela primeira vez impresso em 1531. E êste descobrimento vem singularmente reforçar a tése tão bem defendida pela senhora D. Carolina Michaëlis, reclamando para Resende a prioridade da invenção da palavra *Lusiadas.* Fica provado agora que o verso

Non tibi Lusiadae infensi, te noster adorat

já desde 1531 corria mundo.

O aparecimento do folheto intitulado *Carmen eruditum* veio contudo trazer-me um quási desapontamento, tanto é certo não haver beleza sem senão. Supuz encontrar nêle alguma poesia ignorada de Resende a Erasmo, e por fim, sob êsse aspecto, nada de novo surgiu. Mas se nada de novo surgiu neste ponto, é certo porêm que outras novidades interessantes tive ocasião de encontrar.

Aquêle opúsculo Resendiano está encadernado com outros e bem preciosos do mesmo humanista.

Lá se encontra o *Genethliacon Principis Lusitani,*

impresso em Bolonha em 1533 do qual o frontispício foi agora reproduzido pela Sr.ª D. Carolina Michaëlis nas suas tão apreciáveis *Notas Vicentinas*, publicadas na bela *Revista da Universidade de Coimbra*.

Aparece a *Epistola de vita aulica ad Speratum Martianum Ferrariam* datada de Bruxelas a 1 de novembro de 1531, e impressa, com outras peças literárias, em Bolonha, no mês de janeiro de 1533, obra de que não existe exemplar na Biblioteca Nacional de Lisboa, encontrando-se porêm nas bibliotecas da Ajuda e Évora.

Lá está egualmente a *Oratio pro rostris* pronunciada na Universidade de Lisboa em 1 de outubro de 1534, e nesse mesmo mês aqui impressa na oficina de Germão Galhardo. Desta obra de Resende não existe exemplar em nenhuma biblioteca pública, e, que eu saiba, apenas a sr.ª D. Carolina Michaëlis possue um.

Tambêm no mesmo volume se encadernou a *Epitome rerum gestarum in India a Lusitanis anno superiori*, etc., *Auctore Angelo Andrea Resendio Lusitano*, impressa em Lovania em julho de 1531. Desta edição tambêm nenhum exemplar existe em biblioteca pública; era-me porêm já conhecida por descrição obtida da livraria do British Museum de Londres, por intermédio do nosso benemérito consócio Edgard Prestage.

Neste opúsculo publicou Resende duas *Silvas* dirigidas a Henemanno Rhodio, preposito de Riga e orador do arcebispo de Livonia junto a Carlos V, e a resposta daquele. Estes poemas não foram reproduzidos na edição Coloniense das Obras de Resende, e por isso os transcreverei em apêndice à biografia dêle escrita por Leitão Ferreira que no *Arquivo Historico* ando publicando e anotando.

Finalmente no precioso volume tambêm se encontra uma obra do ilustre Eborense, creio que absolutamente desconhecida, ou pouco menos. Intitula-se ela *Translatio sacra-*

rum virginum et martyrum Christi Responsæ et sociæ ejus. Foi impressa em Veneza «per Bernardinum de Vitalibus», em novembro de 1532. A sua existência já me fôra revelada por uma cópia do opúsculo tirada por Fr. Vicente Salgado e guardada na Biblioteca da Academia, e por isso acima declarei ser a obra pouco menos de desconhecida.

Consta ela apenas de 4 pág. de impressão, mas assim mesmo tem uma parte autobiográfica e histórica interessante. Refere-se à chegada do embaixador de D. João III junto a Carlos V, D. Pedro Mascarenhas, e à sua estada em Colonia em janeiro de 1531, depois da famosa Diéta de Augsburgo, na qual Martim Lutero e seus parciais foram desatendidos. E efectivamente já sei por uma carta do embaixador que êle tivera a 1.ª audiência do imperador em Spira a 4 de dezembro de 1530, e que ainda nesse mês havia de o acompanhar à ceremónia da coroação de seu irmão Fernando como rei dos Romãos.

Também toca na ida de Carlos V à Hungria contra a expedição dos Turcos, levando na sua comitiva o embaixador português e já com êle o nosso Resende. Por todos estes motivos também será transcrito êste pequeno opúsculo no *Arquivo Historico.*

Agora, para terminar, como fui feliz na minha primeira reclamação, vou apresentar outra, a ver se tenho igual sorte.

Ainda me faltam duas obras das conhecidas de André de Resende a ver: 1.º — O *Sermam que preegou . . . en ho Synodo diocesano de Evora de 1565*, nesse mesmo ano impresso, como dá conta Inocêncio no vol. VIII do *Dic. Bibliográfico* à vista dum exemplar muito ao de leve descrito;

2.º — *Ha Sancta Vida e religiosa conversam de Frey. Pedro porteiro de S. Domingos de Evora.* Êste opúsculo (tem apenas 18 fs. inumeradas) foi impresso em Evora em

outubro de 1570, três anos antes da morte de Resende, e foi a última obra de que êle viu a impressão.

Repito o meu apêlo da outra vez. O feliz bibliófilo que possuir estas duas obras ou alguma delas, e mas quiser dar a conhecer, pratica um bom serviço às letras pátrias e à memoria de Resende.

Será *vox clamantis in deserto?* Espero que não.

Braamcamp Freire.

O paleógrafo João da Cunha Taborda

A PRIMEIRA EXPOSIÇÃO INDUSTRIAL EM OEIRAS, EM 1776

Notícias adicionais

A publicação de notícias documentais no *Boletim* da Academia, tornando possível a leitura atenta e ponderada das comunicações dos sócios, traz como inevitável e profícuo resultado, a conexão de outras notícias dispersas, que o leitor conjuga com as publicadas, de modo a esclarece-las ou adita-las. É o que me sucedeu lendo no fascículo 2.º do vol. V do *Boletim* o artigo do meu ilustre consócio Pedro de Azevedo, acêrca da *Primeira cópia do Cancioneiro da Ajuda.*

Acontece que, encarregado desde 1910, da arrumação e organização do Arquivo da Misericórdia de Lisboa, eu tencionei desde logo, apenas o estado de arrumação o permitisse, elaborar um relatório noticioso dêsse arquivo, esboçando, num resumido inventário, a indicação dos corpos de documentos que o constituem.

Tendo recebido da Biblioteca desta Casa um ofício em que para o *Boletim Bibliográfico* me eram pedidos quaisquer esclarecimentos ou notícias acêrca do estado do Arquivo a meu cargo, não satisfiz êste pedido, porque entendi que o *Relatório,* cuja elaboração de há muito principiada eu contava brevemente levar a cabo, melhor e mais largamente responderia aquêle amável e incitador convite. Infelizmente, como freqùentes vezes sucede no nosso limitado meio, em que difícil se torna especializar aptidões e serviços, de molde a fazer convergir todos os esforços apenas

num dado sentido, urgentes e inadiáveis serviços públicos diversos me impediram de seguir o trabalho iniciado, e demoraram a sua conclusão.

Explicada assim incidentemente a minha falta para com o *Boletim*, darei agora notícia de alguns documentos que encontrei relativos ao Arquivo do Hospital de S. José, do tempo em que a administração dêste estabelecimento estava confiada a uma Comissão administrativa da Misericordia e Hospitais.

São requerimentos, despachos e informações relativos a João da Cunha Taborda, paleógrafo. Por êles se vê que êste Taborda fôra nomeado Cartorário do Arquivo do Hospital de S. José, em 10 de novembro de 1824. Tenho presente o Aviso de 13 dêsse mês, participando esta nomeação. É do teor seguinte:

«Sendo presente a ElRei meu Senhor, pelo oficio de V. S.ª de 6 do corrente, a necessidade de se criar o logar de Cartorário do Arquivo do Hospital Real de São José, nomeando para o servir pessoa perita em paleografia, e concorrendo esta circunstância em João da Cunha Taborda, que V. S.ª propõe para o referido logar, com o ordenado anual de 400$000 reis, ha por bem aprovar a criação do dito logar de Cartorário do Arquivo do mesmo Hospital real e he servido nomear para o servir o mencionado João da Cunha Taborda, com o ordenado acima designado, auctorisando a V. S.ª para lhe mandar expedir o competente titulo e o mandar incluir na respectiva folha dos Empregados do sobredito Hospital. D.s G.e a V. S.ª. Paço em 10 de Novembro de 1824. Marquez de Palmella. — Senhor Luis de Vasconcelos e Sousa. — Cumpra-se e registe-se. Hospital real de S. José, 13 de novembro de 1824» [1].

[1] Registado no L.º 9.º do *Registo geral* do Hospital a fl. 73 v.º.

Serviu Taborda êste cargo de Cartorário até 28 de julho de 1833, sem nota alguma, sendo nesta data suspenso e logo depois demitido por Decreto de 6 de agosto, por ter sido urbano.

Em 1841, fez Taborda um novo requerimento, ao qual juntou documentos comprovativos, que depois recebeu. Alegava ser paleógrafo com carta de aprovação pela aula de Diplomática e tendo mais todo o curso de latinidade, que se achava apto para Cartorário, e que, constando-lhe estar o então Cartorário do Hospital doente e impossibilitado de exercer o seu mistér, e êle Taborda desempregado, pedia o nomeassem interinamente naquele lugar.

A Comissão administrativa do Hospital de S. José informou que o Cartorário, conquanto doente, ia cumprindo a sua obrigação, sendo assíduo, e de muito préstimo e capacidade e por isso se não fazia — «preciso o serviço do sup.te que por nenhuma razão deve ser admitido, não só porque não é necessario o seu serviço, como por não aumentar empregados, que mesmo sendo gratuitos, acham sempre razão para requererem uma gratificação, ajuda de custo, etc.».

E acrescentava que o suplente já servira o lugar e dêle fôra demitido, nas condições que referi. A pretensão de Taborda não obteve pois despacho favorável. Veiu depois a ser provido no lugar de Cartorário, quando êste vagou, o padre Manuel Maria Rodrigues Leitão, membro do corpo de capelães da Misericórdia, homem douto, estudioso e trabalhador, ao qual tanto deveram a bôa organisação e os magníficos índices do opulento Arquivo hospitalar. Foi com êsses abundantes elementos de indagação, elementos que êle depois larga e proficientemente ampliou, que o chefe de repartição da receita da Contadoria do Hospital, o sapiente investigador José Maria António Nogueira, poude realisar os seus eruditos estudos acêrca dos antigos hospitais e dos primeiros teatros de Lisboa, estudos pre-

ciosos, bem conhecidos de quantos teem tido necessidade de escavar um pouco na história antiga da capital portuguesa.

Eis aqui, como à roda da inapreciável memória e anotações da Sr.ª D. Carolina Míchaëlis de Vasconcelos, acêrca do *Cancioneiro da Ajuda,* se apurou a notícia relativa a um copista e paleógrafo, João da Cunha Taborda, e à criação do lugar de Cartorário do Hospital de S. José.

Resta só explicar, nesta modesta e por certo nada gloriosa biografia de Taborda, em quem o maior mérito parece ter sido o de ser sobrinho do pintor Cunha Taborda, como foi que em 1824 êle abandonou ou o forçaram a abandonar o seu lugar de escriturário da Tôrre do Tombo, cujas funções exercia, como nos diz o sr. Pedro de Azevedo «—não parece com grande zêlo».

*

Igualmente, lendo com o interesse que merece, o curioso artigo do sr. Marquês de Ávila e de Bolama, intitulado — *A feira de Oeiras, em 1776,* me recordei de ter em tempo, em 1888, publicado numa pequena revista de vulgarização em que eu colaborava assiduamente — *A Revista Popular de conhecimentos úteis* (N.º 3 do I ano — 17 de junho de 1888) um artigo sob o título — *As Exposições* — em que divulgava aquela notícia, que muito me impressionara, da primeira exposição industrial, não só na celebrada *feira de Oeiras,* como também no verdadeiro certamen da capacidade produtora de Portugal, efectuado por ocasião dos festejos da solene inauguração da estátua de D. José I, festejos nos quais — «nada se empregou, desde os adornos das praças e das ruas até ao proprio vestuario do monarca, que não fôsse producto da nossa industria» — tão fecundamente promovida e auxiliada pelo grande estadista. Nêste artigo, que julgo a propósito, embora seja um mero artigo

histórico de vulgarização, reproduzir no *Boletim,* junto a estas notas despretenciosas, eu referia também a não menos notável iniciativa do benemérito arcebispo de Braga, D. fr. Caetano Brandão, criando em 1792 os concursos agrícolas e industriais, em que distribuiu premios avultados a oficiais de ofícios ou mecânicos, consoante o dizer da época, a lavradores, criadores de gado, caixeiros, etc., tudo conforme no-lo referem Jose Silvestre Ribeiro e o autor das *Memorias para a historia da vida do veneravel arcebispo de Braga, D. fr. Caetano Brandão.*

É digno de lêr-se e de citar-se o célebre edital na mesma obra transcrito (Cap. XVI do tomo II, pág. 123) pelo qual o arcebispo — «para fomentar a industria popular, tanto pelo que respeita á agricultura, que é a mais antiga e mais util arte do homem, como pelo que respeita ao comercio e ao adeantamento das artes mecanicas, por meio das quais subsistem a maior parte dos pobres» — determinou premiar e favorecer em 1792 a 1793 quatro lavradores ou lavradoras que plantassem com regras cinqùenta tanchões ou estacas de oliveira ou fizessem maior sementeira de linho, no termo de Braga; e bem assim a dezaseis aprendizes de artes mecânicas, sendo oito moços de quinze a vinte anos, das classes de mercadores, artífices, sombreireiros, tecelãos, ferreiros de cutilaria, armeiros, livreiros, e enxambradores, carpinteiros, e oito moças tecelãs, costureiras, bordadoras, sirgueiras, etc., todas de doze a quinze anos, dando a cada um dos vinte premiados a quantia de 50:000 reis [1].

São estes grandes exemplos de regeneração nacional pelo fomento da agricultura, das indústrias e das artes aplicadas que devemos memorar e nêles inspirarem-se, com orgulho de bem entendido patriotismo, quantos se

[1] Citadas *Memórias,* tomo II, de pág. 123 a 129.

empenham na obra necessária e urgente do resurgimento da nacionalidade portuguesa, pela sua valorização agrícola, florestal, manufatora, mineira, comercial e turística, como aproveitamento racional, metódico e salutar das enormes riquezas de que são veios inesgotáveis o solo, o clima e esta bondosa raça lusitana.

O artigo — *Exposições* — poderá, servir pois como uma modestíssima nota ao interessante e valioso estudo do nosso ilustre consócio sr. Marquês de Ávila e de Bolama, acêrca da — *Feira de Oeiras em 1776*. Eis o artigo:

«Depende hoje o futuro das nacionalidades da sua maior ou menor capacidade productora. A grande luta da oficina substituiu no seculo presente o combate fratricida dos campos de batalha. A guerra da produção antepõe-se enfim á guerra da destruição.

«Por isso, tendo-se reconhecido que o ensinamento artistico e industrial é um dos mais poderosos elementos para a benefica solução do momentoso problema da reorganização do trabalho moderno, todas as nações civilizadas contemporaneas se esforçam por crear o quadro mais completo e perfeito de estabelecimentos destinados a ministrar ás classes trabalhadoras aquela especie de ensino.

«As escolas artisticas e industriaes, os gimnasios, e ateneus de industria e comercio existem já profusamente distribuidos pela Alemanha, pela Belgica, pela Holanda, pela Suissa, pela Suecia, pela França e pela Inglaterra.

«Não bastava porem haver escolas para ensinar os processos; tornavam-se precisas as grandes revistas dos progressos da industria, para se conhecerem os resultados do adeantamento das artes e misteres.

«Inauguraram-se portanto as exposições internacionaes e universaes, onde se revelam os confrontos entre as actividades manufactoras de povos e raças diversas, levando a idéa, a inovação ou o processo, de terra em terra, de país

em país, e tornando por conseguinte universal e cosmopolita o dominio das artes e da industria.

«Fizeram-se as exposições nacionaes para se apreciar em revista, num dado momento, toda a galeria das industrias de um povo e pôr em concurso industriaes do mesmo ramo, promovendo assim os progressos e aperfeiçoamentos de fabrico. Efectuaram-se porfim as exposições districtaes ou regionaes, com identico intuito, numa area mui restricta.

«São relativamente de creação moderna estas solenidades; datam principalmente da época em que se preparou e realizou a grande exposição universal de Londres, em 1851.

«Antes porém já a idéa havia germinado, e a Portugal cabe a honra de ter sido o primeiro país em que ela se poz em pratica.

«Efectivamente as exposições tiveram entre nós o seu inicio, embora diferente na forma do que hoje se procura obter, em duas creações do Marquês de Pombal.

«Quando reconstruida Lisboa, com as suas belas ruas largas, espaçosas e arejadas, traçadas em linhas rectas, todas geometricamente dispostas, se fez a imponente festa da cidade nova com a inauguração solene da estatua de D. José I, nada se empregou nos festejos, desde os adornos das praças e ruas até ao proprio vestuario do monarca, que não fôsse produto da nossa industria.

«Era a primeira revista da nossa capacidade produtora, uma verdadeira exposição nacional, em que os artefactos da industria portuguêsa apareciam pela primeira vez elevados á altura de uma consagração nacional.

«Mas o Marquez compreendeu que não bastava aquela festividade, e para tornar duradouro o estimulo e permanente o concurso das actividades produtoras, inaugurou com a sua poderosa iniciativa, a exposição anual agricola e industrial, sob o nome de — *feira de Oeiras* — onde fez concorrer á publicidade todos os objectos produzidos pelas manufacturas do nosso país.

«Outro distinto português, o veneravel arcebispo de Braga, D. fr. Caetano Brandão, tambem em 1792, criou uma especie de concursos agricolas e industriaes, em que distribuiu premios pecuniarios a oficiaes de oficios, lavradores, caixeiros e raparigas habeis em industrias caseiras.

«Depois, em 1838, a Sociedade promotora da Industria Nacional, organizou em julho, uma exposição nas suas salas, chamando ali enorme concorrencia. Seguiram-se-lhe a de 1840, e a de 1844, na qual se contavam já 157 expositores. Eram estas exposições já muito mais importantes do que a de Paris em 1798, na qual foram premiados apenas uns 10 a 12 expositores.

«Sobreveiu então a febre exposicionista; sendo as mais notaveis as exposições internacionaes seguintes:

«Londres 1851; Paris 1855; Barcelona 1861; Londres 1862; Porto 1865; Paris 1867; Vienna 1873; Filadelfia 1876; Paris 1878; Madrid (minas) 1886; Londres (pescarias) 1886; Barcelona 1888.

«As exposições nacionaes em Portugal tambem se tem realizado com frequencia. Assim temos tido:

«Lisboa 1838, 1840, 1844, 1848, 1849; Porto 1849; Lisboa (agricola) 1852; Porto 1857, 1861; Coimbra, 1862; Lisboa e Porto 1863; Lisboa e Coimbra 1864; Porto (internacional) 1865; Coimbra 1869; Lisboa 1873; Porto 1877; Porto (vinicola) 1880; Santarem (agricola) 1880; Porto (ceramica) 1883; Porto (fiação e tecidos) 1884; Lisboa (agricola) 1884; Lisboa (industrial) 1888.

«Sendo porem as exposições revistas passageiras, importava conseguir resultado mais duradouro — ter sempre presente junto das escolas industriaes e de comercio os modelos, exemplares e amostras dos produtos e materias primas que são objecto das industrias e do comercio do país, da região ou do distrito.

«Para esse fim se fundaram os — *museus industriaes e comerciaes* — exposições permanentes de todos os objectos

apropriados e transformados pelo trabalho do indigena. Portugal tambem acompanhou este adeantamento tão profusamente adoptado nos países estrangeiros, creando por iniciativa feliz de Antonio Augusto de Aguiar — os *museus industriaes de Lisboa e Porto* [1].

Vítor Ribeiro.

[1] Estes curiosos e ensinativos museus, dos quais o de Lisboa esteve instalado no edifício dos Jerónimos, onde hoje está o museu etnológico, assim como o museu Fradesso da Silveira, que existiu no Instituto Industrial, desapareceram, subverteram-se lamentávelmente, deixando após si apenas a ideia profícua que os criou.

Contos e Fábulas

I

HISTÓRIA DE UM QUARTETO DE STRADIVARIUS

(AO ILUSTRE CONFRADE JÚLIO DANTAS)

Uma princesa de Portugal, que noutros tempos se foi maridar em Itália, tão saudosa ficou sempre das nonas e donas, com quem, num mosteiro, tinha vivido a sua florida mocidade, que de lá, das longes terras, lhes mandava frequentes lembranças.

Como sabia que as monjas amavam a música em extremo, enviou-lhes de Crémona um quarteto de Stradivarius para que o tocassem nas festas em que celebravam a glória dos santos seus padroeiros.

Serei o cronista fiel dos últimos anos de vida dêsses instrumentos preciosos, que se não guardavam encantadas, como o violino do conto de Hoffman, almas de raparigas, continham, sem dúvida, parcelas do génio do construtor, que tinha encontrado o segredo de fazer repetir ás tábulas dos seus violinos e violoncelos, o falar das torrentes, o romance ouvido aos corações enamorados que lhes passavam perto, quando elas eram ainda apenas troncos e braços, cobertos de flôres e musgos, das arvores velhas da floresta.

*

A vida do convento é agora repousada, e tão calma como a água da taça da fonte do claustro, aonde, uma ou outra vez ao passar se vae mirando a lua ao compôr a sua *toilette* de nuvens.

Os últimos visitadores já não tiveram de baixar insistentemente os olhos, de algodoar os ouvidos, como os graves casuistas eméritos, seus predecessores, confessavam que era preciso fazer, ao penetrar na crasta, tão acre e penetrante era ali o perfume de pecado.

Sentiam-se, diziam, perturbados, acometidos, invadidos, pelo tentador, que os atacava por todos os sentidos, que os deixava após a visitação, sobraçando visões, como se sae duma noite de embriaguez ou dum sono de narcose, quando ainda se não encontram senão lentamente as ideias, quando as formas do mundo real se revelam ainda indecisas e revoltas.

Eram tão lindas as monjas! A música, os seus cantares, eram sem dúvida aprendidos com êsses pequenos travessos, anjos e querubins, que do céo corriam ás suas festas. Mal S. Pedro se precatava para entreabrir a sua porta, com pregaria de estrelas, para ir como velho aquecer-se á luz dos orbes, *brrt,* tal qual, uma revoada de pombos, querubins e serafins levantavam o vôo, fugiam-lhe pelos ceus fóra. Os músicos da côrte celeste iam entretecer as suas grinaldas de notas divinas, ás das corêas das monjas.

Ai! padres graves meus, nem vós os distinguireis delas. Ao regressar à hospedaria do convento, depois de terdes escutado, por de traz da porta do côro, á cautela, não fosse mirar-vos a tentação, não sabieis dizer o que era propriamente da terra e quais as vozes que tinham vindo do céo.

Cantavam as monjas acompanhadas pelo orgão e pelos violinos, tocados, talvez se não acredite, pelos querubins que entravam sorrateiros pelos ventanilhos, cavalgando raios de luar que os traziam mais depressa do que as azas que tinham ainda pequenas e quasi desplumadas. Rúbidos, de faces túmidas, como fructos côr de aurora, sentados pelas cornijas do côro bem mostravam pelos gestos e aspecto que tinham por hábito executar a música ao som da qual valsam os astros para deleite dos justos.

Ai, padres graves meus! Desgraçado daquele, dizieis, que olhar para o côro; debalde as disciplinas sulcarão a carne, é inevitável o pecado, é certa a vitória do inimigo; e apertando o cilício iam mentalmente rememorando o tesouro de mocidade, brilhando, vivendo, tendo o encanto subtil innarrável que vertem as almas vestidas de formosura, perfume superior ao das flores, ao brilho mais subido das pedras preciosas, ao das harmonias do universo, porque estas sómente estimulam um sentido.

*

Mas no meu tempo já as monjas eram poucas e velhas, e durante muitos anos os visitadores que descalvagavam, junto da porta regral raramente tiveram ocasião de deixar escritas como outrora, sôbre o decote dos hábitos, o uso de perfumes e polvilhos, dos sinaesinhos postos nas faces, a propósito de bengalas, saltos e fivelas dos sapatos, longas páginas de admoestações e conselhos, pontuadas... a rapé.

O bando que em tempos antigos, fremia ao implumar-se, pedindo liberdade, ferindo-se no embate contra as grades das janelas, na ância de beber a vida pela taça que a natureza oferecia transbordante de jasmins e rosas, tinha emfim partido, azas pandas, as ilusões soprando; a eles, aos visitadores, talvez por que já não eram precisos, a velhice, oh crueldade! contorcendo-lhe os braços e pernas com reumatismo, prendera-os para sempre, emperrados e enferrujados nas estalas dos cabidos.

As lindas festas tinham tambem acabado. O vasto côro, depois da campa tangida, ficava quàsi deserto. A côrte celeste, renque de imagens sobranceiro ao cadeiral, que outrora se deburçava, não se sabe, se para admirar a fantasia de um artista da Renascença que durante muitos anos transmudara todas as esfusiadas geniaes da sua crepitante mocidade esculpindo um mundo sonhado, se para ver as

belas estátuas da primavera, as lindas monjas exuberantes de vida, envoltas no hábito que simbolisava a morte, não tinha agora para surprender, ciosa, uma palavra, um ou outro encanto que a *toalha* não guardava bastante, a saudade que vôa para o cavaleiro esbelto que todos os dias através das malhas de ferro do mirante, se vê passar caracolando, ao longe, na veiga estrelada de boninas.

Algumas das estatuetas dos santos, vestidas de brocado, escorrendo oiro, olhae-as bem, mesmo á luz de lampadário mortiço, teem ainda agora expresso o êxtasi de alguma paixão pelos olhos de esmeralda ou de turqueza que as monjas fitavam nelas, ao pedir-lhes que valessem aos seus amôres desgraçados; parecem saudosas de alguma coisa que falta no cadeiral engrinaldado de flôres que não existem nem sob os trópicos, nem nas regiões das neves, emoldurando danças macabras de sapos, justas e torneios de esquelêtos, trasgos que saem de dentro de conchas, conúbios desbragados de símios e mulheres.

Mas o quarteto de Stradivarius?

Ai! Ia-me esquecendo, contando embevecido recordaçõis doutrora quando eu entrava para dentro do convento indo no *rôdo*, com a mesma facilidade em que de lá saiam os covilhetes de manjar real.

Mas direi...

O *violoncelo* levou-o um dia para o polir e pôr-lhe as caravelhas que faltavam, um homem que sohia andar corregendo espinetas e manicórdios por êste mundo de Cristo, e até hoje! Há muitos anos que a senhora abadessa espera que ele volte, tão grande é a sua fé de que há de vir um dia restituir a preciosa alfaia do convento.

O *rabecão* esbarrondou-o, caindo-lhe em cima, uma moça do convento, corpulenta, de largo costado e altos promontórios adjacentes quando um dia, espanejando os santos postos na cimalha contemplava enternecida a imagem de Deus Padre.

Um estrondo medonho percorreu, reboando, todas as abobadas da crasta, quando a moça, o *tacho,* segundo o *argot* das madres, despenhando-se, o apanhou em cheio, estendido no chão, com a parte mais rotunda do corpo; e tão grande foi o ribombo, que uma das freiras, já muito velha e muito surda, perguntou assustada como uma alvéola que se retem na mão, se tinham voltado outra vez os franceses, recordando-se timorata das antigas ribalderias, de que ao penetrarem no convento, tinham sido auctores os granadeiros dos exércitos de Bonaparte.

Até a madre escrivã se benzeu e disse sentenciosa: aquilo, por força tinha coisa má! Pois um estoiro assim que até estremeceram os vidros! Falava; até ás vezes quando conversavamos ao pé dele parecia que queria meter-se comnôsco; vinham vozes lá de dentro. Diziam que tinha sido feito na estranja e lá por fóra não há senão herejes, louvado seja nosso Senhor! Sempre era obra de herejes!

A *violeta.* Ai pobre violeta! Deu-a uma creada ao seu derriço, o moleiro do convento. Como sabia que ele passava muitas horas no alto do monte, sósinho com o jerico que levava a farinha aos fregueses, e que apenas alguma cotovia pousando na janela, pequenina como a de um beliche, ia lá ao amanhecer, antes de ir banhar-se na luz nascente, rindo, chamar-lhe mandrião, deu-lha dizendo-lhe, que era uma guitarra que as freiras de outros tempos tocavam com um pau.

Emquanto o moinho assobiava o estribilho, tão velho como os astros, e ia gemendo e lidando como um escravo, deitado de costas sôbre os taleigos de trigo dos pobres da visinhança que lho traziam para moer, o moleiro ia sanfoninando a última *chula* que o tornára célebre num *bailo,* ferindo os barbantes retesados, que substituiam as cordas de tripa presos às caravelhas. Ai, pobre violeta!

*

Foi num moinho que comprei o meu *stradivarius*, disse-me um dia repousado, numa grande cadeira monacal, de couro de Cordova, lançando os olhos cúpidos para um cristal de Veneza que tinha desdenhado, um colecionador de antigualhas que Lisboa conheceu, ali pela Anunciada, numa loja de velharias, do Cezimbra, um desgraçado que tinha a mania de suicídio, e que me perguntava se a alma tambem morria, emquanto discutiamos o preço de uma chavena de Sevres, *rose Pompadour*.

O velho T. d'A, morreu há muito, e a sua violeta de Stradivarius foi vendida não sei a quem no leilão do seu espólio.

O *violino*... A sua história é um pouco mais comprida, mas talvês tenha algum interesse para o leitor, se tem algum sofrimento de alma para adormecer, se uma ou outra vez se detem a observar pequeninas coisas que a arte ou a naturesa produz para encantar de leve, uma miniatura, uma melodia, uma gota de orvalho suspensa de uma flôr de pecegueiro que o sol dardeja.

*

Vai linda a boda do senhor capitão-mór, dizem as belas raparigas da aldeia assomando os postigos das portas, deixando por um momento aos seus bordados, a linha vermelha, das camisas domingueiras dos *ganhões*, ingénuos como embrechados de conchinhas.

Vai linda a boda do senhor capitão-mór, dizem, espargindo o solo de flôres, os pilriteiros que bordam e perfumam a estrada por onde passa o acompanhamento.

Vai linda a boda do senhor capitão-mór, repetem os melros e toutinegras mal repousados da viagem, rindo-se

irreverentes do chapéo embicado e da grossa bengala de cana da Índia a que êle apoia a gota teimosa, e os sessenta bem puxados, dizem sarcásticas as aves palreiras.

Vai linda a boda porque a noiva é linda. Ao vel-a descer a escada do seu palácio encostada ao braço do capitão-mór, velho robusto de tez montesinha e encorreada, para ir casar-se á igreja do convento próximo, um poeta que escrevia loas para festas, disse enternecido: — caminha a assucena encostada ao roble!

Vai linda a festa! É tão novinha a noiva, diz o violino de um pobre músico ambulante que a vel-a passar na estrada envolta nas suas galas de noivado, o sol incendiando o seu diadema de cabelos de oiro, engaste de flôres de neve, como que atraido, começou a tocar, quási a par dela, uma velha melodia da sua terra, música de esponsais. Rapaz! Não toques a sanfona cá ao pé de mim, disse açomado o senhor capitão-mór; e como a noiva sorrisse com o seu sorriso de creança, e como o tocador, um italiano, não compreendesse a advertência, continuou a música que na sua terra acompanha e encanta e cortejo dos noivos.

Ah! És teimoso? Então, toma! E o senhor capitão-mór que era muito asedo e bravio, atirou uma bengalada ao pobre músico, partindo-lhe o violino e contundindo-lhe os dêdos.

Nêsse momento o cortejo de noivado, os fidalgos campesinos, as senhoras morgadas, os barões parentes, transpunham a porta da igreja; cá fóra, encostado ao talude do caminho coroado de silvas revoltas que dias antes se tinham enfeitado de flôres para receber a primavera, ficou apenas o músico ambulante beijando com a alma o seu violino partido.

Caiam em volta dêle lentamente as flôres das olaias, que Baco, meio ébrio, andara borrifando com vinho.

Continuava ainda o concerto de todas as manhãs, em que as cotovias, as primas donas, eram ferozmente asso-

biadas pelos melros por ser velha, embora linda, a ária da vida, que elas cantavam acompanhadas a *bôca chiusa,* pelo côro, os perfumes das flôres.

Como volveria agora o pobre a ganhar o pão? Quantas estrofes, sublimes de dôr compõe a alma e jámais se escrevem, e que as lágrimas evaporam no espaço! Como poderia voltar á sua aldeia distante, perguntava a si mesmo, agora que lhe parecia que ouvia chamal-o as torrentes das suas montanhas que ora caem em catadupas ora se abrem em veios de água, ramais de prata que por onde passam falam alegremente a tudo e a todos que encontram no seu caminho?

Por um momento o lindo pórtico da igreja foi a moldura de pedra cinzelada do quadro que se compôs e desfez num instante: a boda do senhor capitão-mór.

A noiva viu o pobre músico conchegando com amôr os bocados do violino e ia dar-lhe alguma coisa, talvês o seu anel de núpcias, a sua única joia, mas o marido segurou-lhe o braço emquanto regougava: — há de lhe ficar de emenda o atrevimento! — Vir no meu casamento, ao meu lado, a tocar sanfona! E pontuou a indignação batendo rijo nas láges do adro com o bengalão, quási uma tranca. — O cortejo perdeu-se ao longe numa volta da estrada.

Ao anoitecer ainda o violinista estava no mesmo sitio e soluçava, soluçava...

Já luziam algumas estrelas, agora uma, logo outra e transluzindo, pareciam contar, ás que chegavam mais tarde, que o pobre músico abondonara na relva os bocados dum violino partido, ao começar a sua *preghiera,* ao cairem as três badaladas das *aves marias.*

Foi nêsse instante que êle viu que alguma coisa ia descendo lentamente, ao longo do muro do convento como se tivesse receio de ir bater-lhe de encontro; e como anoitecia, tinha se ido apróximando, tambêm devagarinho, indeciso, surpreso, até que o objecto que descia, já meio envolto na sombra, ficou suspenso, oscilando.

Tomou-o como para certificar-se que os olhos o não enganavam, segurou-o trémulo com o receio que êle caisse, e ficou-lhe nas mãos um violino de cujo braço pendia um longo cordão de seda e prata.

Olhou, não viu ninguem, tudo em silêncio; e sem saber como, tomando o arco começou uma melodia estranha que nunca tinha aprendido, que nunca ouvira, nem tinha tocado, mas que a sua alma de artista lhe ia cláramente ditando. Acabou a tocar de joelhos, com os olhos nas estrelas, num êxtasis que Murilo viu talvês ao pintar o quadro, o *Violinista celeste.*

Quanto tempo tocou em louvor de Mari santa, do céo, de todas as madonas da sua terra não sei, sei apenas que a melodia sublime se não perdeu, que anda com outras no espaço, onde as almas se quedam a ouvir no silêncio.

Ou porque a fome o despertasse, ou por que tivesse medo, depois de ter por mais de uma vez olhado para o céo, partiu pela estrada fóra, resguardando entre o peito e a jaqueta esfarrapada, com receio talvês de que a noite o molestasse, o seu tesouro, o violino.

Antes de chegar á estalagem aonde ia pernoitar deteve-se algumas vezes no caminho para o vêr à luz dos astros, duvidando, sonhava talvês, apesar de o sentir contra o peito e de lhe ouvir repetir, em surdina, as pancadas do coração tumultuoso.

Duma das vezes não se contentou em vel-o, passava justamente junto do palácio do capitão-mór, e como tocava tudo quanto queria, recordando uma historiêta, uma lenga-lenga, que ouvira uma noite, á lareira, num *monte* alemtejano onde por caridade o tinham deixado entrar para que enxugasse a roupa que a chuva encharcara o dia inteiro, encostou o violino ao hombro, e rindo, como se ri aos doze anos, entre compassos de uma ária escarninha fez dizer-lhe roufenho, Velho bodelho da tranca bodanca! da tranca bodanca!

E partiu á desfilada pelo caminho.

Os grilos tinham-se caládo a escutar.

A noiva da manhã assomou a uma janela: o senhor capitão-mór, vestido, atravessado no leito núpcial com o bengalão ao lado, resonava, assoprando como um vendaval, emquanto o estomago ia digerindo afadigamente um perú recheiado, abeberando num almude de vinho.

*

O regente da orquestra da opera, velho tão branco, como a sua gravata branca, apesar da adiantada velhice, não tinha perdido um hábito que adquirira nos seus tempos de boémio; ia todas as noites beber um *grog* a um café aonde a mocidade e a estúrdia se tinham domiciliado há mais de cem anos.

Os amigos seus companheiros de folias, tinham ido desaparecendo um a um. A morte dera o braço a muitos, e da *noce* estranha, nenhum tinha voltado.

Outros levara-os para longe, a glória da arte, a batalha da vida, freqùentavam os salões, ou tinham-se perdido no esquecimento, sem darem mais notícias.

Agora era êle só, sempre á mesma hora, sempre á mesma mesa, donde tinha visto passar, durante meio século, a mocidade, ramo constantemente renovado com flôres diversas, mas em que o mesmo perfume cantante de alegria, não permitia dar pela mudança das que tinham sido substituidas.

Uma noite, em frente de uma das mesas em que costumavam reunir-se os estudantes do conservatório de música, havia uma personagem que êle nunca tinha visto. Era um rapasito de onze para doze anos que tocava diante dêles, silenciosos pela única vez durante os trezentos e sessenta e cinco dias do ano, e tão atentos como um juri de exames apreciando uma prova final.

Tinha sido um dos auditores que ouvindo-o tocar á es-

quina de uma rua do bairro latino, diante de Mimi-Pinson que entre as suas amigas aplaudia com delírio, que o havia trasido comsigo e o apresentara, cumprindo assim o artigo de estatuto não escrito, que obrigava cada um dêles a trazer ao café ou a dissertar sôbre tudo o que de mais original e extraordinário se lhe deparasse no mundo. Ali tinham sido discutidas as mais extraordinárias e transcendentes teorias, a respeito de uma sandália de Cleópatra, da busina de Rolando, de um cinto célebre do museu de Cluny, de uma chave de dentista que o detentor afirmava que tinha pertencido a Golias, o bíblico. Tudo quanto pode imaginar-se na arte e na sciência tinha sido irreverentemente malhado ali a epigramas, demolido e volatilisado na chama crepitante do espírito e da graça.

Naquela noite porêm tinham vindo das mesas fronteiras os estudantes de medicina, silenciosos, fechar o círculo feito em volta do violinista; até os creados que habitualmente ao servir o punch ou o bock eram varados com *couplets,* cantados em côro, e de tal quilate que tudo ria emquanto êles iam esconder-se por de trás do balcão, como gatos zurzidos, se tinham apróximado um pouco.

Aos de medicina tinha-se tambêm juntado outro grupo de estudantes, das *quatrezarts*, que nessa noite tinha deixado de exibir o seu último quadro célebre, que fizera rir todo o *quartier:* Artaxerxes longímano recebendo Temistócles.

Todos aplaudiram por fim, e o músico ambulante foi levado aos hombros num passeio triunfal em volta da sala. Á frente do cortejo um braço estendido segurava um chapéo alto amachucado, a cópa a desprender-se da aba, meio de *sous.*

Bôa noite papá Lenormant, disseram os estúrdios ao passarem em frente do maestro. Aqui lhe apresentamos o nosso pupilo, tomamol-o sôb a nossa proteção...

E a quem eu darei lições de musica se me derem licença.

Ao ouvirem isto os estudantes tiraram todos o chapéo e a ovação ao violinista converteu-se em manifestação de simpatia a Lenormant que todos respeitavam como grande artista que era, e heróico soldado que na sua mocidade tinha sido.

Quando o violinista ia a sair, Lenormant deteve-o.

Diz-me uma coisa, rapás. Quem te ensinou a tocar?

Meu Pai; tinha eu seis anos e já tocava pelas ruas de Verona.

Emquanto tempo aprendeste?

Não sei. Meu pai morreu, e como eu e meus irmãos tinhamos fome, e como em casa havia muitos instrumentos, todos sabiamos música, tomamos cada o seu e começamos a andar pelo mundo para ganhar a vida.

Em Madrid perdi-me dos meus irmãos e andei depois tocando pela Hespanha em companhia de um homem que tinha uns cães que dançavam.

Era ao som do meu violino e ultimamente mal podendo ter-se em pé, tão fracos, tão doentes, só ao som da música que eu tocava é que êles se decidiam a dançar. Á noite eu e êles, dormiamos juntos, e ás vezes levava como êles as chicotadas que nos distribuia em logar de pão o nosso dono, quando voltava furioso por ter perdido ao jogo o que nós tinhamos ganho durante o dia andando pelos *arrondiales,* de *puéblo* em *puéblo.*

Tens então passado muita fome?

Em Paris já passei dois dias sem comer.

Onde vives? Na rua.

Onde dormes? Onde calha. Quando está muito frio e nevoeiro, e os policias me não vêem, salto as grades da Madalena e estendo-me no lagedo por de trás de uma das colunas.

Depois de ter pago a sua conta Lenormant disse para o violinista, vem comigo. Tens muito merecimento e quero que possas ganhar a tua vida sem miséria.

Não diremos que a lua viu passar através das ruas desertas da *ilha* o músico italiano acompanhando o director da orquestra da opera, que se dirigia para uma casinha, perto da Notre-Dame, em que vivia só, porque, na verdade, o facto não tem interesse, mas principalmente porque faltariamos á verdade. Em Paris, pelos menos nalguns meses, só se sabe que é lua cheia... pelo calendário.

*

Tens fome? Não senhor. Os estudantes tinham-me dado de comer, uma ceia lauta, antes do senhor chegar.

Pois bem, então agora toca qualquer música, a que souberes melhor, e toca o melhor que poderes.

O músico deteve-se um momento, inclinou a cabeça para o violino encostado ao hombro, como para escutal-o e sem olhar para o espelho que lhe ficava em frente, sorrindo, talvês a uma visão longínqua, tocou os primeiros compassos de uma *lieder* de Schubert, o Rei dos Alamos, que êle uma noite tinha ouvido tocar a um compatriota seu, notívago e errante pelo mundo como êle.

Pouco depois Lenormant levantou-se da cadeira em que se tinha sentado e quasi que tirando-lhe o violino das mãos disse-lhe: deixa vêr; e foi examinal-o á luz de duas velas acêsas no piano. Pediu-lhe depois o arco e começou a tocar.

Tornou a examinar o violino com demora, a olhar para dentro de êle, voltando-o para a luz, parecia cada vez mais surpreso, como um joalheiro, ao deparar-se-lhe por acaso, uma pedra preciosa de grande valor, até que por fim disse rudemento ao rapasito. Quem te deu êste violino?

Mari-Santa respondeu êle.

Mari-Santa? Sim, *Mari-Sante.*

Tu... e Lenormant ia dizer-lhe palavras afrontosas mas deteve-se interessado, perante os olhos tranquilos e o ar

sincero que se lhe deparou ao olhar com fixidez o seu protegido, meio inclinado, respeitoso.

Mari-Santa?... Como? Mandou-mo *del cielo.*

Del cielo?... E Lenormant recuou um passo, desorientado, sorrindo escarninhamente de desdem, mas cada vez mais cheio de interesse, obrigou o músico ambulante a explicar-lhe como tinha adquirido o violino. Êle então contou-lhe, receioso com os modos assomados que lhe via, que uma vez, num país distante, um homem rico que ia casar-se lhe partira o violino que tinha trasido da casa paterna, porque esperando que êle lhe desse alguma coisa, teimou em ir a tocar no seu cortejo nupcial.

Partido o violino tinha chorado quási todo o resto do dia, sem saber que destino tomar, sem dinheiro, sem ninguem, sem nada com que podesse ganhar a vida. Isto tinha-se passado em frente da igreja de um convento. Tinha perdido a esperança de poder voltar um dia á sua terra quando ao anoitecer, quási resolvido a ficar ali, viu que de muito alto, do céo, descia ao longo de uma torre um violino. Sonhava? Estava acordado? Tinha febre? Era talvês a minha pobre cabeça que transformava qualquer sombra em violino, pensei. Mas o violino desceu, desceu, e parou em frente de mim e a altura que eu podia chegar-lhe.

Caminhei para êle dizendo uma *preghiera* que minha mãe me tinha ensinado, beijei-o, abraçei-o, e ficou-me sôbre o peito; trazia atado ao braço êste fio azul e abrindo a camisa bastante esfarrapada, mostrou um cordão de seda e prata bastante grosso que em muitas voltas tinha enrolado ao pescoço.

Havia tanta verdade como simplicidade na narrativa, que Lenormant, meio distraido, disse-lhe que continuasse a tocar, procurando mais compreender o que tinha ouvido, do que julgar das aptidões de executante; todavia deixou-o acabar.

Está bem. Vais dormir ali dentro, e indicou-lhe uma alcova. Eu hei de te dar lições todos os dias. Podes sair mas não levas o violino á rua. O ar de Paris é muito frio e húmido no inverno, e póde estragal-o. Quando quizeres estudar toca naquêle que está ali pendurado.

*

O músico ambulante de há dez anos é o prodigioso artista X, que todo o mundo admira e conhece. Os emprezários correm atrás dêle, rogam, suplicam, e levam-o a Moscow, a Boston, a Londres, a Melbourn.

Um dia veio sem dificuldade e sem exigências a Portugal, e com grande admiração de todos os que o rodeiavam, depois de algumas indagações, partio sósinho para uma vila pouco conhecida do Alemtejo.

Foi para vêr se descobria ali quem lhe tinha dado o seu maravilhoso Stradivárius, que Lenormant lhe restituiu no dia da partida para a Itália, aluno com o primeiro prémio do conservatório de Paris.

Agora que conhece a marca a fogo de grande artista de Crémona, descrêu que Mari-Santa o tivesse tirado das mãos de algum dos anjos que lhe tocam melodias, música escrita com estrelas, para dar-lho; tão admiráveis são os sons que dêle saem, que lhe entretiveram por muito tempo a crença de uma origem celeste.

Em frente da igreja onde muitos anos antes estivera chorando, começou sósinho, ao anoitecer, um concerto de violino.

Nunca ninguem, nem mesmo um rei ouviu música tão genialmente concebida e tão admirávelmente executada. Era numa noite calma e transparente de verão, clareada pelo luar, muito curta, entre dois crepúsculos, quási uma das chamadas noites brancas da Russia. Á luz da alva, o artista viu descer ao longo da torre, um grande ramo de

rosas vermelhas, atadas por um cordão de prata e seda similhante ao que trazia ao pescoço. As rosas pareciam cobertas de poeira de diamantes. Orvalhadas ou salpicadas de lágrimas? O violinista dobrou o joelho como alguns anos antes ao colher o violino, e olhando para cima viu ainda uma mão branca, muito branca, quási exangue, que fugia, abandonando no espaço o cordão que ligava as rosas.

Pouco depois entrou na igreja, que se abrira para a missa d'alva, e que estava ainda deserta. Ninguem tambêm no côro debaixo. Disfarçadamente, ocultando-se, poude atirar para dentro dêle, através as grades, um maço de notas que tinha recebido em paga dos seus concertos em Lisboa.

Tinham-lhe dito que as freiras do convento de Viana, as poucas que restavam, as que tinham possuido o quarteto de Stradivárius, outrora opulentas, agora passavam fome.

Quem sabe se elas ao encontrarem passados dias as notas aos pés da imagem da virgem, entre duas jarras floridas de assucenas, pensaram — oh, doce ingenuidade! — que Mari-Santa... lhas tinha mandado do céo.

E...? O Senhor capitão-mór?

No seu lagar, uma noite, como um glutão romano, morreu duma apoplexia, repleto de *tiborna*.

Baltazar Osório.

Sonetos de Camões

Nova edição, com texto e notas, cuidadosamente estudada e contendo só destes poemas a que lógicamente se podem attribuir ao poeta

(Continuado de pag. 312 do vol. VII)

CCLXXX

Se ao que te quero désses tanta fé
Quanto me dás tormento ao coração,
Não foram meus suspiros tanto em vão,
Nem eu te pediria em vão mercê.

Mas é tal tua dureza, que não crê
Os males que me faz, tua condição,
Podendo mais comtigo a sem razão
Que pode o terno amor que em mim se vê.

E pois que tanto á morte me chegaste,
Com desamor que eu nunca mereci,
Eu morrerei; mas sabes que ganhaste?

O dizerem-te as gentes cada dia:
«Ah! senhora cruel, porque mataste
A quem mais do que a vida te queria!»

Note-se no terceiro verso a inversão tão simples que dá, em vez de um verso errado, um outro muito elegante, o que prova o pouco cuidado com que foram feitas as edições que assim reproduziram estes sonetos. Vem este tão estropiado na edição de Juromenha, que foi necessario, para fazer d'elle um soneto, limpal-o, verso a verso, de toda a immundicie em que jazia.

CCLXXXI

O tempo está vingado á custa minha
Do tempo que não hei no tempo olhado;
Triste quem poz o tempo em tal estado,
Que o tempo a todo o tempo não temia!

Bem me castigam o tempo e a porfia
De haver-me só co'o tempo descuidado,
Pois tão sem tempo o tempo me ha deixado,
Que não espero tempo de alegria!

Passaram horas, tempos e momentos
Em que eu pude do tempo aproveitar-me
Para escusar com tempo o meu tormento.

Mas querendo eu do tempo confiar-me,
Sendo elle desvario e movimento,
De mim, do tempo não, posso queixar-me.

O mesmo fizémos para este soneto o que fizéramos para o precedente.

CCLXXXII

Quem procurar no amor contentamento
Achará nelle que é seu natural,
Mas a substancia que ha do bem ao mal
É como folha que revolve o vento.

Quem foi sujeito d'este movimento
Não pode sũa gloria ter por tal,
Que dure n'um ser para sempre egual,
Pois é mudavel, para seu tormento.

Assim que em amor se acham cada dia
Os dois contrarios, ambos n'um sujeito,
Os quaes pela ventura são guiados.

Ora vão n'uma, ora vão n'outra via,
Em castigo dos que amam, em proveito,
Mas em momento algum desesperados.

Vem tambem este soneto muito deturpado no supracitado manuscripto de Juromenha.

CCLXXXIII

Se a ninguem vós tratacs com desamor,
Antes a todos tendes affeição,
E se a todos mostraes um coração
Cheio de mansidão, cheio de amor,

Desde hoje me tratae com desfavor;
Mostrae-me um odio esquivo, uma isenção
Tal, que eu possa acabar de crer então
Que unicamente a mim me daes favor;

Que, se trataes a todos brandamente,
Claro é que aquelle é só favorecido
A quem mostraes irado o continente.

Mal poderei eu ser de vós querido
Se tendes outro amor n'algum presente;
Que amor é um só, não pode ser partido.

Na segunda quadra, vinham os versos muito incorrectos no manuscripto de Franco. A primeira quadra e os tercetos encontráram-se em melhor estado, sendo porém necessario, no ultimo verso, accrescentar a palavra *só*, depois de *um*.

CCLXXXIV

Gostos falsos de amor, gostos fingidos,
Gostos vãos, gostos sempre limitados,
Gostos tão grandes, quando imaginados,
Gostos pequenos, quando possuidos;

Inda não alcançados, já perdidos,
Inda não concebidos já acabados,
Inconstantes, mudaveis, apressados,
Apparecidos, desapparecidos;

Já vos perdi; perdida tenho a esp'rança
De vos cobrar. Agora só queria
Comvosco se acabasse esta lembrança;

Que, se me causa a vida e a fantasia
Viver de vós tão longe, mais me cansa
Lembrar-me o tempo em que vos possuia.

As variantes que aqui adoptámos são as que a simples logica e a grammatica aconselhavam, tendo essas sido desprezadas pelos editores que nos precederam.

CCLXXXV

Co'o tempo o prado verde reverdece;
Co'o tempo cahe a folha ao bosque umbroso;
Co'o tempo pára o rio caudaloso;
Co'o tempo o campo pobre se enriquece.

Co'o tempo um loiro morre, outro floresce;
Co'o tempo um dia claro, outro invernoso;
Co'o tempo foge o mal duro e penoso;
Co'o tempo torna o bem já quando esquece.

Co'o tempo faz mudança a sorte avara;
Co'o tempo se aniquila um grande estado;
Co'o tempo torna a ser mais eminente,

E co'o tempo tudo anda e tudo pára;
Mas só o tempo que emfim é já passado
Co' o tempo se não faz tempo presente.

O sexto, o duodecimo e o penultimo versos são os que absolutamente precisáram de leve alteração, achando-se este soneto em melhor estado que os anteriores.

CCLXXXVI

Aquelles claros olhos que chorando
Ficavam quando d'elles me partia,
Agora que farão? Quem m'o diria?
Se estarão por ventura em mim cuidando!

Se terão na memoria como ou quando
D'elles me vi tão longe da alegria?
Ou se estarão aquelle alegre dia
Que torne a vel-os n'alma figurando?

Se contarão as horas e os momentos?
Se acharão n'um momento muitos annos?
Se fallarão co'as aves e co'os ventos?

Oh! bemaventurados fingimentos,
Que n'esta ausencia, tão doces enganos
Sabeis fazer aos tristes pensamentos!

Nem sequer pensáram os editores, para maior correcção e mais facil leitura d'este soneto, em indicar no verso undecimo as abreviaturas de que a preposição *com* alli carece afim de que o verso não fique errado!

CCLXXXVII

Ausente d'essa vista pura e bella,
Que d'antes viver ledo me fazia,
Vivo agora tão farto de agonia,
Quanto vendo-vos fui já falto d'ella.

Chamo dura e cruel a dura estrella
Que me aparta de vós minha alegria,
A hora mil vezes maldizendo e o dia
Que foi triste principio a tal querella.

E, tanta pena passo n'esta ausencia,
A que o cruel destino me condemna
Porque soffra uma dôr no mundo rara;

Que já vencer deixára a paciencia
Com minha vida, á força d'esta pena,
Se a vida para ver-vos não guardára!

A inversão do septimo verso dá-lhe maior sonoridade, tendo a vantagem de bannir o hiato. *Duro*, que já por duas vezes figura no verso 5, deve ser substituido por *triste* no oitavo; e, no undecimo é melhor *no mundo* que *ao mundo.*

CCLXXXVIII

Saudades me atormentam cruamente,
Saudades do meu bem, que é já passado;
E não sou a tantos males condemnado
Sem razão, poisque posso ser ausente.

Por amor, me vi um tempo já contente;
Por amor, eu me quiz atormentado;
Bem é pois ver meu erro tão pagado,
Como o é com minha dôr e mal presente.

Que bem mereceo pois fez tal partida
Não vos ver, nem me verdes vós, Senhora,
Porque assim pagasse eu com minha vida;

E, pois minha alma assim seu erro chóra,
Não queiraes que eu chóre a sorte perdida,
Vejam-a os olhos meus branda alguma hora!

O primeiro, segundo e terceiro versos careciam de leves emendas, sem as quaes não ficariam certos, na forma em que o manuscripto de Luiz Franco vol-os transmittio. Em copia de copias de proveniencia incerta, como não havia de produzir-se taes erros? *Bem é pois ver* é forma muito preferivel, no verso septimo á que dá Juromenha. As outras correcções, são obvias, mas nenhum dos editores pensou em fazel-as.

CCLXXXIX

No dia, na hora, ou no ultimo momento
Da vida em que meus fados me poseram,
Já minhas esperanças se perderam,
Já não me enganará meu pensamento.

Triste mudança, duro apartamento
Que perder em tão breve me fizeram
Tudo o que meus serviços mereceram!
Oh! quantas coisas muda o mudamento!

Não espero já ver coisa passada,
Porque vejo que tão longa partida
Me não consente esp'ranças de tornada,

Minha fabula breve é conhecida,
Porque bem sei que tenho averiguada,
De longo apartamento curta vida.

Modificámos muito ao de leve o primeiro verso e o duodecimo, em que por erro grosseiro se deixou a palavra *já*, inutil para o sentido, e intoleravel pelo lado da metrificação.

CCXC

Se para mim tivéra que algum dia,
Movida com paixão de meu tormento,
Tivéreis um pequeno sentimento
De quem com isto só descansaria;

A meus males por gloria julgaria,
E por prazeres quantas penas sento,
E, em meio do pesar, contentamento
Com tão doces lembranças sentiria.

Mas ai! triste de mim, que estou cuidando
Coisas que me darão mais cedo a morte,
Em pago de doidice tão notoria.

De que serve estar tanto desejando,
Pois vosso merecer e minha sorte
Me fazem duvidosa tanta gloria.

Como caso excepcional, apontamos a correcção d'este soneto, extrahido de um manuscripto encontrado por Juromenha.

CCXCI

Oh! fortuna cruel! oh! dura sorte!
Trabalho que me poz em tal estado,
Que não quero já ser desenganado,
Nem tem cura meu mal, senão a morte.

És cego? dize, amor! Porque tão forte
Te mostras contra quem tão mal tratado
Anda de te servir, e, magöado,
Traz o coração frido de teu córte?

Mas já que não quer mal senão tratar-me,
Cruel fortuna minha, o duro amor,
Ah! deixa-me sequer poder queixar-me!

Porque, em tanto trabalho e tanta dôr,
Mal poderei sem isto consolar-me,
Pois que de ti não quero outro favor.

A ponctuação d'este soneto está incorrecta nas varias edições d'elle. Nos tercetos, o *Ah!* pertence ao undecimo verso e não ao decimo, e a phrase que este contem é incomprehensivel na forma em que a dá Juromenha, sendo tambem o undecimo um verso errado.

CCXCII

Perder-me assim no vosso esquecimento
Não me consente o ser por vós perdido,
Pois de sel-o eu, e ser de vós sabido
Ou consentido assim já me contento.

Mas tratardes com um descuido isento
Quem vos tem o contrario merecido,
Bem que me tenha a mim na alma offendido,
Mais me offende em vós o merecimento.

Não vos pode soffrer culpa a vontade
Que comigo vos entreguei, Senhora,
Nem coisa, emfim, que em vós pareça tacha.

Mostrae-me em vosso rosto pïedade,
Pois n'elle o doce amor com graças móra
E toda a perfeição, toda, em vós se acha.

No vosso; em vosso dá um verso manco. O terceiro e o quarto das edições anteriores tambem carecem de uma syllaba para ficarem equilibrados.

O primeiro terceto começa alli por um verso errado; e o mesmo se pode dizer de todos os seguintes.

CCXCIII

Formoso Tejo meu, quão differente
Te vejo e vi, me vês agora e viste;
A ti te vejo turvo, e tu a mim triste;
E claro te vi eu já, tu a mim contente!

A ti, foi-te trocando a grossa enchente
A quem teu largo campo não resiste;
A mim, trocou-me a vista em que consiste
O meu viver contente ou descontente.

Já que somos no mal participantes,
Sejamol-o no bem. Ah! quem me déra
Que fossemos em tudo similhantes!

Lá virá então a fresca primavera;
Tu, tornarás a ser quem eras d'antes;
E eu, não sei se serei quem d'antes era.

Toda a primeira quadra está errada no manuscrito de Juromenha, bem como o verso oitavo, o que foi necessario acrescentar *o* antes de *meu*.

CCXCIV

Memorias offendidas, que um só dia
Me não deixaes em paz o pensamento,
Não me damneis o gosto do tormento,
Pois quem vos offendeo vos defendia.

Que me quereis? Olhae que se injuría
Comvosco o delicado sentimento
Que me ficou do eterno apartamento
De quem tem já desfeita a morte fria.

Deixaram-me co'a mágoa das offensas;
Levaram-me um remedio que só tinha
Quem fôr vencer a pena que a alma sente.

Onde acharei do damno as recompensas,
Que ainda de ser triste, a dita minha
Me não deixa um momento ser contente.

As variantes que introduzimos nos versos 11 e 12 conteem correcções que saltam aos olhos e os erros agora emendados não deveriam nunca ter figurado n'uma edição d'estes sonetos.

CCXCV

Lembranças tristes, como gastaes tempo
Em cansar mais um coração cansado?
Contentae-vos em ver-me em tal estado;
E não queiraes de mim mór vencimento.

Temo tão pouco já vosso tormento,
De andar a passar mal acostumado,
Que sinto de me ver atormentado,
De não poder ter já contentamento.

Trabalho em vão; em vão cuido empecer
A quem tem a esperança já perdida
De tudo quanto teve e desejou;

E muito emfim não tenho que perder,
Se não fôr esta já cansada vida,
Que por mór perda minha me ficou.

Equilibrámos a primeira quadra, que no texto vem muito errada. Os tercetos tambem precisáram de limpeza, por conterem versos mancos ou com syllabas a mais.

CCXCVI

Quando descansareis, olhos cansados,
Pois já não vedes quem vos dava vida,
Ou quando vereis fim á despedida
A tantas desventuras e cuidados?

Ou quando quererão meus duros fados
Erguer minha esperança tão cahida?
Ou quando, se de todo é já perdida,
Alcançar podereis meus bens passados?

Bem sei que hei de morrer n'esta saudade
Em que meu esperar é todo vento,
Pois nada espero egual ao que desejo.

E, pois tão clara vejo esta verdade,
Bem pode vir a mim todo o tormento,
Que não me ha de espantar, pois sempre o vejo.

Egual é evidentemente palavra que, por lapso, faltou no manuscripto, verso undecimo. A inversão do duodecimo é obvia, mas não a vio Juromenha.

CCXCVII

Memoria do meu bem cortado em flôr
Por ordem de meus tristes e máos fados,
Deixae-me descansar com meus cuidados
N'esta inquïetação do meu amor.

Basta-me o mal presente co'o temor
Dos successos que espero infortunados,
Sem que venham de novo bens passados
Affrontar meu repouso com sua dôr.

Pedi n'uma hora tudo quanto em termos
Vagarosos e largos alcancei;
Deixae-me pois, lembranças desta gloria.

Cumpre acabar a vida n'estes ermos,
Pois n'elles com meu mal acabarei
Mil vidas n'uma só. Dura memoria!

Não creio que haja duvida em adoptar definitivamente a forma em que damos as duas primeiras quadras, devendo *em flôr* rimar forçosamente com palavras do mesmo consoante empregadas no singular. Por erro de copia se fez certamente o contrario, que dá um verso inadmissivel. No nono verso *tudo* escapou seguramente no texto mas é indispensavel, como o *tão* que precede *vagarosos* no seguinte verso lhe dá mais uma syllaba do que lhe compete. *Acabar*, por *acabe*, e *pois* em vez de *porque* são emendas que já deveriam de ha muito estar feitas.

No ultimo verso é *n'uma só* que deve ler-se, em vez de *não uma só.*

CCXCVIII

Do corpo estava já quasi forçada
Aquella alma gentil, ao céo devida,
Rompendo a nobre têa de sua vida,
Por tornar cedo á patria desejada.

Ainda em flôr, sem ter raiz lançada
Da terra, d'ella tanto aborrecida,
Se arrancou boamente, e assim partida,
Fez a morte süave sua jornada.

Alma pura, que ao mundo te mostraste
Solta de seus grilhões, que outros enlaçam,
E agora gosas lá dias melhores;

Dos teus, que sem ti em pranto cá deixaste
Te mova alta piedade, em quanto passam
Estas horas que a dôr lhes faz maiores.

Da terra, e não *na terra* (verso 6).

O duodecimo verso, nem respeita no texto a grammatica nem a rima, pois lê-se alli *deixastes* por *deixaste*, erro este que se repete em varias edições. A forma que démos a este verso evita os cacó-

phatos que no texto primitivo se repetem com prejuizo do tympano, e que de certo Camões não commetteo. *Lhes* convem mais do que *lhe,* no final do soneto.

CCXCIX

O dia em que nasci morra e pereça;
Não o queira jamais o tempo dar;
Não torne mais ao mundo, e, se tornar,
Eclipse n'esse passo o sol padeça;

A luz lhe falte, a terra se escureça,
Mostre o mundo signaes de se acabar;
Nasçam-lhe monstros, sangue chôva do ar;
A mãe ao proprio filho não conheça!

As pessoas pasmadas, de ignorantes,
As lagrimas no rosto, a côr perdida,
Cuidem que o mundo já se destruio!

Ó gente temerosa, não te espantes,
Que este dia ha deitado ao mundo a vida
Mais desgraçada que jamais se vio!

Do ar é necessario, em vez de *o ar*, para o equilibrio do verso septimo; e no penultimo *ha deitado* substitue *deitou* com grande vantagem.

CCC

Transumpto sou, senhora, n'este engano,
E comigo tratar d'elle é escusado,
Que mal pode de vós ser enganado
Quem d'outras como vós tem desengano!

Já sei que foi á custa de meu damno
Que só no doce dar tendes cuidado;
Mas para como eu sou de vós julgado,
Mui vãas as esperanças são d'este anno.

Tratei grão tempo amor, e d'aqui veio
Conhecer o fingido facilmente;
Que tal é, gentil dama, o que mostraes.

De treslida cahiste n'este enleio;
Querei de mim o que eu quizer boamente,
Que no al a costa arriba caminhaes.

A inversão do segundo verso dá-lhe o equilibrio e a boa estructura de que no texto carecia; e o mesmo se pode dizer quanto ao oitavo. No primeiro terceto, a supressão de *de* e de *a* fazem certos os dois primeiros versos, que antes d'isso o não estavam.

CCCI

Co'o generoso rosto alanceado,
Cheia de pó, de sangue a real fronte,
Chegára á triste barca de Acherònte
O grão Sebastião, sombra tornado.

Vendo o cruel barqueiro que forçado
Queria o rei passar, poz-se defronte,
Dizendo: «Pelas aguas desta fonte
Numca passou ninguem desenterrado».

O valeroso rei, de ira movido,
Responde: Oh! falso velho, por ventura
Outrem já não passou, com força d'oiro?

Pois a tal rei, banhado em sangue moiro,
Ousas tu preguntar por sepultura?
Pregunta a quem vier menos ferido».

Dos dois manuscriptos do seculo XVII em que Juromenha encontrou este soneto, o trazia um em nome de Camões, vindo o outro sem nome de autor. É mais que provavel que n'aquelle tempo houvesse tendencia para attribuir ao grande poeta a paternidade de qualquer poesia cuja authenticidade parecesse duvidosa. A pesar de tudo quanto ácerca d'este soneto teem dito os commentadores, não encontramos nem na sua contextura, nem nos argumentos adduzidos, prova sufficiente de que elle seja de Camões.

O segundo e o terceiro versos veem mancos no texto; o nono e o decimo teem uma syllaba a mais, e o undecimo carece, para ficar certo, da inversão que nós lhe impusémos. No verso seguinte é indispensavel ler-se *tal*, e não *um*, estando correctos os dois ultimos.

CCCII

Quando do raro esforço que mostravas
Largo fructo na guerra produzias,
Cortou-te a Parca em flor, porque excedlas
Com teus feitos os annos que contavas.

D'armas cobrindo o rosto, afiguravas
Marte encoberto, Amor, se o descobrias,
Que se co'a espada os esquadrões abrias,
Com geito os olhos após ti levavas.

Não poude, não, ferir-te imigo ferro;
Vulcano foi, que com sua fortaleza
O mais seguro aruez divide e parte.

Dá porém por desculpa do seu erro,
O crer de teu esforço e gentileza
Que eras filho de Venus e de Marte.

No verso nono deve ler-se *poude*, e não *póde*, e no decimo terceiro *o crer* deve substituir *que creo*.

Ignora-se a quem este soneto fosse dirigido, e a origem d'elle não tem authenticidade comprovada; no entanto, como forma é muito superior ao precedente.

CCCIII

Quão cedo te ha roubado a morte dura
Animo illustre, a grandes coisas dado,
Deixando o frio corpo assim lançado
Em estranha, mas nobre sepultura!

D'esta vida de cá, que pouco dura,
Todo de sangue imigo já banhado,
Por mão do teu valor foste levado
Aos campos da immortal vida segura.

O esp'rito gosa da ditosa edade,
E o corpo, não cabendo cá na terra,
Ás aves que o levassem se entregou.

Deixaste a todos mágoa e saüdade;
Buscaste morte honrosa em dura guerra;
Criou-te o Tejo, e o Ganges te levou.

Vem este soneto tambem entre as poesias de Estevam Rodrigues de Castro. *Te ha roubado* deve ler-se no primeiro verso, em vez de *te roubou*. O nono verso, sem a elisão do primeiro *i* de *espirito*, como vem em varias edições, está errado.

CCCIV

A ti, senhor, a quem as sacras musas
Nutrem e cibam de poção divina,
Não as da fonte delia caballina.
Que são Medêas, Circes e Medusas,

Mas aquellas, em cujo peito infusas
Estão as leis, que o dom da graça ensina,
Benignas são no amor e na doutrina
E não soberbas, cegas e confusas,

Este pequeno dote, produzido
Do meu saber e fraco entendimento,
Uma vontade grande te offerece.

Se fôr de ti notado de atrevido,
D'aqui peço perdão do atrevimento,
O qual esta vontade te merece.

No sexto verso cometteo Juromenha uma inversão inintelligivel, querendo certamente imprimir-lhe a forma que nós aqui lhe damos. No septimo, foi preciso accrescentar *são* para que a phrase fizesse sentido, e a ponctuação deve forçosamente ser a nossa. Soneto, dirigido, ao que pretende Juromenha, a D. Bento de Camões, tio do poeta.

CCCV

Ó tu que vaes buscando com cuidado
Descanso n'este mar tempestuoso,
Não esperes achar nenhum repouso,
Salvo em Christo, Jesus crucificado.

Se com riquezas vives desvelado,
Em Deus está o thesouro mais precioso;
Se estás de formosura desejoso,
Olha o Senhor e fica namorado.

E se buscas deleites ou prazeres,
N'elle ha o dulçor de todos os dulçores,
Que a todos nós deleita com victoria.

Se digno ser de gloria ou de honra queres,
Que maior honra pode ser, nem gloria,
Que servir ao Senhor, Deus dos senhores?

A primeira quadra, tal como a dá Juromenha, é inadmissivel. *Salvo,* no verso 4, substitue vantajosamente *senão,* que o torna errado. O resto do soneto vem tão incorrecto no texto, que foi preciso a bemdizer modifical-o verso a verso. Como pudéram Juromenha e os editores que o copiáram reproduzir em forma tão cahótica e tão errada uma poesia que sem mais provas do que um manuscripto suspeito, ousáram attribuir ao grande poeta?

CCCVI

Ó gloriosa cruz, victorïoso
Tropheo de taes despojos rodeado;
Ó signal escolhido e já ordenado
Para remedio tão maravilhoso:

Ó fonte viva de licor sabroso,
Em ti vosso mal todo foi curado,
Em ti o Senhor, que forte era chamado,
Quiz merecer o nome de piedoso.

Em ti se acabou o tempo da vingança;
Em ti misericordia assim floresça
Como depois do inverno a primavera.

Todo o imigo ante ti desappareça,
Pois podeste fazer tanta mudança
Em quem nunca deixou de ser quem era.

Estão errados no texto o primeiro, o segundo e o terceiro. No decimo terceiro, é evidente que *tu* deve ser substituido por *pois.*

CCCVII

A la margen del Tejo en claro dia
Con rayado marfil peinando estaba
Natercia sus cabellos, y quitaba
Con sus ojos la luz al sol que ardia.

Soliso, que cual Clicie, la seguia,
Lejos de si, mas cerca de ella estaba;
Al son de su zampoña celebraba
La causa de su ardor, y asi decia;

«Si tantas, como tú, tienes cabellos,
Tuviera vidas yo, me las lleváras,
Colgada cada cual del uno de ellos.

De no tenarlas tú me consoláres,
Si tantas veces mil, como son ellos,
En ellos la que tengo me enredáras».

Vem este soneto tambem em nome de D. Diogo de Mendoza, e não nos admiraria que elle não fosse de Camões, pela pobreza das rimas, que nos tercetos chega a ser excessiva. Geralmente os sonetos attribuidos a Camões que veem em lingua hespanhola são muito inferiores aos portuguezes, já como forma, já como estylo, e em poucos d'elles se nota um grande conhecimento da lingua castelhana. Afigura-se-nos por isso que a maioria d'estes sonetos não deve ser do nosso poeta.

CCCVIII

Por gloria tive un tiempo el ser perdido;
Perdiame de puro bien ganado;
Gané, cuando perdi, ser libertado;
Libre agora me veo, mas vencido.

Vencí cuando de Nise fuí rendido;
Rendime por no ser de ella dejado;
Dejó-me en la memoria el bien pasado;
Paso agora á llorar lo que he servido.

Servia al premio de la luz que amaba;
Amandola esperábale por cierto;
Incierto me salió cuanto esperaba.

La esperanza se queda en desconcierto;
El concierto en el mal que no pensaba;
El pensamiento con un fin incierto.

CCCIX

Revuelvo en la incesable fantasía,
Cuando me he visto en mas dichoso estado,
Si agora que de amor vivo inflamado,
Si cuando de su ardor libre vivia.

Entonces de esta lla solo huia,
Despreciando en mi vida su cuidado;
Agora, con dolor de lo pasado,
Tengo por gloria aquello que temia.

Bien veo que era vida deleitosa
Aquella que lograba sin temores,
Cuando gustos de amor tuve por viento;

Mas viendo hoy á Natercia tan hermosa,
Hallo en esta prision glorias mayores,
Y en perderlas por libre hallo tormento.

CCCX

Las peñas retumbaban al gemido
Del misero zagal, que lamentaba
El gran dolor que á su alma lastimaba,
De un obstinado desamor nacido.

El mar, que las batia, su bramido
Con los retumbos de ellas ayuntaba;
Confuso son el viento derramaba,
En cavernosos valles repetido.

«Responden á mi llanto duras peñas:
Ay de mi! dijo. La mar brama y gime,
Los ecos suenan, de tristeza llenos;

Y tú, por quien la muerte en mi se imprime,
De oir las ansias mias te desdeñas;
Y cuando lloro mas, te ablando menos».

No terceiro verso, é indispensavel accrescentar a palavra *gran*, sem o que fica este endecassyllabo só com dez syllabas! Os erros de copia, nos sonetos hespanhoes, são innumeros, como pode suppor-se. *Ablando* é o que deve ler-se, em vez de *abrando*, que não é hespanhol. Este soneto tambem vem nas *Flores do Lima* de Bernardes.

CCCXI

En uma selva, al dispuntar del dia,
Estaba Endimion triste y lloroso,
Vuelto al rayo del sol, que presuroso
Por la falda de un monte descendia.

Mirando al turbador de su alegria,
Contrario de su bien y su reposo,
Tras un y otro suspiro, congojoso,
Razones semejantes le decia:

«Luz clara, para mi la mas oscura,
Que con ese paseo apresurado
Mi sol con tu tiniebla oscureciste,

Si allá pueden moverte en esa altura
Las quejas de un pastor enamorado,
No tardes en volver á dó saliste».

É indispensavel a inversão para tomar certo o septimo verso. No nono, é preferivel ler-se *oscura,* e não *escura,* como tambem no undecimo *oscureciste,* apesar de Garcilaso ter tambem dito *escura.* Vem tambem n'um manuscripto em nome de D. Diogo de Mendoza, e pode muito bem ser que não pertença a Camões, pois abundam n'elle os portuguezismos.

CCCXII

Orfeo enamorado, que tañia
Por la perdida ninfa que buscaba,
En el Orco implacable donde estaba,
Con la arpa y con la voz la enternecia.

La meda de Ixion no se movia;
Ninguem atormentado se quejaba;
Las penas de los outros ablandaba,
Y todas las de todos él sentia.

El son pudó obligar de tal manera,
Que en dulce galardon de lo cantado,
Los infermales reyes condolidos

Le mandáron volver su compañera
Y volvióla á perder el desdichado;
Con que fueron entrambos los perdidos.

É este o soneto hespanhol, attribuido a Camões, que nos parece o mais bem dirigido, embora pobre nas rimas.

CCCXIII

Los ojos que con blando movimiento
Al pasar enternece nla alma mia,
Si detener pudiera solo un dia,
Pudiera bien librarla de tormento.

Deste tan amoroso sentimiento
El importuno mal se acabaria;
Ó tambien su accidente creceria
Para acabar la vida en un momento.

Oh! si tanta esquivez me permitiese
Que al ver, o ninfa, tu semblante hermoso,
A menos de tus ojos yo muriese!

Oh! si los detuvieras, cuan dichoso
Seria aquel momento en que me viese
Vida en ellos cobrar, cobrar reposo!

Si tanta esquivez, é como deve ler-se no verso nono.

CCCXIV

No bastaba que amor tan puro y ardiente
Por términos la vida me quitase,
Mas que la muerte asi se apresurase
Con un deshumanisimo accidente?

Y no pretendió mi alma, aunque lo siente,
Que el riguroso curso se atajase,
Porque nunca morir se calculase
Desamado el que amó tan dulcemente.

Mas vuestra voluntad tan poderosa
Con esas gracias vuestras ordenáron
Cruoldad así imposible, ó nunca oida.

Aquel frio desden y la amorosa
Furia de un golpe solo, me quietáron
Con dos contrarias muertes una vida.

No bastaba que amor tan puro y ardiente, é como deve ler-se o primeiro verso; o quinto fica melhor com *y* antes de *no.* No septimo,

calculáse deve substituir *exprimentáse* que, sobretudo com a elisão do segundo *e*, dá um inadmissivel portuguezismo.

CCCXV

Ayudame, señora, á hacer venganza
De tal salvatiquez, de tal rudeza,
Pues de mi poquedad, de mi bajeza
Osado á ti elevaba la esperanza;

Á esa tu perfeccion, que no se alcanza,
A'esas sublimes cumbres de belleza,
Donde una vez llegó naturaleza,
Mas de volver perdió la confianza.

Aquello que en ti miro contemplando
(Que apenas contemplarlo me consiente)
Contemplandolo mas, menos lo espero.

Si gloria de mi pena en ti se siente,
Derrama en mi tus iras, desamando;
Que al ofenderme mas, yo mas te quiero.

A variante do verso primeiro que vem na edição de 1685, *Ayudame, señora, a ter venganza,* prova bem o pouco cuidado com que tanto Faria e Sousa como os outros commentadores de Camões reproduziram as obras que lhe eram attribuidas.

Conde d'Azevedo da Silva.

I

ACTAS E PARECERES

Sessão de 10 de abril de 1913

Presidente: o sr. Lopes de Mendonça.

Presentes: os sócios efectivos Srs. Gonçalves Viana, Leite de Vasconcelos e Cristóvam Aires, secretário da classe, os sócios correspondentes Srs. Esteves Pereira, José Maria Rodrigues, Pedro de Azevedo, e da 1.ª classe sr. Carlos du Bocage.

Lida a acta da sessão anterior, foi aprovada.

O Sr. Dr. *José Maria Rodrigues* leu uma comunicação àcêrca das construções do tipo *Vê-se sinais*. Estas construções aparecem, embora com muita parcimónia, em alguns dos nossos melhores escritores, João de Barros, Francisco de Morais, Camões, Vieira, e explicam-se por uma evolução das orações passivo-reflexas (vêem-se sinais). Não devem portanto rejeitar-se *in limine*. Mas o seu uso, que aliás é indispensável, deve restringir-se aos casos em que os bons autores os empregaram.

Sôbre o mesmo assunto fizeram várias observações os srs. Leite de Vasconcelos, Gonçalves Viana e Lopes de Mendonça.

O sr. *Leite de Vasconcelos* disse que compreendia assim a evolução do *se* em frases como: *vendem-se selos*. Pri-

meiro disse-se: *João veste-se*, onde o *se* é complemento directo. Mas como essa frase corresponde a *João é vestido* (passiva), fez-se por analogia corresponder a *são vendidos selos* a frase *vendem-se selos*. Vai-se ainda mais longe: *vendem-se selos* significa *alguem vende selos;* por isso, em vez de *alguem trabalha,* diz-se tambem: *trabalha-se.*

Disse o sr. *Gonçalves Viana* que as orações do tipo *vêem-se sinais* são indubitavelmente passivas, e equivalem a *são vistos sinais* sem menção do agente em português, moderno, mas até com agente expresso em escritores antigos, e em castelhano ainda hoje em dia.

Que o *se* não designa o sujeito, e não equivale ao *on* francês é evidente, não só pela sua origem, *se* latino, mas também porque, se os franceses empregam construção reflexa, o verbo fica a concordar com o agente plural.

Les songes de la nuit
Ne se dissipent point par le jour qui les suit

CRÉBILLON, *Atrée et Thyeste.*

Dêste modo, usasse quem a usasse, a construção *vê-se sinais* é defeituosa, e basta transpôr-lhe os termos *sinais vê-se,* para se reconhecer que seria inaudita. Que a forma reflexa corresponde á passiva torna-se evidente pelo modo por que uma frase dêste tipo *fala-se francês* é expressa em inglês, *French(is) spoken*, por lhe faltar a forma reflexa dos pronomes. Mesmo em alemão que possui o *se (sich),* e o sujeito pessoal indeterminado *man* (*on* françês), é corrente uma frase como *es wurde viel getanzt,* dançou-se *romano* (foi muito dançado).

Observará ainda que o *se* latino, como o *se* das línguas românicas, o *sig, sich* das germânicas, só pode referir-se, como complemento, a um sujeito da 3.ª pessoa. Nas línguas esclavónicas, porêm, êsse pronome complemento pode referir-se à 2.ª ou à 1.ª pessoa: — em russo há um pro-

vérbio que reza assim: *u sebiá iá tçarióm, domi meae ego dominus,* literalmente *domi suae ego dominus* («em minha casa sou eu rei»).

O sr. *Pedro de Azevedo* lê uma comunicação sôbre nomes de indivíduos, moedas e objectos de origem francesa, em curso em Portugal até 1100, o que prova que já naqueles remotos tempos os portugueses facilmente aceitavam novidades estrangeiras. Pela sua inércia intelectual os portugueses são muito conservadores, limitando-se a admitir as inovações que venham de fóra. A raça a que pertencem tem desde as épocas prehistóricas cedido o passo a outras mais modernas e de maior iniciativa, e por isso o tipo fundamental a que pertence o povo português apenas se encontra hoje em grupos compactos nas regiões montanhosas da França Central, no sul de Itália, em vários pontos de Espanha e do norte de África. Este tipo é chamado «mediterraneo» e o dos outros invasores «alpino» e «europeu».

O Sr. *Presidente* agradeceu as interessantes comunicações que se acabavam de ouvir.

Não havendo mais de que tratar, encerrou-se a sessão.

Sessão de 24 de abril de 1913

Presidente: o sr. Teixeira de Queiroz.

Presentes: os sócios efectivos srs. Coelho de Carvalho, Gonçalves Viana, Leite de Vasconcelos, Lopes de Mendonça, e Cristóvam Aires, secretário da classe; os sócios correspondentes srs. Alfredo da Cunha, Antonio Baião, Esteves Pereira, José Maria Rodrigues, Pedro de Azevedo, Silva Teles, e da 1.ª classe sr. Carlos du Bocage.

Foi lida e aprovada a acta da sessão anterior.

O sr. *Presidente* apresentou o livro do sr. Dr. Alfredo Augusto da Mata intitulado *Flora Médico Brasiliense.*

O sr. *Carlos du Bocage* ofereceu á Academia um pequeno trabalho por êle apresentado ao Congresso Geográfico, ultimamente reunido em Roma, e intitulado *Étude Preliminaire sur la Prise de Ceuta par les portugais le 21 août 1415.* Tem êste estudo por único assunto a preparação da expedição de Ceuta, pois termina com a partida do Tejo da grande armada que realizou a conquista.

O intuito do autor ao escrever êste pequeno opúsculo para ser lido no Congresso Geográfico, que devia realizar-se em Roma em Outubro de 1911, foi chamar a atenção sôbre a grande empresa de D. João I e a comemoração do respectivo centenário de 1915 e justificar com mais um argumento valioso a escolha de Lisboa para a celebração nêsse mesmo ano do Congresso Geográfico que devia seguir-se ao de Roma. Infelizmente, porêm, êste não se reuniu nem em 1911, nem 1912, e acaba de realizar-se ha poucas semanas; de modo que o escrito do autor já não pôde contribuir para que em Portugal se realizasse a importante reunião scientífica de que se tratava quando a empreendeu;

como por isso já estava composto, e como foi apresentado ao congresso de Roma, não quer o sr. Bocage de deixar o oferecer à Academia manifestando o seu interêsse pelos trabalhos relativos aos centenários de Ceuta e Albuquerque.

A propósito o sr. *Cristovam Aires* comunicou que por motivo de falta de saúde não pudera representar a Academia no referido congresso, nem concluir o seu estudo sôbre o ensino da Geografia em Portugal; mas que enviara uma memória acêrca das linhas de Torres Vedras.

O sr. *Silva Teles* disse que no Congresso Internacional de Geografia, em Roma, e na secção de metodologia teve ocasião de fazer uma larga exposição do ensino geográfico em Portugal e em especial do ensino superior e da orientação scientífica que dá ao seu ensino. Era sua intenção tratar unicamente do ensino superior, mas a ausência, muito sentida, do sr. Cristóvam Aires, que se tinha proposto a apresentar um relatório sobre o ensino geográfico secundário no nosso país, obrigou-o a expôr com alguns pormonores qual o programa adoptado nos nossos liceus.

A sua comunicação foi ouvida com agrado pelo congresso, o que lhe valeu — assim o supõe — ser eleito presidente de secção, tendo presidido á sessão do dia seguinte.

Referindo-se à comunicação do Sr. Bocage lamenta que S. Ex.ª não assistisse ao congresso. A sua comunicação sôbre a tomada de Ceuta seria, com toda a certeza, muito apreciada na secção de geografia histórica. Teve tambêm ocasião de intervir varias vezes nas discussões da secção de geografia antropológica, que é hoje um dos capítulos mais interessantes e apreciados da sciência geográfica.

Se o Congresso Internacional de Geografia de Roma não tivesse sido adiado duas vezes, com certeza o congresso seguinte, que deveria realizar-se em 1915, sê lo-ia em Lisboa.

O sr. *Cristóvam Aires* disse ter sentido não poder apresentar o seu trabalho sôbre o ensino da geografia em Por-

tugal, mas que tivera a felicidade de se ver tão brilhantemente substituido pelo Sr. Silva Teles, que honrara sobremaneira o nome português no Congresso de Roma, pelo que o felicitava cordialmente. A êsse Congresso apenas pudera mandar uma *memoria* sobre as linhas de Torres Vedras na guerra Peninsular.

O sr. *Leite de Vasconcelos* disse que estava escrevendo um trabalho acêrca da numismática em Portugal; dêsse estudo separou um trecho que leu à Academia: André de Resende como colecionador de moedas antigas. Esboçou a biografia do nosso antiquário quinhentista, relacionando-o com o movimento scientífico da época.

O sr. *Teixeira de Queiroz* apresentou um manuscrito do Sr. F. Sá Chaves intitulado *Subsídios para a história militar das nossas lutas civis, as campanhas de meu pai.* Êste manuscrito será enviado à secção respectiva, para esta formular o seu parecer sôbre se deve ou não ser publicado nas *Memórias da Academia.*

Foi votado por unanimidade sócio correspondente da Academia o Sr. José Joaquim Nunes.

O sr. *José Maria Rodrigues* leu um interessante estudo sôbre o conjuntivo do imperfeito e o infinito pessoal no português.

É doutrina corrente em filologia românica, disse o ilustre académico, que o conjuntivo do imperfeito latino desapareceu, salvo em um dialecto falado na ilha da Sardenha.

Mas o que é indubitável é que ainda nos seculos XV e XVI êle existia no português, como o mostram várias passagens de Fernão Lopes, Rui de Pina, Duarte Galvão, João de Barros e Francisco de Moraes.

Alguns exemplos: *A esto nom minguava quem rrespomder muitas rrazeões* (F. Lopes, C. de D. João I, 1.ª p., c. 178). *O que desto elrei mais sentia era que o ifante, sabendo que estas falsidades assi se diziam, nom as estranhar e castigar* (R. de Pina, C. de D. Dinis, c. 20). *Porque o*

lugar... ser mui estreito, deu ainda mais azo, etc. (D. Galvão, C. de D. Afonso Henriques, c. 54). *Leixárão se estar, té que, à custa de seu dano, vêrem que os mouros lhe diziam verdade* (Barros, Década 1.ª, 7, 2). *Temo que, inda que eu concedesse nêsse casamento, minha neta não ser contente* (Palmeirim, c. 93).

As formas *responder, estranhar, ser, verem,* que se encontram nestas passagens e externamente se confundem com o infinito, são conjuntivos do imperfeito, que modernamente substituimos pelo tempo derivado do conjuntivo mais-que-perfeito latino: *respondesse,* etc.

Emquanto à semelhança com o infinito, não é ela de estranhar, pois no latim as suas formas, na estrutura externa, só diferiam em que uma tinha desinências pessoais *amarem, amares,* etc., e outra não *(amare),* devendo por isso o conjuntivo do imperfeito português ser morfológicamente idêntico ao infinito pessoal.

Mas o conjuntivo do imperfeito, se hoje já se não emprega em orações conjuncionais, ainda subsiste nas frases dos tipos seguintes: *a*) não tinha (não tenho, não terei, ou tinha, tenho, terei) que fazer; *b*) não sabia (não sei, etc.) que fazer; *c*) que fazer?

Primitivamente, o conjuntivo do imperfeito só poderia estar subordinado a um verbo no pretérito (não sabia, não soube, que fazer); mas, tendo perdido as desinências, tendo ficado com a forma do infinito impessoal, passou o seu uso a não depender nem do tempo, nem do número, nem das pessoas: Não tenho que fazer, não tens que fazer, etc.

Nas outras línguas românicas tambêm existem as frases dos tipos *a*), *b*) e *c*), que até agora se tem pretendido explicar de mais de um modo, mas sempre como se o verbo correspondente ao nosso *fazer* fosse um infinito. Essas explicações não satisfazem; mas todas as dificuldades desaparecem, se considerarmos aquelas frases como representante;

directas das seguintes: *a*) Non habebam quod (quid) facerem *b*) nesciebam quid facerem; *c*) quid facerem?

A persistência do conjuntivo do imperfeito na nossa lingua, sobretudo o seu emprego nas orações conjuncionais, explica-se examinando os documentos que nos restam do latim medieval, escritos nesta parte da peninsula.

Percorrendo os *Portugaliae Monumenta historica* nota-se com efeito a frequência com que através dos séculos IX, X, XI, XII, e XIII nos aparece o conjuntivo do imperfeito.

Basta citar a fórmula *placuit ut faceremus,* que tantas vezes se encontra nos documentos particulares.

Mas, assim como nas orações conjuncionais em que entra o conjuntivo do imperfeito, se passa destas orações para as infinitivas pela simples eliminação da conjunção, sem que o sentido fique alterado (vejam-se os exemplos citados da Pina, Galvão, Barros e Moraes), assim também nas frases do tipo *placuit ut faceremus* bastava omitir o *ut* ou substitui-lo por uma preposição, para nos acharmos em presença da mais interessante particularidade da lingua portuguesa — o infinito pesssoal.

E foi o que aconteceu. Assim, em um autógrafo do ano de 1050 (*P. M. H.,* Diplomata et chartae, n.º 377) lê-se; *Plaguit... nobis accessit uolumtas faceremus.* Em outro de 1052 (ibid., n.º 381): *Plaguit nobis... bone pazis et uoluntas in fazeremus.* E já anteriormente, em outro autógrafo de 1018 (ibid., n.º 237): *superuenerunt fratres de uakariza in recardanes pro decernirent hereditatem,* etc. E em um apógrafo de 1012 (ibid., n.º 218) se encontra já *plaguit... in fazeremus,* talvez o mais antigo exemplo conhecido da passagem do conjuntivo do imperfeito para o infinito pessoal.

Em conclusão: o infinito pessoal formou-se tomando o impessoal as desinências do conjuntivo do imperfeito; êste ficou atrofiado, com uma forma idêntica à do infinito impessoal e foi deixando o seu lugar nas orações conjuncio-

nais ao conjuntivo e indicativo do mais-que-perfeito, mas ainda hoje subsiste, nas línguas românicas, em determinadas construções.

Em seguida, sôbre o assunto da dissertação, falaram os srs. Gonçalves Viana e Leite de Vasconcelos, replicando o sr. José Maria Rodrigues, o que produziu uma interessante discussão filológica.

O sr. *Gonçalves Viana,* por exemplo, concordando com a explicação da origem do denominado infinito pessoal no imperfeito do subjuntivo latino, tem a ponderar que modos de dizer do tipo francês *Que faire, je ne sais que faire,* não lhe parecem vernáculos, pois o povo não diz *Que fazer, não sei que fazer,* mas sim *Que hei de fazer, não sei que hei de* (ou havia) *de fazer.* Em inglês temos que essas frases elípticas são expressas com *should.*

Why should I for others groan,
When none would sigh for me

(Byron).

O sr. *Coelho de Carvalho* leu o parecer relativo ao Sr. João de Barros.

O sr. *Leite de Vasconcelos* apresentou o seu trabalho epigrafado *Júlio Moreira e o seu labor literário.*

O sr. *Alfredo da Cunha,* tendo muita consideração pela Academia, entendeu ir pessoalmente oferecer o seu último livro de *Versos*, segundo volume, que o presidente agradeceu, como tambêm a oferta do sr. Leite de Vasconcelos, tendo palavras de elogio ás interessantes comunicações que se acabavam de ouvir.

Não havendo mais que tratar encerrou-se a sessão.

Parecer redigido pelo Sr. Joaquim Coelho de Carvalho, acêrca da candidatura do Sr. João de Barros a sócio correspondente

O Sr. João de Barros ofereceu a esta Academia das Sciências de Lisbóa as seguintes obras de que é autor:

Conferências sôbre literatura portuguesa, escritas em francês;

Nacionalisação do ensino, conferências e artigos de pedagogia, e dois livros de versos — um, de peças várias intitulado *Terra florida* e o outro um poema simbólico com o nome de *Anteu.*

São estas obras que o Sr. Presidente da segunda classe, ao propôr o Sr. João de Barros para sócio correspondente desta douta corporação, indicou para título de candidatura.

Muitas outras obras, quer em prosa quer em verso, tem produzido êste autor, sôbre cujas aptidões literarias fui imcumbido por esta Academia de formular o parecer sôbre que se pronunciará, admitindo-o, ou rejeitando-o.

É o Sr. João de Barros poeta de tão rara impressionabilidade que a sua emoção, mais pela rápida intensidade com que se produz do que pela sua amplitude harmónica, traduzida na expressão verbal correspondente, causa uma certa admiração nos seus leitores, que são tomados de surpresa pela viva fulguração da frase métrica, embora a síntese conceitual do respectivo verso não seja, por vezes, absolutamente integral; e, por isso, a perfeição ideal da sua obra poética pode ser discutível.

Mas são exatamente estes defeitos de integralidade nas sínteses versais, aparecendo freqùentemente nas estrofes de João de Barros expressõis analíticas, que fazem dêste inspirado e brilhantissimo poeta (e digo inspirado porque a inspiração não é mais do que emotividade subitânea e rápida) um prelector de nitida e persuasiva lição.

As cerebraçõis dotadas de tal emotividade não podem dar jámais nem poetas comtemplativos, nem filósofos de larga sistematização; nem almas tais se abismam nunca na vaga penumbra da inarrável dôr deliciosa dos estoicos, ou se encerram na torre de marfim duma meditação constante, pois que, em permanente vibração, irradiam de si luz que se espande acendendo meio dia glorioso nas paisagens que os impressionam e projectando alvoradas fulgentes nas almas ingénuas que se lhes deparam no caminho da vida.

É por isto que espiritualidades como a do Sr. João de Barros são levadas fatalmente, quando poetas, para a poesia épica da natu-

reza e da vida; — e foi assim que João de Barros escreveu as suas odes da *Terra florida* e o poema *Anteu*, e como filosofo sentiu, cedo, predilecção por desvendar os segredos da psicologia infantil, e a necessidade, para o seu espirito, de iluminar as almas das crianças, e tornou-se, sem dar talvez por isso, um pedagogo ilustre.

Escritor de raça, a sua linguagem escrita é duma grande correcção, porque é a da verdade relativa da sua viva emoção.

Dotado o Sr. João de Barros destas eminentes qualidades, julgo que a Academia das Sciências de Lisboa o deve chamar ao seu grémio, conferindo-lhe o título de sócio correspondente, pois concedendo-lhe esta honra honrar-se há tambem.

Sala das sessões da Academia das Sciências de 24 de Abril de 1913.

Teófilo Braga.
Francisco Teixeira de Queiroz.
Cristóvão Aires.
Ramalho Ortigão.
Henrique Lopes de Mendonça.
Leite de Vasconcelos.
Joaquim Coelho de Carvalho (relator).

Sessão de 8 de maio de 1913

Presidente: o Sr. Teixeira de Queiroz.

Presentes: os sócios efectivos srs. Gonçalves Viana, Leite de Vasconcelos, Lopes de Mendonça e Cristóvam Aires, secretário da classe; os sócios correspondentes srs. Almeida d'Eça, Cunha Gonçalves, José Joaquim Nunes, José Maria Rodrigues, Pedro de Azevedo e da 1.ª classe Carlos do Bocage e Oliveira Simões.

Lida a acta da sessão anterior foi aprovada.

O sr. *Gonçalves Viana,* ofereceu á Academia um seu novo livro intitulado: *Vocabulário ortográfico e remissivo da língua portuguesa,* e em nome do seu autor os *Ensaios de Filologia,* do Sr. Américo de Moura.

O sr. *Leite de Vasconcelos* ofereceu tambêm à Academia o novo livro do Sr. Júlio Moreira, intitulado *Estudos da Língua Portuguesa,* do qual leu um trecho que se referia à literatura brasileira.

O sr. *José Joaquim Nunes* agradeceu a sua escolha para membro da Academia e prometeu envidar todos os seus esforços para corresponder a tal honra. Em seguida informou a Academia de que tirou uma cópia do códice n.º 14 que se denomina *Crónica dos fraires menores,* que, depois de completada com um estudo sôbre o códice, apresentará à apreciação da Academia para que esta se decida sôbre se a julga digna da publicidade. Descreve depois o códice e dá informações sôbre a época em que foi traduzido; referindo-se à palavra *Elbrom,* que nêle aparece, identifica-a com a povoação hoje chamada Alvorão, do concelho de Torres Novas.

O sr. *Lopes de Mendonça* leu o parecer da secção de

literatura àcêrca da elevação do Sr. Júlio Dantas a sócio efectivo da Academia.

Em seguida pede licença para ler uma parafrase de um idílio de Teocrito *As Thalysias;* mas antecede essa leitura com várias considerações sôbre a forma poética que adotou. Julga que as versões dos textos clásicos da antiguidade são geralmente prejudicadas pela forma nimiamente solene e um pouco hirta com que são feitas. Cumpre continuar o obra de modernização e de vulgarização, iniciada pelo sr. Coelho de Carvalho na sua bela tradução das *Eglogas,* de Vergílio. Depois, comparando a poesia à escultura e fazendo paralelos entre as diferentes formas métricas e a matéria prima da estatuária, diz que a redondilha, sendo dessas formas a mais popular, corresponde ao barro em que se modelam as figurinhas de tipos nas nossas olarias e em que na Grécia se modelavam as estatuetas de Tanagra. A estas se podem comparar as personagens de Teocrito. E os tipos populares que éntre nós lhes correspondem deveriam, se falassem, exprimir-se de preferência em redondilha. Por isso adotou essa forma para a transplantação do mais belo idílio rústico do poeta siracusano, considerado pelos críticos como a raínha das eglogas. E passa em seguida a ler a sua adaptação, em versos brilhantes, ouvidos com verdadeiro enlêvo pela assistência, que por vezes a sublinhou com aplausos, sendo unânime no final o alto encarecimento de tão notável trabalho, que honra o seu autor e a Academia, de que êle é um dos mais brilhantes ornamentos.

Em seguida o sr. *Júlio Dantas* apresenta à classe alguns documentos inéditos relativos ao segundo confessor da raínha D. Maria I, o bispo do Algarve D. João Maria de Melo, cuja acção funesta junto desta princesa, tão digna de respeito pela sua virtude e pela sua desgraça, determinou, como causa ocasional, a melancolia religiosa de que ela veio a sofrer e a loucura secundária que a prostou.

Refere as insistências feitas pelo bispo do Algarve junto da raínha para que fossem restituidos honras e bens aos Távoras; as tentativas de corrupção realizadas pelo mesmo prelado junto do oficial inglês Sector, a fim de obter o dinheiro indispensável para servir a sua ambição ao capêlo de cardial; as condições em que se deu, depois duma representação, no teatro de Salvaterra, a primeira crise de loucura da raínha, e a terapêutica adoptada pelo médico inglês Willis, chamado a toda a pressa a Lisboa.

A esta interessante comunicação, como às antecedentes, o Presidente rendeu a devida homenagem por haverem abrilhantado a sessão.

Não havendo mais que tratar, encerrou-se a sessão

Parecer redigido pelo Sr. Henrique Lopes de Mendonça, acêrca da candidatura do Sr. Júlio Dantas a sócio efetivo

A vaga aberta pelo falecimento de Bulhão Pato na secção de literatura haveria de ser motivo de acerbas saudades para a Academia, por mais alto que fosse nas letras pátrias o nome do substituto. Mas a sua cadeira tem de preencher-se, e só nos incumbe agora atenuar por uma avisada escolha o sentimento que ainda nos punge.

Entende a secção de literatura que essa escolha deve recair no sócio correspondente dr. Júlio Dantas. Desnecessário se torna encarecer os merecimentos que a tal honra lhe dão direito. Seria repetir os argumentos que motivaram, ainda num período relativamente recente, o seu ingresso na classe. De então para cá, o dr. Júlio Dantas tem confirmado cada vez mais poderosamente as esperanças que nos deu a sua rápida ascensão.

É êle com efeito uma das mais ricas organizações de polígrafo que em modernos tempos tem surgido no nosso país. Revelando-se como poeta lírico, a poucos passos triunfante no palco scénico, deixando no romance traços de seu talento, as suas brilhantes faculdades de evocação histórica, conjugadas com a competência profissional em assuntos de patologia, manifestam-se em estudos parcelares, que representam inestimável subsídio para a reconstituição do velho Portugal, e a sua já sólida erudição reveste-se, em peque-

nos artigos jornalísticos, em crónicas soltas, em trechos dispersos, com todas as opulências de um estilo colorido e vigoroso.

Reconheceu-lhe os altos méritos o govêrno da República, confiando lhe um dos cargos que mais afinidade teem com as funcções da Academia, a Inspecção das Bibliotecas Eruditas e Arquivos. Como em curto prazo se tem desempenhado da honrosa, mas árdua, tarefa que lhe incumbia, é facto já do domínio público. A incorporação de um grande número de livrarias, o alento organizador dado a serviços que são de importância vital para os estudiosos, a sábia methodização que neles passou a dominar, são ainda motivos de reconhecimento a acrescentar aos que derivavam do valor intrínseco da sua obra literária, para impôr o nome do dr. Júlio Dantas à consideração da Academia.

Como sócio correspondente, as suas comunicações teem contribuido para o brilho das sessões académicas e profícua tem sido a sua intervenção nas nossas discussões literarias. É funda convicção nossa que, passando à categoria de efectivo, a sua actividade, estimulada ainda por esta última e merecida consagração da classe, aos nossos desinteressados trabalhos trará novas energias, concorrendo para suprir falhas com que a enfermidade ou o desânimo de alguns dos nossos confrades tem prejudicado a vida da Academia.

Por todos estes motivos, é a secção de literatura de parecer que a vaga de sócio efectivo nela actualmente existente seja preenchida pelo sócio correspondente da classe, sr. dr. Júlio Dantas.

Teófilo Braga.
Cristóvão Aires.
Aniceto dos Reis Gonçalves Viana.
Francisco Teixeira de Queiroz.
José Leite de Vasconcelos.
Ramalho Ortigão.
Henrique Lopes de Mendonça (relator).

Sessão de 22 de maio de 1913

Presidente: o sr. Lopes de Mendonça.

Presentes: os sócios efectivos srs. Gonçalves Viana, Leite de Vasconcelos e Cristóvam Aires, secretário da classe; e os correspondentes Esteves Pereira, Joaquim Nunes, José Maria Rodrigues, Pedro de Azevedo, Rodolfo Dalgado; correspondente estrangeiro sr. Edgar Prestage, e da 1.ª classe Sr. Carlos du Bocage.

Lida a acta da sessão anterior, foi aprovada.

O sr. *Leite de Vasconcelos* deu a explicação da palavra portuguesa *momo* no sentido de *moeda fora de uso*. Esta palavra aparece pela primeira vez em um documento do século XIII, juntamente com os nomes de vários amuletos, por isso que as moedas servem muitas vezes de amuletos. A propósito o Sr. Leite de Vasconcelos citou vários objectos mágicos, como o espelho, o coral, a pedra de sapo. O *momo* de que se fala no documento citado devia ser uma moeda arábica; as letras dela concorreriam para a adopção mágica, em virtude do carácter supersticioso que costuma ligar-se a letras desconhecidas. No século XVI tem ainda a palavra *momo* muita vida, pois figura em vários textos, uns impressos, outros manuscritos. Dos manuscritos mencionou o conferente um precioso livro inédito que se conserva na nossa Academia. Depois a palavra deixou de se usar, por causa da confusão com a sua homónima, que tem acepção teatral. *Momo* vem do latim *nummus*; o sr. Leite de Vasconcelos deu a explicação filológica desta transformação, e terminou por dizer que muitas vezes a história de uma palavra, como esta, reflete a história e a vida de um povo, do que deu vários exemplos com relação a Portugal.

O Sr. *Gonçalves Viana* diz que a etimologia do vocábulo obsoleto *momo,* como provindo do latim *nummus,* é na realidade tentadora, e aceitá-la-ia sem reparo se pudesse citar outro ou outros vocábulos em que, de *n* inicial latíno se originasse *m* português. Antes parece que a forma *momo* seria errónea, em vez de *nomo.*

Entre os Srs. Leite de Vasconcelos e Gonçalves Viana travou-se uma curiosa discussão sôbre o assunto.

O sr. *Esteves Pereira* leu uma comunicação acêrca de uma passagem do idílio de Teocrito, denominado *Os ceifeiros*, e procurou mostrar que as reminiscências e alusões aos costumes orientais que nela se encontram são perfeitamente explicáveis pela época e países em que viveu o poeta; sendo comtudo possivel que Teocrito tivesse conhecimento da versão grega do *Cântico dos Cânticos* por intermédio dos judeus estabelecidos em Alexandria, onde êle viveu alguns anos.

O sr. *Lopes de Mendonça* disse folgar duplamente com a interessante comunicação do Sr. Esteves Pereira, por ter dado a ela motivo e por coincidirem as suas hipóteses *a priori* com as conclusões a que *a posteriori* chegou o erudito académico. Lê a sua parafrase dos *Ceifeiros*, e em seguida uns trechos de uma conferência que há cêrca de quinze dias fez no Teatro Nacional, a fim de provar aquela concordância, com que muito se orgulha. Nêsses trechos fez êle idênticas comparações entre o texto de Teocrito e o do *Cântico dos Cânticos,* e sugeriu como o bucolismo disseminado pelos livros do Velho Testamento poderia ter concorrido para a inspiração do poeta Alexandrino.

O mesmo Académico ofereceu à Academia as suas últimas publicações *Da utilidade da tradição,* conferência por êle realizada na mesma Academia, e *A herança,* episódio dramático em verso.

Não havendo mais que tratar, encerrou-se a sessão.

Sessão de 12 de junho de 1913

Presidente: o sr. Teixeira de Queiroz.

Presentes: os sócios efectivos srs. Lopes de Mendonça, Veiga Beirão e Cristóvam Aires, secretário da classe; os correspondentes srs. Almeida d'Eça, David Lopes, Esteves Pereira, José Joaquim Nunes, Júlio Dantas, Pedro de Azevedo e Sebastião Dalgado.

Lida a acta da sessão anterior, foi aprovada.

O sr. *Pedro de Azevedo* fez uma interessante comunicação à Academia acêrca de uma denúncia contra Fr. Jorge de Carvalho, familiar e qualificador do Santo Ofício, irmão do bisavô do marquês de Pombal, datada de 1672, na qual se apontam várias interpretações escandalosas que o mesmo frade apresentou num sermão que prègou na Sé de Lisboa na Páscoa daquele ano.

O sr. *Esteves Pereira* leu uma nota acêrca das palavras e frases hebráicas e hebreo-latinas que se lêem nas «Trovas a uma moça de Luís Anrriques,» coligidas no *Cancioneiro Geral de Garcia de Resende.*

O *Secretário* leu uma comunicação do sr. Leite de Vasconcelos, que não pôde comparecer à sessão, em que êste ilustre Académico desenvolve as considerações feitas na última sessão da classe acêrca da origem da palavra *momo* e responde às objecções que na mesma sessão lhe fez o sr. Gonçalves Viana.

O sr. *Lopes de Mendonça* refere-se, com os devidos encómios ao ilustre académico Cândido de Figueiredo, a um artigo ha dias por êle publicado no *Diário de Notícias,* com a interpretação da frase *chela de seda.* Salvo o seu respeito pelo douto académico e a sua veneração pelo grande

filólogo Du-Cangue, o sr. Lopes de Mendonça diverge absolutamente da interpretação apresentada: *novelo de seda*. Funda-se, quanto ao último vocábulo, em que a substância filamentosa que hoje tem o nome de seda tinha no português medieval a designação de *sirgo*. Assim aparece em muitos documentos dos *Portugaliæ Monumenta Histórica,* e ainda em Fernão Lopes, de que apresenta uma citação, tirada da *Crónica de D. João I.* Ao passo que o vocábulo *seda* ou *seeda* é definido por Santa Rosa de Viterbo como «assento, banco, lugar, posto, e tambem estada ou jazida».

Se a respeito de tal vocábulo não lhe oferece dúvida a interpretação, outro tanto não lhe sucede quanto ao vocábulo *chela* ou *chella*. Sôbre êste aventa timidamente uma hipótese, que apresenta à ponderação dos seus eruditos confrades. Afigura-se-lhe que é uma variante do obsoleto português *silha* ou do espanhol moderno *silla,* significando portanto cadeira. Ignora se as leis filológicas se opõem a esta transformação, mas é certo que a interpretação proposta se acomoda perfeitamente à passagem citada pelo sr. Cândido de Figueiredo. Não seria tão escandalosa a sovinice do monge Reinaldo, se êle, em vez de um mesquinho novelo de seda, compensasse a valiosa doação da dama com uma cadeira permanente para assistir na igreja aos ofícios divinos.

O sr. *Júlio Dantas* inclina-se à hipótese de *chella* significar *sella,* fundamentando-se numa passagem dos *Degredos* de Estêvam Anes, chanceler de Afonso III, e num verso do poema de Gonzalo de Bercês, *Vida de Santa Oria.* Não se alonga sobre o assunto, pretendendo apenas juntar um elmento à discussão.

O sr. *José Joaquim Nunes,* a propósito da etimologia apresentada pelo sr. Lopes de Mendonça da palavra *chela,* a que há dias se referiu no *Diário de Notícias* o sr. Cândido de Figueiredo, diz que não lhe parece ser, como o

sr. Henrique de Mendonça pretende, o castelhano *silla,* cadeira, visto a isso oporem-se as leis fonéticas, que não toleram a troca de *s* inicial por *c,* acrescentando que os vocábulos portugueses em que entra o fonema inicial *ch* são de proveniência francesa, como *chapeu, charrua,* etc., língua em que é normal a transformação do *c* inicial, como *chambre, cheval,* em *ch,* e mesmo medial antes de *a,* como *vache, bouche;* na nossa antiga língua há *cilha* e *cinlha,* que representam o latim *cingula;* quanto a *chicharo* ainda está claramente demonstrado que provenha de *cicer,* e, caso represente êste vocábulo latino, é duvidoso que essa evolução se tenha dado no território português á falta de outros termos que, pertencentes ao português, tenham sofrido igual tratamento. Tambêm aduz que a pronúncia antiga do *ch,* isto é, *tch,* ainda conservada na nossa língua popular, se opõe á origem apresentada; aventa a ideia de que tal palavra talvez significasse antes *chinela,* que representaria o latim *planella* e pelas transformações próprias da língua dava perfeitamente aquele vocabulo. Como não estava preparado para tal, visto desconhecer a comunicação que o ilustre conferente acaba de fazer, não podia aduzir mais argumentos a respeito do vocábulo em questão.

O sr. *David Lopes* disse que não sabia resolver de momento a questão apresentada pelo sr. Lopes de Mendonça; e visto que êle submetia essa questão á comissão do dicionario, lha transmitia na proxima sessão dessa comissão.

O sr. *Almeida d'Eça* oferece um exemplar do seu *Relatorio* sôbre a missão portuguesa ao V Congresso de Pesca, em Roma, em 1911.

A êste propósito diz as impressões que teve ao encontrar-se na capital do mundo latino, e emite a opinião de que uma viagem à Italia, e pelo menos a Roma, é o melhor complemento de instrução dum homem de qualquer país, mas principalmente dos das raças latinas.

Aludindo á data que dois dias antes se comemorara em

Lisboa e à coincidência de na véspera ter sido demolido o monumento a Camões, em Paris, faz votos para que na capital da França possa haver um monumento digno do grande poeta.

O sr. *Presidente* agradece e aplaude as interessantes comunicações que acabam de ser feitas à Classe.

Não havendo mais que tratar, encerrou-se a sessão.

Sessão de 26 junho de 1913

Presidente: o sr. Teixeira de Queiroz.

Presentes: os sócios efectivos srs. Arthur Montenegro, Gonçalves Viana, Leite de Vasconcelos, Lopes de Mendonça, Veiga Beirão, e Cristóvam Aires, secretário da classe; e os correspondentes srs. Esteves Pereira, José Joaquim Nunes, José Maria Rodrigues, Pedro de Azevedo, e Sebastião Delgado.

Lida a acta da sessão anterior, foi aprovada.

O *Secretario* ofereceu à Academia o volume x da sua *Historia do Exército Português*.

Foram eleitos sócios correspondentes da Academia o sr. João de Barros e sócio efectivo o sr. Julio Dantas.

O sr. *Gonçalves Viana* ofereceu á Academia, em nome do seu autor, o folheto intitulado *Orthographia Portuguêsa*, do sr. Américo de Moura. Em seguida ocupou-se de tres interessantes assuntos filológicos:

« Nos *Estudos da lingua portuguêsa,* vol. II, publicados há pouco pelo nosso consócio o Dr. José Leite de Vasconcelos, diz-nos o seu autor, o falecido professor Júlio Moreira, que foi sócio correspondente da nossa Academia, a p. 123, com a epigrafe *Um Provérbio,* que o adágio português «Presunção e água benta, cada um toma a que quere» procede de outro mais antigo, e que ainda vive na Galiza —«De presunción auga e vento cada un toma o que quer», havendo-se, portanto, reuindo num só conceito, «água-benta», os dois «agua e vento». Seria engenhosa a interpretação, se a ela se não opusesse o rifão castelhano correspondente, o qual é:—«De viento y agua bendita cada uno se toma lo que quiere». Por aqui se vê que a expres-

são primitiva deve ter sido a portuguesa, e que tanto a galega, como a castelhana, são comentários dela. Na Galiza, como se perdera a forma contraída «beinto», foi ela interpretada por «vento»; os castelhanos empregaram «viento» na acepção translata de «presunção», e não com o seu significado natural.

«O nosso consócio Dr. Cândido de Figueiredo, no III vol. dos seus *Problemas de linguagem,* recentemente dado á estampa, refere-se com a epigrafe «Toponímia beiroa», á origem do tipónimo «Tondela», ao qual atribue como étimo um substantivo verbal rizotónico, do tipo «lavra», isto é, «tonda», de que aquele seria deminutivo. Deminutivc me parece igualmente êste nome de povoação, do outro topoímico, «Tonda», existente, como também existe um segundo do deminutivo «Tondelinha». A origem, porêm, parece ser outra. Se considerarmos que do latim «rotunda», «redonda», provieramos toponímicos «Reponda», «Redondas», «Redondal», «Redondela», «Redondelo», «Redondinho», «Redondo» e Redondos» (V. *Corografia Moderna do reino de Portugal,* de J. M. Baptista, vol. VI), e «passim», e se atentarmos a que em toscano o vocábulo «tondo», «prato», procede do latim «rotundum», por aférese silábica, somos levados a concluir que o étimo de «Tonda» é o latim «rotunda». Resta averiguar se o epíteto «redonda» cabe por qualquer modo àquela povoação.

«Temos uma dição «lapa», que compendia, por convergência de outros vocábulos entre si desaparentados, três acepções: primeira, «marisco»; segunda, «pedra», de que provêm «lapada», «pedrada»; terceira, «cova,» «concavidade», «furna». De todos êles a etimologia é duvidosa. Chama a atenção agora apenas para a última, «cavidade», sentido em que é provavelmente aparentada com «lapela», com «solapar» e com o castelhano «solapa», rebuço em casaco, banda de fato virada.

«Lendo a interessante obra de Gastão Sansrefus *Atra-*

vers les Pays Scandinaveis, a p. 235, encontra-se a afirmativa de que a designação «lapão», que os lapões tomam como ofensa, e que a si próprios se denominam «Samelats», singular «Same», lhes provêm de um vocábulo «lappa», cujo significado é «caverna», o que nos levaria a atribuir êsse nome a êles habitarem em covas. Mas a que idioma pertence aquele «lappa», que não parece ser nem fínico nem germânico? E a coincidência do significado com uma das acepções de português «lapa» é fortuita? Procurarei averiguar de futuro êste interessante problema.»

O sr. *Leite de Vasconcellos* leu uma noticia acêrca de Pero de Moina Angeli, do seculo XVI, tradutor de um livro de Budé sobre o asse, moeda romana. A tradução conserva-se manuscrita em dois códices: um pertencente à biblioteca da nossa Academia, outro à Biblioteca Publica Eborense. A noticia lida pelo sr. Leite de Vasconcellos faz parte da *Historia da Numismática Portuguesa,* que êle está escrevendo. Pero de Moina viveu em Evora, e relaciona-se com a pleiade literária dos Resendes (André, Garcia e Jorge).

O sr. *Cristovam Aires* apresentou á classe uma obra póstuma de Sousa Viterbo, uma memória intitulada *Duarte Galvão e a sua família,* cuja publicação a classe autorizou, em homenagem á memoria do autor, independentemente de parecer.

O sr. *Esteves Pereira* apresentou á Academia dois fascículos da *Patrologia Orientalis,* contendo a versão ethiópica dos livros de Job e de Esther, e leu uma interessante nota acêrca da importância dos textos publicados.

O Sr. *José Joaquim Nunes* cita vários exemplos do emprêgo, na lingua antiga, de «eras» e «era» por «ós» e «é», que explica por o aportuguesamento do «eres» espanhol ser a primeira forma, sendo a segunda por formação tirada daquela.

Trata em seguida de dois vocábulos não arquivados nos

nossos dicionários, e são «cincoesma», nome por que era designada a festa de Pentecostes, e vem de «cinquagésima», palavra que é tradução latina da grega. A proposição descreve muito resumidamente o scenário que acompanhava há anos a festa entre o povo conhecida por do Santo Espírito.

Ocupa-se depois de «stentinos», forma popular de intestinos.

O sr. *Leite de Vasconcellos* fez algumas observações filológicas, e citou outros exemplos da palavra «rei» (e «rainha») em bodos, costume êste que vem já dos romanos («rexmensae»).

O sr. *Gonçalves Viana* conforma-se com o modo de ver do sr. Leite de Vasconcellos. Parece-lhe também que nos exemplos citados há constante alternativa entre a «directa oratio» e a «indirecta oratio». De outro modo, assim como os castelhanos adoptaram a forma «eres» para a segunda pessoa do presente do verbo ser, diferente de «eras» do imperfeito, os textos citados teriam «eres» e não «eras».

Com respeito à colonização algarvia nos Açôres, concorda em que figuram «foliões», «reizeiros», etc.; mas é igualmente indubitável a colonização da Beira Baixa, que se revela na pronúncia do «u», como «u» escandinavo, e do digrama «ou», como o «eu» francês aberto, fenómenos que dominam em ambas as regiões.

A propósito da comunicação feita na última sessão da classe pelo sr. Lopes de Mendonça, o sr. *Sebastião Dalgado* disse que o indo-português emprega o vocábulo «chela» para designar uma fazenda de algodão, não estampada como a chita, mas tecida com fios já tintos, de côres menos vivas, e mais encorpado, de que se fazem casacos e calças. Indica se ás vezes a procedência geográfica como «chela de oiro, chela de Damão».

O termo é indo-árico, mas em sânscrito «chela» é nome de roupa em geral. Os nossos lexicógrafos, pelo menos

modernos, não o registam; vêmo-lo, porêm, empregado, e como muito conhecido, por Diogo do Couto, no *Dialogo do Soldado Pratico* (p. 122 da edição da Academia): «Folgarei de ver hum soldado do meu tempo, com hum sayo de guingão pardo, ceroulas de «chela», gibão do mesmo.»

A propósito: «Guingão» é outro termo asiático, que Bluteau, um dos nossos melhores lexicógrafos, e mais autorizado sob certos respeitos, define no Suplemento ao seu «Vocabulário»: «Pano de algodão, e seda, que vem da India, de que se fazem varias cousas, e o commum são habitos dos Terceiros de S. Francisco».

Littré, seguido pela «Encyclopedia Britannica», deriva a palavra de «Guingamp», ville de Bretagne, oú il y a des fabriques de tissus». Henrique Spule regista com razão, no seu *Glossario anglo-indiano,* esta etimologia, porque tais tecidos são de linho e não de algodão, e a manufactura não antecede as nossas relações comerciais com o Oriente.

«Guingong» é vocabulo comum aos idiomas do arquipélago malaio, com o sentido de «cotonia listrada ou axadrezada», provavelmente derivado do tamul «kindan», que quer dizer o mesmo. E', pois, da Malásia que o termo peregrinou para a Europa.

O sr. *Teixeira de Queiroz* tece palavras de elogio às interessantes comunicações que acabavam de ser ouvidas.

O *Secretario* leu o parecer da secção respectiva autorizando a publicação de uma obra do Sr. F. Sá Chaves intitulada *Subsidios para a Historia militar das nossas lutas civis.* Foi aprovado.

Não havendo mais que tratar, encerrou-se a sessão.

Parecer redigido pelo sr. Cristóvão Aires acêrca do manuscrito inédito do sr. F. Sá Chaves «Subsidios para a Historia militar das nossas lutas civis»

Devidamente analisado o estudo que a esta Academia submete o seu autor o tenente-coronel F. Sá Chaves, — *Subsídios para a História militar das nossas lutas civis*, — vol. 1.º, somos de opinião que êle tem condições de ser publicado por esta Academia, por ser uma análise documental, feita sob um critério lúcido e imparcial, das campanhas de que êste volume se ocupa, com critério seguro e bem deduzido dos factos que aponta e narra, com elevação e conceito. Ocupa-se o seu autor das campanhas a que seu pai assistiu e tomou parte; mas fa-lo sob o ponto de vista histórico, dando a seu pai, no quadro geral, que traça com rigôr, o papel que ele teve; mas delineando os quadros com as linhas e tintas próprias, em que se movem e se agitam outras figuras, em alto relêvo, traçadas com mestria e com as côres e proporções próprias.

Começa a narrativa pelos episódios mais notáveis da Guerra Peninsular, e vem naturalmente ligada com os episódios das guerras intestinas que agitaram o país, como prelúdio necessário às chamadas «Guerras da Liberdade», que naturalmente o autor tratará em seguida, como se deduz do título da obra.

A campanha de 1823, de que o sr. Sá Chaves especialmente se ocupa neste volume, é o preludio de guerras posteriores que agitaram o país e que firmaram nele um novo estado de coisas, devido principalmente à acção das armas portuguesas, que tanto valorisaram os homens desse tempo, e fizeram vencer as ideias que em muitas consciências repontavam indomáveis e febris.

O exército é, em todos os tempos, o factor importante da vontade nacional, e representa por isso a sua acção a mais poderosa de quantas agitam as sociedades, que nele se consubstanciam. As lutas militares não são geralmente senão lutas de ideias; vence a que conta com a fôrça da opinião, quando esta se estriba numa melhor organização militar ou no valor pessoal dos seus proselitos, o que nem sempre é só por si bastante.

O pretexto da obra que analisamos são os factos passados em volta dum homem; mas a verdade é que êste desaparece no tumultuar das ideias e das paixões, dos interesses e dos princípios, que mutuamente se degladiam. O que fica de pé são os factos, são os

homens, que os produziram. É um capítulo integro da história do país. Esse capítulo é visto e escrito a uma luz nova, «com esmiuçado cuidado, com sensibilidade de artista, e com a ponderação de oficial». São palavras estas do próprio autor, que reproduzimos. Sobre as batalhas e episódios militares aqui descritos nada havia escrito com cuidado e com ponto de vista superior. Os autores coevos, e os que vieram depois, foram chamados a depôr; e, em seguida «socorrendo-se quer dos conhecimentos que possuia da tactica desse tempo, quer do relevo e fórma do terreno, — palco em que se representou a tragédia —, o sr. Sá Chaves viu, estudou, e considerou, para concluir o que cabia dentro dos bastidores, e qual houvesse sido a marcação da scena».

Este presente volume, em três partes principais se divide: — 1.ª *O testamento oral* do pai do autor, que consta duma duzia de páginas apenas, e é o argumento impressivo e empolgante da sua vida, que serve de pretexto à narrativa interessante das lutas e episódios da época; — 2.ª A *Genesis*, ou um meio cento de páginas em que são apresentados os Tras-os-Montes e os transmontanos nos primeiros vinte anos do século XIX; a história e a lenda que o *folk-lore* dentre o Douro e o Tâmega repetia do «Tempo dos franceses» e da «Revolução de 20»; o poderoso glosario da Contra-revolução de 1823, e o motivo determinante da entrada do pai do autor na carreira das armas; — 3.ª *A campanha de 1823*, que constitue a quasi totalidade do volume, escrito dessassombradamente, sob o intuito histórico, e que é a pormenorização da aventura militar que, tendo por pendão ostensivo o futuro Marquês de Chaves, constituiu o verdadeiro prólogo das estiradas lutas civis, em que Portugal se havia de debater durante vinte e nove anos.

Neste volume se abordam e solucionam debatidas questões que interessam, — umas à História geral do país, tal como o juramento da Raínha em 1822, e outras à História militar portuguesa, como o plano inicial da Campanha, em fevereiro e março de 1823. Nessas questões, os problemas militares, complexos e transcendentes, são sublinhados de tal modo que se tornam de fácil acesso e compreensíveis, ainda mesmo aos não profissionais. — O movimento clubista, contra-revolucionário, provincial, os simples pronunciamentos, os combates e as batalhas da ignorada campanha de 1823, em riba-Douro, são estudados, promenorisados e descutidos nos seus lances os mais visíveis e nas suas fases as mais quentes. O estudo e a descrição fazem-se acompanhar, imediata e sucessivamente, da contraprova documental, constituida por ofícios, participações, relatórios,

notícias e cartas particulares, aparecidos, a maioria deles nos órgãos da imprensa oficial, e oficiosa afecta, ou contrária ao sistema constitucional que se debatia. É porisso digna de ser conhecida esta História, em que o autor revela o melhor das suas qualidades de historiógrafo e narrador de factos que interessam à nação.

As lutas por esta travadas no sentido de fazer vingar certos sentimentos e certas ideias que se tornam, no momento dado, as mais fortes, dão-lhe um cunho especial; esse cunho imprime-se a tudo que constitue a individualidade dum país.

A feição peculiar desta obra provem do próprio estilo do seu autor, e do ponto de vista que ele nos revela de que: — «Se o Romance atual é a história duma família, a história contemporanea deve ser o romance de um povo». — Isto é, e não é bem assim; porquanto no romance tem grande parte a fantasia creadora do seu autor; emquanto que a história tem de ser a narração exacta dos factos, e a sua filosofia tem de provir das leis que produziram e determinaram esses factos num dado sentido. Em todo o caso, bem verdade é que em muitos acontecimentos da verdadeira história predomina a imaginação do homem; mas sujeita a terminadas leis irredutiveis.

Fez por isso muito bem o autor em se não cingir aos moldes já fixados pelos que narraram os factos segundo o critério que lhes era indicado por determinadas circunstâncias, procurando vê-los pelo seu critério próprio, que será devidamente apreciado por quem não tiver pertencido a uma ou outra das parcialidades em luta.

Alguma coisa se tem escrito sobre as lutas civis portuguesas, que tanto agitaram o país; muito está porêm ainda por se escrever. Convem ouvir uns e outros, para a opinião se formar imparcial e absoluta. É essa a missão da verdadeira história. E nesse particular quer-nos parecer que o estudo que o autor faz dos homens e das coisas da época de que se ocupa, há de preencher muitas lacunas e esclarecer, à luz de factos e documentos, que esta, ou traz à reminiscencia do leitor, em muitos pontos que haviam ficado no escuro, ou os projecta numa luz nova.

É portanto como uma obra de utilidade que propomos à Academia a publicação deste trabalho do sr. F. Sá Chaves, que vem derramar tanta luz sobre períodos históricos da vida da nação, cuja unidade, tão perturbada e tão agitada, se reconhece através de tudo, não só como reflexo de ideias vindas às vezes de fora, mas como impulso natural de intuitos e sentimentos próprios, tão necessários ao progredimento universal e ao desenvolvimento nacional.

Somos pois de opinião que a Academia deve publicar êste trabalho, como estímulo a seus congéneres, e justo galhardão ao seu autor.

Lisboa, 26 de junho de 1913.

Aniceto dos Reis Gonçalves Viana.
António Candido.
José Leite de Vasconcelos.
Cristóvão Aires (relator).

Sessão de 10 julho de 1913

Presidente: o sr. Teixeira de Queiroz.

Presentes: os sócios efectivos srs. Coelho de Carvalho, Gonçalves Viana, Júlio Dantas, Leite de Vasconcelos, Lopes de Mendonça, e Cristóvam Aires, secretário da classe; e os correspondentes srs. Alfredo da Cunha, Cunha Gonçalves, David Lopes, Esteves Pereira, José Joaquim Nunes, José Maria Rodrigues, Pedro de Azevedo, Sebastião Dalgado, Silva Teles, e o associado provincial sr. Amâncio Gracias.

Lida a acta da anterior sessão foi aprovada.

Foi lido um ofício do sr. João de Barros, que agradece a sua eleição de sócio correspondente.

O sr. *Júlio Dantas* agradeceu à classe a sua eleição de sócio efectivo, «a maior honra, diz o orador, que tem recebido na sua vida literária.»

O sr. *Leite de Vasconcelos* ofereceu á Academia o *Elencho das lições de Numismatica,* dois opúsculos que completam esta colecção das lições dadas pelo autor na Biblioteca Nacional, as quais êle suspendeu, por ter passado da Biblioteca para a Faculdade de Letras.

O *Secretario* apresentou à classe uma obra póstuma de Sousa Viterbo intitulada: *Literatura hespanhola em Portugal — Resenha bibliografica dos livros de escritores hesnhoes impressos no nosso paiz.* A classe resolveu que êste trabalho fosse publicado nas *Memorias* académicas, prescindindo-se, em homenagem ao seu autor, do parecer da respectiva secção.

Foi lida uma comunicação do sr. Carlos G. y Ayala, sócio correspondente da Academia Real de História de Ma-

drid, que acompanha um trabalho intitulado: *Cuadro Geografico e Estadistico de España,* que este senhor oferece á Academia como título de candidatura.

Não havendo mais que tratar, encerrou-se a sessão.

Sessão de 24 julho de 1913

Presidente: o sr. Leite de Vasconcelos.

Presentes: os sócios efectivos srs. Gonçalves Viana, Júlio Dantas, e Cristóvam Aires, secretario da classe; e os correspondentes Srs. Brito Aranha, Esteves Pereira, José Joaquim Nunes, Pedro de Azevedo, e Sebastião Dalgado·

Lida a acta da sessão anterior, foi aprovada.

O sr. *Presidente* communicou a morte do conde de Monsaraz, propondo que se lançasse na acta um voto de sentimento por tão infausta perda, e que fosse o voto de sentimento comunicado á familia.

O sr. *Secretário* fez, com palavras sentidas, o elogio de finado.

O mesmo secretário lembrou a necessidade dos socios que colaborarem no respectivo Boletim da Classe indicarem se desejam *separata* do seu trabalho, para se evitar assim qualquer lapso.

O Sr. *Presidente* disse estarem sôbre a mesa os livros do Sr. Amâncio Gracias apresentados como título de candidatura do seu auctor a sócio correspondente.

O sr. *Pedro de Azevedo* apresentou cópia de 29 documentos, datados de julho de 1261 a julho de 1265, que se referem ao movimento do tesouro de D. Afonso III, então depositado no mosteiro de Santa Cruz de Coimbra. As chaves do tesouro achavam-se na mão de algumas entidades, entre as quais se contava o prior do mosteiro, tornando-se necessário, sempre que se abriam as arcas, estarem presentes êsses indivíduos. Todavia o ouro ali recolhido e proveniente de receitas várias, introduzidas pelo rei, pouco tempo se detinha, porque era absorvido pelas

dádivas aos revolucionarios que o tinham auxiliado na quéda de D. Sancho II, pelo que o mesmo soberano se viu obrigado, contra as promessas feitas no tempo da oposição, a alterar o valor da moeda, segundo afirma Herculano.

O sr. *Leite de Vasconcelos* leu mais um extracto do livro que está escrevendo sobre a Numismática em Portugal. Referiu-se ao humanista do seculo XVI, Jorge Cardoso, de Lamego, autor de um raro livrinho de Numismática em latim e português, da 1.ª edição do qual só se conhecem dois exemplares, um que está na livraria do sr. visconde da Esperança, e outro na biblioteca de Evora. O sr. Leite de Vasconcelos relaciona este livrinho com outro do mesmo autor, intitulado *Dictionarium juventuti studiosae admodum frugiferum*, mostrando que os dois foram ensaios de Cardoso para o *Dicionario Latino*, obra que muito honra as nossas letras.

O sr. Brito Aranha leu uma carta do erudito escritor e poeta, sr. Próspero Peragallo, o qual de novo dizia que não podia acreditar na lenda que fazia de Christovam Colombo um cidadão da Galiza e judeu, quando todos os documentos até agora encontrados e divulgados desmentem essa lenda por absurda e fantástica. Dêste modo ficava confirmado o que em outra sessão do ano passado dissêra o mesmo sócio sr. Brito Aranha e está devidamente registado nas actas da segunda classe.

O sr. Leite de Vasconcelos agradeceu as interessantes comunicações feitas à classe pelos srs. Pedro de Azevedo e Brito Aranha.

O *Secretário* tece palavras de enternecido louvor pelo interêsse votado à Academia pelo Sr. Brito Aranha, cujo inalterável fervor pelas letras portuguesas, e apesar da sua idade e falta de saude, são um alto exemplo consolador. Agradeceu ao ilustre académico o carinho com que tem tratado a Academia, ilustrando-a com os seus trabalhos, que tanto o honram e o enobrecem.

Não havendo mais que tratar, encerrou-se a sessão.

II

ESTUDOS E DOCUMENTOS

Sôbre um dos usos do pronome **se**: as frases do tipo **vê-se sinais**

No «Glossário das palavras e frases da língua francêsa, que por descuido, ignorância ou necessidade se tem introduzido na locução portuguêsa moderna», trabalho, como se sabe, elaborado pelo ilustre académico Frei Francisco de S. Luís, para satisfazer ao primeiro ponto do programa apresentado por esta Academia no ano de 1810, e por ela acolhido nas suas *Memórias,* 1.ª série, tomo IV, parte II, 1816, e à sua custa e debaixo do seu privilégio mandado reimprimir em 1846, diz-se o seguinte, no capítulo subordinado à epígrafe *Abuso dos verbos tomados impessoalmente* [1]:

«Abusa-se dos verbos tomados impessoalmente: ... 2.º) Quando se ajunta o verbo ... no número singular com nomes do plural, como nas seguintes expressões, e outras, que a cada passo encontramos nas traduções francêsas:

Nomeou-se novos commissarios.

Fez-se duas proposições.

---

[1] Página 162-163 da edição de 1846.

Fabricou-se palacios e jardins.
Desejou-se e abraçou-se religiões commodas.
Via-se grupos numerosos etc., etc.

«Nas quaes se conhece claramente o cunho do francês: *on nomma des nouveaux commissaires — on voyoit des groupes nombreux — on fit deux motions — on fabrica,* etc., etc. — devendo dizer-se segundo o génio da língua portuguêsa: *nomearão-se novos comissários — vião-se magotes numerosos — fizerão-se duas proposições — fabricárão-se palácios,* etc.».

Nas construções aqui regeitadas vê o futuro cardial Saraiva um manifesto cunho francês, alheio ao génio da língua portuguêsa. Mas não falta quem vá mais longe e afirme haver nelas um palmar êrro de concordância.

Apesar disto, é notável a tendência que tais construções mostram para reviver; e da parte dos estrangeiros que estudam a língua portuguêsa nem sempre é fácil a acqùiescência ao que sôbre o assunto passa geralmente entre nós como doutrina assentē.

Qual será a razão disto? Tratar-se-á apenas da influência de outras línguas, sôbre tudo da francêsa, — influência que se deve arredar, a fim de manter puro o idioma nacional —, ou haverá, dentro da própria língua, algum processo orgânico que tenda a produzir e que portanto legitime o emprêgo de expressões do referido tipo?

O próprio autor do *Glossário,* depois da passagem que fica reproduzida, prossegue:

«Por onde parece [1] defeituosa na syntaxe esta frase de Barros, Dec. 3. L. 2. C. 1: *E como nas terras novamente descobertas primeiro* se nota *pelos mercantes, que as descobrem,* os perigos *do mar,* devendo dizer: *primeiro se notão*

[1] Repare-se no *parece.*

os perigos. O mesmo defeito achamos em *João Franco, Eneid. Port.*, L. 5. Est. 15, aonde diz:

> Ver-se-ha primeiro as náos mais excellentes
> Correr nas salsas ondas á porfia,

em lugar de *vêr-se-hão as náos*, etc.».

Posto, porêm, neste caminho, o douto académico teria mais que emendar, alêm dos dois passos que refere.

Ainda nas *Décadas* ocorrem, por exemplo, estes: «Certo que com outras obras se consegue acerca dos homens e ante Deus estes nomes dados em galardam dellas» (I, 9, 2). «Os sinaes do qual (Oceano) se ve ao pé do Gate» (II, 5, 1). «As outras cousas da grandeza desta terra e do seu governo e costumes se guarda pera os livros da geografia» (III, 2, 7).

Francisco de Morais ministra-nos tambêm vários exemplos desta espécie. «Cobrio se a corte de doo, mas durou pouco, que, como cada dia vinhã a ella principes e pessoas a que se devia fazer recebimentos alegres, teue poder de desbaratar estoutro pesar» (*Palmeirim*, c. 136). «Nã se deve estranhar desatinos feitos em nome do amor» (*Ibid.*, c. 142). E com o infiníto pessoal: «Dareys causa a se não cometer mais treyções desta calidade» (*Ibid.*, c. 77).

Nos *Lusíadas* há tambêm um lugar em que se encontra esta construção.

É o canto II, est. 103, v. 1-2.

Relata aí Camões o que se passou nas vistas entre Vasco da Gama e o rei de Melinde; e depois de haver escrito na est. 102,

> Diz-lhe mais [1] que por fama bem conhece
> A gente Lusitana, sem que a visse,
> Que já ouviu dizer que noutra terra
> Com gente de sua lei tivesse guerra,

[1] E o rei de Melinde que fala.

continúa:

> E como por toda África se soa,
> Lhe diz, os grandes feitos que fizeram,
> Quando nella ganharam a coroa
> Do reino, onde as Hespéridas viveram.

Isto é: o rei de Melinde, que por fama conhece os portuguêses, diz a Vasco da Gama como por *toda África* (pela África maometana, é claro) *se soa os grandes feitos* que os portuguêses fizeram em Marrocos.

É verdade que há quem desligue a expressão *grandes feitos* do verbo *soar* e a considere como complemento directo de *diz:*

> E como por toda África se soa,
> Lhe diz os grandes feitos que fizeram, etc.

Mas o contexto mostra que o rei de Melinde não diz, não conta a Vasco da Gama os grandes feitos que os portuguêses fizeram em Marrocos, mas apenas observa como esses feitos são soados por toda a África.

Vasco da Gama é que depois especializa aquilo de que o rei de Melinde apenas tinha notícia pela fama.

Há tambêm quem suponha que o poeta escreveu:

> E como por toda Africa se soa,
> Lhe diz dos grandes feitos que fizeram, etc.

A dificuldade proveniente do contexto seria menor, pois uma cousa é *dizer os grandes feitos,* isto é, *narrá-los, referi-los* com mais ou menos pormenores, e outra, *dizer dos grandes feitos,* isto é, *referir-se a eles, falar deles,* como pela fama eram conhecidos.

Mas não se justifica a correcção do texto, pois que êste se pode muito bem explicar, tal qual está. Com efeito,

nada mais natural do que o poeta fazer uso de uma construção que várias vezes encontrou, por exemplo, em João de Barros e em Francisco de Morais, autores que lhe serviram de fonte, para factos que narra, o primeiro; para a linguagem, tanto um como outro.

Depois dos *Lusíadas,* citarei apenas Vieira, o grande mestre da língua. No sermão das exéquias do conde de Unhão há esta passagem: «Ainda nos Egyptos e nas Thebaidas se acha difficultosamente memorias de oração tão continuada» [1]. Em carta escrita de Vila Franca, próximo de Coímbra, ao marquês de Gouveia, em 7 de setembro de 1665, diz: «Veio proprio ao reitor da universidade com aviso da peste de Inglaterra, e ordem para se porem nos portos desta costa as cautellas necessarias, ...como também se ordena as dos navios, pessoas e fazendas dos inglezes» [2]. E em 29 de junho do mesmo ano escrevia, também de Vila Franca, a D. Rodrigo de Meneses: «Não se me tira da memoria as muitas vezes que vossa senhoria em todas suas cartas repetia êste nosso desmerecimento». E em carta dirigida de Carcavelos, em 8 de julho de 1680, ao padre Gaspar Ribeiro: «Aqui não ha novidades, antes se queixam os lavradores de se ter diminuido muito as que esperavam de vinho» [3].

---

[1] *Sermões varios,* t. xv, pág. 314, Lisboa, 1748. Na edição de 1855 encontra-se no t. v, pág. 96.

[2] *Cartas,* Lisboa, 1735, t. 3 ág. 161. Na edição de 1854, t. 3, pág. 40.

[3] Tomo i, pág. 172 e t. iii, pág. 80 (edição de 1854).

Não virá fóra de propósito notar que na clássica *Memoria historica e critica acêrca do padre Antonio Vieira e das suas obras,* impressa em Coímbra, no ano de 1823, pelo futuro bispo de Viseu, D. Francisco Alexandre Lobo, e depois corrigida, para ser reimpressa nas *Memórias* da Academia, o que não chegou a realizar-se, se encontra esta construção, em uma passagem, relativa a um dos sermões de Vieira: «Veja-se as más consequencias do desprezo de um bom conselho», etc. (*Obras de D. Francisco Alexandre Lobo*, t. ii, pág. 191. Lisboa, 1849). E no t. i, pág. 245, citando um dos livros

Em suma: construções do tipo *vê-se grupos numerosos* foram usadas por João de Barros, Francisco de Morais, Camões e Vieira, para só me referir a êstes.

E poderão elas explicar-se, por evolução natural, dentro da própria língua, sem haver necessidade de recorrer à interferência de outra língua estrangeira?

É sabida a estreita relação que existe entre a voz passiva e a voz reflexa — ambas elas caracterizadas pelo facto de o sujeito receber a acção, vinda de um agente exterior na voz passiva, oriunda do proprio sujeito, que é ao mesmo tempo agente e paciente, na voz reflexa. Não admira, portanto, que no português a conjugação reflexa seja freqüentemente usada como voz passiva [1].

E embora isto no português hodierno se restrinja ao caso em que o sujeito é indeterminado, houve tempo em que os melhores escritores se serviram da voz reflexa como voz passiva, quer o agente fosse expresso, quer não.

Limitar-me hei, para cada espécie, a dois exemplos dos *Lusíadas*, onde aliás eles são tão abundantes.

> Pera os naires, é, certo, grande vício
> Destes serem tocados, de tal sorte
> Que, quando alguem se toca, por ventura,
> Com cerimonias mil se alimpa e apura.
>
> (VII, 38)

---

de D. Frei Manuel do Cenáculo, escreve o ilustrado e meticuloso prelado visiense: «Veja-se os Cuidados litterarios», etc. Donde podemos inferir que êle se não deu por convencido com as ponderações do seu colega D. Frei Francisco de S. Luís.

[1] Ocupando-se do passivo nas línguas românicas, diz Meyer-Lübke: «Forma-se geralmente de *sum*, com o particípio do pretérito; na Itália setentrional emprega-se *fio*; é tambem muito usado o reflexo, que no roménio é exclusivo; alêm disso, na Itália para a 3.ª pessoa do singular, e para todas no rético, recorre-se ao verbo *venio*» (*Grammatik der Romanischen Sprachen*, t. II, § 113).

Sôbre a relação entre a voz média e a voz passiva, veja-se o mesmo autor, t. III, § 382.

Se toca é, neste passo, o equivalente exacto de *é tocado.*

Buscam maneiras mil, buscam desvios,
Com que Tomé não se ouça, ou morto seja

(x, 113).

Não se ouça, isto é, *não seja ouvido.*

E com o agente da passiva expresso:

Aqui, emquanto as aguas não refrea
O congelado inverno, se navega
Um braço do Sarmático Oceano
Pelo Brúsio, Suécio e frio Dano.

(III, 10).

E com o mesmo agente, precedido da preposição *de:*

Daqui mais apartadas tremulavam
As bandeiras de Grecia gloriosas.
....
De um capitão mancebo se guiavam
De palmas rodeado valerosas.

(VII, 54).

Êste processo de formar a voz passiva com o *se,* quando o agente é expresso, foi ainda bastante empregado por Frei Luís de Sousa e aparece também em Vieira e outros clássicos [1]. Foi-se, porêm, restringindo sucessivamente e hoje pode dizer-se caído em desuso, ficando contudo em pleno vigor a formação da voz passiva com o *se*, quando o

---

[1] Fr. Luís de Sousa, *Historia de S. Domingos*, 1.ª parte, l. 3, c. 23: «O que ficou assentado se confirmou polo Infante D. Anrique».
Vieira, *Cartas,* t I, pág. 219 (edição de 1854): «Li em uma carta que se prohibira pelo santo officio certo papel», etc.

agente é indeterminado ou, o que é o mesmo, se não exprime.

Mas, alêm destas orações passivas de agente indeterminado, em que o sujeito é um nome, com que o verbo concorda (*nomeou-se novo comissário; nomearam-se novos comissários*), outras há em que o *se* tem antes o valor de um pronome indefinido, a servir de sujeito, do que o de partícula apassivativa.

É o que acontece com as expressões *diz-se, vê-se,* etc., seguidas de uma oração integrante.

Assim, por exemplo, na seguinte passagem dos *Lusíadas:*

> Desta o pastor naceo, que no seu nome
> Se vê que de homem forte os feitos teve,
>
> (III, 22)

espontaneamente pomos de parte a consideração de que o sujeito de *se vê,* é a oração de *que,* para o procurarmos no *se,* fazendo dêle um sucedâneo do antigo pronome indefinido *homem* ou *hom* (correspondente ao *on* francês), que a partir do século XVI foi desaparecendo da língua literária [1], para o que, me parece, não deve ter contribuido pouco o uso do *se,* no caso a que me estou referindo.

Mais um exemplo, e êste de Vieira, *Cartas,* t. 4.º, pag. 44 (edição de 1854): «O papa que se cuidava morreria dentro em seis meses, tem já morto dezoito cardiais».

---

[1] Nos *Lusíadas* também se encontra o emprêgo de *homem* como pronome indefinido em III, 69, 4.º:

> Ou por segredos que homem não conhece.

No século XVII ainda Frei Luís de Sousa dizia na *Vida do Arcebispo,* l. 3, c. 3: «Grão trabalho e custosa cousa é fazer homem o que deve». Cf. o *Glossário* de D. Frei Francisco de S. Luís, pág. 165

A expressão — *se cuidava* — tem o valor de uma oração activa com o sujeito indefinido *se*[1], que substitue o antigo *homem*.

Tem ainda o cunho mais característico de pronome indefinido, servindo de sujeito, o *se* junto a certos verbos intransitivos, que por sua natureza excluem a voz passiva. É o que se vê neste passo dos *Lusíadas*, I, 40:

> E tu, Padre de grande fortaleza,
> Não tornes por detrás, pois é fraqueza
> Desistir-se da cousa começada.

Em *desistir-se*, o *se* não é pronome reflexo, nem partícula apassivativa; é um pronome indefinido, servindo de sujeito ao infinitivo *desistir*.

E Vieira escreve a Duarte Ribeiro de Macêdo: «O medico da camara... ainda não é chegado. Não lhe faltará que fazer, porque se adoece e morre muito» (*Cartas*, t. 4, pag. 97). *Se adoece e morre muito*, isto é, *a gente adoece e morre muito*. O sujeito é o *se*, na sua nova função de pronome indefinido.

Não é, portanto, de estranhar que nas orações passivas de agente indeterminado se possa dar uma transformação semelhante da partícula apassivativa *se*.

Basta considerar a oração na activa, para o agente indeterminado da passiva ser representado pelo sujeito indefinido *se*.

Assim, as palavras acima transcritas das *Décadas* — *Os sinais do Oceano se ve ao pé do Gate* — são equivalentes a estas — *Os sinaes do Oceano se veem ao pé do Gate*. — Há apenas a diferença de que uma construção é passiva sem agente determinado — *Ao pé do Gate se veem* ou *são vistos os sinais do Oceano* —, a outra é activa com o su-

[1] No latim tambem a terceira pessoa singular da passiva servia para exprimir a oração indefinida: *dicitur, traditur, diz-se, conta-se*.

jeito indefinido — *se*, — representante do agente indeterminado da passiva e com o complemento directo *sinais*.

Mayer-Lübke regista, como é de supôr, esta evolução do pronome reflexo *se*, a qual não é exclusiva do português, mas se encontra também no castelhano e muito raramente no italiano. Do português cita o ilustre romanista a passagem já analisada dos *Lusíadas* — *se soa os grandes feitos;* do castelhano aduz estas palavras de João de Mena: *muy pocos reynos se halla;* para o italiano apresenta, mas com uma tal ou qual hesitação, expressa por um *etwa*, a seguinte frase de Berni: *Quivi ore nè campane non s'udiva.* Isto no § 94 do volume III da *Grammatik der Romanischen Sprachen* (Leipzig, 1899). E no § 382, depois de ter dito que, no francês, o *se* reflexo geralmente só se emprega como partícula apassivativa, quando o sujeito é nome de cousa (*la langue française se parle dans toute l'Europe*, mas não *où Jésus-Christ se vend chaque jour*), acrescenta:

«Na Espanha, a partir do século XVI e XVII, aparece a ampliação às pessoas: *se mataban los cristianos, se degollaron los catalanes*, e ainda hoje se diz com o sujeito indeterminado: *se buscan criados*, *se nombraron alcaldes*, etc. E alêm disso o verbo pode achar-se no singular e o nome figurar como complemento objectivo, como já se mostrou no § 94».

Resumindo: as construções do tipo — *Vê-se sinais* — teem sido usadas por mestres da língua e explicam-se dentro desta por uma evolução natural.

Mas, sendo assim, por que motivo são essas maneiras de dizer tão hostilizadas e por que é raro, nos bons escritores, o seu emprêgo?

A meu vêr, a causa principal dêstes factos está em que elas não são, por assim dizer, um produto primário da língua, mas resultam de um processo mental um pouco

longo. Foi preciso que o pronome reflexo *se* passasse a partícula apassivativa e que depois a oração assim tornada passiva se considerasse transposta para a activa, ficando o *se* a servir de sujeito indeterminado.

Ao mesmo tempo, o nome no plural tendia a contrariar esta marcha e a fazer dar a preferência à forma passiva, em que o verbo concorda com êste nome, que é o seu sujeito. Entre *vê-se sinais* e *veem-se sinais* a disciplina gramatical tende espontâneamente a dar preferência à segunda construção, que é o antecedente lógico e cronológico de *vê-se sinais,* e que com menos esfôrço mental se faz entrar nas regras da gramática.

Ora não é isto o que acontece com o *on* francês ou com o *man* alemão, considerados como correspondentes do nosso *se,* sujeito indefinido [1].

Naquelas línguas conserva-se viva a noção de que as duas palavras são o sujeito da oração e de que o nome dependente do verbo transitivo é o seu complemento directo, podendo, por isso, estar em qualquer dos números. As frases que teem por sujeito o *on* ou o *man* pertencem, por assim dizer, à essência das respectivas línguas; são um produto primitivo, alimentado em primeira mão pela seiva que as faz viver.

Pelo contrário, as orações portuguêsas do tipo *vê-se sinais* são o resultado de uma elaboração complexa, são ramificações afastadas do tronco, a que já chega muito atenuada a seiva vivificadora.

Acresce que estas frases são absolutamente desnecessárias em português, pois as formas passivas com o *se* — *veem-se sinais* — as suprem em todos os casos.

Cumpre ainda notar que é ilógico o seu emprêgo, quando realmente se não trate de um sujeito indetermi-

---

[1] Não é preciso advertir que o verdadeiro correspondente do *on* e do *man* seria o indefinido *homem*, que caiu em desuso.

nado. Tal sería, por exemplo, o *vende-se livros, compra-se moveis*, etc., sabendo-se ou podendo fácilmente saber-se quem é que vende e quem é que compra.

Em conclusão: as construções do tipo *vê-se sinais* aparecem, embora com muita parcimónia, em alguns dos nossos melhores escritores e explicam-se por uma evolução das orações passivo-reflexas. Não devem, portanto, rejeitar-se *in limine*. Mas o seu uso, que aliás é dispensável, deve ser muito restrito.

10-4-913.

Dr. José Maria Rodrigues.

Influência francêsa em Portugal até 1100

A influência franca, depois das tentativas infrutuosas de Carlos Magno para se apoderar da península hispânica tanto maometana, como cristã, não esmoreceu, se bem que as divisões internas do império impediram que tomasse em grande escala a forma agressiva. O único resultado decisivo foi a conquista de Barcelona e a invasão da língua provençal, apesar de que a língua oficial do império era a latina, mantendo-se ainda vitoriosa em face do castelhano na Catalunha.

No ocidente da Península as visitas francas foram pacíficas, ao contrário das dos normandos, que pretenderam inutilmente fixar-se na Galiza e norte de Portugal. Tanto uns como outros eram, porêm, ferventes devotos do santuário de Compostela, centro religioso de nomeada universal.

Os nossos historiadores referem-se à influência francêsa em Portugal introduzida pelo Conde Henrique de Borgonha e pelos seus companheiros, o que os filologos acham comprovado por numerosos termos francêses adoptados na nossa língua [1].

Sería por certo valioso tambêm procurar antes da vinda dêsses campeões, ou pelo menos nos primeiros anos do govêrno do conde borgonhão, alguns vestígios da influência

---

[1] A sr.ª D. Carolina Micaelis de Vasconcelos traçou no vol. I do *Cancioneiro da Ajuda,* um breve quadro da cultura franca no ocidente da Península.

franca. Sendo fácil explorar esse campo nos diplomas e cartas publicadas nos *Portugaliae Monumenta Historica,* propuz-me lê-los e apesar de ser impossível por agora coordenar maior número de factos, o que colhi prova que dois séculos antes do govêrno do Conde Henrique as ideias e os produtos francêses circulavam no velho Portugal. A elevação dêste a país independente também não pode deixar de ser considerada como um galicismo, visto que presidiram ao seu berço ideias feudais, que não frutificaram em toda a Hispânia.

Num documento da Sé de Coímbra do ano de 1086 fala-se nos *barones, vassallos* e *fideles* do rei Fernando, o conquistador de Coímbra, tornando em 1090 a aparecer o termo *vasallo* [1].

A indústria francêsa não ficou atrás dos cavaleiros e dos relígiosos, pois um documento de 1092 refere *duas saias franciscas*, e noutro de 1078 se falava já numa *spata cum arriaces franciscos* [2].

As moedas francas corriam em Portugal em 924 e 926, pois documentos dêstes anos inscrevem *solidos gallicarios* e *gallicanos* [3].

Muitos termos germânicos que se julga virem da época visigótica, talvez fossem introduzidos posteriormente pelos francos, tais como *marcum* que já se encontra em 957 [4] e *rufa* [5] em 1089. Inegavelmente desta origem é a denominação de *denarios brunos* do ano de 1090 [6].

Importante para a demonstração da infiltração francêsa são os nomes de origem transpirenaica que se acham num

---

1 *Port. Mom. Hist., Dipl.*, pág. 391, 542.
2 *Id.*, pág. 335 e 463.
3 *Id.*, pág. 19 e 22.
4 *Id.*, pág. 42.
5 *Id.*, pág. 430.
6 *Id.*, pág. 463.

documento daquelas remotas eras. Um documento datado do ano de 897 [1], considerado como autógrafo, mas que me parece ter a data errada, menciona *sancta mafada,* nome bem provençal. O nome *Pepino* aparece-nos nos anos de 952 e 895 [2]; Raimundo e *Carlon* em 959 e 973 [3]. *Vilelmus* em 969 é duvidoso [4].

Passam-se grandes tempos em que não registo nenhum nome caracteristicamente franco, a não ser em 1075 um *Arigus* [5], talvez *Henricus.*

O nome do Conde Raimundo começou em 1085 e o do nosso Conde Henrique em 1097 [6]. Girardo e Bernardo aparecem em 1086 e 1087 [7]; Humberto e Roberto em 1088 e 1100 [8]. Cito ainda *Falcon* e *Blandon* em 1088 e 1908 [9], apesar que não repugna admitir que fossem visigóticos. Estranjeiros eram tambêm os nomes das raínhas Constança de raça borgonhesa e Berta [10].

São raros nos nossos documentos primitivos os nomes de gentes fóra dos islamitas, abrem-se, porêm, excepções para os normandos e para os francos. Em 1087 encontra-se em Coímbra *Adrianus francus;* e em 1099 um *Johannes Franco,* com seu irmão *Ermiarius* testam a um outro seu irmão chamado João vários bens [11]. Em composição num nome provávelmente visigótico encontra-se em 959 *Franchimirus* [12].

---

[1] *Port. Mom. Hist.*, pàg. 8.
[2] *Id.*, pág. 38 e 108.
[3] *Id.*, pág. 48 e 67.
[4] *Id.*, pág. 64.
[5] *Id.*, pág. 323.
[6] *Id.*, pág. 386 e 506.
[7] *Id.*, pág. 402 e 607.
[8] *Id.*, pág. 437 e 559.
[9] *Id.*, pág. 526 e 532.
[10] *Id.*, pág. 410, 503 e 518.
[11] *Id.*, pág. 410 e 538.
[12] *Id.*, pág. 48.

Estudos recentes e já em parte aproveitados brilhantemente numa memória académica pelo nosso consócio sr. Bocage mostram o encadeamento fatal por que vieram à Península os dois primeiros Raimundo e Henrique, pertencentes a raças diversas e soberanos em territórios contíguos.

A expansão religiosa e militar já levara parentes afins dêles a combater ao lado dos cristãos hispanos os islamitas. Um conde de Roncy genro do normando Roberto Guiscard, o fundador do senhorio da Apulia e Calabria, combateu na Península; e a viúva do Conde de Châlon, Constança, filha do duque Roberto de Borgonha, casou em fins de 1080 com Afonso VI. Assim pelos normandos veio aos borgonhões o conhecimento da Espanha cristã, não sendo inutil insistir em que estes dois povos estabelecidos na Gália e depois absorvidos na França eram dos mais irrequietos e guerreiros entre os germânos.

Quando nos forem acessíveis pela imprensa, em dia naturalmente bastante tarde, os documentos dos governos do Conde D. Henrique e de seu filho D. Afonso I, vêr-se há qual a soma da influência francêsa a que estiveram submetidos os nossos antepassados. Na nossa ortografia acham-se ainda duas importações de letras provençais nas grafías *lh* e *nh,* cá introduzidas poucos anos antes da morte de D. Afonso III em 1279.

É bem sabido que uma das qualidades do português é ser amante de variedades, sem que pelo ardor por elas, as possa fixar e tirar todo o proveito, qualidade que já possuíam os seus antecessores no solo nacional, segundo refere um autor clássico.

Ao lado desta facilidade de assimilação, e por isso mesmo encontra-se um notável espírito conservador no caso da língua, o que faz que com relativa facilidade entendamos os monumentos mais remotos literários e documentais. Neste

mesmo espaço de tempo as línguas inglêsa, francêsa e alemã fizeram alterações muito sensíveis, demonstrando assim a vitalidade intelectual dos povos respectivos.

Observação semelhante fez o Dr. Classen no seu livro recentemente publicado sôbre os povos da Europa no período neolítico, e sua origem. A pág. 86 põe em relevo as rapidas transformações das línguas neo-germânicas em face da imobilidade das línguas semíticas e ibéricas, pois que êste autor aceita que a Inglaterra e a Hispania eram outrora habilitadas pelo mesmo povo que, segundo autores romanos, se entendia, apesar da enorme extensão de território em que vivia, sem auxílio de interpretes de um extremo a outro dêle.

A antropologia segundo investigações recentissimas mostra-nos que num determinado período da história da terra a Ibéria, a França, as Ilhas Britânicas, a Itália do sul, e parte do norte de África eram habitadas por um povo a que se dá a denominação de *Mediterrâneo*. Desde êsse tempo, essa raça tem perdido sempre terreno e hoje encontra-se só em regiões montanhosas e excêntricas. É essa raça a que pertence o povo português, que para aqui veio repelido pelo *homo Alpinus,* a que se julga pertencer o *ligure* e pelo *homo Europaeus* ou tipo nordico. Se assim é o português pertence a uma das raças mais antigas da Europa, tendo adoptado como língua, um ramo das línguas indo-germânicas. Por esta forma se prova que o nosso povo tem fraca capacidade de resistência e que deve a sua conservação, até há pouco, a ter alcançado uma região fácilmente defensável.

As exigências da civilização moderna são, porêm, tão extraordinárias e a dificuldade de as assimilar tão grandes para nós, que só por um esfôrço sôbrehumano se poderá manter Portugal em atitude conveniente no concerto do mundo.

Os vestígios que apontei da influência franca em Por-

tugal até 1100, mostram-nos a facilidade com que o português aceita novidades estrangeiras, visto que as não pode produzir, qualidade que se manifestam nos começos da nossa história pela perfilhação de termos e instituições francas e que continúa até aos nossos dias.

Pedro de Azevedo.

Nota sôbre uma versão portuguêsa de **As Talisias** de Teócrito

Já ocupei uma vez a atenção dos meus colegas, lendo-lhes um trecho de uma versão de Teócrito. Depois disso tem-se-me ido o espírito atrás da paixão que me inspirou o poeta siracusano, que é, não o primeiro dos decadentes, mas o último dos clássicos helenicos. Há dias, numa conferência pública, referi-me mais largamente a Teócrito e às origens da poesia pastoril na antiguidade, com um rapido volver de olhos sôbre a sua evolução. Sería impertinência repetir nesta douta assembleia as noções comuns que se consentem num trabalho de vulgarização scientífica. Pontos de vista há contudo nesse meu trabalho que, por se me afigurarem porventura até certo ponto inéditos, me sería grato desenvolver perante os meus ilustres confrades, sujeitando-os ao seu abalizado critério. Essa dissertação, porêm, de carácter mais erudito, reservo-a para mais demorada e, se me permitem o ambicioso do epíteto, substanciosa memória, que oportunamente apresentarei.

Por agora vou-me limitar a submeter à sua apreciação uma equivalência integral do idílio *As Talisias,* precedendo-a apenas de uns preliminares justificativos do carácter e da forma que quiz dar à minha versão.

Conheço Teócrito, como aliás todos os autores gregos, por minha desventura, apenas através de traduções em idiomas modernos. O meu desconhecimento da lingua nativa obsta portanto a que eu procure transplantar, na medida do possível, as maravilhas de forma que os helenistas acusam no original. Mas, não querendo nem podendo rea-

lizar uma versão erudita, essa ignorância, por paradoxal que pareça a minha afirmativa, é talvez vantajosa para uma adaptação familiar do texto.

Tenho com efeito reconhecido, inclusivé por experiência própria, que a extrema meticulosidade na transplantação de um trecho poético, directamente da língua original, o desejo escrupuloso de encontrar a equivalência de vocábulos, de locuções e até às vezes de forma métrica, dão geralmente às traduções um carácter de rigidez, até certo ponto comparável ao das reproduções chinezas de quadros europeus. Á fidelidade excessiva das minucias sacrifica-se a estética do conjunto. O traductor, coartando a si próprio toda a liberdade de interpretação sintética, se me é lícito o termo, faz bonecos em vez de estátuas e tira a flexibilidade ao revestimento verbal da ideia.

Dêste mal enfermam, com raras excepções, as numerosas versões de textos da Antiguidade, que desde a Renascença se teem feito em línguas vivas, e particularmente na nossa. A escola clássica, que entre nós estabeleceu a tal respeito uma inveterada rotina prolongada até pelo Romantismo adeante, contribuíu poderosamente para que aqueles textos, em virtude do aspecto hirto e turgido das transplantações, se tornassem repulsivos para o sentimento das turbas, por mais que deleitassem o espírito dos sábios.

Há, pois, quanto a mim, uma obra de regeneração a fazer, a qual foi já magnificamente iniciada pelo nosso eminente colega Coelho de Carvalho, sobretudo na sua bela parafrase das Eglogas de Vergílio. É preciso que a Antiguidade, e em especial o helenismo, não sejam do domínio exclusivo dos letrados. Urge trazê-la ao convívio da grande massa de leitores cultos, que, verdade verdade, só a admiram em geral por símples tendências de snobismo, fiados cegamente na admiração dos raros que a conhecem. Direi até mais: convem popularizá-la, dentro dos limites do possível, sobretudo nas obras que, pela perpetuidade do

sentimento estético, se tornam mais assimiláveis ao espírito dos modernos.

Foi isso que tentei fazer, vertendo liberrimamente alguns idílios de Teócrito. E devo acrescentar alguma breves considerações para justificar a forma que empreguei.

Para o meu espírito existe uma grande analogia entre a forma métrica e a escultura. O hendecassílabo solto, admirável creação das sonoras línguas românicas do sul da Europa, corresponde perfeitamente ao marmore, de brancura baça e uniforme, falando mais à imaginação do que aos sentidos, não se prestando na sua austeridade aos brinquedos da luz sôbre superfícies polidas ou coloridas. É dêle que se formam de ordinário os vultos dos deuses e dos herois. Juntai-lhe o artifício da rima, e é como se moldasseis as vossas figuras em metal, mais ou menos reluzente, mais ou menos nobre, mas não limitando já o efeito estético à sobriedade augusta dos contornos, antes acrescentando-o com o jôgo, por vezes encadeante, dos reflexos. Podem multiplicar-se os artifícios de composição poetica, como na estatuária se realizam combinações da matéria prima, afim de aproximar as figuras da realidade contingente, ao mesmo passo que se afastam da vida ideal. É o caso de Fídias, modelando em marfim e oiro o colosso de Zeus Olímpico. E é curioso na poesia que certos efeitos de rima, embora na essência deturpadores da linguagem vulgar, pareçam contudo comunicar ao verso mais aparências de vida.

Na nossa língua, o metro popular é sem dúvida a redondilha. Corresponde ao barro em que se moldam as criações esculturais do povo. Tem idêntica plasticidade, e obedece espontaneamente a todas as modalidades do sentimento. Foi essa a forma poetica que adoptei para a minha paráfrase, por isso que as personagens de Teócrito, pelo realismo da concepção, pela singeleza do gesto, pela graça das atitudes, pela simplicidade harmónica dos contornos,

me fazem lembrar as vivas e despretenciosas estatuetas de Tanagra. Estas equivaliam para os helenos, guardadas as diferenciações de sentimento artístico, ao que são para o nosso povo os produtos de carácter escultural das nossas olarias, representação de tipos populares como os das fábricas das Devezas, das Caldas da Raínha, e outras. Se estas figurinhas falassem, em que metro poético se exprimiriam, senão na redondilha, matéria prima do fado e de quási todas as canções do povo português?

Eis o motivo que me levou adoptá-la.

Dito isto, passo a ler aos meus doutos colegas a equivalência vulgar das *Talisias,* idílio que é considerado a obra prima do género, que mereceu a Heinsius a classificação de raínha das eglogas, divina, lactea, mais dôce que o mel mais doce, que foi imitado por muitos dos bucolistas de todos os tempos, e pelo qual Sainte Beuve tinha especial predilecção.

Henrique Lopes de Mendonça.

Nota acêrca do idilio de Teócrito denominado — Os Ceifeiros — (Idilio X)

O Sr. Henrique Lopes de Mendonça, em uma notável comunicação feita à 2.ª Classe da Academia das Sciências de Lisboa, na sessão de 8 de maio do corrente ano, leu a tradução parafrastica do idílio de Teócrito, denominado — As Thalysias —, e fez muito judiciosas considerações acêrca do modo, como deve ser feita na nossa língua a versão dos antigos poetas gregos e latinos. Depois o mesmo ilustre Académico em conversação e por carta chamou a minha atenção para o idílio do mesmo poeta, denominado — Os Ceifeiros —, e móstrou desejo de que eu o estudasse, porque lhe pareceu encontrar nele reminiscencias, embora vagas, do estilo oriental, principalmente em certas frases, que tem semelhantes no Cantico dos canticos; e que estas suposições pareciam de algum modo confirmadas pela circunstância de que se chamava *Syra* a moça, pela qual o ceifeiro Bato estava enamorado.

A presente nota tem por fim comunicar à 2.ª Classe da Academia, e em particular ao Sr. Lopes de Mendonça, o resultado do meu estudo, sem dúvida de muito pequeno valor.

O poeta grego Teócrito (Θεόκριτος) nasceu em Siracusa, na Sicilia, no fim do século IV, ou principio do século III A.C. Na sua mocidade viveu na côrte do rei Hieron II, a quem celebrou em seus versos; depois, atraído pela proteção que Ptolemeu Philadelpho (285-237 A.C.) dispensava às sciências e às artes, e pela liberalidade de

que usava com os sábios e poetas, veiu para Alexandria, onde viveu alguns anos, e compoz muitas das suas obras. Mais tarde regressou a Siracusa, onde morreu em avançada idade, depois da tomada mesma cidade por Marcello.

Das obras de Teócrito restam 29 idílios, e 23 epigramas. Teócrito escreveu no dialeto dórico, popular na Sicilia. Os seus versos são em metro hexâmetro épico, rico em dátilos, muitas vezes cortados depois do quarto pé (cesura bucolica). A sua frase é clara, elegante, e fluente. Teócrito foi o creador do género de poesia denominado *idilio*, que elevou ao maior grau de perfeição; os seus poemas rusticos são notáveis pela naturalidade e graciosa candura, pelo encanto das descrições, e pela vivacidade dos diálogos. Ele foi o mestre e o modêlo dos poetas bucólicos.

As obras de Teócrito foram sempre muito estimadas, desde as escritores alexandrinos que as comentaram, até aos nossos tempos. Foram impressas pela primeira vez por Aldo Manucio, em Veneza, em 1495. As mais notáveis edições são: de Henrique Estevão, Paris, 1566; de Thomas Warton, Oxonii, 1770; de A. Mennekío, Berolini, 1836; de Ameis, Firmin Didot, Paris, 1851; de Ahrens, Teubner, Leipzig, 1909.

É bem sabido, que desde tempos muito antigos se estabeleceram no Egito colónias de Sírios, e particularmente de Judeus. Cambises, que conquistou o Egito em 525 A.C., deixou ali um exército para defeza da nova província, no qual se contavam muitos Sírios. Os papiros, recentemente descobertos em Elefantina, mostram que no tempo de Dario, o grande (521-487 A.C.), havia na mesma cidade uma numerosa e próspera colónia militar, proveniente da Siria, que falava e escrevia em arameu. Depois da morte de Alexandre de Macedónia, o Egito foi nova-

mente constituido como reino independente sob Ptolemeu I, cognominado Soter, filho de Lago. Ptolemeu fez três expedições contra a Siria; e o historiador Josefo conta que depois da vitória de Gaza, muitos Judeus, vieram voluntariamente para Ptolemeu, e se estabeleceram no Egito, especialmente em Alexandria. A língua grega, adoptada pela grande maioria dos Egícios, fez que tambem as colónias de Judeus esquecessem a sua língua materna; e os Judeus, passadas algumas gerações, sentiram a necessidade de traduzirem em grego os seus livros sagrados.

A versão grega dos livros sagrados dos Judeus, conhecida pelo nome de versão dos LXX intérpretes, foi feita, segundo a tradição escrita, no tempo de Ptolemeu Philadelpho (285-247 A.C.) por setenta sábios conhecedores da lei de Moisés; mas a crítica moderna tem reconhecido, que a mesma versão não é obra de um só indivíduo, e feita na mesma época; mas que é devida a diversos tradutores, e feita em épocas diferentes; e que é provável que antes do começo da éra cristã os Judeus de Alexandria possuíssem a versão grega de todos ou de quasi todos os livros sagrados escritos em hebreu.

Do que fica dito conclue-se, que não é impossivel que Teócrito, que, como já se disse, viveu alguns anos em Alexandria, convivesse com os Judeus ali estabelecidos; e estes lhes comunicassem a versão do Cantico dos canticos, por ser tambêm um poema pastoril, no género dos que Teócrito compunha, e que tam apreciados eram. Não deve estranhar-se que Teócrito conhecesse a versão grega de alguns livros sagrados dos Judeus, porque tambêm outros escritores gregos, não Judeus, como o historiografo Alexandre Cornelio, conhecido pelo nome de Polihistor, os conheceu, e cita em algumas das suas obras, de que restam fragmentos.

O ilustre Académico, sr. Lopes de Mendonça, também quererá comunicar à 2.ª Classe da Academia a sua versão parafrastico do X idílio de Teócrito — Os Ceifeiros —; entretanto peço licença para ler a versão verbal, em prosa, e sem dúvida muito imperfeita, de uma passagem do mesmo idílio, de que especialmente desejo ocupar-me.

É a canção do ceifeiro Bato:

Musas Pierides, cantai comigo a franzina
moça; porque aquelas [cousas] que tocais, ó deusas, todas fazeis formosas.

Bombyca graciosa, todos te chamam Syra,
macilenta, queimada do sol; mas eu só [te chamo] da côr do mel.

Tambem a violeta é escura, e o jacinto [tem letras] escritas,
mas comtudo nas grinaldas se dizem [ser] as primeiras.

A cabra [procura] o codeço, e o lobo procura a cabra,
o grou [procura] o arado, mas eu por ela enlouqueço.

Oxalá eu tivesse, quanto se diz que outrora possuiu Creso,
[imagens] de ouro de ambos dedicariamos a Aphrodite;

tu tendo [na mão] as flautas, e ou uma rosa ou uma maçã,
e eu vestido [de dançador], e em ambos os [pés] calçados sapatos novos.

Bombyca graciosa, os teus pés são alvos como astragalos;
mas a voz é meiga, e da figura nada posso dizer.

É bem conhecida a passagem do Cantico dos canticos (I,5.6), em que a Sulamite diz de si mesma:

5. Eu sou negra mas graciosa, filhas de Jerusalem,
como as tendas de Qedar, como os pavilhões de Salomão:
6. não me olheis [com desdem], porque eu [sou] morena,
porque me crestou o sol [1].

---

[1] Esta passagem é como se segue na traducção parafrástica do Sr. Coelho de Carvalho:

Meu semblante é moreno, mas formoso,
como as tendas riquíssimas de Cedar,
como a tenda real erguida em campo;
que importa ter assim a côr trigueira!

(*O Cantico dos Canticos,* tradução completa por J. Coelho de Carvalho, Coimbra, 1878).

A versão dos LXX é:

5. Μέλαινά εἰμι καὶ καλή, θυγατέρες Ἰσραήλ,
ὡς σκηνώματα Κηδάρ, ὡς δέρρις Σαλωμών.
6. μὴ βλέψητέ με, ὅτι ἐγώ εἰμι μεμελανωμένη,
ὅτι παρέβλεψέν με ὁ ἥλιος.

Os primeiros quatro versos da canção do ceifero Bato são:

Βομβύκα χαρίεσσα, Σύραν καλέοντί τυ πάντες,
ἰσχνὰν ἁλιόκαυστον, ἐγὼ δὲ μόνος μελίχλωρον.
καὶ τὸ ἴον μέλαν ἐστὶ, καὶ ἁ γραπτὰ ὑάκινθος,
ἀλλ' ἔμπας ἐν τοῖς στεφάνοις τὰ πρᾶτα λέγονται.

Os versos de Teócrito não contem de comum senão a palavra μέλας, negra, com a passagem do Cantico dos canticos (1,5.6) segundo a versão dos LXX; mas neles encontram-se as mesmas ideias: *a moça é morena por estar queimada do sol, mas por isso não deve ser olhada com desdem.*

A moça, pela qual o ceifeiro Bato estava enamorado, é chamada Bombyca, era siria, e tocadora de flauta. É provável que esta interessante figura não seja mera creação da fantasia do poeta; mas que seja a descrição do natural, de alguma moça siria, tocadora de flauta, que Teócrito visse nas ruas de Alexandria.

O nome de Bombyca não parece, pela sua forma, ser semítico; mas é sabido que os Gregos desfiguravam muito os nomes estranjeiros, quando os transcreviam na sua língua. Bombyx em grego significa bicho da seda.

Os caracteres fisiológicos da moça podem ser tanto de mulher egípcia como de uma siria; mas os da profissão quadram perfeitamente a uma síria.

É sabido que desde grande antiguidade muitas mulheres

da Siria exerciam a profissão de musicas; umas cantavam, acompanhando o canto com o som dum pequeno pandeiro (pandeireta), outras tocavam flauta, provavelmente duas flautas direitas ([1]).

Nos Livro de Esdras conta-se, que, quando no reinado de Ciro (558-519 A.C.) as jentes de Juda com Zerubabel voltaram do exílio para Jerusalem, entre elas vinham duzentos cantores e cantoras.

מְשֹׁרְרִים וּמְשֹׁרְרוֹת : (Esd. 2,65).

Segundo J. Halévy estas palavras designavam uma classe de escravos, que os ricos adquiriam para satisfazer o seu gosto pelo canto e pela musica ([2]).

Strabo (*Geographia,* liv. II, cap. III, § 4.º) conta, que Eudoxio de Cizico, partindo de Gades para ir para a Índia, levava, entre outras mercadorias: μουσικὰ παιδισκάρια καὶ ἰάτρους καὶ ἄλλους τεχνίτας, meninas que sabiam musica, cirurgiões, e outros artistas ([3]).

No Periplo do Mar Eritreu, escrito pelos anos de 60 A.C., refere-se, que para os reis da India os mercadores do Egito levavam, entre outros artigos: μουσικὰ παιδάρια καὶ παρθένοι εὐειδεῖς πρὸς παλλακίαν, (*Periplus,* § 49, ed. Fabricius), meninas que sabiam musica e donzelas bem parecidas para o harem ([4]).

Nas Actas de S. Tomé refere-se, que este apóstolo, comprado como construtor por um mercador de Misdeos, rei da India, quando desembarcou em Sndruck, foi obrigado a tomar parte nas festas, que o rei fazia pelo casamento de sua filha; e que o apóstolo cantou um hino na

([1]) Veja-se V. Loret, *Les flûtes égyptiennes antiques* no *Journal Asiatique,* 1889, II, p. 111 e segs.

([2]) *Journal Asiatique*, 1899, II, p. 233 e 234.

([3]) Cf. *Journal Asiatique,* 1897, I, p. 33.

([4]) *Der Periplus der Erythräischen Meeres*, ed Fabricius, Leipzig, 1883, p. 90 e 91; *The Periplus of the Erythrean Sea,* transl. by Schoff, London, 1912, p. 42.

sua lingua materna. Ninguem da jente que o ouvia, o compreendeu, senão uma mulher hebrea, tocadora de flauta: ἦν δὲ ἑβραία τῷ γένει ἡ αὐλήτρια ἐκείνη, a mesma tocadora de flauta era da jente hebrea (¹).

Em concluzão, eu julgo que as reminiscencias do estilo oriental e as alusões aos costumes da Siria, que se encontram no idílio de Teócrito denominado — Os Ceifeiros —, se podem perfeitamente explicar pela época e pelos paises em que o poeta viveu; mas que é possível que na composição do mesmo idílio o poeta tenha sido influenciado pela leitura da versão grega do Cantico dos canticos (²).

Lisboa, 22 de maio de 1913.

Francisco Maria Esteves Pereira.

(¹) *Acta Thomae*, ed. *Max Bonnet*, Lipsiae, 1883, p. 7.

(²) Depois de lida esta nota à 2.ª Classe da Academia das Sciências de Lisboa, o sr. Henrique Lopes de Mendonça publicou a sua notável conferência — A poesia pastoril na antiguidade, seguida de dois idílios de Teócrito —, um dos quais é — Os Ceifeiros —. A tradução, feita em quadras de versos de seis sílabas, revela mais uma vez os superiores dotes literários e artísticos do eminente poeta português e ilustre Académico.

Um Carvalho da Rua Formosa na Inquisição

Quando em 1905 publiquei no *Arquivo Histórico Português* um estudo sôbre os antepassados do Marquês de Pombal, referi-me de leve a Frei Jorge de Carvalho, irmão de Paulo de Carvalho, instituidor do vínculo da Rua Formosa, usufruido pelo bisneto de seu irmão Sebastião de Carvalho, desembargador do Paço.

Escrevi então que êle nascera em 1708, e fôra religioso beneditino e familiar do Santo Ofício, remetendo o leitor para o *Dic.* de Inocêncio, onde vem relacionadas as suas publicações, quási todas sermões e onde se diz com a base na *Biblioteca Lusitana* que o monge falecera no colégio da Estrela de Lisboa, em 22 de outubro de 1671, portanto vinte e dois anos antes que viesse ao mundo o Marquês de Pombal.

Anos depois de publicado aquele estudo deparei com uma denúncia que se acha entre os papeis do Santo Ofício, a qual nos dá um aspecto da sabedoria do frade, então já de avançada idade, pela qual se vê que pendia um pouco para o racionalismo e pretendia explicar passos do Novo Testamento por meio, como hoje diriamos, da psicologia. Essas explicações descabidas escandalizaram um capitular da Sé de Lisboa, templo que Frei Jorge escolhera para publicar os resultados das suas investigações teológicas, o qual escreveu em 26 de abril de 1672 aos inquisidores pondo-os ao facto da tese do beneditino, que ainda para maior horror era não só familiar do Santo ofício, mas qualificador do Tribunal da Fé. O efeito que produziu não sei, mas é de supôr que o prégador não fosse incomodado

por coisas tão minimas, como as que se encontram no extrato que delas fez o denunciante, mais movido pelo ódio provavelmente do que pelas doutrinas defendidas.

É curioso aqui fazer notar o crédito que o denunciante deu à superstição de que havia algumas mulheres que tiravam dos cemitérios ossos dos finados e nesses locais se untavam, prejuizo que ainda dura nos nossos dias.

Não admira, pois, que um parente do Marquês de Pombal tivesse sido familiar do terrível Tribunal, êle próprio o fôra e dêle se aproveitava para os seus fins; ainda que recentemente se vulgarizou a notícia de que êle extinguiu o Santo Ofício. Não obstante os bons trabalhos que já temos sôbre o Marquês, apreciações erradas ainda tem curso e cada dia são modernizadas ao gosto das ideias dominantes, porque nada é mais difícil a todos, ainda aos instruidos, do que colocarem-se dentro da esfera de ideias de um determinado período, para perceber como se cumpre a fatalidade histórica.

É pequena esta contribuìção, mas nem por isso se deve abandonar, porque nos dá pormenores da família do Marquês, sabendo-se que na renovação moderna dos estudos históricos de acôrdo com as sciencias naturais, não são para desprezar as investigações de pormenores.

«Em dia de Paschoa 17. deste presente mez de Abril de 1672. prégou na sé desta Cidade o Padre frei Jorge de Carvalho qualificador do Santo Officio desta Inquisição, e logo nas primeiras palavras do sermão reparou em que as tres Marias, sendo molheres tiuessem ualor e resolução para irem a hũa sepultura a uer e ungir hum corpo morto de tres dias, porque o que elle tinha ouuido diser era que algũas molheres ungiaõ corpos mortos antes de sepultados, mas nunca que ousassem a o fazer dentro nas sepulturas, e que outras hião aos adros das Igrejas desenterrar e tirar ossos de finados para certos fins, e que a hi se untauão, e

outras sahião dahi muito bem untadas. Disse mais que as dittas Marias hião pelo caminho duuidando *quis reuoluet nobis lapidem,* como poderia ser, o poderem reuoluer e tirar a pedra que cobria a sepultura de Christo, porque era muito grande, *erat quippe magnus valde,* mas que chegando e entrando primeiro Santa Maria Magdalena, esta a achara tirada, o que era força assim sucedesse, porque como a Magdalena era muito formosa a vista de hua formusura não podia haver pedra que se não reuolvesse, e que todas tres entrando, e uendo hum mancebo bizarro junto da sepultura: *obstupuerunt,* effeito certo em molheres que tanto que vem hum mancebo bizarro, e gentil homem logo pasmão. E tornou a diser, que não havia homem grande, nem coração por mais de pedra que fosse que se não rendesse e reuoluesse, sendo de hũa molher formosa uisto duas uezes, e que o prouaria com o Euangelho e com o milhor Author o Padre que era o mesmo Christo, o qual dissera por sua boca *Tu es Petrus, et super hanc Petram edificabo aeclesiam meam*, e que ninguem podia negar ser Pedro grande homem, e grande pessoa, pois nella fundava Christo a sua Igreja, e que este na Casa de Caiphás querendo-sse aquentar ao fogo, por ser tempo de frio, o fes junto de hũa *ancila calafaciebat,* donde? junto de hũa creadinha, a qual tinha dous olhos parece bem fermosos, e que olhando com estes duas uezes para São Pedro, *cum uidissit Petrum calefacientem se, aspiciens illum,* logo Pedro negara; e que assim ficava provado bem seu pensamento, e que por esta razão a pedra da sepultura se tirara, e o mestraua aquelle verbo do texto, *respicienter,* que significaua olhar duas vezes, *introeuntes et respicientes* etc.

«Do sobredito me escandalizei, e denuncio de tudo nesta meza, as pessoas que se acharão presentes forão a mayor parte dos Capitulares, e dos mais beneficiados, destes me lembra estarem presentes Balthasar Pirez da Grãa, Ma-

nuel Ribeiro Ferreira, Antonio Nunes Pinheiro, capitulares Francisco Barreto, Antonio de Saldanha, Nuno da Cunha Deça, e faço a dita denuncia para descargo de minha consciencia. Lisboa, 26 de Abril anno ut supra. — *Manoel Martins Cerqueira*» [1].

Pedro de Azevedo.

---

[1] Inquisição de Lisboa, Caderno 52, do Promotor, fl. 230 (N.º 50 de ordem).

Trovas de Luis Anrrïquez a hũa moça

Nota lida à 2.ª Classe da Academia das Sciências de Lisboa pelo Sócio correspondente
Francisco Maria Esteves Pereira

As obras dos antigos poetas portugueses tem merecido nos ùltimos tempos notável favor; umas, que ainda há pouco tempo eram desconhecidas, e outras, ainda que publicadas, eram quasi esquecidas, foram divulgadas em cuidadosas edições. Mas os beneméritos editores de algumas delas não se limitaram a reproduzir simplesmente o texto das composições poéticas; ilustraram-nas com eruditos trabalhos de crítica, em que procuraram restabelecer o texto primitivo, como saiu das mãos do autor, determinar a significação das palavras agora desusadas e o sentido das frases obscuras, e esclarecer as alusões relativas às pessoas, aos factos e aos costumes. Para não falar de outras, lembrarei sómente as poesias de Sá de Miranda, das quais a sr.ª D. Carolina Micaëlis de Vasconcelos deu uma edição monumental (1), e depois publicou o facsimile do autógrafo do poeta compreendendo algumas das suas poesias (2); e o sr. Teófilo Braga publicou recentemente um poema, que ainda estava inédito (3).

---

(1) *Poesias de Francisco de Sá de Miranda,* ed. Carolina Micaëlis de Vasconcelos, Hale, 1885.

(2) *Novos estudos sobre Sá de Miranda,* por C. M. de Vasconcelos, no Boletim da 2.ª Classse da Academia das Sciências de Lisboa, vol. V, p. 2-130.

(3) *A Egipciaca Santa Maria, poema de F. de Sá de Miranda,* publicado por Teófilo Braga, Porto, 1913.

O património acumulado pelos antigos poetas portugueses é riquíssimo pela sua vastidão, pela sua variedade, e pelo seu valor; é pois um extenso campo, onde por muitos anos se poderá exercer com proveito a atividade e o saber dos estudíosos das gerações vindouras.

O *Cancioneiro Geral* (1), compilado por Garcia de Resende, tem excepcional importância, porque conservou as composições poéticas dos nobres, que freqùentavam a côrte de D. Afonso V, D. João II e D. Manuel, isto é, do período mais brilhante da nossa história; e se essas composições não são notáveis pela elevação dos conceitos, nem pelo estilo, nem pela correcção da metrificação; são de inestimável valor para a história da época pelas memórias que conservam dos seus autores, das pessoas a quem eram dirigidas, e dos factos contemporâneos.

Entre os poetas, que pelo fim do século XV e princípio do século XVI freqùentaram a côrte dos reis de Portugal, e cujas produções literárias foram recolhidas por Garcia de Resende no *Cancioneiro Geral,* ocupa lugar notável Luis Anrriques. Muito escassas são as notícias que alcançámos acêrca da vida do poeta. A família Anrriques era uma das nobres do reino no tempo de D. João II e de D. Manuel. No livro das moradias del-rei D. João II, ano de 1486, é mencionado como cavaleiro do conselho, com a moradia de 5.300 reais, D. Henrique Anrriques. No livro de matrícula dos moradores da casa del-rei D. Manuel, do ano de 1518, está inscrito como cavaleiro do conselho, caçador mór, com 3.600 reais de moradia, D. Bras Henriques. Outros militaram no Oriente: D. André Anrri-

(1) *Cancioneiro Geral,* ordenado e emendado por Garcia de Resende, Lisboa, 1516; *Cancioneiro geral*, ed. de Kausler, Stuttgart, 3 vol. 1846, 1848 e 1852; *Cancioneiro Geral de Garcia de Resende,* ed. Gonçalves Guimarães, Coímbra, 1910, 1910, 1913 (em publicação).

ques foi capitão de Pacem; D. Garcia Anrriques foi capitão de Maluco; D. Sancho Anrriques foi capitão-mór de Malaca (1). O poeta Luis Anrriques pertencia a esta família nobre, que contava entre os seus paes, avós e parentes, alguns que tinham sido criados dos reis D. João II e D. Manuel, e outros que foram capitães da gente de guerra (2). Ele também na sua mocidade seguiu a carreira das armas; e quando em agosto de 1513 el-rei D. Manuel mandou contra Azamor uma poderosa armada, tendo por capitão geral D. James duque de Bragança, Luis Anrriques foi na armada, e combateu com os mouros em frente da cidade, que em breve se rendeu aos Portugueses (3). Como recompensa Luis Anrriques teve um alvará de cavaleiro; mas voltando para o reino, não lhe foi confirmado, porque não tinha cavalo, em razão, segundo ele mesmo diz, de não possuir meios para o sustentar (4). Como poeta, Luis Anrriques tinha a erudição dos poetas da renascença, e seguia a influência literária que provinha da Itália (5).

De Luis Anrriques existem no *Cancioneiro Geral* vinte e sete composições poéticas, sendo desoito escritas em português e sete em castelhano; as mais notáveis são: *à morte do príncipe D. Afonso; lamentação à morte del-rei D. João II; à trasladação del-rei D. João II; em louvor de nosso Senhor; quando nosso Senhor orou no horto; ao duque de Bragança quando tomou Azamor.*

As composiçõees poéticas de Luis Anrriques distinguem-se, quanto à forma pela correção da sua metrificação; quanto ao estilo pela sua graça e naturalidade; e

---

(1) Gaspar Correia, *Lendas da Índia,* t. II, p. 709, 633, e 592.

(2) *Cancioneiro Geral,* ed. Kausler, t. II, p. 287.

(3) *Ibidem,* p. 281.

(4) *Ibidem,* p. 281.

(5) Teófilo Braga, *Poetas Palacianos,* Porto, 1872, p, 307 e 311.

quanto às ideias pela elevação dos conceitos acima do comum dos poetas palacianos, pela sua crítica mordaz, e pela sua liberdade de linguagem.

Das composições poéticas de Luis Anrriques merece particular menção a última inserta no *Cancioneiro Geral*, por ter conservado um episódio da vida do poeta; a sua rubrica é:

[*Trovas*] *de Luis Anrriquez a hũa moça com que andaua damores antes de sse os judeus tornarem cristãos e hum judeu casado e alfayte a que ela queria bem o fez tornar cristão e casou com ele.*

Desta rubrica e das proprias trovas depreende-se, que o poeta requestava *(andava damores)* uma moça chamada Caterina, provavelmente de origem plebeia, a qual reconhecendo que os galanteios de Luis Anrriques não eram mais, que um passatempo sem vantagem para o seu bem estar futuro, voltou a sua atenção para um Judeu alfaiate, o qual fazendo-se cristão, casou com ela. Como na rubrica das trovas se diz, que estes factos sucederam antes dos Judeus se tornarem cristãos, é de presumir que fosse antes do mês de dezembro de 1496, em que D. Manuel determinou lançar fóra do reino os Judeus que se não tornassem cristãos [1]. As trovas foram pois inspiradas pelo despeito que o poeta sentíu por se ver preferido por um cristão novo e de profissão mecânica; e nelas pretende deprimir o seu rival, e faze-lo ridículo aos olhos da que requestava.

As trovas são em número de dezasete; cada uma delas tem duas partes (estancias), com sistêmas do rima diferentes. Em geral a primeira parte compõe-se de quatro versos (quadras), cada verso tem sete sílabas (redondilha

---

[1] Damião de Goes, *Chronica del-rei D. Manuel*, I parte, p. 18 e 20.

maior), a sua rima é dum dos sistêmas *abba*, ou *abab*; a segunda parte compõe-se de cinco versos (quintilha), e cada verso tem sete sílabas (redondilha maior), excepto o quarto que tem três; a sua rima é dum dos sistêmas *cddcc*, *cdccd*, *cdddc*, *cdcdd*. Na trova 9.ª a primeira parte compõe-se de cinco versos de sete silabas, e a sua rima é do sistêma *abaab*; a segunda parte tem tambêm cinco versos de sete sílabas, excepto o quarto que tem quatro; a sua rima é do sistêma *cdccd*. Na trova 10.ª a primeira parte tem quatro versos de sete sílabas, e a sua rima é do sistêma *abab*; a segunda parte tem seis versos de sete sílabas, excepto o quinto que tem quatro; a sua rima é do sistêma *cdccdd*. Na 17.ª trova a primeira parte tem quatro versos de sete sílabas; a sua rima é do sistêma *abba*; a segunda parte tem tambêm quatro versos de sete sílabas; e a sua rima é do sistêma *cdcd*.

O que torna porém mais interessante as trovas de Luis Anrriques, é a circunstância do poeta ter introduzido nelas duas frases em hebreu de ritual judaico, algumas palavras da língua hebraica, e outras do dialecto hebreo-ladino, e aludido a diversos usos e costumes dos Judeus de Portugal no século XVI.

Esta comunicação tem principalmente por fim apresentar à 2.ª Classe da Academia uma tentativa de interpretação das palavras e frases hebraicas contidas nas trovas. Neste trabalho fui auxiliado pelo sr. Joseph Benoliel, professor da Escola Industrial Marquês de Pombal, que como Judeu originário de Marrocos, conhece não só a língua antiga dos hebreus, mas tambêm a linguagem familiar judeu-arabico-ladina. Comtudo não foi possível determinar a significação de todas as palavras obscuras das trovas; ou porque já são inteiramente desusadas, ou porque estão tão incorretamente transcritas, que não é fácil reconhecer a sua forma primitiva.

Trovas de Luys Anrriquez a hũa moça com que andaua damoree ante de sse os judeus tornarem cristaãos e hum judeu casado s alfayate a que ela queria biem o fez tornar cristão e casou com ele.

1. Vos que naçestes ma ora
vos que nela viuereys
nom menos acabareys
pois soeis de jamilanora.
Vos quachastes dentro ou fora
hesse mazal que tomastes
de que goay vos contestastes
em fortora
vos dey nome de senhora.

2. Quachastes ho ahaným
que vos assy namorou
rrezar bem o tafalym
ou com que vos çabacou.
Em jurar por minha ley
ou polos dez mandamentos
ou dizer viua el rrey
como sey
em seus estreuançamentos.

3. Em rrezar o baraha
ou de que fostes contente
ou em ser muy deligente
quando vaão a minaha.
Em guardar bem o ssaba
ou cheyraruos ha defina
como fostes tam mofina
Katerina
sobre serdes muito maa.

4. Pareçeouos bem cadoz
ouuindolho alguũ dia
ou por ventura seria
por quebrar co outro auoz.
Ou vos namorou sa voz
em cantando na sinoga
quem vos visse nũa soga
a çeauoga
açoutar daqui tee coz.

5. Muyto bem vos pareçeo
o seu metome nelduy
e tambem dizer yhuy
nada vos auorreçeo.
Ay adonay vos meteo
çabao nam vos tyrou
o que vos muyto agradou
e contentou
a budum vos nam fedeo.

6. Ora ja nam mo negueys
bem sey eu que vos vençeo
com conuites mereçeo
este bem que lhe querey s.
Pipino grandamarelo
e melão muyto maduro
com metade de marmelo
verdescuro
dos que lançam no munturo.

7. Com boa perna de gallo,
com garauanço cozido
e de vos bem açeitallo
fez muyto em seu partido.
Boas unhas de tenrreyra

na fragoa do cunhado
vos fezerom tam maneyra
que companheyra
serdes sua foy forçado.

8. Ora voluamoslha folha
achaloes bem galante
ele tem nariz de rrolha
sobre ter rruym sembrante.
He huũ pouco ajudengado
no falar e no trazer
he tambem çercuũçidado
quer fanado
como folguastes saber.

9. Tem hum jentil forgicar
pelarte de seus parentes
tem la outro embolar
e jogueta de bulrrar
sem lhe cayrem nos dentes.
He crespo rrefouçinhado
que lhe descobre horelha
he hum pouco aquogonbrado
desmazelado
e depoys he huũa ouelha.

10. Pois vos o deemo tomou
a seguirdes tall errada
co conselho que vos dou
ho menos hy auisada.
E poys que jaa soys casada
sabey seguir esta via
que os que vem de ley canssada
par deos nam lhes pesa nada
juralohia
com cousas da judaria.

11. Por carne sempre manday
de loguar pera porguar
e com nome dadonay
lhe fazey çea jantar.
Se for magra do azeyte
lhe lançay na cozedura
seguro que a engeyte
mas que peyte
a metade da custura.

12. Aprendey fazer hanbria
quee vianda de seu gosto
eu vos fico que mao rrosto
lhe faça nem vos faria.
Mas he çerto que daria
do seu muyto por achar
alboudegas ho jantar
e çear
este manjar cada dia.

13. Maraxeuall he manjar
que se faz de boas fauas
tomar sempre tres oytauas
e em na pascoa do asofar
fartalejos não neguar
no tall dia sera tudo
e de çerizas fartar
e calar
todo mundo seja mudo.

14. Nam esqueeça pam çençenho
sabey seguir o que digo
a palaura vos apenho
que seja mays vosso amygo.
Se tomais este castigo
dous duũ tyro matareys

a ele comtentareys
e fareys
que façaes o que nam digo.

15. Quando com vossa camisa
andardes teres auiso
nam façaes daquesto rriso
gradeçey quem vos auisa.
Com ele vos nam jareys
mas passados sete dias
o tauilaa vos fareys,
e dormireys
co parente das judias.

16. Quando vyeer ho comer
que for ho partir do pam
dyr vos ha huũa oraçam
sabelhe rresponder.
Baru ata adonay eloeno
sam as palauras que diz
amoçy leha minariz
lhe rresponderes e peno
poys meu bem foy tam pequeno.

17. Depois do consselho dado
e noua vos quero dar
com que moyrais de pesar
de grande dor e cuydado.
Vosso bem nam tem bezys
que sam companhões em abraico
juroumo nuũs tafelys
huũ laa do pouo judayco [1].

---

[1] *Cancioneiro Geral*, ordenado e emendado por Garcia de Resende, Lisboa, 1516, fol. cv, *v*, 2 — cvi, *r*, 2. Conservou-se a ortografia e pontuação desta edição. No exemplar do Biblioteca Nacional de Lisboa, reservado 111, as três últimas trovas estão riscadas.

Trova 1.ª

v. 4. *jamilanora,* nora de Jamila. Jamila, do árabe *djamila,* bela, formosa, nome próprio muito usado entre as Judias.

v. 6 *mazal,* hebreu מַזָּל, astro, planeta, e por extensão, sorte (boa ou má), e partido, noivo e noiva; é muito usado neste sentido entre os Judeus.

v. 7. de que, goay, vos contentastes (?).

v. 9. vos dey (deu?) nome de senhora (?).

Trova 2.ª

v. 1. *ho ahanim*, ao ahanim. *Ahanim,* é talvez a palavra hebraica עָנִי, pobre, infeliz, coitado, ou a palavra arábica *hanin*, querido, bem amado.

v. 3 *tafalim*, hebreu תְּפִלִּים, arameu תְּפִלִּין, *filacterios,* tiras de pergaminho, em que é escrita a lei mosaica, e que se guarda na sinagoga.

v. 4 *çabacou,* do hebreu סָבַךְ, enredar, ou do árabe *xabak,* prender na rêde. Na linguagem judeu-arábico-ladina há a palavra *çabquear*, do árabe *sabaq*, que significa preceder, ir adeante, dar dinheiro adeantado.

v. 9. *estrevançamento*, castelhano *estrevança,* atrevimento (Barcia, *Dic. gen. etimologico).*

Trova 3.ª

v. 1 *baraha,* hebreu בְּרָכָה, benção *(Seder thefilot*, Amsterdam, 1772, fol. 10 e segs)

v. 4 *minaha*, hebreu מִנְחָה, oração da tarde. *(Seder thefilot*, fol. 103).

v. 5 *ssaba*, hebreu שַׁבָּת, sabado.

v. 6 *defina*, arameu דָּא אֲפִינָא, *isto cozinhamos,* expressão uzada como nome do cozido, que serve para o almoço e jantar dos sabados (Benoliel). Esta comida tem o nome de *dfêna* no dialeto árabe falado em Tlemcen *(Journal Asiatique,* 1912, II, p. 367).

——, hebreu דַּפְנָא, loureiro, folha de loureiro.

Trova 4.ª

v. 1 *cadoz*, hebreu קָדוֹשׁ, santo.

v. 4 *avoz (?)* Benoliel conjectura עָבוֹת, fôlha de palmeira usada

na festa das cabanas: עֲבוֹת, em hebreu significa, corda, cabo, tirante.

v. 6 *sinoga*, ou sinagoga, em português antigo esnoga.

v. 7 *cea voga*. Benoliel conjectura que é a palavra hebraica שְׁבוּעָה, *sebua*, vulgarmente pronunciada *cebohá*, e designa o juramento imposto aos consortes no acto do casamento, e prestado segurando cada um deles um lenço torcido como uma soga ou corda. Cf. *cea jantar*, Trova 11, *v.* 4.

v. 9 *coz*, cintura (?).

Trova 5.ª

v. 2 *metome nelduy*, por *meto-me em nidduy*. Do hebreu נִדּוּי, anatema, excomunhão; aquela expressão é muito usada pelos Judeus, e equivalente a: dou-me ao demo; o diabo me leve.

v. 3 *yhuy*, talvez o hebreu חוֹי, ai de mim.

v. 5 *adonay*, hebreu אֲדֹנָי, *meu senhor*.

v. 6 *çabao*, hebreu צְבָאוֹת, [Deus dos] exércitos.

v. 9. *budum*, português, cheiro a bode.

Trova 6.ª

v. 3 *convites*, português, jantares, brnquetes.

Trova 7.ª

v. 2 *garavanço*, castelhano, guarvanço, grão de bico.

v. 5 *unhas de tenreyra*, português, mãos de vitela.

v. 7 *fragoa do cunhado*. Fragoa, português, forja. Aquela expressão é talvez uma alusão a um irmão da Judia, que seria ferreiro.

Trova 8.ª

v. 5 *ajudengado*, português, que tem modos de Judeu.

v. 6 *trazer*, português, trajar o manto ou a capa.

v. 8 *fanado*, português, circuncidado, talvez castrado.

Trova 9.ª

v. 1 *forgicar*, português, *gi* em vez de *ni*, para disfarçar e atenuar o termo grosseiro; é um eufemismo.

v. 3 *embolar*, português, o mesmo que embelecar, iludir, enganar com artifícios. (*Obras do Poeta Chiado*, ed. Alberto Pimentel, p. 97, n. 2).

v. 4 *jogueta,* português, joguete, ludibrio.

v. 5 *bulrrar*, português, burlar, enganar. Cf. o provérbio aplicado aos mentirosos: Por cada verdade que diz, cai-lhe um dente.

v. 6 *refoucinhado*, português, de focinho, que tem os lábios salientes.

v. 7 *aquogombrado,* português, de cogombro, espécie de pepino grande e torcido.

v. 8 *desmazelado*, português, pouco cuidadoso.

Trova 10.ª

v. 7 *Ley cansada*, Lei de Moises.

Trova 11.ª

v. 2 *porguar,* português, purgar; limpar a carne do cebo, que contem, porque o cebo é considerado impuro, e proibido para alimetação.

v. 4 *çea jantar*, cf. a expressão *çea vóga,* trova 3.ª, v. 8.

v. 9 *custura*, português, custo.

Trova 12.ª

v. 1 *hambria*, talvez do ârabe *hamarya,* carne assada, ou guisado feito ao forno.

v. 7 *albodegas*, português, almondegas.

Trova 13.ª

v. 1 *maraxeuall,* do arameu מְרְשִׁיָא, nome duma espécie de fava (Dalman, *Aramäisch-neuhebräisches Wörterbuch,* Frankfurt, 1901, s. v.).

v. 4 *asofor*, hebreu, שׁוֹפָר, *corneta,* que se toca na festa do ano novo hebraico. Segundo Viterbo *(Elucidario*, ed. 1865, p. 35) *açofar* significa latão, metal amarelo.

v. 5 *fartalejos*, português, talvez o mesmo que fartens, empadas de massa dôce encapadas de codea de farinha de trigo *(Obras do Poeta Chiado*, ed. A. Pimentel, p. 75, n. 3, e p. 80), ou o mesmo que farturas, bolos de massa de farinha com açúcar feitos em azeite.

v. 7 *cerizas,* português, cerejas. Benoliel conjectura que é o mesmo que *arizas,* ou melhor *herizas,* espécie de pastel de farinha de trigo, carne e outros condimentos, que se prepara para os dias de sabado.

Trova 14.ª

v. 1 *çençenho*, castelhano, azimo, sem levadura (Barcia, *Dic. gen. etymologico*, s. v.)

v. 3 *apenho*, português, empenho (a palavra), afirmo, juro.

Trova 15.ª

v. 1 *camisa*, português, eufemismo, por menstruo.

v. 5 *jareis*, português, jazereis, estiverdes deitada.

v. 7 *tauilaa*, hebreu, טְבִילַת, banho de purificação, que a mulher judia toma, sete dias depois de acabar o menstruo.

Trova 16.ª

v. 5 *baru ata adonay eloenu*, בָּרוּךְ אַתָּה אֲדֹנָי אֱלֹהֵינוּ, *Bemdito sejas tu, Senhor, nosso Deus.* (*Seder thefilot*, fol. 146, *v.*, ordem da benção da mesa).

v. 7 *amoçy leha minariz*, הַמּוֹצִיא לֶחֶם מִן הָאָרֶץ, *que tiras o pão da terra* (*Seder thefilot*, fol. 146, *v.*)

v. 8 *peno*, português, tenho pesar.

Trova 17.ª

v. 5 *bezys*, hebreu, בֵּיצִים, testiculos.

v. 6 *companhões*, português, testicnlos.

v. *tafelys*, hebreu, תְּפִלִּים, filacterios. Benoliel conjectura que está *tafelys* por *talith*, טַלִּית, manto de franja do ritual hebraico. Jurar nuñs tefelys é entre os Judeus uma expressão equivalente à dos Cristãos: jurar sobre os Evangelhos.

Discussão filológica

A palavra momo

Em sessão da Academia das Sciências de 22 de maio de 1913 dei notícia da palavra *momo* no sentido de «moeda fóra de uso», palavra que se lê num testamento latino-português do sec. XIII, na tradução manuscrita de um livro de Budé, do sec. XVI, no inventário da guarda-roupa de D. Manoel, bem como num livro de Jerónimo Cardoso, textos êstes tambêm do mesmo século. Os passos que citei são em número de onze. — Como complemento d'esta notícia procurei interpretar etimológicamente a palavra *momo:* filiei-a no latim nŭmmus, pois que a significação é conexa, e pois que a mudança do *n* inicial em *m,* embora seja anormal, se póde explicar por assimilação, como *xêxo* (popular) a par de *seixo, Sanoane* a par de *Sanhoane,* o hespanhol antigo *mermeio* a par do português *vermelho,* o milanês *malmasia* a par de *valmasia* e *malvasia;* assimilação perfeitamente análoga à de *momo,* por nummus, do mesmo modo com existência de *m* inicial em vez de *n,* por influência d'um *m* seguinte, é o ladino *memma,* do latim nimis. Não póde, creio eu, ser mais completo o paralelismo: *momo*-nummus, *memma*-nimis. Para a mudança de nummus em *momo* póde também ter concorrido o rítmo binário: *mo-mo.*

O meu prezado amigo e colega o sr. Gonçalves Viana, que é um dos nossos mais preclaros filólogos, fez-me algumas objecções que julgo ter rebatido. Não voltaria eu pois ao assunto, se não visse na acta da sessão que o sr. Viana continuava a sustententar a opinião que contra o meu

asserto emitiu, — como consta do estracto publicado no *Diário de Notícias* de 23 de Maio de 1913. Já que essa opinião ficou exarada na acta, estimarei que igualmente lá fique a minha defesa.

1) Diz o sr. G. Viana que aceitará a minha etimologia se eu lhe citar outro ou outros vocábulos em que se désse a mudança de *m* em *n*. — Exprimir-se assim, não me parece lógico, porque eu não afirmei que a mudança de *m* em *n* era geral: mencionei apenas um caso anormal, e procurei explicá-lo. Mas visto que o meu distinto colega aceita a minha etimologia com a condição de eu lhe citar mais um ou dois casos de *m* por *n*, aqui lh'os cito: *mastruço* do latim nasturtium, e *monho* do latim nodulus: veja Cornu, *Die portugiesische Sprache,* § 120.

Lembrando êstes dois factos, só pretendo satisfazer à risca a vontade do eminente académico.

2) Quanto a dizer o sr. Gonçalves Viana que a fórma *momo* lhe parece erronea, em vez de *nomo*, responderei que recusar a evidência de **onze testemunhos**, dois em latim bárbaro *(momum)*, e nove em português, dois d'eles impressos, manuscritos outros, um do século XIII, e os restantes de diferentes anos do século XVI, um d'eles da pena de um humanista tão notável como Jorge Cardoso, e estando contidos em textos, quatro dos quais são independentes entre si, é regeitar o único recurso que temos para estudar a língoa antiga, — isto é, é regeitar a validade dos mais autênticos documentos: e confesso que, perante êste desânimo da crítica filológica, me sinto desarmado para replicar; tal objecção, puramente subjectiva, ninguem a póde refutar. Seria o mesmo que dizer que a palavra *Lusiadas* é erronea, visto que a não ouvimos pronunciar a Camões, e só a conhecemos do título e censura das primeiras edições do poema: e com tanto maior motivo se poderia recusar

a exactidão d'esta palavra, quanto é certo que *Lusiadas*, no decorrer dos tempos, tem variantes gráficas: houve quem a substituisse por *Lusiada,* e até por *Elusiadas* e outras!

Campolide, 23-v-913.

J. Leite de Vasconcellos.

Versão etiópica dos Livros de Job e de Estér

Nota lida pelo sócio correspondente Francisco Maria Esteves Pereira

Sob a alta direcção de Monsenhor Graffin, Presidente da Sociedade anti-esclavagista de França, começou em 1900 a publicar-se em Paris uma importante colecção de monumentos literários com o título de *Patrologia Oriental,* a qual há de contribuir muito para o progresso dos estudos relativos aos dogmas e à história do cristianismo, e para a vulgarisação do conhecimento das línguas faladas pelos povos, que adoptaram a mesma religião.

A *Patrologia Oriental* é destinada a completar a *Patrologia grega* e *latina* publicada sob a direcção de Migne; os editores propuzeram-se fazer imprimir as traducções e comentários dos livros da Bíblia, tanto canónicos como apócrifos, as sinaxárias e martirológios, e as obras históricas relativas aos povos cristãos, e escritas em siriaco, árabe, ethiópico, copto e arménio. Estas obras são acompanhadas de tradução em latim, francês, italiano, inglês ou alemão. Os volumes são do mesmo formato (8.º grande), e tem a mesma disposição dos da Patrologia de Migne; são impressos pelos impressores e editores Firmin-Didot et C.ie *A Patrologia Oriental* conta entre os seus colaboradores um grande número de eruditos da França, Inglaterra, Alemanha, Itália, Espanha, Bélgica, Russia e Siria.

Os dois fascículos, que tenho a honra de apresentar à 2.ª Classe da Academia das Sciências de Lisboa, fazem parte da *Patrologia Oriental*; e contem um a versão etió-

pica do Livro de Job, e outro, a do Livro de Estér, acompanhadas da tradução francesa. Para poder apreciar-se a importância dos textos publicados, peço licença para entrar em alguns desenvolvimentos.

A cristandade de Etiopia, como todas as outras comunidades cristãs, tem a versão na sua língua literária, *ge'ez,* do Velho e Novo Testamento. Esta versão, feita nos séculos IV a VI de J. C., é a tradução do texto da versão grega da Bíblia. Diversas circunstâncias, porém, contribuem para que a versão etiópica da Bíblia, tenha excepcional importância. Em primeiro lugar a mesma versão etiópica é o monumento escrito mais antigo da lingua *ge'ez,* excepto as inscrições lapidares, e serviu de norma aos escritores posteriores; é por isso fundamental para o estudo da mesma língua, e serviu de base para o estabelecimento das regras gramaticais, e para determinar a significação dos vocábulos. Em segundo lugar a versão etiópica da Bíblia é uma tradução muito literal do texto da versão grega, e de tal maneira que é quasi sempre possível por meio dela reconhecer as palavras do texto grego que o tradutor tinha deante de si; e por isso a mesma versão equivale de certo modo a um manuscrito grego, escrito pelos anos do IV século ao VI: e é um precioso auxiliar para a reconstituição do texto primitivo da mesma versão grega.

É bem sabido de todos, que o texto hebreu do Velho Testamento, que chegou até ao nosso tempo, é uma recensão devida aos sábios denominados Massoretas, que no século VI de J. C., quando a língua hebraica já não era falada desde o regresso dos Judeus do cativeiro de Babilónia a Jerusalem, procuraram fixar por meio de sinais adicionais, a tradição não só da leitura das palavras, como também a sua significação, sem contudo alterar o texto recebido. Esta recensão é pois a interpretação do texto sagrado, feita por sábios que viveram cêrca de onze séculos depois que a lingua hebraica cessou de ser falada.

Por esta razão são de grande valor as versões do texto hebreu, anteriores à recensão dos Massoretas. Entre estas versões a principal e a mais antiga é a versão grega, denominada dos LXX; esta versão é devida aos Judeus estabelecidos no Egipto, e foi feita pelo meiado do século II antes da nossa era. A mesma versão era tida em tanta veneração como o texto hebreu pelos Judeus, que falavam grego tanto no Egipto como na Siria; foi conhecida e citada pelos Evangelistas e por S. Paulo, e foi adoptada pela igreja cristã nascente.

Mas a versão grega dos LXX não chegou até nós como saiu das mãos dos tradutores, mas por meio de diversas recensões, das quais as principais são: a recensão vulgar, e as recensões de Origenes, de Hesichio, e de Luciano.

A recensão vulgar é representada pelo texto dos manuscritos em caracteres unciais: *Codex Vaticanus,* do século IV; *Codex Simaiticus,* do século IV; *Codex Alexandrinus*, do século V; *Codex Basiliano-Vaticanus,* do século VIII; e grande número de manuscritos cursivos. O texto do *Codex Vaticanus* representa a forma vulgar do texto grego em uso na igreja cristã no século III; e foi impresso nas principais edições do texto grego da versão dos LXX.

A recensão de Origenes foi preparada pelos anos de 240 de J. C., e incluida nas Hexaplas; era muito em uso na Palestina; foi conservada em diversos manuscritos cursivos.

A recensão de Hesichio foi preparada na segunda metade do século IV, e era em grande estima no Egito; foi conservada em diversos manuscritos cursivos.

Emfim a versão de Luciano foi preparada antes do ano de 311 de J. C., e era usada entre os cristãos, que viviam nas regiões situadas entre Constantinopla e Antiochia; foi conservada em parte nos manuscritos unciais *Codex*

Venetus e *Codex Zuqniensis rescriptus*, do VIII século, e em diversos manuscritos cursivos.

Em razão destas condições todos os esforços dos críticos modernos, desde Paul de Lagarde, são dirigidos no sentido de reconstituir o texto primitivo da versão grega dos LXX por meio das suas recensões e das versões que dela derivam, entre as quais a mais notável é a versão etiópica.

Do que precede resulta que a primeira questão a resolver, em relação à versão etiópica de cada um dos livros do Velho Testamento, é determinar de qual das quatro recensões fez uso o tradutor abexim; mas esta questão é muito mais complicada do que se poderia esperar, porque a versão etiópica da Biblia foi revista nos séculos XIII a XVI por diversos letrados, dos quais uns a compararam com o texto hebreu massorético, ou com alguma versão derivada dela directamente; outros com o texto da versão grega dos LXX, mas de recensão diferente daquela de que se serviu o tradutor; e outros emfim com a versão arábica em uso na igreja de Alexandria; e todos os revisores modificaram o texto etiópico primitivo procurando conforma-lo com aquela de que se serviram.

A versão etiópica dos livros de Job e de Ester, que se publicou, foi feita sobre a recensão vulgar da versão grega dos LXX; mas parece que sofreu diversas revisões, em que procuraram conforma-la com o texto hebreu massorético e com o texto da versão de Origenes.

Os textos publicados eram ainda inéditos, e foram estabelecidos segundo manuscritos provenientes de Etiópia:

Para o Livro de Job empregaram-se os seguintes manuscritos:

Da Biblioteca Nacional de Paris: *eth. 11*, século XV;

Da Colecção de A. d'Abbadie: (Bibl. Nat.): *cod. 55*, do século XVI;

Da Biblioteca Bodleiana de Oxford: *eth. V*, do século XVI.

Para o Livro de Estér empregaram-se os seguintes manuscritos:

Da colecção de A. d'Abbadie: *cod. 55,* do século XV.

Da colecção de A. d'Abbadie: *cod. 35,* do século XVII.

Do Museu Britanico: *Add. 24.991*, do século XVII;

Do Museu Britanico: *Orient. 489,* do século VIII.

O tesouro de D. Afonso III no mosteiro de Santa Cruz de Coímbra

Com o reinado de D. Afonso III aumentam os subsidios para a história do reino, que entra debaixo do govêrno daquele soberano numa importante fase de desinvolvimento. A cultura intelectual até então bastante descurada começa a mover-se dentro de certos moldes, o que permitirá no reinado seguinte o aparecimento de uma universidade. Nos ultimos anos do reinado do antigo conde de Bolonha introduz-se o uso de particularidades da ortografia provençal, que no reinado de D. Denís serão de uso geral. Os limites de Portugal com a aquisição do Algarve atingiu quási as modernas fronteiras.

Esta grande obra não se fez sem pesados sacrifícios, porque o progresso não se implanta sem despesas, nem sem aumentos de contribuìções ou lançamentos de novos tributos e opressões injustas, que fazem desejar o regresso ao estado natural idealizado. Herculano reconheceu o facto mas denominado como era pela moral desinteressada atribuiu-lhe outras origens. Assim diz ele: «As corôas compradas por crimes são de mais de um modo caras, e posto fuljam como as outras, muitas vezes estofam-nas por dentro os espinhos. Ninguem poderia hoje dizer o preço das traições e villanias que arrojaram para o desterro o desgraçado Sancho; mas, por certo que não foi insignificante [1]».

---

[1] *Hist. de Portugal*, IV, pág. 110.

Em termos muito mais crueis se refere o mesmo historiador à distribuição dos logares públicos feita pela revolução de 1834, narrativa que vem na introdução dos *Opusculos*. Herculano teria razão em deprimir os homens novos que desconheciam os ditames da moral sem egoismo, se fôsse possivel achar algum que se movesse fora de interesses, mas não sendo fácil achar tal maravilha, a História tem de se limitar a registar sem paixão os procedimentos deles.

D. Afonso III, como sucede a todos os revolucionarios chegados ao poder, desmentiu com os actos as promessas feitas na oposição, entre as quais se contava a de não alterar o valor da moeda, o que lhe trouxe grandes dissabores.

Todavia a sua política financeira permitiu-lhe juntar grandes recursos, se bem que as perturbações em que se envolveu não lhe consentiram conservá-los por muito tempo, nem legá-los ao sucessor, como fez D. Pedro I.

Os reis antes de fazerem conservar os tesouros nos castelos, preferiram entregá-los à guarda de estabelecimentos religiosas, tanto por estes serem mais ou menos neutrais nas questões internas, como por serem edifícios acastelados e portanto de fácil defensão em face dum ataque súbito dalgum vassalo de menos confiança. Já nos testamentos dalguns dos antecessores de D. Afonso III se encontram notícias de tesouros confiados à guarda de religiosos.

Hoje os Estados desprovidos de recursos metálicos recorrem aos bancos para alcançar o numerário suficiente para as despesas súbitas, recurso que antigamente não havia; e por isso os monarcas acumulavam em tempos prósperos os tesouros em lugares seguros, como aínda faz o govêrno alemão, que tem depositado na fortaleza de Spandau o dinheiro suficiente para cobrir as despesas dos primeiros dias duma guerra eventual.

D. Afonso III depositou pois no mosteiro de Santa Cruz

de Coímbra os seus dinheiros que ali estavam encerrados em arcas fechadas com tres fechaduras, como nos dão prova cêrca de trinta documentos registados num pequeno caderno de pergaminho, que pertenceu àquele mosteiro e para o qual chamou primeiro a atenção Almeida Santos que no vol. III do *Archeologo Português*, pág. 210 publica um documento respeitante ao fabrico da moeda. Êsses documentos copiei-os e vão adiante transcritos sendo notaveis para o conhecimento do movimento do tesouro de julho de 1261 a julho de 1265. A saída e a entrega do dinheiro resultante da fundição da moeda e recolhimento dos tributos eram feitas mediante contas abertas do rei, para o que era preciso acharem-se presentes os depositários das tres chaves do cofre, que eram o prior de Santa Cruz, o almoxarife de Coimbra e o próprio rei que a entregava conforme as circunstâncias a um clerigo, ao reposteiro mór, ao copeiro, etc.

As moedas depositadas eram dinheiros de Leão, *pipiones* de Castela, dinheiros de Portugal da moeda velha, maravedis, dinheiros burgaleses, dinheiros salamantinos, etc.

Os documentos são portanto valiosos para o estudo da Fazenda Real, que era o que se chama agora Fazenda Nacional, porque na Idade-Média não havia separação dos dois erários. A ideia de Estado é muito recente e só se generalizou no século passado; porquanto noutras eras a unidade da pátria estava ligada à fidelidade da família reinante e aínda mais antigamente apenas ao soberano considerado só por si. Hoje o laço que tende a prender os indivíduos dum estado é o económico, vínculo que assim sucede ao laço de sangue ou parentesco, ao religioso, ao dinástico e finalmente ao sentimento romântico, como é o lingüístico, o menos justificavel de todos.

Os 29 documentos que se seguem não foram estudados com minúcia, mas, publicando-se já, poderão ser úteis aos estudiosos, que vem cada vez mais reduzida a possibilidade

de conhecer documentos inéditos pelo prelo, em virtude do pequeno número de publicações que possuímos e essas mesmas sujeitas a vida precária.

Pedro de Azevedo.

DOCUMENTOS

Secuntur solitationes pecunie superius iam recepte. et primo petro iohannis repositario x.° kalendis Augusti

I

Era M.ª CC.ª lxxxx.ª ix.ª Petrus Johannis Repositarius maior dominj Alfonsi regis Portugalie leuauit de thesauro Monasterij sancte crucis uigintj mille libras denariorum ueterum Portugalensis monete per Cartam predicti Regis Que talis est:

Alfonsus dej gratia Rex Portugalie vobis Priorj Monasterij sancte crucis. et Petro Johannis meo repositario maiorj et Dominico Johannis meo Almoxariffo. et Stephano Petri meo tabelionj et scribano Colinbriensi salutem. Sciatis quod ego habeo necesse vigintj mille libras Denariorum de mea moneta ueteri de illis que sedent in tesauro sante Crucis et Ego mitto uobis per petrum iohannis repositarium Claues de ipso thesauro quas duxit michi Martinus iohannis meus portarius maior. et ipse Petrus iohannis leuat claues suas quas ipse tenet de ipso tesauro. Vnde mando uobis quod uos accipiatis claues de ipso thesauro et uadatis omnes insimul ad ipsum thesaurum. et filietis inde uiginti mille libras de mea moneta ueteri. et mittatis eas michi per petrum iohannis meum repositarium. et uos petre iohannis repositarie mej. ducatis eas michi et faciatis

eas scribere in libro mej scribanj Colimbriensis. et uos prior similiter faciatis eas scribere in uestro libro per uestrum scribanum. Vnde aliter non faciatis. et teneatis inde istam Cartam in testimonium. Dante Vlixbone. xvij. die Julij. Rege mandante per Cancellarium. Dominicus petri fecit. Era. M.ª CC.ª lxxxxª ix.ª

II

Era M.ª CCC.ª v.º Kalendis Martij. Johannes Munionis Clericus Domini Regis tulit De tesauro. Monasterij sancte Crucis ducentas et quindecin libras legionenses per Cartam predicti regis Cujus tenor talis est:

Alfonsus dej gratia rex Portugalie. Religioso uiro domino Johannj petri Priorj Monasterij sancte crucis et petro Johannis meo repositario Maiorj. et Dominjco Johannis. Almoxariffo et Sthephano petri meo scribano et Tabellioni Colinbriensi salutem et graciam. Mando uobis quod uisa carta ista. Detis Johannj munit meo Clerico custodj denariorum meorum. Ducentas et quindecim libras Legionenses de illis denarijs quos recepistis de martino Johannis meo portario maiorj. et de petro martinj Aurifice et monetario Colimbriense de canbio méé monete quod per meum mandatum tenetis in custodia in thesauro Monasterij sancte crucis Colinbrie. et teneatis inde istam meam Cartam apertam in testimonium. Dante Colinbrie v.º kalendis Marcij. Rege mandante per donnum Egidium martini et per cancellarium. Dominicus martinj scripsit. Era mª. cccª.

III

Sub eadem era. feria. vj.ª kalendis Septenbris. Nouerint uniuersi quod nos Johannes petri prior et conuentus Monasterij sancte crucis et Dominicus iohannis Almoxarifus

et Stephanus petri Tabellio Colinbriensis recepimus cartam apertam domini Regis Portugalie sub hac forma:

Alfonsus dei gratia Rex Portugalie vobis priori et Conuentui Monasterij sancte crucis et Dominico iohannis Almoxarifo et Stephano petri meo Tabellioni Colinbriensi salutem et gratiam. Sciatis quod ego habeo necesse denarios de meo thesauro sancte crucis. vnde mando uobis quod uisa carta ista mittatis michi per petrum fernandi meum coparium latorem presentis tres Mille libras de denarijs legionensibus et per legionenses et per [pi]piones de castella et per salamantinos cumpleatis tres Mille libras legionenses. et mittatis eas michi per petrum fernandi meum coparium. Unde aliud non faciatis. Et Petrus fernandi leuat claues quas duxit Dominicus iohannis clericus meus. et mittatis michi ipsos denarios de illis denarijs quos posuerunt in ipso Thesauro sancte crucis mei sacatores de mea moneta. Et teneatis inde istam cartam in testimonio. Dante Vimaranis. xx^{o}. j^{o}. die Augusti. Rege mandante per Cancellarium. Dominicus petri fecit. Era. M^{a}. CCC^{a}.

Et per istam cartam nos omnes supradicti fuimus insimul ad predictum thesaurum Monasterij sancte crucis et dedimus inde predicto petro fernandi copario. Mille et centum quinquaginta libras legionenses et dedimus ei similiter de denarijs pipionibus de castella et de salamantinis tres mille et septingentas libras. et ita faciunt per legionenses et per pipiones de castella et per salamantinos tres mille libras Legionenses quas ipse recepit.

IV

Era. M^{a}. CCC^{a}. feria. vj^{a}. x^{o}. kalendis Octobris. Nouerint vniuersis Quod nos Johannes petri Prior et Conuentus Monasterij sancte Crucis. Dominicus iohannis Almoysarifus. Stephanus petri Tabellio Colinbrie recepi-

mus cartam appertam dominj Regis Portugalie sub hac forma:

Alfonsus dej gratia Rex Portugalie vobis Priorj et Conuentuj monasterij sancte Crucis Colinbrie. et Dominico Iohannis meo Almoysarifo. et Petro iohannis meo repostario. et Stephano petri meo Tabellionj Colinbrie salutem. Mando uobis quod mittatis michi ad Vimaranis decem mille libras Portugalie de meo Thesauro sancte Crucis de illis denarijs quos ibi posuerunt de mea Moneta Martinus iohannis meus portarius maior. et Petrus martinj mei monetarij per ante Stephanum iohannis meum Cancellarium. et mitto uobis per Petrum fernandj meum Coparium Claues quas ego tenebam et Claues quas tenebat Petrus iohannis meus repositarius quia non potuj Petrum iohannis excusare de meo seruitio. Et uos Almoysarifus recipiatis illas decem mille libras de ipso meo Thesauro et mittatis eas michi ad Vimaranis per Petrum francum filium uestrum uel per alium hominem certum. Vnde aliud non faciatis. Et per ipsum qui duxerit denarios mittatis michi claues istas quas uobis mitto. Dante apud Chauyas. xvj°. die Septenbris. Rege mandante per donum Johannem de Auoyno. et per Petrum iohannis repositariam. Erueus fecit. Era. Mª.CCCª.

Et per istam Cartam nos omnes supradicti fuimus insimul ad predictum Thesaurum Monasterij sancte Crucis et dedimus inde predicto Dominico iohannis Almoysarifo Colinbrie decem Mille libras Portugalie quas ipse recepit de illis denarijs quos ibi Martinus iohannis maior portarius dominj Regis et Petrus martinj posuerunt de moneta et quos predictus Dominicus iohannis Almoysarifus misit ad Vimaranis per Petrum francum filium suum.

V

Sub eadem eram. v°. kalendis Januarij. Nouerint uniuersi quod nos Johannes petri prior et conuentus Monas-

terij sancte crucis et Petrus iohannis repositarius maior domini Regis Portugalie. et Dominicus iohannis almoxarifus. et Stephanus petri tabellio et scribanus Colinbríe recepimus cartam apertam domini Regis in hunc modum:

Alfonsus dei gracia Rex portugalie vobis priori et conuentui Monasterij sancte crucis et Dominico iohannis meo Almoxarifo. et petro iohannis meo repositario et Stephano iohannis meo tabellioni et Scribano Colinbrie salutem. Mando uobis quod uisa carta ista detis iohanni moniz meo clerico et custodi denariorum meorum tres Mille et quingentas libras de denarijs de mea moneta ueteri quas Martinus iohannis meus maior portarius et petrus martini mei monetarii posuerunt in meo thesauro sancte crucis per ante Stephanum iohannis meum Cancellarium. unde aliter non faciatis. Et teneatis inde istam meam cartam apertam. Dante Colinbrie. iij°. kalendis Januarij. Rege mandante per cancellarium. Erueus fecit. Era. Mª.CCCª.

Et per istam Cartam nos omnes supradicti fuimus ad predictum Thesaurum et dedimus inde predicto Johanni moniz supradictas tres mille et quingentas libras denariorum ueterum Monete portugalie quas ipse recepit.

VI

Sub era. Mª. CCCª. jª. quarto die Januarij. Nouerint uniuersi quod nos Johannes petri prior et conuentus Monasterij sancte crucis. et Petrus iohannis repositarius maior domini Regis portugalie. et Dominicus iohannis almoxarifus. et Stephanus petri tabellio et scribanus Colinbrie recepimus cartam apertam domini Regis in hunc modum:

Alfonsus dei gracia Rex Portugalie vobis priori et conuentui sancte crucis et petro iohannis meo repositario. et Dominico iohannis meo almoxarifo. et Stephano petri meo Tabellioni et scribano Colinbrie salutem. Mando uobis quod uisa carta ista. detis Johanni Moniz meo clerico et

custodi denariorum meorum septem Mille libras de denarijs de mea moneta ueteri quos Martinus iohannis meus maior portarius et Petrus martini mei Monetarij in meo thesauro sancte Crucis perante Stephanum Iohannis meum Cancellarium posuerunt. Vnde aliter non faciatis. Et teneatis inde istam meam cartam apertam. Dante Colinbrie .iiij^{o}. die Januarij. Rege mandante per Cancellarium. Andreas symeonis fecit. Era M^{a}. CCC^{a}. i^{a}.

Et per istam cartam nos omnes supradicti fuimus ad predictum Thesaurum. et dedimus inde predicto Johanni moniz supradictas septem mille libras denariorum ueterum monete portugalie quas ipse recepit.

VII

Sub eadem Era. M^{a}. CCC^{a}. j^{a}. xx^{a}. ij^{a} Januarij. Nouerint uniuersi quod nos Johannes petri prior et Conuentus Monasterij sancte crucis et Petrus iohannis repositarius maior domini Regis Portugalie et Dominicus iohannis almoxarifus. et Stephanus petri tabellio et scribanus Colinbrie recepimus cartam apertam domini Regis in hunc modum:

Alfonsus dei gracia Rex portugalie vobis priori et Conuentui sancte crucis. et Petro iohannis meo repositario maiori. et Dominico iohannis meo almoxarifo. et Stephano petri Tabellioni et Scribano Colinbrie salutem. Mando uobis quod detis Johanni moniz meo clerico et custodi denariorum meorum quingentos et quadraginta morabitinos et dimidium de denarijs pipionibus de castella de decem et sex solidis pro Morabitino. qui montant ducentas et xvj libras et quatuor solidos legionenses. Item detis ei de denariis legionensibus. centum triginta quatuor Morabitinos et medium de octo solidis pro Morabitino. qui fiunt quinquaginta et tres libras et decem et sex solidos legionenses. Item detis ei de denariis legionensibus sexaginta nouem libras et

mediam. Item date ei de denariis nouis monete Portugalie centum et octaginta et septem libras et decem solidos. Et detis ei ipsos denarios de illis denariis quos mei sacatores de mea moneta posuerunt in meo thesauro sancte crucis perante uos. Et teneatis inde istam cartam in testimonio. Dante Colinbrie xx^{a}. ij^{a} die Januarij. Rege mandante per cancellarium. Dominicus petri fecit. Era. M^{a}. CCC^{a}. j^{a}.

Et per istam carta nos omnes supradicti fuimus ad predictum Thesaurum. et dedimus inde petro martini clerico supradicti Johannis moniz supradictos denarios. quos ipse recepit in loco predicti Johannis moniz.

VIII

Sub Era M^{a}. CCC^{a}. prima.

Nouerint vniuersi quod nos Johannes petri Prior et Conuentus Monasterii sancte [crucis] Colinbriensis et Petrus iohannis repositarius maior dominj Regis Portugalie et Dominicus iohannis Almoxarifus. et Stephanus petri tabellio et scribanus Colinbriensis recepimus cartam apertam domini Regis in hunc modum:

Alfonsus dej gracia Rex Portugalie Religiosis uiris Priori et Conuentuj Monasterij sancte Crucis et Dominico iohannis Almoxarifo et Stephano petri meo Tabellionj Colinbriensi et Petro iohannis meo repositario maiorj salutem et graciam. Mando uobis quod mittatis michi per Petrum iohannís meum repositarium maiorem uigíntj mille libras de pecunia mea quam tenetis in Tesauro sancte crucis. et tam in portugalense quam in legionense quam de alia pecunia quacumque tenueritis in ipso Tesauro mittatis inde michi ualorem de uigintj mille libras Portugalie. et uos petre iohannis faciatis plazum diuisum per alfabetum per manum mej Tabellionis Colinbriensis de quanta pecunia michi duxeritis. et de qualibet pecunia per se et uos ducatis inde unum plazum et aliud dimittatis in sancta Cruce. Vnde aliter non

faciatis. Dante Vlixbone. vj.º kalendis Junij. Rege mandante per Cancellarium. Dominicus petri fecit. Era. M.ª CCC.ª prima.

Et per istam cartam nos omnes supradicti fuimus ad predictum Tesaurum et dedimus inde predicto Petro iohannis repositario undecim mille et sexcentas et sexaginta et sex libras denariorum nouorum monete portugalie qui faciunt quindecim mille et quingentas quinquaginta duas libras denariorum ueterum monete portugalie. Item dedimus predicto Petro iohannis quatuor mille quatuorcentas quadraginta et octo libras denariorum ueterum monete portugalie quos denarios recepit Petrus iohannis repositarius et leuauit eos domino Regi ad Vlixbonam.

IX

Era Mª. CCª. lxxxx ix.

Incipit liber de pecunia data per cartas aperta[s] domini Alfonsi Regis portugalie que sedet in thesauro Monasterij sancte Crucis.

Notum sit omnibus tam presentibus quam futuris quod Ego ffrater Martinus de Alcobacia esmolnarius dominj. Alfonsi Regis Portugalie et Algarbij confiteor et recognosco me recepisse a domino Petro sugerij Priore Monasterij sancte Crucis Colinbriensis et Conuentu ejusdem et Dominico iohannis quondam Almoxarifo domini Regis in Colinbria. Petro iohannis repositario domini Regis per suam litteram apertam concedente et mandante per me .v. capellos de ferro. pro ad funditionem et unum capacho. et duos cocres ferreos. et duos branquidoyros de cupro. et duos sartagines. et tres trolos. et duodecim reeleyras de ferro et unum pesum magnum de ferro cum tabulis de madeyro. et unas balanzas de cupro. et tres molles de ferro. et tres palas de ferro. et unum cutellum magareyrum et unum cambum

de ferro de cocre. et duos martelos. et unum ebotadoyro. et unum sachum et unum pondus de ferro. Item nungentos triginta parelios pro ad monetandum denarios. et xxij siceys. et trecentos nonaginta quinque arrataes de cupro. et centum et quatuor arrataes de plumbo. et nungentos et septuaginta et octo arrataes de azo coronato. Item .ij. saccos de denarijs branquidos. de quingentis libris. Item decem et octo libras et septem solidos de denarijs branquidos et nigris. et triginta et septem morabitinos et quartum quadratos in auro. et unam mediam marcham de auro. et decem morabitinos nouos in auro. et unum morabitinum alcozouil in auro et ij. morabitinos alfonsiles in auro. et unum morabitinum meloqui in auro et tres morabitinos ueteres in auro. Item duodecim libras et xv solidos de denarijs Turonensibus. Item .vj. solidos et ix. denarios et medium de Pectauine. Item de lauadura et de arento .iij. saccos de trecentis et uigintis arrathaes et supradicta omnia et singula recepj de Thesauro predictj Monasterii sancte Crucis per cartam dominj Afonsi Regis portugalie et Algarbij quam cartam inde predictus Prior tenet in testimonium prese[nte] predicto Domino Priore et Dominico iohannis quondam Almoxarifo Colinbrie cum clauibus quas tenebãt de ipsis archis in quibus sedebant omnia supradicta et presente me prefato ffratre Martino elemosinario dominj Regis Portugalie cum clauibus dictarum archarum quas michi Petrus ioannis repositarius dominj Regis dedit. Quod ut hoc preterea in dubium uenire non possit. fecimus inde fieri duas cartas diuisas per Alphabetum per manum Egidii uincentij publicj Thabellionis Colinbrie quarum Ego predictus ffrater Martinus elemosinarius domini regis unam teneo et dictj Prior et Conuentus sancte Crucis cum Dominico iohannis predicto tenent alteram. Actum fuit hoc in predicto Monasterio Sabbato .xv. die Marcij Era. M[a]. CCC[a]. viij[a]. Et Ego predictus Egidius uincentij publicus tabellio Colinbrie predictis omnibus et singulis interfui et

manu propria scripsi et signum meum apposui in testimonium hujus rei Qui presentes fuerunt:

Johannes gunsaluj Almoxarifus Colinbrie — Dominicus menendi Thabellio et scriba dominj Regis — Petrus saluatoris de prope runam — ffernandus parente — Dominicus bartholomej — Michael de messe — Petrus gunsalui pentenarius ciues colinbrie — Petrus petri de lo deu — Pelagius egéé — Johannes de alfanxj homines dominj Regis — Prior Claustralis Donus Benedictus — Petrus petri sacrista — Petrus iohannis Wimarenensis — Laurencius petri — Dominicus gunsaluj Cancellarius predictj dominj prioris predictis omnibus interfuit et scripsit.

X

Recepta Martini iohannis maioris portarij et Martini petri aurifices de moneta.

Nouerint vniversi hoc presens instrumentum publicum inspecturi quod nos Johannes petri prior Monasterij sancte crucis colinbriensis Dominicus iohannis Almoxarifus domini Alfonsi Regis Portugalie in Colinbria et Petrus Johannis repositarius maior eiusdem Regis recepimus in presencia domini Stephani iohannis Cancellarij ipsius domini Regis et Stephani petri publici tabellionis Colinbriensis et domini benedicti prioris claustralis et Dominici gunsalui canonici et Vincentij pelagij sacriste sancte crucis nomine et mandato speciali domini Regis predicti a Martino iohannis maiore portario eiusdem domini Regis et Petro martini aurifice et Monetario Centum et septuaginta et unum sacos de denarijs portugalensibus monete ueteris in quolibet saco de predictis ducentis quinquaginta libris eiusdem monete contentis. Item in alia parte triginta et octo sacos de denarijs monete noue qua idem Rex de nouuo mandaui fieri et duos sacos de denarijs nouue non monetatis quorum quilibet sacus continet ducentas quinquaginta libras ipsius monete noue,

Item in alia parte septuaginta et septem libras et dimidiam de denarijs burgelensibus. Item in alia parte ducentas et quindecim libras legionensis monete. Item in alia parte octingentas et nonaginta et unam libras de denarijs pipionibus de castella. In alia parte triginta et quinque libras et dimidiam denariorum salamantinorum. Item in alia parte duodecim libras et quindecim solidos turonensis monete. Item in alia parte sex solidos et nouem denarios et medaculam monete pectauinensis. Item in alia triginta et septem Morabitinos et quartam quadratas de auro. Item in alia parte unam mediam marcam de auro. Item in alia parte decem morabitinos portugalíe nouos de auro et unum morabitinum alcazouil et duos morabitinos alfonsiles et unum morabitinum Molequin de auro. Item tres morabitinos ueteres portugalenses de Auro. Item in alia parte trecentas et nonaginta quinque arrataes de Cupro. Item in alia parte Centum et quatuor arrataes de plumbo. Item in alia parte nonagentas et septuaginta et octo arrataes de azo coronato. Item in alia parte nongentos et triginta parelios pro ad monetandum denarios. Et predictam pecuniam denariorum portugalensis monete ueteres et noue recepimus in hunc modum videlicet conputabantur prius quinquaginta libras manualiter de ipsis denarijs noue monete et ueteris et per illas quinquaginta ponderati fuerunt omnes alij denarij noui et ueteres predictarum monetarum Portugalie. Predicti uero denarij aliarum monetarum quos recepimus fuerunt omnes manualiter numerati et postea per stateram ponderati. Cuprum uero plumbum et azum predictum fuerunt per stateram ponderata et omnia supradicta sicut ea recepimus posuimus de mandato domini Regis predicti in Thesauro Monasterij sancte crucis in quatuor archis clausis cum serraturis et cathenatis quarum serraturum ego predictus Johannes petri prior eiusdem Monasterij de qualibet arca teneo unam clauem et ego Dominicus iohannis predictus almoxarifus teneo aliam clauem de qualibet arca et ego

petrus iohannis maior repositarius teneo aliam clauem de qualibet arca. Et nos tres predicti misimus singulas claues de qualibet arca de predictis domino Regi predicto per Martinum iohannis eius portarium maiorem. Et ordinatum fuit per predictum Cancellarium quod nunquam predicte arche aperirentur nisi per cartam domini Regis apertam cum suo sigillo pendente et quod nos tres predicti qui tenemus claues de ipsis archis uel aliqui siue aliquin in loco nostrum uel alicus nostri simul conuenerimus uel convenerint cum nuncio domini Regis ad aperiendum ipsas arcas certo portante claues de predictis archis quas sibi mandauimus per Martinum iohannis eius portarium memoratum et si aliquis fuerit accipiendum uel extrahendum de predictis archis debet esse presens predictus Stephanus Petri publicus Tabellio ciuitatis Colinbriensis uel alius qui pro tenpore fuerit loco eius. Et quicunque fuerit scribanus de Almoxarifatu domini Regis in Colinbria. et scribanus meus predicti prioris quod ego ad hoc deputauero Et ad huius rei testimonium et euidenciam pleniorem, fecimus inde fieri per predictum Stephanum petri tabellionem quatuor instrumenta eiusdem tenoris de uerbo ad uerbum et ipsa instrumenta fecimus sigillari ad maiorem cantelam sigillo concilij Colinbriensis quorum instrumentorum unum remansit apud me Johannem petri priorem predictum et aliud apud me Dominicum iohannis almoxarifum memoratum: et tercium apud me petrum iohannis repositarium supradictum quartum uero misimus domino Regi per cancellarium memoratum. Et ego predictus Stephanus petri publicus Tabellio domini Regis in Ciuitate Colinbriensi adhibitus et rogatus a priore et almoxarifo et petro iohannis repositario supradictis predictis omnibus interfui, et uidi omnia fieri sicut superius sunt expressa, et ad instanciam predictorum, confeci inde propria manu quatuor instrumenta eiusdem tenoris et hoc signum meum aposui in eisdem. Et nos pretor Godinus godini et Dominicus petri et Thomas

martini aluaziles Colinbrienses ad instanciam domini Johannis petri prioris. et Dominici iohannis almoxarifi et petri iohannis repositarij predictorum qui coram nobis recognouerunt uere esse omnia supradicta. predicta quatuor instrumenta sigillo concilij de consenssu eiusdem fecimus sigillari. Actum fuit hoc in Monasterio sancte crucis feria tercia xvij. die. madij. Era M.ª CC.ª lxxxx.ª viiij.ª Et alia conputatione. Anno ab incarnatione domini. M.º CC.º lx. j.º Qui presentes fuerunt:

Rodericus iohannis Magister scolarum Tudensis et canonicus sancte crucis. — Petrus egéé canonicus Colinbriensis. — Dominicus stephanj Ciues Colinbriensis. — Magister Laurencius aurifex. — Johannes gunsalui mercator colinbriensis. — Godinus petri. — et Martinus laurencij canonici sancte crucis. Testes.

XI

Recepta Geraldi iohannis et Martini morouzuu de Archiepiscopatu.

Nouerint uniuersi quod nos Johannes petri prior et Conuentus Monasterij sancte crucis et Dominicus iohannis Almoxarifus Colinbriensis recepimus Cartam domini Regis portugalie apertam sub hac forma:

Alfonsus dei gratia Rex portugalie vobis dono Johann priori et Conuentui sancte crucis et Dominico iohannis Almoxarifo Colinbriensi salutem. Mando uobis quod uocetis petrum martini aurificem et Johannem petri ciuem Colinbriensem et Martinum Matheum Magistrum de mea moneta. et perante eos et perante Stephanum petri meum tabellionem Colinbriensem recipiatis de Geraldo iohannis et de Martino morouzóó sacatoribus de mea moneta in Archiepiscopatu bracarensi illam pecuniam quas sacauerunt de mea moneta. quam pecuniam conputetis et ponderatis bene perante supradictos si omnes in uilla fuerint. et

si non fuerint omnes supradicti in Colinbria. uocate illos qui ibi fuerint. et perante eos deponatis ipsam pecuniam in bonis archis in Thesauro sancte crucis. et faciatis eam bene custodire in ipso Thesauro. Et de quanta pecunia ibi posueritis et ab eis receperitis faciatis inde cum eis plaza per alphabetum diuisa quorum uos unum teneatis et ipsi aliud et faciatis fieri bonas archas in quibus deponatis ipsam pecuniam in dicto Thesauro. et faciatis fieri ad ipsas archas tres claues de quibus uos prior et Conuentus unam teneatis. et uos Almoxarife aliam. et aliam mittatis michi per Dominicum iohannis meum clericum fratrem petri iohannis mei repositarii maioris. Dante Vimaranis. vi.º kalendis Julij. Rege mandante per cancellarium. et per donum Johannem de Auuino. Dominicus petri fecit. Era M.ª CCC.ª

Et per istam cartam nos Johannes petri prior et Conuentus sancte crucis. et Dominicus iohannis Almoxarifus Sabbato. viij.º die Julij recepimus de predictis Geraldo iohannis et de Martino morouzóó septem Mille et Centum quadraginta libras denariorum ueterum Monete Portugalie. Item in alia parte Mille et ducentas quadraginta quinque libras denariorum nouorum monete Portugalie. Item in alia parte centum et triginta quatuor Morabitinos et dimidium legionis de .viij.º solidos pro Morabitino. Item in alia parte ducentos et septuaginta octo Morabitinos de denarijs pipionibus de Castella et de Salamantinis de .xvj. solidis pro Morabitino qui denarij fuerunt postea in thesauro Monasterij sancte crucis coram Stephano petri tabellione Colinbriensi. et fuerunt pesati per petrum martini aurificem et per Martinum matheum Magistrum monete predicti Regis.

XII

Recepta parisij et petri martini de archiepiscopatu.

Item sub eadem Era. Nos predicti prior et Conuentus

et almoxarifus recepimus aliam cartam apertam domini Regis predicti sub hac forma:

Alfonsus dei gratia Rex portugalie vobis domino Johanni priori et Conuentui sancte crucis et Dominico iohannis Almoxarifo Colinbriensi salutem. Mando uobis quod uocetis petrum martini Aurificem et Johannem qui uenit Ciuem Colinbriensem et Magistrum Matheum magistrum de mea moneta si ibi fuerint in uilla. et si ibi non fuerint omnes tres. uocate illos qui ibi fuerint. et perante ipsos et perante Stephanum petri meum Tabellionem Colimbriensem recipiatis de parisio pelagij et de petro martini sacatoribus de mea moneta in Archiepiscopatu bracarensi inter Auem et Cadauum illam pecuniam quam sacauerunt de mea moneta. et deponetis eam bene contatam et bene ponderatam in bonis archis in thesauro sancte crucis et custodiatis eam bene in ipso tesauro. et de quanta pecunia ab eis receperitis. faciatis inde cum eis duo plaza per alphabetum diuisa quorum uos unum teneatis. et ipsi aliud et queratis bonas archas in quibus deponatis ipsam pecuniam. et faciatis fieri ad ipsas arcas tres claues bonas. quarum uos prior et Conuentus teneatis unam et uos Almoxarife teneatis aliam. et aliam mittatis michi per Dominicum iohannis meum clericum fratrem petri iohannis mei repositarii. unde aliter non faciatis. Dante vimaranis vj.º kalendis Julij Rege mandante per dominum Johannem de Auuino et per cancellarium. D. Petri fecit. Era. M.ª CCC.ª

Et nos predicti per istam cartam Sabato. viij.º die Julij recepimus de predictis Parisio pelagij et de petro martini Tres mille libras denariorum ueterum monete portugalie. Item in alia parte quingentas et uiginti quinque libras denariorum nouorum monete portugalie. Item in alia parte ducentas libras legionenses. Item in alia parte centum libras legionenses. tam per [pi]piones de castella. quam per salamantinos quam per legionenses. Item in alia parte ducentas et decem libras de denarijs pipionibus de castella et

de Salamantinis. Qui denarij fuerunt postea in Thesauro Monasterij sancte crucis coram Stephano petri Tabellione Colinbriense. et fuerunt pesati per petrum martini aurificem. et per Magistrum matheum Magistrum monete predicti Regis.

XIII

Recepta Menendi ermigii et Johannis Fortes de archiepiscopatu.

Item. Sub eadem Era. Nos predicti prior et Conuentus et Almoxarifus recepimus aliam cartam apertam predicti Regis sub hac forma:

Alfonsus dei gracia Rex portugalie vobis domino Johanni priori et conuentui sancte crucis. et Dominico iohannis Almoxarifo Colinbriensi salutem. Mando uobis quod uos uocetis petrum martini aurificem et Johannem qui venit Ciuem Colinbriensem et Magistrum Matheum magistrum de mea moneta si ibi fuerint in colinbria. et si ibi omnes non fuerint. uocetis illos qui ibi fuerint. et perante eos et perante Stephanum petri meum Tabellionem Colinbriensem recipiatis de Menendo ermigij et de iohanne fortes illam pecuniam quam ibi sacauerunt de mea moneta in Archiepiscopatu bracarensi in terra de bragancia cum petro fernandj et computetis et ponderetis eam perante ipsos. et ponatis eam in bonis Arcis in Thesauro sancte crucis et custodiatis eam bene in ipso Thesauro et de quanta pecunia ab eis receperitis faciatis inde duo plaza per alphabetum diuisa per manu Stephanj petri mei Tabellionis Colinbriensis quorum uos unum teneatis et ipsi aliud. et queratis bonas Arcas in quibus deponatis ipsam pecuniam in Thesauro sancte crucis. et faciatis fieri tres Claues ad ipsas Archas in quibus deposueritis ipsam pecuniam. de quibus uos Prior et Conuentus teneatis unam. et uos Almoxarife teneatis aliam. et aliam mittatis michi per Dominicum io-

hannes clericum meum ffratrem Petro iohannis mej repositarij maioris. Vnde aliud non faciatis. Dante vimaranis. vj.º kalendis Julij rege mandante per Cancellarium et per dominum Johannem de auoyno. D. petri fecit. Era. M.ª CCC.ª

Et nos predicti per istam Cartam Sabbato. viij.º die Julij recepimus de Menendo hermigij et de Iohanne fortes Centum et nonaginta quatuor. libras denariorum ueterum monete Portugalie. Item in alia parte ducentas et quadraginta libras Legionenses cum duabus libris Salamantinorum. Item in alia parte tres mille libras de denarijs pipionibus de castella et de Salamantinis. Qui denarij fuerunt positi in Thesauro Monasterij sancte crucis coram Stephano petri Tabellione Colinbriensi. et fuerunt pesati per Petrum martinj aurificem et per magistrum Matheum magistrum monete predicti regis.

XIV

Recepta Dominici pelagij et Dominici gunsalui de episcopatu Tudensi.

Item sub eadem Era. Nos predicti prior et Conuentus et Almoxarifus recepimus aliam cartam apertam predicti Regis sub hac forma:

Alfonsus dei gracia Rex portugalie vobis priori et Conuentui sancte Crucis et Dominico iohannis almoxarifo et Scribano Colinbriensi salutem. Mando uobis quod uos uocetis petrum martinj aurificem. et Johannem qui uenit Ciuem Colinbriensem et perante eos recipiatis de Dominico pelagij et de Dominico gunsalui sacatoribus de mea noueta in episcopatu Tudensi illos denarios quos uobis dederint de mea moneta. et conputetis eos et ponderatis eos. et perante eos et perante Dominicum iohannis clericum meum ponatis eosdam denarios in thesauro sancte crucis in bonis archis bene fechatis et faciatis ad qualibet arcam tres claues de quibus prior teneat unam. et aliam Almoxarifus et aliam mittatis michi per Dominicum

iohannis clericum meum. et de quot denarijs ab eis receperitis. faciatis cum eis duo plaza per alphabetum diuisa. quorum uos unum teneatis. et ipsi aliud. Dante Vimaranis. xij°. die Julij. rege mandante per Cancellarium D. petri fecit. Era. Mª. CCCª.

Et nos predicti per istam cartam. xviiij. die Julij Recepimus de Dominico gunsalui. et de Johanne martini scribano cum predicto Dominico gunsalui sexcentas septuaginta septem libras legionenses. Item in alia parte septuagentas et quinque libras de denarijs pipionibus de castella et de Salamantinis. Qui denarij fuerunt positi in thesauro Monasterij sancta crucis coram stephano petri Tabellione Colinbriensi et fuerunt contati et pesati per petrum martini aurificem.

XV

Recepta Dominici iohannis et Gunsalui menendi de episcopatu Visensi.

Item sub eadem Era. Nos predicti prior et Conuentus et Almoxarifus recepimus aliam cartam apertam predicti Regis sub hac forma:

Alfonsus dei gracia Rex portugalie vobis priori et conuentui sancte crucis et Dominico iohannis almoxarifo et Scribano Colinbriensi salutem. Mando uobis quod uocetis petrum martini aurificem et Johannam quiuenit Ciuem Colinbriensem. et perante eos recipiatis de Dominico iohannis et de Gunsaluo menendi sacatoribus de mea moneta in episcopatu visensi illos denarios quos tenent de mea moneta. et conputetis eos et ponderetis. et ponatis eos perante illos et perante Dominicum iohannis clericum meum ponatis ipsos denarios in thesauro sancte crucis in bonis archis ante fechatis et faciatis ad qualibet arcam fieri tres claues de quibus uos prior teneatis unam. et aliam teneatis uos Almuxarife. et aliam mittatis michi per

Dominicum iohannis clericum meum. et de quot denarijs ab eis receperitis. faciatis cum eis duo plaza per alphabetum diuisa quorum uos unum teneatis. et ipsi aliud. Dante vimaranis. xij. die Julij. Rege mandante per cancellarium. D. petri fecit. Era. M.ª CCC.ª.

Et nos predicti per istam cartam feria quinta .xx.ª die Julie recepimus de Dominico iohannis predicto qui sacauit monetam cum predicto Gunsaluo menendi in episcopatu visensi duas Mille quingentas et quinquaginta libras denariorem ueterum monete portugalie. Item in alia parte Trecentas libras denariorum nouorum monete portugalie. Qui denarij fuerunt positi in tesauro Monasterij sancte crucis coram Stephano petri Tabellione Colinbriense. et fuerunt contati et pesati per petrum martini aurificem.

XVI

Recepta fernandi alfonsi et Mathei egéé de episcopatu Colinbriensi ultra Mondecum.

Item sub eadem era. Nos predicti Prior et conuentus. et Almoxarifus recepimus aliam cartam apertam predicti Regis sub hac forma:

Alfonsus dei gracia Rex portugalie vobis priori et conuentuí sancte crucis. et Dominico iohannis almoxarifo Colinbriensi salutem. Mando uobis quod uocetis petrum martini aurificem. et Johannem qui uenit ciuem Colinbriensem. et Magistrum Matheum Magistrum de mea moneta si ibi fuerit in Colinbria. et si ibi quos tres non fuerint. uocetis illos qui ibi fuerint. et perante eos et per ante Stephanum petri meum Tabellionem Colinbriensem recipiatis de fernando alfonsi. et de Matheo egéé sacatoribus de mea moneta in episcopatu Colinbriensi illam pecuniam quam ipsi sacauerunt de mea Moneta. et perante omnes supradictos conputetis eam et ponderetis et deponatis eam in Monasterio sancte crucis in thesauro in bonis archis. et

custodiatis eam bene in ipso thesauro et de quanta pecunia ab eis receperitis faciatis inde cum eis duo plaza per alfabetum diuisa per manum Stephani petri mei Tabellionis Colinbriensis. quorum uos unam teneatis. et ipsi aliud et queratis bonas arcas in quibus deponatis ipsam pecuniam in thesauro sancte crucis. et faciatis fieri tres claues ad ipsas arcas in quibus deposueritis ipsam pecuniam. de quibus uos prior et conuentus teneatis unam. et aliam teneatis uos almoxarife et aliam clauem mittatis michi per Dominicum iohannis meum clericum fratrem petri iohannis mei repositarij maioris. Dante Vimaranis. vj°. kalendis Julij. Rege mandante per cancellarium et per dominum Johannem de Auoino. D. Petri fecit. Era. M.ª CCC.ª.

Et nos predicti per istam cartam .vij°. kalendis Augusti. recepimus de fernando alfonsi et de Matheo egéé predictis duas Mille quingentas et uiginti libras denariorum ueterum monete portugalie. Item in alia parte. CCC. lxxxx libras denariorum nouorum monete portugalie. Qui denarij fuerunt poniti in thesauro sancte crucis coram Stephano petri Tabellione Colinbriensi et fuerunt pesati et contati per petrum martini Aurificem.

XVII

Item sub eadem era. M.ª CCC.ª Nos predicti prior et conuentus. et Almoxarifus recepimus in presencia Stephani petri publici Tabellionis Colinbrie et Dominici iohannis fratris petri iohannis repositarij de Matheo egéé sacatore de Moneta in Episcopatu Colinbriensi. Mille. et quingentas libras de denarijs ueteribus. Item in alia parte Centum et octaginta et septem libras et dimidiam denariorum nouorum monete portugalie. qui denarij fuerunt positi in thesauro Monasterij sancte crucis. et fuerunt pesati per petrum martini aurificem. Actum fuit hoc in Monasterio sancte crucis. xiiij.° kalendis Septenbris. Era. M.ª CCC.ª.

XVIII

Era. M.ª CC.ª lxxxx.ª ixª.

Incipit liber de pecunia data per cartas apertas dominj Alfonsi Regis portugalie que sedet in thesauro Monasterij sancte crucis.

Sub eadem era. x.º kalendas Augusti Nouerint uniuersi quod nos Johannes petri prior Monasterij sancte crucis. et Petrus iohannis repositarius maior domini Regis portugalie et Dominicus iohannis Almoxarifus. et Stephanus petri Tabellio et scribanus Colinbriensis recepimus cartam apertam dominj Regis portugalia in hunc modum:

Alfonsus dei gracia Rex portugalia vobis Priori Monasterij sancte crucis et Petro iohannis meo repositario maiori. et Dominico iohannis Almoxarifo et Stephano petri meo Tabellionj et scribano Colinbriense salutem. Sciatis quod ego habeo necesse uiginti mille libras denariorum de mea monete ueterj de illis que sedent in thesauro sancte Crucis et ego mitto uobis per Petrum iohannis Repositarium claues de ipso thesauro quas duxit michi Martinus iohannis meus portarius maiori et ipse Petrus iohannis leuat Claues suas quas ipse tenet de ipso thesauro vnde mando uobis quod uos accipiatis claues de ipso thesauro et uadatis omnes insimul ad ipsum thesaurum et filietis inde uiginti mille libras de mea moneta ueteri et mittatis eas michi per Petrum ioannis meum repositarium et uos Petre iohannis Repositarie mei ducatis eas michi et faciatis eas scribere in libro mej scribani Colinbriensi, et uos Prior similiter faciatis eas scribere in uestro libro per uestrum scribanum. unde aliter non faciatis Et teneatis inde istam cartam in testimonio. Dante Vlixbone. xvij. die Julij. Rege mandante per Cancellarium. Dominicus petri fecit. Era M.ª CC.ª lxxxx.ª ix.ª.

Et per istam cartam nos omnes supradicti fuimus insimul ad predictum thesaurum et filiauimus inde supradictas

uigintj mille libras de denarijs ueteribus monete Portugalie quas Petrus iohannis repositarius supradictus recepit et leuauit domino Regj ad Vlixbonam.

XIX

Sub E.ª M.ª CCC.ª v.º kalendas Marcij. Nouerint vniuersi. Quod nos Johannes petri Prior Monasterij sancte Crucis Petrus iohannis repositarius maior dominj Regis Portugalie Dominicus iohannis almoxarifus Stephanus petri scribanus et tabellio Colinbriensis recepimus cartam apertam dominj Regis sub hac forma:

Alfonsus dei gracia Rex Portugalie Religioso uiro donno Johannj petri Priori Monasterij sancte Crucis. et Petro iohannis meo repositario maiorij. et Dominico iohannis Almoxarifo. et Stephano petri meo scribano et tabellionj Colinbriensi salutem et graciam. Mando uobis quod uisa carta ista detis Johannj muniz meo clerico custodi denariorum meorum ducentas et quindecim libras Legionenses de illis denarijs quos recepistis de Martino iohannis meo portario maiorj. et de Petro martinj aurifice. et monetario Colinbriense de canbio méé monete quos per meum mandatum tenetis in custodia in thesauro Monasterij sancte Crucis Colinbriensis. Et teneatis inde istam meam cartam apertam in testimonium. Dante Colinbrie v. kalendas Marcij Rege mandante per dominum Egidium martínj. et per Cancellarium. Dominicus martinj scripsit. E.ª M.ª CCC.ª.

Et per istam cartam nos omnes supradicti fuimus insimul ad predictum thesaurum et dedimus inde predicto Johannj moniz predictas ducentas. et quindecim libras Legionenses quas ipse recepit.

XX

Era. M.ª CCC.ª.

Sub eadem Era. feria. vj.ª kalendas Septenbris Noue-

rint vniuersi quod nos Johannes petri Prior et Conuentus Monasterij sancte Crucis. et Dominicus iohannis almoxarifus. et Stephanus petri Tabellio Colinbrie recepimus cartam apertam domini Regis Portugalie sub hac forma:

Alfonsus dei gracia Rex Portugalie vobis Priorj et Conuentuj Monasterij sancte Crucis. et Dominico iohannis Almoxarifo. et Stephano petri meo Tabellionj Colimbrie salutem et graciam sciatis quod ego habeo necesse denarios de meo thesauro sancte crucis vnde mando uobis quod uisa carta ista mittatis michi per Petrum fernandi meum coparium latorem presentem tres Mille libras de denarijs Legionensibus. et per legionenses et per pipiones de Castella et per Salamantinos cumpleatis tres Mille libras Legionenses et mittatis eas michi per Petrum fernandj meum coparium unde aliud non faciatis et Petrus fernandi levat Claues quas duxit Dominicus iohannis clericus meus et mittatis michi ipsos denarios de illis denariis quos posuerunt in ipso thesauro sancte crucis mej sacatores de mea Moneta. Et teneatis inde istam cartam in testimonio. Dante Vimaranis xxi. die. Augusti. Rege mandante per Cancellarium. Dominicus petri fecit. Era M.ª CCC.ª.

Et per istam cartam nos omnes supradicti fuimus insimul ad predictum thesaurum Monasterij sancte Crucis et dedimus inde predicto Petro fernandj copario Mille et centum quinquaginta libras Legionenses et dedimus ej similiter de denarijs pipionibus de Castella et de Salamantinis tres mille et septingentas libras et ita faciunt per Legionenses et pipiones de Castella. et per Salamantinos tres mille libras Legionenses quas ipse recepit.

XXI

Sub eadem Era. feria. vj.ª x.º kalendas octobris. Nouerint vniuersj Quod nos Johannes petri Prior et Conuentus Monasterij sancte Crucis. Dominicus iohannis Almoxari-

fus. et Stephanus petri Tabellio Colinbriensis recepimus cartam apertam dominj Regis Portugalie sub hac forma:

Alfonsus dej gracia Rex Portugalie vobis Priorj e Conuentuj Monasterij sancte crucis Colinbrie et Dominico iohannis meo Almoxarifo. et Petro iohannis meo maiori repositario et Stephano petri meo Tabellionj Colinbrie salutem. Mando uobis quod uos mittetis michi ad vimaranem decem mille libras Portugalie de meo thesauro sancte Crucis de illis denarijs quos ibi posuerunt de mea moneta Martinus iohannis meus Portarius maior. et Petrus martini mej monetarij perante Stephanum ihoannis meum cancellarium et mitto uobis per Petrum fernandj meum coparium claues quas ego tenebam. et claues quas tenebat Petrus iohannis meus repositarius quia non potui Petrum iohannis excusare de meo seruicio et uos Almoxarife recipiatis ipsas decem mille libras de ipso meo thesauro et mittatis eas michi ad Vimaranem per Petrum francum filium uestrum uel per alium hominem certum unde aliud non faciatis. et per ipsum qui duxerit denarios mittatis michi claues istas quas uobis mitto. Dante apud Chauyas xvi. die Septenbris. Rege mandante per dominum Johannem de Auoyuo. et per Petrum iohannis repositarium. Erueus fecit. Era M^{a}. CCC^{a}.

Et per istam cartam nos omnes supradictj fuimus insimul ad predictum thesaurum Monasterij sancte Crucis et dedimus inde predicto Dominico iohannis Almoxarifo Colinbriensi per nouos e ueteres decem mille libras Portugalie quas ipse recepit de illis denarijs quos ibi Martinus iohannis maior portarius dominj Regiis et Petrus martini posuerunt de Moneta et quos predictus Dominicus iohannis Almoxarifus misit ad Vimaranem per Petrum francum filium suum.

XXII

Era M.ª CCC.

Sub eadem Era. v.º kalendas Januarij. Nouerint vniuersi Quod nos Iohannes petri Prior et Conuentus Monasterij sancte Crucis et Petrus ihoannis repositarius maior dominj Regis Portugalie et Dominicus iohannis Almoxarifus. et Stephanus petri tabellio et scribanus Colimbrie recepimus cartam apertam dominj Regis in hunc modum:

Alfonsus dej gracia Rex Portugalie vobis Priori et Conuentuj Monasterij sancte Crucis et Dominico iohannis meo Almoxarifo et Petro iohannis meo repositario et Stephano petri meo Tabellionj et scribano Colinbrie salutem. Mando uobis quod uisa carta ista detis Johanij muniz meo clerico et custodj denerariorum meorum tres mille et quingentas libras de denarijs de mea moneta ueterj quos Martinus iohannis meus maior portarius et Petrus martini mej monetarij posuerunt in meo thesauro sancte Crucis perante Stephanum iohannis meum cancellarium. Unde aliter non faciatis. Et teneatis inde istam meam cartam apertam. Dante Colinbrie. viij.º kalendas Januarij Rege mandante per Cancellarium. Erueus fecit. Era M.ª CCC.ª

Et per istam cartam nos omnes supradictj fuimus ad predictum thesaurum et dedimus inde predicto Johannj muniz supradictas tres mille e quingentas libras denariorum ueterum monete quas ipse recepit.

XXIII

Era M.ª CCC Prima.

Sub eadem Era. M.ª. CCC.ª. j.ª iiij. die Januarij. Nouerint vniuersi quod nos Johannes petri Prior et Conuen-

tus Monasterij sancte Crucis et Petrus iohannis repositarius maior dominj Regis Portugalie et Dominicus iohannis Almoxarifus. et Stephanus petri Tabellio et scribanus Colinbrie recepimus cartam apertam dominj Regis in hunc modnm:

Alfonsus dei gracia Rex Portugalie vobis Priorj et Conuentuj Monasterij sancte Crucis et Petro iohannis meo repositario. et Dominico iohannis meo Almoxarifo. et Stephano petri meo tabellionj et scribano Colinbrie salutem. Mando uobis quod uisa carta ista detis Johannj muniz meo clerico et custodj denariorum meorum septem mille libras de denarijs de mea moneta ueteri quos Martinus Johannis meus maior portarius. et Petrus martini mej monetarij in meo thesauro sancte crucis perante Stephanum iohannis meum cancellarium posuerunt. Vnde aliter non faciatis. Et teneatis inde istam meam cartam apertam. Dante Colinbrie. iiij°. die Januarij. Rege mandante per Cancellarium. Andreas Simeonis fecit. Era Mª. CCCª. jª.

Et per istam cartam nos omnes supradictj fuimus ad predictum thesaurum et dedimus inde predicto Johannj muniz supra dictas septem mille libras denariorum ueterum monete Portugalie quas ipse recepit.

XXIV

Era. Mª. CCCª. prima.

Sub eadem Era. Mª. CCCª. prima. xxij. die Januarij Nouerint vniuersi quod nos Johannes petri Prior et Conuentus Monasterij sancte Crucis. et Petrus iohannis repositarius maior dominj Regis Portugalie, et Dominicus iohannis Almoxarifus. et Stephanus petri Tabellio et scribanus Colinbrie recepimus cartam apertam dominj Regis in hunc modum:

Alfonsus dej gracie Rex Portugalie uobis Priori et Conuentuj Monasterij sancte Crucis et Petro iohannis meo

repositorio maiori, et Dominico iohannis Almoxarifo. et Stephano petri Tabellionj. et scribano Colinbrie salutem. Mando uobis quod detis Johannj muniz meo clerico et custodj denariorum meorum quingentas et quadraginta morabitinos et dimidium de denarijs pipionibus de Castella de decem et sex solidos pro morabitinum qui montant ducentas et xvi libras. et iiij. solidos Legionenses. Item detis ej de denarijs Legionensibus centum triginta quatuor morabitinos et medium de octo solidis pro morabitinum. qui fiunt quinquaginta. et tres libras. et decem et sex libras Legionenses. Item detis ej de denarijs Legionensibus sexaginta nouem libras. et mediam. Item detis ej de denarijs nouis monete Portugalie Centum et octaginta et septem libras et decem solidos. Et detis ej ipsos denarios de illis denarijs quos mei sacatores de mea moneta posuerunt in meo thesauro sancte Crucis perante uos. et teneatis inde istam cartam in testimonio. Dante Colinbrie xxij die Januarij. Rege mandante per Cancellarium. Dominicus petri fecit. Era M^{a}. CCC^{a}. j^{a}.

Et per istam cartam nos omnes supradictj fuimus ad predictum thesaurum et dedimus inde Petro martini clerico supradictj Johannis muniz supradictos denaríos quos ipse recepit in loco predictj Johannis muniz.

XXV

Sub eadem Era feria iij^{a}. v. die Junij. Nouerint vniuersi Quod nos Johannes petri Prior et Conuentus Monasterij sancte Crucis Petrus iohannis repositarius maior dominj Regis Portugalie et Dominicus iohannis almoxarifus et Stephanus petri Tabellio et scribanus Colinbrie recepimus Cartam apertam dominj Regis in hunc modum:

Alfonsus dej gracia Rex Portugalie Religiosis uiris Priori et Conuentuj Monasterij sancte Crucis. et Dominico iohannis almoxarifo et Stephano petri meo Tabellionj

Colinbrie. et Petro iohannis meo repositario maiori salutem et graciam Mando uobis quod mittatis michi per Petrum iohannis meum repositarium maiorem viginti mille libras de pecunia mea quam tenetis in thesauro sancte Crucis et tam in portugalense quam in legionense quam de alia pecunia quamcunque tenueritis in ipso thesauro mittatis inde michi ualorem de viginti mille libras Portugalie. et uos Petre iohannis faciatis plazum diuisum per Alhabetum per manum mej Tabellionis Colinbriensis. de quanta pecunia michi duxeritis et de qualibet pecunia per se. et uos ducatis michi unum plazum et aliud dimittatis in sancta Cruce. unde aliter non faciatis. Dante Vlixbonam. vj. kalendas Junij Rege mandante per Cancellarium. Dominicus petri fecit Era M^{a}. CCC^{a}. prima

Et per istam cartam nos omnes supradictj fuimus ad predictum thesaurum et dedimus inde predicto Petro iohannis repositario vndecim mille et sex centas et sexaginta et sex libras denariorum nouorum monete Portugalie qui faciunt quindecim mille et quingentas quinquaginta et duas libras denariorum ueterum monete Portugalie. Item dedimus predicto petro iohannis quatuor mille quatuorcentas quadraginta et octo libras denariorum ueterum Portugalie et ita faciunt per totum uiginte mille libras denariorum ueterum Monete Portugalie quos denarios recepit Petrus iohannis repositarius et leuauit eos domino Regj ad Vclixbonam.

XXVI

Sub era. M^{a}. CCC^{a}. ij^{a}. feria. iiij^{a}. vij^{o}. kalendas Aprilis Nouerint vniuersi Quod nos Johannes petri Prior et Conuentus Monasterij sancte Crucis et Petrus iohannis repositarius maior dominj Regis Portugalie et dominicus iohannis almoxarifus et Stephanus petri scribanus et Tabellio Colinbrie recepimus cartam apertam dominj Regis in hunc modum:

Alfonsus dej gracia Rex Portugalie Religioso uiro donno Joannj priori et Conuentuj sancte Crucis et Dominico iohannis almoxarifo. et Stephano petri scribano et Tabellionj Colinbriensi. et Petro iohannis meo repositario maiori salutem. Mitto vobis per Petrum fernandj meum Coparium Claues quas tenet Petrus iohannis meus repositarius de Archis in quibus sedent denarii mei in thesauro sancte Crucis et mando uobis quod filietis claues de ipso thesauro quas vos Prior et almoxarife teneatis et eatis cum ipso Petro fernandj ad ipsum thesaurum et mittatis michi per ipsum Petrum fernandj quinque mille libras Portugalie monete per nouos et ueteres de denarijs de ipso meo Thesauro. et faciatis cum ipso Petro fernandj duo plaza diuisa per Alphabetum et ipse ducat unum et uos teneatis aliud de quot denarijs michi miseretis per ipsum Petrum fernandj et uos scribane scribatis in uestro finto ipsos denarios et prior similiter in suo finto. Dante Vlixbone viiij kalendas Aprilis Rege mandante per Cancellarium. Johannes iohannis scripsit. Era M^{a}. CCC^{a}. ij^{o}.

Et per istam cartam nos omnes supradictj fuimus ad predictum Thesaurum et dedimus inde predicto petro fernandj copario quinque mille libras denariorum ueterum monete Portugalie quas ipse recepit et leuauit domino Regj ad Vlixbonam.

XXVII

Item. Sub eadem Era. M^{a}. CCC^{a}. ij^{a}. feria iiij.^{a} xiij kalendas Maij Nouerint vniuersi. Quod nos Johannes Petri Prior et Conuentus Monasterij sancte Crucis et Petrus iohannis repositarius maior dominj Regis Portugalie et Dominicus iohannis almoxarifus et Stephanus petri scribanus et Tabellio Colinbriensis recepimus cartam apertam dominj Regis in hunc modum:

Alfonsus dei gratia Rex Portugalie Religiosis et honnestis

uiris Priori et Conuentui Monasterij sancte Crucis. et Dominico iohannis almoxarifo. et Stephano petri scribano et Tabellionj Colinbrie et Petro iohannis meo repositario maiori salutem et graciam. Mando uobis quod uos eatis ad meum thesaurum sancte Crucis et mittatis michi decem mille libras de illis denarijs qui sedent in thesauro sancte Crucis et mitto uobis per Petrum Fortes claues de ipso thesauro quas tenet Petrus iohannis repositarius meus maior et vos almoxarife ducatis michi ipsos denarios tancito et veniatis cum eis. vnde aliter non faciatis. Dante Vlixbone. x. die Aprilis. Rege mandante per Cancelarium. D. petri fecit. Era M^{a}. CCC^{a}. ij^{a}.

Et per istam cartam nos omnes supradictj fuimus ad predictum thesaurum et dedimus inde Dominico iohannis almoxarifo Colinbrie. duas mille et centum nonaginta et septem libras. et dimidiam denariorum nouorum monete Portugalie qui faciunt de denarijs ueteribus monete Portugalie duas mille e viiij^{c}. et xxx libras. et similiter dedimus sibj de predicto thesauro septem mille e septuaginta libras denariorum ueterum Portugalie. et ita faciunt per totum decem mille libras de denarijs ueteribus monete Portugalie quos denarios recepit predictus almoxarifus et leuauit eos domino Regj ad Vlixbonam.

XXVIII

Sub Era M.^{a} CCC.^{a} iij^{a}. Sabato. viij^{o}. kalendas Augusti. Nouerint vniuersi Quod nos Johannes petri Prior sancte Crucis Petrus iohannis Repositarius. Dominicus iohannis Almoxarifus et Stephanus petri Tabellio Colinbriensis recepimus cartam appertam dominj Regis in hunc modum:

Alfonsus dej gratia rex Portugalie vobis Priori sancte Crucis et Petro iohannis meo repositario et Dominico iohannis meo Almoxarifo et Stephano petri Tabellionj

Colinbriensi salutem. Mando uobis quod detis Johannj munionis meo clerico nouecentas et uigintj et sex libras. et mediam de papionis de Castella et septuaginta et septem libras et mediam de denarijs burgalensibus quos ibi fuerunt posite in thesauro sancte Crucis de sacata méé monete perante Stephanum iohannis meum Cancellarium. et perante Martinum iohannis meum portarium maiorem. et perante Petrum martinj Auriticem Colimbrie. Vnde aliud non faciatis. Dante Colinbrie. xxv. die Julij. Rege mandante per Petrum martinj vice maiordomum. Vincentjus suerij scripsit. Era. M^a^. CCC^a^. iij^a^.

Et per istam Cartam nos omnes supradictj fuimus ad predictum thesaurum et dedimus inde Joannj monionis supradictos denarios sicut continetur in Carta ista dominj Regis.

A propósito de alguns modos de dizer e vocábulos arcáicos

Peço licença aos ilustres académicos para, abusando talvez da sua benevolência, a exemplo de outros consócios, chamar a sua atenção para duas expressões que raras vezes vejo empregadas pelos antigos escritores e por essa razão decerto teem escapado à atenção dos eruditos. Ocorrem ambas na *Crónica dos frades menores,* inserta no códice n.º 94, que se guarda na nossa Biblioteca Nacional, texto que estes factos linguísticos, afora outros de ordem diversa, tornam bastante interessante.

A primeira é o emprêgo da segunda pessoa do singular do imperfeito do indicativo do verbo *ser,* em vez de igual pessoa do presente do mesmo modo, ou antes, como se me afigura, o aportuguesamento do *eres* espanhol. É sabido que, nesta língua, a segunda pessoa do presente do indicativo provêm de idêntica do futuro latino e constitue o que nos resta dêste tempo, que nas línguas românicas desapareceu por completo, sendo substituído por uma perífrase, devido a terem-se, na língua do povo, tornado idênticas a segunda e terceira pessoas do indicativo presente do mencionado verbo, e daí a necessidade de as diferençar. Ora no texto a que me refiro aparece freqùentemente êsse emprêgo, evidenciando se claramente que por tal forma quis o tradutor português verter o *es* que lhe corresponde no original latino em que primitivamente a referida *Crónica* foi redigida. Eis alguns exemplos ao

acaso: disse-lhe: se *eras* morto vai e quebranta-o; dizia em seu coraçom: ó fr. Manseu tu *eras* mui soberboso e digno do inferno, porque com a tua soberba queres seer revel a deos; disse-lhe fr. Gil: ó bruto. E tu assi *eras* bruto; dizia cantando: ó santa castidade qual *eras*, qual *eras* tal e atamanha que os homens loucos non sabem qual *eras*; Jesu Christo disse ao priol de qual ordem *eras* tu; respondeo: ó cativo tu *eras* gordo e non estarias bem sem saia; e elles disserom-lhe quem *eras* tu que a nós mandas taes cousas; e tornando-se ella a Santo Antonio disse-lhe: ó irmão meu e se tu aos estranhos *eras* piadoso, por ventura serás cruel a tua irmã?; esforçado em no Senhor disse: eu te conjuro por Jesu Christo que me digas quem *eras* e por[que] choras; e disse mais o mancebo áquella molher: sabe que por isso *eras* tu cá trazida e te som demostradas estas cousas; e disse-lhe elle: eu som Francisco ao qual tu chamaste devotamente, levanta-te que por os meus rogos *eras* sãa, etc., etc.

É evidente que o *eras* do tradutor português corresponde exactamente ao *eres* espanhol; a diferença está apenas em que êle, para lhe dar um cunho nacional, trocou o *e* em *a*; constitue portanto um *castelhanismo*. Assim como nos vários escritores não é raro aparecerem vocábulos castelhanos vestidos à portuguesa ou sejam *lusismos*, o contrário também não é sem exêmplo, como se vê do belo estudo que sôbre o assunto inseriu o nosso distinto consócio, o Sr. Gonçalves Viana, nas suas *Palestras filológicas*

Poderá objectar-se que tal expressão é realmente a segunda pessoa do singular do imperfeito do indicativo e foi motivada por virem subordinadas a um verbo que as precede as frases em que ela se encontra; mas, a ser assim, porque se daria êsse facto única e exclusivamente com o verbo *ser*, pois que com outros não faltam exemplos nos quais é empregado o indicativo presente e não o imper-

feito? Eis alguns dentre os inúmeros que poderia citar: disse-lhe fr. Gil se queres fazer esto; disse-lhe hum fraire: a que cousa chamas tu castidade?; disse a fr. Rufino: ó fr. Rufino non sabes que fr. Francisco é assy como angeo; disse ó gardiam que bem gordo estás, etc., etc.

Acresce ainda a circunstância que, parece-me, reforça o meu modo de ver, de se empregar regularmente o mesmo verbo *ser* no presente do indicativo, quando a pessoa não é a segunda, e até depois de *eras,* como se vê dos seguintes exemplos: dizendo estas palavras quem *eras* tu ó senhor meu e quem *som* eu; disse-lhe fr. Gil irmão meu tu *eras* agora da companha do senhor e tu e eu *somos* companheiros etc. Ainda, quando o verbo subordinante fica já muito atrás e portanto a sua acção era de esperar pouco ou nada se fizesse sentir no subordinado, lá se encontra *eras,* como nestes exemplos, dizendo-lhe: bemdiga-te o padre de meu senhor Jesu Christo de bendiçom espiritual em nos reinos dos ceos em Jesu Christo assi como tu *eras* o primeiro escolhido em esta ordem; dizer-me-ás as outras muitas e maiores injurias dizendo tu que *eras* hũa vil criatura donde he a ti tanta soberva?; sabe que em estas cousas que tu viste... E quando eu dizia quem *eras* tu; ó fr. Francisco pensas tu que Deos averá mercê de ti como tu ajas cometido tantos pecados... por o qual non *eras* digno de achar misericordia; disse-lhe: porque te atormentas... como tu nom sejas dos escolhidos... e esto me crê... e non creas... e desto non lhe preguntes... nada... e por um crime que tu *eras* do conto dos condenados; e demonstrou-lhe que aquele era o diabo. E por ende não deves de consentir aos seus enganos, mais, quando te disser... que tu *eras* danado, responder-lhe-as etc., etc.

O aparecerem, no texto a que me estou referindo, bastantes castelhanismos leva-me a pensar, repito, que o *eras* não passa de aportuguesamento do espanhol *eres* em vez

de *es*, que, é escusado dizê-lo, tambem ocorre freqùentemente [1].

O outro facto que, na minha opinião, deve ser contado entre os numerosos plebeismos que ali se encontram está no emprêgo da conjunção *que* antes de uma interrogativa indirecta, quando esta começa por palavra diferente, por exemplo, um advérbio, emprêgo certamente provocado pela significação do verbo; vê-se isso nos exemplos seguintes: preguntou fr. Leom a um daquelles fraires *que* onde hiam; demandou conselho a fr. Gil *que* como poderia elle seer paciente; o qual lhe preguntou *que* como estava e em que maneira; preguntarom-lhe as vizinhas *que* adonde leixara ela o filho; o borges... pensava antre si *que* donde averia ou viria aquelle mancebo que era tam fermoso; preguntou aos servidores do moesteiro com que encontrava *que* adonde estava fr. Antonio (mas preguntou ella aquelle mancebo... que logar era aquelle). Emprêgo idêntico deparou-se me, mas uma vez apénas, na *Menina e Moça* de Bernardim Ribeiro, porêm na edição de 1579, impressa, como é notório, por Birckman, segundo na sua afirma o sr. D. José Pessanha e no manuscrito que da mesma obra se encontra na biblioteca de Madrid, onde no cap. XIV se lê: e dereito de cavaleiro topou com outro mateiro que pera o matto ia que lhe perguntou *que* pera que fora ao mato. É provável que semelhante emprêgo de *que* expletivo, nas condições apontadas, ascenda já ao falar da plebe romana.

---

[1] Com a significação de *é* emprega Gil Vicente *era* nestes dois passos, um em castelhano, outro em português, que veem o primeiro no *Templo de Apolo* e diz assim: rogare a dios del celo, que era padre de mesura, que ou me case ou me mate, ou me tire de tristura; o segundo no *Auto da Festa* cuja letra é esta: rogarei a deos del celo, que era padre de mesura, que me case ou me mate, e me tire de tristura; amor não posso dormir; aqui, porêm, a forma *era* por *é* talvez tenha sido motivada pelas exigências da rima.

Aproveito a ocasião para citar ainda dois vocábulos que não encontro arquivados nos lexicos portugueses: são *cinquoesma* e *stentinos*. O primeiro é a designação que ali é dada à festa do Pentecostes e representa o latim popular *cinquagesima* por *quinquagesima*, que é a tradução latina daquele ordinal grego. Esta denominação, que é comum ao espanhol, e, segundo Körting, existe também no rumeno, ainda não vi empregada noutros textos; nos *Inéditos* de Alcobaça, publicados por fr. Fortunato de S. Boaventura, só aparece *Pentecostes*. Não me parece, porêm, que qualquer das duas designações da festa cristã que vem logo após a da Ascenção — *cincoesma* e *pentecostes* — tenham entrado no vocabulário popular, embora referidas a uma solenidade que entre o povo era muito festejada e pela igreja católica é considerada e com razão, visto dela datar a pregação do cristianismo, como uma das mais importantes do seu calendário.

Para mostrar quanto essa festa estava arreigada na alma popular, permitam-me Vossas Excelências uma pequena digressão em que muito por alto procurarei descrever o scenário que a acompanhava, não há muitos anos, na província do Algarve, scenário que recordava o que noutras eras se exibia na festividade do Corpo de Deus e Herculano nos descreve magistralmente no seu *Monge de Cister*.

Nas freguesias em que o Espírito Santo era o orago, e no Algarve há muitas, a solenidade religiosa que, como noutras festividades, se compunha de missa cantada, sermão e procissão, tinha a completá-la uma parte profana a que se ligava importância não inferior à religiosa. Consistia ela num copioso e lauto bodo aos pobres da freguesia e arredores, o qual estava a cargo de um dos lavradores mais ricos que era escolhido anualmente e ao qual se dava o nome de rei. É escusado advertir que cada qual procurava sempre exceder o que o precedera, embora nisso

tivesse de gastar centenas de mil réis. A parte mais suculenta dêsse banquete era constituída por uma ou mais cabeças de gado grosso que se abatiam na véspera da solenidade. Antes desta se realizar, em geral logo em seguida à Páscoa, alguns irmãos da Confraria ou irmandade percorriam todos os domingos a freguesia ou parte dela a angariar donativos para a sua celebração e no dia desta êsses irmãos, que provávelmente erão escolhidos entre os mais alegres, divertiam com esgares, pulos e danças a multidão que das partes circunvizinhas ali concorria e se apinhava em roda dêles e, tomada de verdadeira alegria e satisfação, ria com êsse riso despreocupado e ingénuo, quási infantíl, que lhe é peculiar — a êsses tais dava-se-lhes o nome de *foliões,* cabendo o de *folia* às danças por êles organizadas. Como remate seguia se à festa um fogo de artifício em que não raro figurava um combate entre dois castelos — mouro e cristão. O que acabo de descrever mui resumidamente vi-o, não há muitos anos ainda, numa aldeia que fica entre Lagos e o cabo de S. Vicente, de nome Budens, consta-me, porêm, que já então o que ali se realizava era um pálido reflexo da sumptuosidade e magnificência de outróra; hoje porventura já nada resta do que ao tempo fazia a alegria dos seus moradores, que o vento calcinante da descrença, mais abrasador do que o que corre através dos desertos da Arábia, passando por lá, quiçá terá reduzido a cinzas essa espécie de virentes flores que de antes esmaltavão a existência dos nossos antepassados, semeando de oasis a carreira da vida eriçada de tantos espinhos e abrolhos; mais felizes do que os actuais habitantes, os antigos, percorriam a estrada da vida, abordoados a uma fé singela, que o scepticismo moderno, na sua faina de demolição, forceja descaroavelmente por arrancar-lhes, sem que no entanto encha o enorme vácuo que em lugar dela deixa.

O culto que no Algarve se tributava ao Espírito Santo

tem muitos pontos de contacto com o que se observa nas
ilhas [illegible] estranhas, [illegible] que as naus
[illegible] D. Henrique
saíram da parte ocidental daquela província e nelas iam
por mareantes muitos dalí oriundos. Ora, apesar da popularidade da veneração tributada à terceira pessoa da Santíssima Trindade, veneração que provavelmente ascende a grande antiguidade e de certo é anterior ao aparecimento da língua portuguesa, nenhuma de aquelas denominações persistiu, tendo desaparecido a *cincoesma* e existindo o *pentecostes,* mas apenas como vocábulo erudito; para o povo a terceira pessoa da Santíssima Trindade desceu, segundo parece, à categoria de um dos inúmeros santos que a igreja colocou nos altares, pois para êle é apenas o *Santo Espírito.* Verdade seja que a própria palavra *espírito* não passou pela fieira popular e de certo entrou a fazer parte da língua em época relativamente moderna, sem dúvida por influência eclesiástica; em vez dela empregava o povo a palavra *alma.* Talvez que o arcaico *cincoesma,* aqui como em Espanha, designasse a festividade e mais tarde fosse substituído pela actual denominação.

O outro termo *stentinos* ou *estentinos,* que não tem cunho verdadeiramente popular, deve ter penetrado no povo por influência das pessoas cultas que diriam, como hoje, *intestinos.* Na linguagem do povo é freqùente a deslocação para o princípio da palavra de um *s* interno; vê-se isso no arc. *escupir* e nos populares *estramontar, estrapor,* etc., portanto o culto *intestinos* transformar-se-hia, na bôca do povo, em *instetinos* e depois, pela passagem à sílaba seguinte da nasal da primeira, como em *adem* de *ãade,* se formaria o vocábulo *stentinos*, que acabo de estudar e não é privativo do português, pois se encontra igualmente na antiga língua de Castela, se é que não é, como *cincoesma,* exclusivo desta.

E já que falo de vocábulos que de há muito desapareram

da língua, ocorre-me citar ainda um, mas de proveniência diferente, pois que se encontra na Regra de S. Bento extraída do códice n.º 231 da Biblioteca Nacional e publicada pelo Sr. professor John Burnam da Universidade de Cincinati — é *litaril*. No códice 14, que contem a mesma regra, a sua forma é *leitiril*, que se me afigura mais antiga, como mais antigo é o manuscrito onde aparece, e deu origem àquela, pela condensação do ditongo *ei* em *i*, a exemplo de *lição*, *igreja*, etc. de antes *leição* (cf. *eleição*), *eigreija*, etc., passagem, por dissimilação, do penúltimo *i* para *e* e finalmente troca dêste em *a*, devido à vizinhança do *r*. Ainda a forma *leitiril* deve ter sido precedida por *leitoril*, que seria o primeiro representante de um hipotético *lectorile*, que no espanhol nos aparece sob a forma de *letril*, que mais tarde se tornou em *latril*, e depois, talvez porque o *l* inicial foi tomado por artigo, em *atril*. Parente do *litaril* português e do *atril* espanhol é sem dúvida o *lutrin* francês que deu o nome ao bem conhecido poêma heroi-cómico de Boileau.

Queiram V. Ex.as relevar-me a aridez desta comunicação que só teve em míra mostrar-lhes quanto me namoram os assuntos que se prendem com o estudo da nossa tão rica como formosa língua.

J. J. Nunes.

A naturalidade de Christovão Colombo

(NOVA COMUNICAÇÃO)

Pela minha adeantada idade e por falta de saude não tenho podido comparecer às sessões, mas tenho acompanhado com o maior interesse as notícias do que vai ocorrendo por sem dúvida em benefício das boas letras nacionais e para manter na devida altura o bom crédito desta Academia, que tem passado por muitas e diversas crises, saindo sempre victoriosa pelo esforço, pela dedicação, pelo patriotismo e pelas luzes brilhantissimas dos seus membros, que tem sabido manter esse crédito dentro e fóra da nossa pátria.

Haverá um ano, pouco mais ou menos, tive ensejo de apresentar nesta classe uma reclamação que se me afigurou digna de chamar a atenção da nossa Academia, acêrca de controvérsia que se dera em Espanha relativamente à naturalidade do celebre Christovão Colombo, em que se empenhavam, diziam, diversos investigadores da nação visinha, com o intuito de o chamar para a sua patria.

Ora, o nosso ilustre e benemérito consócio, sr. Prospero Peragalo, era o mais interessado em tomar conhecimento de tal controversia, e escrevi-lhe informando-o do que ia passando, e da correspondência trocada a êste respeito vim logo aqui dar conta, como julguei do meu dever. Ficou isto registado na acta da respectiva sessão e em seguida impresso no *Boletim,* vol. V.

Pessoa alguma acudiu a contradizer o que se afirmára. Ou não tiveram notícia do que passára na sessão ou não quiseram incomodar-se a refutar, de certo porque contavam com a propaganda que julgavam patriótica embora

baseada em alicerces pouco sólidos. Assim reapareceu a controvérsia mais intensa, propalando-se que se fazia até dentro de terras portuguesas porque era necessário sustentar que Christovão Colombo era galego e judeu.

Chamei de novo a atenção do nosso ilustre e venerando consócio para êste facto, notando-lhe a insistência na propaganda que tendia a destruir o vigoroso estudo de tão longos anos em que ele se empenhara com tão profundo amor e tão bem orientada investigação. Os nossos consocios sabem muito bem que o sr. Prospero Peragalo tem dedicado parte da sua honrada vida e dos seus uteis labores ao estudo da vida e da família de Christovão Colombo e eles estão patentes em oito ou nove livros.

Agradou-lhe a comunicação e dele recebi também a licença de apresentar à segunda classe o que me respondeu e vou ler:

«Presadissimo amigo. — A respeito da lenda galega de Colombo, de que se faz em Espanha tanta algazarra e que em junho proximo passado foi exposta na conferência do tal Aribas Henrique, em Madrid, confirmo plenamente o que já lhe escrevi; isto é, que entre as várias lendas imaginadas para atribuir a Colombo uma patria que não fosse a de Genova, é ela a mais nescia, arbitraria e absurda.

«Pois uma lenda, que abstrae completamente de inumeros documentos magnificamente conexos entre si, ou nega autenticidade de uns autocraticamente e a veracidade de outros, também autocraticamente; que, além disso, falsifica-os, atribuindo, verbi gratia, a Antonio Gallo e a Giustiani o que nunca escreveram; que afirma arbitrariamente que Colombo foi judeu, e que se ocultou a sua religião *foi isto devido* (diz o conferente Arribas) *á perseguição de que eram victimas naquela epoca os judeus* — fazendo assim de Colombo um indigno farçante; e, alêm disso,

«Sem se lembrar o tal Arribas e socios, que tal suposta

ocultação nada teria aproveitado a Colombo perante a Inquisição, que tinha meios infinitos para descobri-lo,

«Sem se lembrar que, apesar disso, tinha vindo Colombo a meter-se mesmo na boca do lobo, vivendo muitos anos em Lisboa e outros muitos em Espanha, onde a Inquisição enfurecia mais assanhada contra os judeus;

«Sem se lembrar que nunca ninguem, nem em Portugal nem em Espanha, acusou Colombo de judaismo, embora ele tivesse lidado com milhares de homens e tivesse tambêm muitos inimigos;

«Sem se lembrar que seu irmão Diogo (e isto diz tudo) foi ordenado clerigo mesmo na Espanha;

«e deixo lá uma longa série de importantissimas observações e repito concluindo:

«Uma lenda, que tem estes e muitos mais predicados análogos, está julgada sem apelação.

«Contudo, houve no mez passado junho (1913) um escritor, de nome Eduardo de Montemar, o qual no periódico *España Moderna*, fascículo 1.º de junho, de paginas 159 a 164, divertiu-se em pôr a calva à mostra ao tal Garcia de la Riega e quejandos, demonstrando a estulticia e absurdidade da tal lenda de Colombo galego e judeu.

«E fico por aqui para não lhe dar mais massada. Se o amigo quiser dar leitura destas linhas escritas ao correr da pena à Academia das Sciências, dou-lhe licença, advertindo porêm que o seu autor tem já os seus noventa anos, e pedindo venia para os erros de gramatica que deve ter cometido.

«Aceite, querido amigo, os meus cumprimentos e creia que sou, com a maior consideração, seu amigo sincero e admirador. — *Prospero Peragallo.*».

Apressei-me em vir trazer de novo esta comunicação à segunda classe da Academia, à qual muito me honro de pertencer ha muitos anos, por imerecido benevolência dos

seus ilustres consocios, declarando que o faço hoje com íntima satisfação depois de ter completado os 80 de idade e mais de 60 em exercício na imprensa.

Pareceu-me êste documento importante, não só para confirmar declarações que fiz a êste propósito na sessão anterior e se encontram registadas, como já disse, no *Boletim* vol. v, mas também para prestar de novo homenagem aos serviços que às boas letras de Italia e de Portugal tem consagrado com desvelo o nosso estimável, venerando e erudito consocio sr. Prospero Peragallo, a quem o govêrno italiano não há muito, quis de certo modo reconhecer e premiar, conferindo lhe a elevada honra de o nomear Abade da basílica de Carignano, prestando-lhe a insigne colegida da mesma basílica mui sentido e lisongeiro preito por esse facto e quando completou os 90 anos de idade em 23 de abril último.

Recebi nessa ocasião de Genova um elegante opúsculo, nitidamente impresso, em prosa e em verso, ornado com um belo retrato do nosso ilustrado e benemérito consócio.

Brito Aranha.

As Lotarias da Misericordia e a Academia das Sciências

Neste momento da vida económica portuguêsa, em que as *Lotarias* e os avultados réditos, que delas espontaneamente derivam para os serviços da Assistência Pública e para o Estado, tanto se discutem é por certo ocasião azada para rememorar parte do que algures já escrevi e foi publicado nas nossas colecções académicas, a fim de rectificar erros, em que laboram a tal respeito, até mesmoas altas e ilustradas personalidades políticas, e de tornar conhecidos alguns novos esclarecimentos curiosos, que consegui colher, embora muito escassos, com respeito às dotações e rendimentos que das Lotarias a Academia das Sciências auferia nos primeiros anos da sua existência.

É êrro corrente hoje, e que tenho ouvido repetir, até a um inteligente e ilustrado ministro da República, que as lotarias são do Estado, e é êste quem subvenciona com parte dos lucros delas os estabelecimentos de beneficência e assistência, quando a verdade histórica manda rectificar tal asserção.

Os documentos já publicados no livro—*A Santa Casa da Misericordia de Lisboa,* a pag. 368 e seguintes, nos mostram à evidência como essas lotarias, solicitadas pela Mesa Administrativa da Irmandade da Misericordia, se estabeleceram, por Decreto de 18 de novembro de 1783, declarando-se tanto neste diploma como nos *Planos* para a primeira lotaria, que andou no ano de 1784, e que correram impressos (na *Regia Officina typographica*), muito positivamente, que as Lotarias eram concedidas para acudir às

urgentes necessidades dos Hospitaes Reaes dos Expostos e dos Enfermos, serviços àquele tempo a cargo da Misericordia.

Não o declarava abertamente o diploma régio, mas dizia-o a *Gazeta de Lisboa* (de 9 de dezembro de 1783), que o promotor desta iniciativa fôra o duque de Lafões, D. João Carlos de Bragança, devotadissimo protector e cultor das letras e das sciências, com o intuito de, com os lucros do novo empreendimento, estipendiar a *Academia*, de que êle fôra o fundador, e cujas despesas corriam apenas com os fundos obtidos por subscrições de beneméritas pessoas da côrte ou de sócios endinheirados, e pelos que o próprio duque de Lafões lhe oferecia do seu particular bolsinho.

Sabe-se mais ou menos de que fonte proveio esta ideia do jogo pelas Lotarias. A sua tradicional origem, assinalada na Italia, em Roma, Veneza, Florença e Napoles, remonta ao século XV, quer sob a fórma de rifas, quer do loto, e aplicando-se ora às despesas de defesa nacional, ora à colocação e venda de produtos industriais, ora à própria beneficência, como uma citada lotaria de Malines, de 1519. A visinha Espanha adotára-as, no tempo de Carlos III, de Bourbon, bisneto de Luis XIV de França. É entre as numerosas reformas económicas dessa época, algumas de grande relevo, que se conta a da criação da Lotaria Espanhola, cuja primeira extracção se realizou em 10 de dezembro de 1763.

A ideia não era também nova em Portugal, conquanto não me seja possível esclarecer suficientemente este ponto nebuloso da história das Lotarias portuguêsas. Alude-se por vezes, em vários documentos manuscritos, às sortes e lotarias reais, e entre os exemplares de listas de prémios, existentes na colecção que organizei e se guarda no Arquivo da Misericordia, acha-se uma folha denominada — «*Lista dos números das Sortes Reaes q̃ sahirão en brãco & en preto, em 29 de julho de 1702*».

O certo é que o duque de Lafões perfilhou a iniciativa do loto português, lançando-a talvez habilmente no espírio dos mesários da Misericórdia, aflictos àquele tempo pelas despesas exageradas a que os obrigava a afluência sempre crescente dos expostos à roda e dos enfermos ao Hospital de Todos os Santos. A *Gazeta de Lisboa* n.º 41, de 10 de outubro de 1720, refere-se porêm a outra tentativa, cujo resultado ignoro, pela qual, naquêle ano a Mesa dos Enjeitados teria pedido licença para formar uma lotaria pública do capital de 200.000 cruzados em 53.334 bilhetes de doze tostões cada um, da qual se tirariam os lucros de 40.000 cruzados ou 20 % para os expostos, e o remanescente 80 % em 42 prémios, que eram pretos 40, com o prémio de 2.500 cruzados cada um, e 2 *brancos*, o primeiro e o último que se extraissem, com 30.000 cruzados cada um. As sortes se tirariam na Praça do Rocio, no princípio de junho de 1721 [1].

Não querendo repetir mais nesta curta notícia o que naquêle livro já referi, apenas direi que na mesma *Gazeta*, em 9 de dezembro de 1783, se noticiava o estabelecimento da nova lotaria anual de 360.000 cruzados, cujos lucros, formados por 12 %, que se tirariam aos prémios, seriam divididos em três quinhões iguais, sendo um para o Hospital de Todos os Santos, outro para o Hospital dos Expostos, (serviço que desde 1636 ficou englobado nas obrigações da Misericordia de Lisboa), e o terceiro para a Academia das Sciências.

Eram portanto, essencialmente, desde o seu início, Lotarias de beneficência, ou de assistência, como modernamente se diz, e pelas aplicações dadas a muitas das várias extracções, que nos subsequentes anos se fizeram até ao primeiro quartel do século XIX, mais se evidencia e afirma esta in-

---

[1] *Gazeta*, n.º 41, cit. no livro *A Santa Casa*, pag. 368.

discutível asserção. Vieram logo por exemplo, partilhar dos lucros a Casa Pia do Castelo (1794), que por algum tempo fez extracções alternadas com as da Misericórdia; as Recolhidas do Rego, e mais tarde (1838) o recem-creado Asilo de Mendicidade. Em anos seguidos, de 1811 a 1815, efectuavam-se as lotarias destinadas ao fim, igualmente beneficente, do resgate dos cristãos catívos dos mouros em Argel.

Tudo isto prova bem claramente, que logo de seu princípio a Lotaria coonestou a imoralidade do jogo, com os fins altruistas da receita que criava. E ainda aparece a confirmá-lo, como adeante o diremos, a Lotaria que a Academia das Sciências, em 1815[1] promovia, para com ela ocorrer às despesas dos serviços médicos de assistência, da vacinação, que o mesmo instituto scientífico, por deligências suas introduzira no nosso país.

Rectificando pois desta fórma as erroneas afirmativas, que aliás de boa fé, se teem feito de ser originariamente do Estado a nossa Lotaria quando, desde a sua fundação, como se vê no Plano e nos bilhetes da primeira extracção e de todas as subseqùentes, se designou sempre pertencer à Misericórdia de Lisboa, compartilhando esta instituição de caridade os lucros havidos, com outros institutos e com o próprio Estado, em obediência a petições ou despachos do govêrno, que assim, em diversos tempos até ao presente, o teem determinado.

Até mesmo quando, em 1892, uma nefasta concessão,

---

[1] Neste ano de 1815 sobreveio uma febre de lotarias, surgindo as pretensões de muitos institutos pios e religiosos para do aumento delas auferir parte dos lucros. Neste sentido requereram as Recolhidas do Rego, as Capuchinhas de Santarem, a Irmandade do Santissimo do Campo Grande, a Casa Pia, o Colegio da Rua da Rosa, etc. Em 1815 se concedeu a lotaria de 5.000 bilhetes à Academia, e a seguir vieram as lotarias do Resgate dos Cativos, e em 1816 outras para a Fabrica de Sedas, do Rato, e para as obras das Aguas Livres.

decretada pelo ministro Oliveira Martins, creou com o monopólio da Companhia Aliança das Lotarias — a *Lotaria Nacional Portuguêsa*, de deplorável memória, os bilhetes, listas, e todos os documentos oficiais diziam sempre, a seguir aquêle título: — *emitida pela Santa Casa da Misericordia de Lisboa* — tal era o prestígio do crédito e da tradição, que por modo algum o audacioso aventureiro daquela concessão tão ruinosa para o Estado, queria perder.

A exploração das Lotarias exercida por uma corporação primacial de assistência pública, implantou-se pois desde 1783 e manteve-se até ao presente, como uma das mais notáveis organizações administrativas, por isso que, em fins do século XVIII e durante todo o século XIX, sob os regimens absolutista e constitucional, previa já os famosos processos de socialisação de serviços pelo Estado e pelas corporações administrativas, com todo o mecanismo, modernamente preconisado pelos sociologistas, de participação de lucros e de contabilismo industrial, com a sua autogerência perfeitamente definida.

A partilha dos lucros é que se tem feito por muito variadas maneiras, e com destinos diversos, como no aludido capítulo do livro *A Santa Casa da Misericordia* deixei referido.

Também na quadra, ainda revolucionária, que vamos atravessando, da implantação do novo regimen, por mais de uma vez, repetidas propostas e tentativas teem sido feitas para obter dos governos ou do Congresso a concessão da exploração das Lotarias por sindicatos monopolisadores. Não será portanto, fóra de propósito ajuntar aqui algumas considerações de ordem económica, social e administrativa sôbre tal assunto.

Primeiro que tudo bastará dizer-se que a exploração das Lotarias, confiadas desde 1783 à Misericórdia de Lisboa, instituto de avultados capitais e de imaculado crédito, com a mais sólida e garantida autonomia financeira, e dirigida

por delegados do govêrno e dos estabelecimentos de assistência pública, se impõe a todos sem a menor discussão, como uma organização modelar, que há mais de um século perdura, antecipando-se ás modernas teorias, a que aludimos acima, da socialização de indústrias e de serviços públicos, pelo Estado e pelas municipalidades.

É hoje, nas doutrinas económicas, como sabemos, ponto assente e praticamente demonstrado pela experiência, que esta socialização de serviços é a fórmula que melhores garantias materiais oferece e que melhores resultados praticos produz, alêm de que, ela contribue, em matéria de princípios, para a realização dos almejados ideais do socialismo scientífico. No nosso país temos já algumas experiências neste sentido, como a do serviço das águas (1888), a da iluminação (1904), e a da viação electrica (1910), municipalisados em Coimbra, com profícuos resultados.

A concessão do monopólio das Lotarias a uma Companhia privilegiada ofenderia gravemente todos os princípios democráticos e sociais, agravando enormemente o vício da imoralidade do jogo, que assim deixaria de ser apenas um mal tolerado em benefício de outros maiores males (a miséria pública nos seus diversos aspectos), para se tornar uma especulação mercantil, em proveito de societarios, que inevitalmente aufeririam da Lotaria grandes proventos, ou que, iludidos nos seus planos, no caso quasi irrefutávelmente certo, lançariam no descrédito e na bancarrota esta grande fonte de receitas, de que a Assistência pública sem queixumes nem reclamações dos contribuintes, tira o melhor dos seus recursos.

É fácil de compreender, que na melhor das hipóteses, se a empresa dá resultados remuneradores para a Companhia, que assumiu essa concessão por mercê do Estado, igualmente os pode dar ao próprio Estado, e preferível é sem dúvida que para êste revertam *in totum* os lucros, sem se perder uma parte dêles nas mãos dos intermediários.

O monopólio seria pois condenável, como todos os monopólios, e cercearia os lucros sociais da exploração. Não colhe o argumento, filiado na velha teoria de Adam Smith, de que a exploração feita pela Misericórdia tenha de ser sempre inferior à exploração feita por particulares. Esta asserção não oferece já hoje aos economistas o grau de veracidade que lhe atribuia o seu autor, porque, devemos advertir, que na maioria dos casos, como justamente neste caso presente das Lotarias, o *particular* concessionário não é um indivíduo, um patrão, industrial ou comercial, que à testa dos seus negócios lhes imprime um esforço constante e irredutível; não! aqui o concessionário será uma *Companhia;* e nós sabemos que em tais entidades comerciais não é admissível, e dí-lo com toda a autoridade o ilustre lente universitário e estadista sr. dr. Marnoco e Sousa:— «não é admissível falar do estímulo, do interesse pessoal, «do espírito de iniciativa e de economia, da flexibilidade de «administração e de outras virtudes maravilhosas, que os «indivíduos reconhecem nas empresas privadas, pois as «grandes companhias enfermam dos mesmos vícios e defei«tos que se atribuem às explorações públicas».

O mesmo sr. dr. Marnoco afirma que na exploração dos tramueis em Coimbra, os lucros excedem os das emprezas particulares congéneres.

Acresce ainda notar que nas Lotarias, a administração, pela sua fórma especial, oferece os mais fortes argumentos contra este reparo, de maior peso, apresentado pelos adversários da socialização dos serviços pelo Estado — o da incompetência e desinteresse dos funcionários dirigentes.

Aqui, nas Lotarias, a administração e gerência são exercidas por uma comissão [1] formada pelos gerentes dos estabelecimentos de assistência, institutos em geral não fartos

---

[1] Regulamento do serviço das Lotarias, Dec. de 12 de dezembro de 1907.

de meios para as suas pungentes necessidades, e por intermédio de um grupo de empregados, interessados com uma percentagem nos lucros, medida esta, que, originária também do século XVIII, desde o início da lotaria, prevê e realisa um dos mais simpáticos e eficazes processos económicos modernos, o da — participação dos lucros — pelos que teem a seu cargo, vigilância e grave responsabilidade moral (que neste caso das Lotarias é muito importante), as variadas operações da exploração.

Na verdade, talvez raros exemplos tão completos, tão perfeitos e tão avançados nos processos económicos e administrativos, poderão apontar-se no país e lá fóra, como êste da gerência das Lotarias pela Misericórdia de Lisboa.

A estatística e os relatórios abonam-nos o crescente, progressivo, constante e seguro aumento do seu capital e dos seus lucros. De 1891-1892 até 1911-1912 a emissão das lotarias subiu de 1007 contos a 3187, e os lucros respectivos ascenderam de 258 contos a 839, isto é, a Lotaria mais do que triplicou em um período de 20 anos.

O crédito, de que ao presente gosam as Lotarías, e o respeito e simpatia que cercam êste jogo público, atestam a probidade irrecusável da sua administração modelar.

O interesse de uma corporação inteira e numerosa, que labora no complicado giro das extracções, activa e promove, embora à custa de esforços e canseiras, a melhoria constante da exploração, tanto quanto as possibilidades legais da expansão da venda no mercado, o permitem e aceitam.

Funcionários que, desde a sua entrada para o quadro da Misericórdia, vêem o seu futuro e os seus honorários dependentes do maior ou menor desenvolvimento da Lotaria, consagram-se a estes serviços de corpo e alma, estudando e pensando em remodelações sucessivas.

Basta pensarmos nas antigas emissões, feitas em bilhetes inteiros, depois divididos em quartos, em quintos, em nonos, em décimos, em vigésimos, agora já em quadragési-

mos, estando em estudo e ensaios os centésimos; e lembrarmo-nos de que as extracções eram a princípio anuais, depois mensais, depois trimensais e hoje são já semanais, intercalando-se-lhes as grandes lotarias de junho e de dezembro, e vêr o aumento já citado dos lucros, para se poder abertamente afirmar que a gerência das lotarias tem constantemente promovido o seu desenvolvimento e progressivos rendimentos.

Não consiste esta perfectibilidade de processos sómente na participação dos lucros, mas tambêm no preconisado sistema do *Contabilismo industrial,* em que se organisam empresas distintas da da corporação do Estado, com seu orçamento e contas separadas e especiais. Assim sucede com a Lotaria, cuja administração constitue um cofre, completamente distincto do da Misericórdia, cuja escrita está montada em separado, e cujos capitais e lucros, à guarda e cuidado do instituto venerando da Misericórdia, existem separadamente dos fundos próprios da instituição secular, de modo que este serviço, fiscalisado pelo grande estabelecimento de assistência, constitue uma *agência* especial, com autonomia completa, apenas sujeita à observância das leis, que superiormente regulam a exploração, e do cumprimento das quais é fiscal o vice-presidente da comissão administrativa, o director geral das Finanças.

Assim colocada fóra das influências da política, e mui fracamente prejudicada por alguns isolados prúridos atávicos de burocratismo, logo combatidos e vencidos pelo consenso unanime da maioria dos dirigentes e dos funcionáríos interessados, a administração das Lotarias corresponde por completo a um dos casos do *Estado Industrial* — orgão apenas de funcções económicas, que os socialistas, como Vander-Velde e Michelet preconisam, com o melhor critério, para as explorações pelo Estado, processo que permite e estabelece uma gerência perfeitamente equiparável à das empresas particulares.

Encarando aínda a pretendida concessão pelo seu aspecto puramente social diremos poucas, mas segundo nos parece, mais do que convincentes palavras.

A socialisação de serviços, principalmente daquêles que nas mãos dos particulares teem de representar odiosos privilégios monopolistas, é tido nas teorias político-sociais das escolas alemãs, como o meio mais conveniente de preparar os espíritos para o colectivismo futuro.

Tratando-se das Lotarias é evidente que o Estado, admitida a sua necessidade actual, como recurso financeiro para ocorrer aos serviços da Assistência pública, que de dia para dia se tornam mais exigentes, não pode nem deve entregar a exploração de tão importante receita nas mãos de companhias mercantís, em cujos escritórios e cofres intermediários tenha de subverter-se, com prejuizo grave da moralidade e da economia, uma parte dos lucros realisáveis.

Tendo em seu poder a gerência dêste *monopólio*, que os fins da Assistência pública transitóriamente justificam, o Estado — por intermédio do crédito tradicional da Misericórdia, pode assegurar-lhes o desenvolvimento maior ou menor, não só segundo as urgências do tesouro, mas até, de ano para ano, segundo as orientações económicas variáveis dos seus estadistas, de modo a graduar por suas mãos só até aos limites das necessidades da Assistência pública, as receitas da Lotaria.

*

* *

O que é porêm indubitável é que nos primeiros anos da vigência do regimen das Lotarias da Misericórdia, a terça parte dos 12 % dos prémios, isto é, do seu capital, revertia em benefício da então nascente e benemérita Academia das Sciências.

Na presente conjuntura da vida académica, em que uma

feliz revivescência tem chamado as atenções dos académicos mais dedicados para o estado financeiro e económico desta prestimosa corporação scientífica, e em que a remodelação do seu Estatuto é assunto das discussões e dos bons desejos de todos os académicos, interessante julguei que seria relembrar, ou antes inquirir e tornar conhecidos alguns dados ácerca desta receita que constituiu uma das primeiras fontes de recursos financeiros da Academia.

Escassos fôram os elementos colhidos nos dois arquivos da Misericórdia e da Secretaria Académica. Neste último, onde eu esperava encontrar subsídios elucidativos, quer em actas ou correspondências, quer nos livros de contabilidade, não consegui colher senão algumas vagas indicaçoes, das quais, por me parecer util coligir quanto possa dar elementos para a história da instituição, infelizmente por fazer, darei os sumários extractos.

Creada a Academia das Sciências, foi instalada a princípio no vasto e magnífico Paço das Necessidades, onde esteve desde 1780 até depois de 1787; a seguir esteve nas casas ao Poço dos Negros, de que nos fala Julio de Castilho na *Lisboa Antiga* (1.ª parte, 2.ª ed., vol. III), onde ficou até 1797, e depois no palácio do Monteiro-mór, à Calçada do Combro, do qual saiu, pela extinção das ordens religiosas, para as casas do Convento de Jesus, doadas pelo govêrno, pela Portaria de 23 de outubro de 1834. Desde 1792, porêm, já a Academia, como legatária do P.ᵉ José Maîne, tinha a ingerência e administração da livraria de Jesus e do museu Mayne [1].

Nos livros do Arquivo Académico, chamados—*Livros do Conselho*, achei, na acta de 21 de março de 1795, se pediu licença ao Marquez de Ponte de Lima, para efectuar a mudança da Academia, livros, museus, etc., para as suas

[1] A *Bibliotheca da Academia,* Noticia por Cardoso de Bethencourt, 1909, pag. 10 e 17.

novas casas — Palácio do Monteiro-mór, à Calçada do Combro, o que lhe foi deferido. Em 1796 determina-se finalmente a mudança para aquelas casas, concedidas por S. M., e ali estabelecida a Academia, em acta de 18 de março de 1797, reconhece a necessidade de pedir a realisação de várias obras e reparos, das quais, diz a acta, se tirou conta para ser presente ao Marquez Presidente do Real Erário, para ser a sua importância abatida no aluguer.

O aluguer destas casas ao Poço Novo era, em 1794, de 170$000 réis semestrais, como consta do livro *Caixa*, fl. 3.

Os fundos da Academia consistiam, até esta epoca de 1799, apenas nas subscrições e donativos dos sócios e de outras pessoas beneméritas, que protegiam a douta corporação, como claramente se diz na carta de Domingos Vandelli, de 10 de fevereiro de 1780, das vendas das suas publicações ou edições acodémicas, de que existe o livro de receita N.º A, e dos lucros das Lotarias da Misericórdia.

Nem os planos, nem os bilhetes das primeiras lotarias, de que possuimos exemplares, se referem porêm à participação da Academia, na terça dos lucros, conforme determinavam as instrucções juntas ao plano da primeira lotaria de 1784, com excepção do plano da de 1794, no qual se lê — *Plano para a Loteria que em beneficio dos Hospitaes Geraes dos Enfermos e Expostos, Academia das Sciencias e Casa Pia do Castello se ha de fazer no prezente anno de 1794, etc.* [1].

Não há a menor dúvida porêm, de que desde 1784 até 1793, houve uma lotaria anual, e desde 1794 até 1796 duas lotarias por ano, e que de todas elas a Academia recebeu a sua quota parte dos lucros.

---

[1] Existe no *Arquivo* da Misericordia a colecção e exemplares dos Planos e alguns bilhetes das lotarias dos anos de 1784, 1785, 1786, 1787, 1788, 1789, 1790, 1792 e 1794, faltando depois até 1805, 1806, 1813, 1815 (Academia), 1819.

No maço de correspondência recebida da *Academia das Sciencias* [1] existe o seguinte — *Aviso de 9 de Dezembro de 1783* —, que participa á Academia a concessão das Lotarias:

Ill.^{mo} e Ex.^{mo} Sr. — Sua Magestade querendo promover em beneficio publico o adiantamento da Academia Real das Sciencias, Foi servida ordenar, se applicasse a favor della a terça parte do producto que resultasse da Nova Lotaria estabelecida por Decreto e Plano das Copias inclusas assignadas por Isidoro Soares de Athaide, Official Mayor da Secretaria de Estado dos Negocios do Reyno. O que de Ordem da mesma Senhora participo a V. Ex.^{a} a fim de que o possa fazer presente na mesma Academia Real para sua intelligencia. Deos g.^{de} a V. Ex.^{a}. Paço, em 9 de Dezembro de 1783. — *Visconde de Villa Nova da Cerveira.*

Nos livros de — *Diversos Rendimentos* a fl. 22 e na — *Caixa das Loterias* (1.^{a}) (do *Arquivo da Misericordia*) encontrei os lançamentos seguintes de entregas feitas à Academia das Sciências, da importância de tais lucros. É curioso ver, e pena é que no Arquivo Académico não me fôsse possível achar a contraprova destas receitas, a quanto montou, nos doze anos que decorrem de 1785 [2] a 1796, as subvenções com que as Lotarias da Misericórdia acudiram à sustentação da Academia.

---

[1] Segundo indicação que me forneceu o 1.º oficial sr. Alvaro Neves.

[2] Nos documentos do referido maço de correspondencia, existente no Arquivo da Academia, foi-me igualmente denunciado pelo 1.º oficial sr. Alvaro Neves o oficio da *Misericordia*, de 17 de janeiro de 1785, dirigido ao Visconde de Barbacena, Luis Antonio Furtado de Mendonça, — perticipando-lhe, para o fazer presente na Real Academia: — «que a terça parte da Loteria, pertencente a ela, na forma «do Decreto de 18 de Novembro de 1783, he da quantia de reis «5:139$188, líquida de despesas respectivas, de cuja quantia po-

Eis a nota das verbas, nos livros indicados:

1785	com a referência	da Caixa	7 — fl. 240..	5:139$188
1786	»	»	8 — fl. 110..	5:265$155
1787	»	»	9 — fl. 63..	5:274$538
1788	»	»	10 — fl. 26..	5:259$875
1789	»	»	» — fl. 205..	5:278$836
»	»	»	12 — fl. 14..	4:806$930
1790	»	»	13 — fl. 25..	5:262$402
1791	»	»	14 — fl. 59..	5:302$681
1792	»	»	16 — fl. 13..	5:299$446
1794	»	»	18 — fl. 23..	3:229$422
»	»	»	» — fl. 82..	2.640$000
1795	»	»	19 — fl. 186..	2.639$494
»	»	»	19 — fl. 187..	3.413$333
1796	»	»	20 — fl. 68..	2.225$163
»	»	»	21 — fl. 81..	2.000$000
1797	»	»	» — fl. 118..	3.261$903
»	»	»	» — fl. 173..	2.066$220
»	»	»	– — fl. – ..	5.264$258
1798	»	»	– — fl. – ..	4.318$720

«derá V. Ex.ª servir-se extrahir conhecimento em forma, e em qual«quer dos dias do cofre, que são nas terças de tarde e sabados de «manhã, etc».

Na *Caixa* da Academia encontrei em 20 de junho daquêle ano de 1785, o assento do recebimento, onde se lê:

— «Recebido em patacas castelhanas, contadas por 800 reis cada uma, pèla 3.ª parte liquida das despesas, da Loteria Nacional. L.º de receita da Academia — 5:193$188».

Identicamente se encontram os lançamentos seguintes, que não condizem exactamente com os dos Livros da Misericordia:

1786 — Fevereiro 10. Idem — 5:625$155.

1787 — Idem — 5:259$875.

1788 — Idem — 5:278$836.

1789 — Idem — 4:806$930.

1794 — Idem — 2:646$000.

Estes rendimentos, que somaram naquêles 13 anos perto de 78 contos, dando portanto uma média anual de reis 5:990$000 eram o resultado da protecção que D. Maria I concedera, no seu Aviso de 13 de maio de 1783, no qual se declarava Protectora da Academia, e no Decreto de 18 de novembro do mesmo ano, em que lhe estabelecia a dotação do terço dos lucros da Lotaria.

Por estes dois tão justos motivos mandou a Academia cunhar uma medalha comemorativa, de que se fizeram exemplares de ouro, de prata, de cobre e de estanho, medalha àcerca da qual o meu ilustre amigo dr. Artur Lamas deu curiosa notícia descritiva e documental na sua Memória sobre as — *Medalhas da Academia Real das Sciencias de Lisboa* (publicada em 1909, Imp. Nacional, sep. do *Archeologo Português*, de 34 pag. e V est.). Esta medalha, datada de 1783, foi solenemente entregue à Rainha doadora dos benefícios, que permitiram a vida académica nestes primeiros quinze anos da sua existência, e assim no-lo refere a *Gazeta de Lisboa*, citada na referida Memória.

Áparte porêm o registo dêste agradecimente da Academia, nada mais encontrei nos livros do respectivo arquivo senão pequenas notas, que pouco esclarecem o assunto, tão importante aliás, das finanças da douta corporação.

Assim, só respectiva ao ano de 1793, eu achei, junto às Actas do Conselho Administrativo, do mês de junho, a indicação de que ao guarda-mór se devia ordenar a prestação de contas aos sabados e a organização do seu livro Mestre, e de que se deveria igualmente formular o regimento da Fazenda da Academia. Esta nota não está datada e apenas apensa às actas de junho.

Logo adeante aparece o regulamento no qual se determina que os lucros das Lotarias se não misturarão na receita com as somas que de outras proveniencias entrarem no tesouro da Academia. As contas do guarda-mór seriam

presentes aos meses, em livro especial, fixando-se-lhe como dotação para as despesas mensais a quantia de 300$000 (*Acta* de 12 de junho de 1794).

Como vimos, os assentos das prestações de lucros pagas pela Misericórdia à Academia terminam em 1798, referindo-se esta última verba aos lucros da primeira e segunda lotarias de 1796. Desde esta data até 1804 escasseiam por completo no Arquivo da Misericórdia notícias das Lotarias não havendo nem planos, nem livros, nem bilhetes, nem listas. Sabe se apenas que em Aviso de 30 de setembro de 1796 se crearam Lotarias no Rio de Janeiro e na Bahia, à semelhança das de Lisboa.

As da Misericórdia já haviam sido aumentadas em número de bilhetes, para acudir também com parte dos seus lucros às Recolhídas do Rego (1789) e à recemcreada instituição da Casa Pia de Castelo, iniciativa social do Intendente Pina Manique. Em 1796 porêm, as vendas retraíram-se; não era possível colocar as emissões; as Lotarias adiaram-se por duas vezes para 15 de outubro de 1796 e depois para 27 de julho de 1797 [1]. Parece fóra de dúvida que houve então uma suspensão das Lotarias da Misericórdia, que o Alvará de 18 de junho de 1799 declaradamente determina, por se terem criado as — *Lotarias Reaes*, e talvez por funcionarem as que à Real Casa Pia haviam sido concedidas para por ela se extraírem.

O certo é que só em Aviso de 9 de junho de 1800 novamente se ordena à Misericórdia a continuação das suas Lotarias anuais, de que não encontramos contudo execução senão em 1804 até 1807 [2] depois do que novamente se interrompem até 1811 pelo motivo clarividente das invasões francesas.

[1] Livro 5.º de *Avisos* fl. 142.

[2] A lotaria de 1805 era feita em benefício do Teatro do Salitre.

Estes subsídios apenas nos subministra o Arquivo da Misericórdia. Os livros do Arquivo Académico quasi nada adiantam. Em 16 de dezembro de 1797 o Conselho administrativo deliberava verificar se em cofre havia os dinheiros precisos, ou no caso de estarem exaustos os recursos da instituição, se representasse à rainha àcerca das difíceis circunstâncias financeiras da Academia. O tesoureiro era, a êste tempo de ruinosas finanças o general Bartolomeu da Costa.

O assunto não ficou liquidado, como geralmente sucede nestas conjunturas aflictivas. Voltaram a trata-lo em 1798 e em 1799. Em janeiro dêste último ano resolve-se a venda de 5 apólices que a Academia possuia, no valor de réis 2:062$578. Em 16 de fevereiro instava-se pela urgência de cobrar da Misericórdia o resto dos lucros das Lotarias dos anos anteriores, resolução esta que não se compreende, visto parecer que desde 1796 não se realisavam, e em 1798 fôra, como vimos, paga a última prestação do resto dos lucros da 1.ª e 2.ª lotarias de 1796.

Ainda em 15 de junho de 1799 a Academia resolve pagar as suas despesas, dando aos credores cincoenta por cento em papel moeda.

A ruina financeira tocára quasi os extremos. Veio então o decreto de 4 de novembro de 1799, de que os livros académicos não nos falam e pelo qual se concedeu à Academia um subsídio anual de 4:800$000 réis para as despesas da sua sustentação. A êle se refere José Silvestre Ribeiro, dando o na integra, assim como o alvará de 18 de junho de 1799, que suspendera as lotarias da Misericórdia [1].

No decreto de 4 de novembro claramente se diz que a Academia se achava destituida de recursos, com que fôra dotada em —«conseqùência de haver-se interrompido a continuação da lotaria»,— e por isso, sem os meios de continuar

[1] *Historia dos Estabelecimentos Scientificos*, tom. II,. pag 281.

os trabalhos scientíficos, em que *tão util e gloriosamente se tem empregado por espaço de vinte anos.* E concluia:

«E querendo dar-lhe novas demonstrações da minha real benevolência, e da satisfação com que tenho presenciado o seu zelo e eficácia em promover os progressos das Sciências e Artes, que maiores vitalidades podem trazer à Nação Portuguesa e ao meu real serviço — hei por bem fazer-lhe mercê da quantia de 4:800$000 reis annuaes por ora, que lhe serão pagos pelo Cofre do Subsidio Literario aos quarteis, por mão do Tesoureiro Mór do meu real Erário, emquanto eu não mandar o contrario, e não fôr servido tomar a êste respeito outras providencias que firmem de uma vez — assim a subsistencia como a organização e ordem de uma corporação, cuja evidente utilidade me dedeterminou a tomá-la debaixo da minha real e imediata protecção de que ela se tem feito tão benemerita».

Encontra-se menção destas dotações da Academia em um livro da colecção das publicações académicas intitulado: — *Colecção Systematica | das | leis e Estatutos | por que se tem governado | A Academia Real das Sciencias | de Lisboa, | desde o seu estabelecimento até ao tempo | presente. || Mandada imprimir por Resolução da Assemblêa Extraordinaria de Effectivos de 13 de Junho de 1812, para ser distribuida por todos os socios; e segunda vez aprovada e mandada publicar, do mesmo modo por que foi compilada, por determinação da Assemblêa do Conselho de 12 de Janeiro de 1815* | Lisboa, Typ. da mesma Acad. 1822. — 76 pag.

Neste livro faz-se referência ligeira às graças concedidas pelos governos à Academia, nos seguintes termos:

No Titulo XXIII, em que trata — *Dos Privilégios concedidos* pelos Senhores Reis destes Reinos à Academia das Sciencias *e aos seus socios,* diz:

«§ VII. Emquanto ao governo económico, as principaes

graças concedidas à Academia são as seguintes: — 1.ª A ella foi aplicada a terça parte do producto que resultasse da nova Loteria estabelecida no Decreto de 18 de Novembro de 1783; o que lhe foi participado em Aviso de 9 de dezembro do mesmo ano.

§ VIII. 2.ª — Havendo-se interrompido a continuação desta Loteria, houve S. Alteza Real por bem «fazer mercê à Academia da quantia de 4:800$000 annuaes, pagos pelo cofre do subsidio literario aos quarteis etc. Decr. de 7 de Novembro de 1799.

O sabio e honrado publicista José Silvestre Ribeiro acrescenta ao texto da providência régia o seu comentário:

«Confessemos, diz êle, que o soberano encerrava brilhantemente o século XVIII, com referência à Academia».

*

Mais de 100 anos decorreram, e o património e dotações da Academia tiveram durante êles auxílios e agravos, até acabar no epílogo pungente da absorção da parte de seu edifício e cêrca por institutos diversos, e da supressão lamentavel da tipografia académica.

Trata a benemérita corporação oficial da Academia das Sciências de propor ao Govêrno a remodelação do seu *Estatuto,* e portanto oportuno seria o momento, em meu parecer, de nêle se consignar, de acôrdo com o Govêrno da República, de uma forma precisa e definida, a categoria, faculdades e existência autonómica, da primeira instituição scientífica de Portugal, fixando-se-lhe, alêm desta autonomia, análoga à das Escolas e Faculdades do país, a sua dotação e rendimentos e os meios de executar a sua principal missão, imprimindo em tipografia sua as suas actas, os seus boletins e as suas memórias.

Victor Ribeiro.

NOTAS

I

A primeira lotaria, em 1784

A) Como se vendeu

1784 — Junho a Agosto:

José Semião d'Oliveira recebeu para venda 5521 bilhetes, que produziram 35:328$000 réis.

Simão Ferreira, cobrador, distribuiu 1813 bilhetes, sendo 950 para distribuir pela Mesa, Caldas, e João Teixeira de Barros, réis 11:603$200.

Eram distribuidos aos 50, ao Provedor, Thesoureiro geral, visitadores, etc.

Compraram e teem conta aberta:

Paulo Jorge	100	bilhetes
Conde de Povolide (Provedor)[1]	213	»
Anselmo José da Cruz	80	»
Conde de Valladares	50	»
João Rodrigues Caldas	219	»
Manoel Gonçalves Ramos	50	»
Companhia dos Vinhos do Alto Douro (Recambiou 1:846).	2:000	»
Governador do Porto (Recambiou 660).	1:000	»
Misericordia do Porto (Recambiou 963).	1:000	»
Reytor de Coimbra (não acceitou)	100	»
Conde d'Atalaya	50	»
Arcebispo de Braga	200	»
Marquez de Niza (Falleceu no dia 6 de agosto de 1784 em que os recebeu).	50	»
Misericordia de Guimarães (Recambiou 41).	50	»
Thezoureiro Geral Custodio José Bandeira	236	»

[1] O Conde de Povolide ficou a dever estes 213 bilhetes; a Condessa obrigou-se a pagal-os pelas rendas da comenda de S. Cosme (cujo rendeiro era Rafael José Lopes) por escritura de 22 de setembro de 1794 (*Arquivo da Misericordia, Escrituras*, v. 50).

Misericordia de Lamego	50	bilhetes
Pedro da Cunha (Visitador)	106	»
Misericordia da Guarda (Recambiou-os).	50	»
José Antonio de Castilho (Visitador)	50	»
Misericordia de Vizeu	50	»
Desembargador Manuel Ignacio de Moura	50	»
Misericordia de Castello Branco (Recambiou 47).	50	»
Jacinto José Freire (Visitador)	50	»
Misericordia de Portalegre	50	»
Manuel Vicente (Visitador)	50	»
Misericordia de Setubal (Recambiou 40).	100	»
Antonio Luís de Barros Lima	50	»
Arcebispo de Evora	100	»
Mordomo dos Presos, Manuel da Silva Moreira	50	»
Misericordia de Faro (Recambiou 63).	100	»
Mordomo da Capella, Antonio José dos Santos	50	»
Domingos Bastos Vianna	100	»
Nicoláo Roncon	50	»
Francisco Hygino Pereira Dias	100	»
Antonio Nunes Galvão	50	»
Pantaleão José Laroche	18	»
Antonio Joze Amado (Entregou 10).	49	»
Manoel Gomes da Costa	12	»
Domingos Mendes Dias	60	»
Jeronimo José Xavier de Castilho (Entregou 736).	1:428	»
João Ferreira	140	»
João Teixeira de Barros (Recambiou 100).	936	»
Francisco Manuel Calvetti	70	»
Vicente Francisco d'Oliveira	70	»
Antonio Moreira	20	»
Antonio Rodrigues de Leão	50	»
Visconde da Lourinhã	200	»
Provedor das Capellas	5	»
Misericordia de Tavira (Recambiou-os).	50	»

João Antonio de Amorim Vianna	30 bilhetes
Misericordia de Lagos (Recambiou 41).	58 »
Rafael Lourenço Peres (Não acceitou).	50 »
Bispo de Beja	100 »
Francisco José Lopes	50 »
Rafael da Silva Braga	35 »
Francisco Leote (de Faro)	2 »
Francisco Rodrigues de Oliveira	100 »
Francisco José da Silva	248 »
Jacinto Fernandes Bandeira	250 »
João Lopes Mozinho	175 »
Antonio Ferreira Mesquita	100 »
José Borges Marques	50 »
Misericordia de Coimbra (Recambiou 33).	100 »
José da Cruz Miranda	100 »
Misericordia de Santarem	50 »
Theotonio Gomes de Carvalho	6 »
Misericordia da Covilhã	50 »
Manuel Joaquim Rabelo	100 »
D. José Marialva	50 »
Antonio José dos Santos Amorim	36 »
Francisco Corrêa	1:033 »

B) **Premios que se pagaram**

Andando a extracção, principiou o pagamento dos premios no dia 27 de novembro de 1784, pagando-se os premios maiores aos seguintes:

N.º 19:360 — 12:000$000 réis a Gervasio da Silva Lopes, e João Francisco Moreira.

N.º 15:289 — 4:800$000 réis a Thedora José d'Afonseca, com loja de louça na rua Augusta.

N.º 5:906 — 2:400$000 reis a João de Freitas, moço de servir, morador á Cruz de Santa Elena em casa de Gregorio de Fornos, com tenda.

N.º 15:503 — 2:400$000 réis a Antonio José da Costa Dorem, negociante, irmão da mulher de Antonio Ferreira de Mesquita, escrivão dos armazens.

N.º 8:327 — 1:600$000 réis a Jacomo Tialdo, homem de negocio.

N.º 17:118 — 1:600$000 réis á Ill.ma e Ex.ma Sr.a Condessa de Soure.

N.º 16:937 — 1:600$000 réis a Manuel Martins, e mais sociedade do Terreiro.

N.º 17:336 — 1:600$000 réis, a Agostinho Rodrigues, negociante da praça desta cidade.

N.º 18:981 — 1:600$000 réis a Joaquim José Ferreíra Vidal, advogado, morador na rua da Incarnação, calçada de S. Anna.

N.º 3516 — 1:600$000 réis, a João Lopes Botelho, mestre de obras.

N.º 9738 — 720$000 réis, a Manuel Gomes Peixoto, alferes do regimento de Aveiras.

Importaram estes premios grandes em 31:920$000 réis, de que se descontaram 12 %, na importancia de 3:830$400 réis.

Proseguiram os pagamentos até 6 de dezembro de 1785 vindo ainda a pagar-se alguns premios em 1786, 1787, 1790 e até em 23 de outubro de 1794, sendo o total dos premios pagos de réis 143:032$000.

Livro de entrada de materiaes diversos e de diversas contas de loterias. Arquivo, Sala C, Est. I, N.º 59.

II

Seqüência das lotarias no seu primeiro quinquagenário segundo as colecções existentes no Arquivo da Misericordia de Lisboa

A) Planos e instrucções

1784 — Plano e instrucções, 8 pag. [1]. Regia oficina tipografica.
1785 — Plano e resumo substancial, 4 pag. [1]. Idem.
1786 — Plano, 2 pag. [1]. Idem.
1787 — Plano, 1 pag. [1].
1788 — Plano, 1 pag. [1].
1789 — Plano, 1 pag. [1].
1790 — Plano, 1 pag. [1].
1792 — Plano, 1 pag. [1].
1794 — Plano [2].

[1] Em benefício dos Hospitaes Reaes dos Enfermos e Expostos.

[2] Em benefício dos Hospitaes Reaes dos Enfermos e Expostos, Academia Real das Sciências e Casa Pia de Castello.

1805 — Segunda extracção da loteria—Repartição dos premios [1].

1805 — Plano da loteria | que | S. A. R. | o Principe Regente Nosso Senhor | por seu especial aviso, | foi servido conceder a beneficio do impresario | do Theatro Nacional do Salitre, | para o presente anno de 1805. 6 pag. Na Impressão Regia.

1806 — Plano da lotaria da Misericordia de Lisboa [1].

1813 — Plano da 2.ª loteria [1].

1819 — Plano da loteria do anno de 1819 a que se vai proceder pela Junta dos Juros dos Reaes Emprestimos, na conformidade das Reaes Ordens, destinando-se os 12 % do seu producto a beneficio das extraordinarias despesas da Real Fazenda e de outras aplicações ordenadas por S. M. em Aviso de 20 de fevereiro de 1819.

1819 — Plano da 1.ª loteria do ano de 1819, em beneficio dos Hospitaes Reaes (sendo 2:000 bilhetes para o Real Erario).

1819 — Plano da 2.ª loteria, a beneficio dos Hospitaes Reaes e outras applicações, segundo as Ordens Regias e Avisos de 6 de fevereiro e 5 de julho de 1819.

1822 — Plano da 2.ª loteria, a que se vai proceder pela Junta dos Juros dos Novos Emprestimos (Portaria da Regencia do Reino de 9 de maio de 1821).

1831 — Planos para a 4.ª e 6.ª loterias (1.º semestre de 1831) pela Misericordia e Hospitaes Reaes.

1832 — Plano para a 9.ª loteria, idem.

1833 — Plano para a 1.ª parte da 5.ª loteria do 1.º semestre de 1833, idem.

B) Colecção de bilhetes

1784 — Loteria da Misericordia de Lisboa.

1794 — Idem.

1815 — Idem, 2.ª extracção.

1819 — Idem, 2.ª extracção.

1827 — Idem.

1832 — Idem, 1.ª extracção do 1.º semestre.

1832 — Idem, 2.ª dita

1834 — Idem, 2.º trimestre.

1836 — Idem, 2.º trimestre.

1837 — Idem, 3.º trimestre.

1837 — Idem, 4.º trímestre.

[1] Em beneficio dos Hospitaes Reaes dos Enfermos e Expostos.

1838 — Idem, 1.º trimestre.
1838 — Idem, 2.º trimestre.
1838 — Idem, 3.º trimestre.
1838 — Idem, 4.º trimestre.
1839 — Idem.
1815 — Loteria da Academia. Para as despesas da vacinação.
Loterias da Casa Pia e outras [1]:
1817 — Com extracção na Misericordia. Preço do bilhete 10$000
1818 — Idem .... »
1819 — Idem .... »
1820 — Extracção na Casa Pia .... »
1821 — Idem .... »
1822 — Idem .... »
1824 — Idem, a beneficio das Religiosas do mosteiro da Visitação de Santa Maria .... »
1825 — Loteria da Real Casa Pia. Extracção na Casa Pia 1.º semestre .... »
1826 — Idem, 2.ª extracção .... 5$000
1827 — Idem, 4.ª extracção .... »
1829 — Idem, 2.ª extracção do 2.º semestre .... »
1830 — Idem, 3.ª extracção do 2.º semestre .... »
1831 — Idem, 1.ª extracção do 2.º semestre .... »
1832 — Idem, 4.ª extracção do 2.º semestre .... »
1833 — Idem, 1.ª extracção do 2.º semestre .... 2$400

Segundo uma curiosa colecção de bilhetes de lotarias que foi apresentado pelo sr. Luis Keil (de Lisboa) à *Exposição das Artes Graficas*, realisada em 1913 na Imprensa Nacional (grupo 13, n.º 6081), colhi noticia das seguintes lotarias, que devem adicionar-se à lista supra:

1818 — Loteria da Junta dos Reaes Emprestimos.
1825 — Loteria a beneficio da Real Irmandade do Senhor dos Passos da Egreja do Desterro.
1834 — Loteria da Misericordia.
1838 — Idem.
1847 — Loteria Nacional, ordenada por Dec. de 4 de abril.
1853 — Loteria da Misericordia.
1858 — Idem.

---

[1] Colecção oferecida à Misericordia por Francisco Simões de Almeida Margiochi, em 29 de agosto de 1830.

1833 — Idem, na 2.ª parte da 4.ª loteria do 1.º semestre. 2 pag. idem.

1833 — Idem, na 4.ª parte da 5.ª loteria do 1.º semestre, idem.

Destas 3 colecções, infelizmente muito incompletas, deduz-se a seguinte serie cronologica das loterias:

1784, 1785, 1786, 1787, 1788, 1789, 1790, 1791, 1792, 1793 — uma loteria da Misericordia cada ano.

1794, 1795, 1796 — 2 loterias anuaes.

Não ha livros, nem planos, nem listas, de 1796 até 1804.

1804 — 2 lotarias.

1805 — 2 lotarias, sendo uma para o Teatro do Salitre.

1806 — 2 lotarias.

1807 — 1 lotaria.

Nos anos de 1808, 1809 e 1810 não houve lotarias.

1811 — 2 lotarias e a 1.ª do resgate dos cativos.

1812 — 3 lotarias para o Resgate dos Cativos.

1813 — 4 lotarias, sendo a 5.ª e 6.ª dos cativos.

1814 — 4 lotarias, sendo 2 a 7.ª e 8.ª dos cativos.

1815 — 2 lotarias e a da Academia.

1816 — 2 lotarias.

1817 — Loteria da Casa Pia, extracção na Misericordia.

1818 — Idem.

1819 — Idem e loteria da Junta dos Juros Reaes e 2 da Misericordia.

1820 — Loteria com extracção na Casa Pia.

1821 — Idem.

1822 — 2 loterias.

1823 e 1824 — ? e loterias na Casa Pia.

1825 — 2 loterias, idem.

1826 — ? idem.

1827 — 2 loterias, idem.

1828 — ?

1829 — 2 loterias, idem.

1830 — 3 loterias ou 4, idem.

1831 — 8 loterias, idem.

1832 — 9 loterias, idem.

1833 — 5 loterias semestraes, idem.

1834 a 1839 — loterias de trimestre.

III

Loterias brasileiras nos meados do século XIX

A titulo de curiosa e conexa com o assunto dêste artigo, apontarei na presente nota a relação de algumas lotarias que se efectuaram no Brasil, de 1831 a 1840, e das quais há também no Arquivo da Misericordia uma pequena colecção de 17 bilhetes.

1831 — Rio de Janeiro — 7.ª loteria, a beneficio das obras da igreja do Sacramento, da antiga Sé desta côrte. — 8$000 réis.

1836 — Rio de Janeiro — 2.ª loteria concedida por Decreto de 29 de outubro de 1835 para conclusão da praça do Comercio desta corte. — Meio bilhete 10$000 réis.

1836 a 1840 — Rio de Janeiro — 4.ª loteria a beneficio do Monte Pio Geral de economia dos servidores do Estado. 4.ª do anno de 1835-1836. Meio bilhete 10$000 réis.

Idem — 20.ª loteria de 1840. 4.ª do anno 1839-1840. — Idem.

1836 — Rio de Janeiro — 26.ª loteria da Santa Casa da Miseri cordia. 2.ª de 1835-1836. Meio bilhete 10$000 reis.

1836 — 1.ª loteria a beneficio das obras da Casa de Correcção desta Côrte. 1.ª de 1835-1836. Meio bilhete 10$000 reis.

1836 — Rio de Janeiro — 4.ª loteria a beneficio da Santa Casa da Misericordia e dos seminarios de Santa Anna e Gloria da Imperial Cidade de S. Paulo. Meio bilhete 10$000 reis.

1839 — Rio de Janeiro — 1.ª loteria concedida por Dec. de 29 de outubro de 1838 para indemnisação do cofre dos orfãos. Meio bilhete 10$000 reis.

1839 — 1.ª loteria concedida por lei provincial a beneficio da Santa Casa da Misericordia da Villa da Campanha. Bilhete 5$000 em notas. 2:000 bilhetes 668 premios sendo os maiores de 2:000$000 e 1:000$000 reis.

1839 — Nictheroy — 1.ª loteria a beneficio da edificação de huma capela na margem da Jurujuba, dedicada á Conceição da Virgem Maria. Meio bilhete 10$000 réis. Pela lei provincial de 14 de maio de 1839.

1839 — Nichteroy — 1.ª loteria a beneficio do theatro que se vai edificar na capital da provincia do Rio de Janeiro. — Meio bilhete 10$000 reis. Pela lei provincial de 12 de abril de 1839.

1839 — Rio de Janeiro — 4.ª, 6.ª e 7.ª loteria concedida a beneficio do Theatro de S. Pedro de Alcantara — 4.ª de 1838-1839. 2.ª de 1839-1840. 3.ª do anno de 1839-1840. Meio bilhete 10$000 reis.

1839 — Rio de Janeiro — 3.ª loteria concedida a beneficio do

theatro de S. Januario. 1.ª do ano de 1839. Meio bilhete, reis 10$000.

1839 — Rio de Janeiro — 9.ª loteria a beneficío das obras da Casa de Correcção desta Corte. 1.ª de 1839-1840. Meio bilhete, reis 10$000.

1840 — Rio de Janeiro — 1.ª loteria concedida por Dec. de 25 de outubro de 1839 a beneficio das obras do Recolhimento ds Orfãs da Santa Casa da Misericordia. Meio bilhete 10$000 reis.

1843 — Rio de Janeiro — 1.ª loteria, por Aviso de 19 de janeiro, para a Fabrica de Vidros e para a de fiar e tecer algodão. Meio bilhete 10$000 reis.

1844 — Imperial Cidade de Nictheroy — Loteria para a construcção de um chafariz na Villa. Lei de 8 de maio de 1841. Meio bilhete 10$000 réis.

1844 — Imperial Cidade de Nictheroy — 4.ª loteria extraordinaria a beneficio do teatro da Imperial Cidade de Nictheroy. Lei prov. de 11 de maio de 1842.

Além destas curiosas colecções, que tenho conseguido organizar no *Arquivo* da Misericordia, a meu cargo, obtive tambêm ultimamente exemplares dos *bilhetes, listas dos numeros premiados* e *cartazes* das Lotarias da Misericordia de Gôa (anos de 1910 e 1911), exemplares que me fôram enviados pelo sr. Director da Imprensa Nacional de Nova Gôa.

IV

As rodas da Lotaria

Aproveitando o ensejo de falar em Lotarias da Misericordia, acrescentarei neste logar algumas notícias interessantes que se me depararam, acerca dos actuaes globos em que se fazem as extracções, aditando assim o que deixei dito no livro da *Misericordia* a pag. 381.

A construcção das rodas de latão, foi ajustada com Joaquim Pedro Ribeiro da Costa Holtreman, o qual, em prestações e abonos semanais, desde maio de 1862 até outubro de 1863, recebeu a importância total de 1:772$310 reis, como se vê dos lançamentos na *Caixa das Lotarias* N.º 13 e do *Livro Auxiliar* N.º 4, bem como das *Actas* de 28 de maio de 1862, 3 de novembro de 1862 e 24 de outubro de 1853.

Em 1912, na mesma oficina dos successores de Holtreman (Rufino Ribeiro, sucessores) foi construida uma esfera semelhante para os sorteios da Junta do Credito Publico.

V

Bibliografia

Acêrca das Lotarias da Misericordia leia-se:

Archivo Pittoresco, vol. III, pag. 260, 272, 319 e 327 (Artigo).

A Santa Casa da Misericordia de Lisboa (*Mem. da Acad.*, vol. IX, parte II) capitulo I da 2.ª parte, pag. 367 a 388.

Illustração Portuguesa, dezembro de 1906 — o artigo — *Amanhã anda a roda.*

Contos e Fábulas

II

O EMBARCADIÇO

(CONTO DO NATAL)

(AOS MEUS COMPATRIOTAS NO DESTERRO)

São sem dúvidas as nuvens arredondadas, túmidas de aguaceiros, que se transmudam e transformam com todas as gradações do cinzento, aos bafejos da aragem, que levam para algum país do céo aonde o Natal se festeja, esta harmonia festiva de carrilhão alegre e impetuosamente tocado.

É delas pelo menos que os sons parecem cair sôbre a cidade; e como correm ligeiras umas após outras, talvez por ir anoitecendo e ser ainda longa a jornada, quando as girândolas de notas começam a estalar sôbre a nossa cabeça, quási imediatamente, às vezes, parecem ir já bem longe, se não são as lufadas do vento que as desfaz e espalha.

Anoitece. O horisonte vae sendo muito limitado; do lado do mar uma floresta de sonho, os mastros nús das flotilhas dormentes; os pontos luminosos que se veem ao longo dos caes, lembram uma ribalta acesa para uma tragédia que vai ser representada por sombras. Na cidade, que se diria morta, os palácios, os monumentos, perderam a nitidez do contorno; parecem esfumados, vagamente esboçados num fundo pardacento, como um *panneau* scenográfico dum teatro leviatânico.

Pelas ruas personagens de forma caricaturalmente humana, mudos, sinistros, a que invisíveis molas dão talvez

movimento: quando atravessam as largas fachas de luz amarelada, estendidas como tapetes diante das portas ainda abertas, emquanto a sombra quebrada, deslisa no muro fronteiro, vê-se-lhes luzir os chapeos molhados a que a chuva empresta o brilho da sêda negra, fumegar o fato que a agua cinge estreitamente, e molda ao arcabouço.

Aí vai agora um homem que parece ter esquecido a vida, se vida tem, e tudo quanto o rodeia, até mesmo a agua gelada que o ensopa. Vai, quem dirá para onde? As mãos nas algibeiras, andando lentamente, os olhos no chão, como quem procura atento alguma coisa preciosa, talvez uma migalha de felicidade, que outrem tivesse perdido.

Logo atrás dele duas raparigas passam, rubras, ofegantes da longa e rápida caminhada, mal cobertas com uma umbela, em que a chuva canta teimosa como uma cigarra em julho, os vestidos de veludo falso perlados de agua, maculados de lama, como um pano que cobre caixões de mortos, sinistramente pingado de cêra.

Os transeuntes são porêm bastante raros, é já tarde para uma tal noite; e durante um longo espaço todo o ruido das vielas se resume ao que produz o vento soprando, esforçando-se para apagar as luzes do gás que se dobram, que se deformam, que amortecem, mas que vão resistindo, emquanto alguns bocados de vidro partidos de alguma janela, tilintam de vez em quando, flagelados pela ventania.

Mas de repente, ao fundo da rua, no escuro, brilham dois pontos luminosos, que sucessivamente crescem e se aclaram; para quem vê a distância, parecem duas pupilas fosforescentes de alguns dos animais nocturnos, que na cidade, vista do alto e de longe, parecem vaguear, que surgem do escuro, correm, desaparecem no escuro, sem ruido, talvez com o receio de afuguentar a presa cubiçada.

Mas os clarões avançam, aumentam, e com eles o ruido duma carruagem que anda, de cavalos que percutem as pedras lamacentas da rua deserta.

Veladas pelos cristais corridos, levemente bafejados pela noite húmida, vão dormindo nos regaços das suas *bonnes,* tão brancas de rendas que parecem damas da côrte do Inverno, duas creanças rosadas como rosas, a boquinha entreaberta sorrindo cheia de admiração ao sonho que se vai desenrolando nas suas cabeças ainda vibrantes dos esplendores que viram: um presepe, em que um Jesus mais pequeno do que elas estendia as mãos, não se sabe se para colher os beijos, se os brinquedos, fructos de Nuremberg, suspensos da arvore do natal.

Foi a luz das lanternas passando, foi a lama esparrinhada pelas rodas, que deu vida a um monte de farrapos que havia junto duma porta?

Três crianças, que se poderiam cobrir todas com uma joeira, vieram atónitas, estremunhadas ao meio da rua; a mais pequena chorou, olhando em volta, como quem procura alguem que não vê.

Uma mulher, talvez a mãi, que tambem se deixara dormir recolheu a custo um braço regelado, dormente a mão que ficara em concha, aberta, para a caridade que havia de passar, e que as nuvens talvez cheias de piedade, ou por não terem outra riquesa tinham, correndo, enchido de agua.

A uma pergunta dum dos pequenos respondeu, emquanto chegava à boca para aquecel-a a mão entorpecida; temos trinta reis, meu filho; e lá foram outra vez todos sumir-se novamente na sombra do portal, o mais pequenito ao colo, os dois mais crescidos agarrados á saia.

Ainda ouvi um deles dizer quando passavam á esquina, rente com um homem que á luz duma lanterna fumarenta, de vidros esverdinhados, sob um largo chapeo de chuva remendado, vende as castanhas e os bolos que a humidade da rua embebe e ajuda a esfarelar — hoje é noite de natal, pois é mãi?

*

É noite velha; agora raros, muito raros transeuntes.

Em frente duma parede coberta de papeis multicores empapados pela chuva, despegando-se aos bocados, meio arrancados pelo vento, um homem mantem sósinho uma conversa interminável, a espaços cortada ora de riso ora de choro.

Creio que é uma figura de selvagem, desenhada intensamente a vermelhão, e que ilustra o anúncio dum *segredo dos Peles Vermelhas, cura radical e infalivel...* (o resto das letras desapareceram) que ele dirige de tempos a tempos de punho fechado esta invectiva: «Estás perdido, home, estás perdido, já não podes mais.» A língua entaramela-se-lhe e junta num tom lacrimoso, «como um cacho». E como quem aprova esta última afirmativa, talvez a única em que ainda crepita uma chispa de tino, inclina rapida e repetidas vezes a cabeça.

De rua para rua, scenário e áctores não mudam muito; marionetes gigantescas que o nevoeiro deforma; os notâmbulos que só a noite conhece, que saem ninguem sabe donde e que vão, quem o sabe? Todos ignoram.

Cocheiros somnolentos, guiando a parelha não menos somnolenta, vão em procura de algum freguez que costuma recolher tarde.

Passam os varredôres, vassouras às costas esfregando os olhos donde tentam expulsar um resto de somno, abrindo desmesuradamente a boca em bocejos fumarentos.

Um homem corre açodado, em demanda de socórros para um filho, para a mãi em perigo? Receioso talvez de encontrar já fechada a casa de penhores onde vai deixar o último objecto de valor que lhe resta, porque um palpite que não falha o punge, lhe diz, que em certa carta vae desforrar-se de todos os azares do jogo, de todos os revezes da sorte duma vida inteira.

Outros autómatos andam, correm, deslizam sôbre a lama luzidia, emquanto o vento sopra impetuosamente pelas fisgas dos candieiros as ventarolas de luz, e a agua, chape, chape, cai dos beirados sôbre as lages dos passeios.

Um nevoeiro cada vez mais denso, parecendo feito de cinza, tragicamente, como uma praga bíblica que se cumpre, envolve e dilue a forma das coisas, amortalha a cidade como se fosse para sempre.

Noite de Natal! Noite de festa! diz para a rua, do alto da torre a última girândola de notas dos sinos, se não são as nuvens que passam, e que pelo caminho vão afinando os seus carrilhões alegres.

Noite do Natal! Noite de festa! É talvez assim. Não foi sómente a chuva que afugentou muitos dos costumados transeuntes desta hora. Estão talvez á mesa, junto do fogo, no aconchego tépido do lar, saboreando a alegria que é feita dos cantares dos vinhos saltando das garrafas para os copos, cantares perfumados como os das vindimas que eles recordam, e que vem subindo na espuma, espalhar-se no ambiente, infiltrar-se nos corações, misturar-se ao aroma da consoada que se espalha no ar com os perfumes de essências que viveram nas flores e falam da primavera numa atmosfera de inverno; alegria que vem das luzes multiformadas nas pratas e nos cristais de gala, vagamente involta no influxo da lenda e na saudade de cada conviva que revê o seu passado e tambêm um pouco a vida extinta.

*

Atraz duma porta cuidadosamente fechada, para que o frio não entre, ou para que a felicidade que lá dentro parece ser tão intensa não saia, um tapete que sobe a escada, espesso como a cabeleira dum negro, vermelho como a púrpura dum cardeal, conduz a um salão antigo.

Do lustre, enramilhetado de flores de velha porcelana de

Saxe, e em que parece ter pousado um grande enxame de abelhas de luz, pendem ramos verdes, perolados, do simbólico *mistletoe*.

Um rapaz e uma rapariga riem sem saberem bem porque, talvez por terem errado um passo de valsa, pela comoção do primeiro beijo trocado sob a planta que perfuma o natal [1].

A um canto, quasi esquecidos pelos pares que volitam em plena atmosfera de felicidade, tanto ela parece emprestar-lhe as suas azas ligeiras e prender-lhas aos pés, com tantas preocupações da vida como as das libélulas que dançam num raio de sol que as espreita na floresta, dois velhos entreolham-se saudosos dum primeiro beijo, trocado ha meio século, numa noite de festa, num lar distante, perdido na bruma duma longa ausência, que lançou sôbre eles um véo mais denso que os nevoeiros do inverno.

Quando ainda ha pouco se levantaram para tentar dois passos duma gavote ao som do *corne* do seu país, entre os aplausos e os risos festivos dos seus convivas, depois de terem recordado velhas, bem velhas passagens da sua juventude, hoje apenas floridas de saudade, a dôr dos joelhos quási emperrados pelo reumatismo, lembrou-lhes, emquanto os espelhos reproduziam o sorriso amargo, a touca de rendas brancas dela, não menos brancas que os cabelos dele, que ia muito longe o dia em que a menina e moça dissera

To morrow is Saint Valentine's day
All in morning betime
And I a maid at your window
To be your Valentine [2].

---

[1] Na Inglaterra é costume, pelo Natal, enfeitar as casas com ramos de visco, o *mistletoe* dos inglezes. Nos salões colocam nos lustres ramos desta planta, e os homens quando passam por baixo dêles teem o direito de beijar as senhoras com quem dançam.

[2] Shakspear, *Hamlet*, act. IV, sc. V.

O dia de S. Valentim é o dia do santo padroeiro dos namorados.

Emquanto os velhos pensavam, custando-lhe a acreditar, que era realmente a própria imagem que tinham visto nos espelhos, tanto as recordações da mocidade os tinha encantado e feito esquecer o presente, a valsa tinha terminado acompanhada pela música, repetida em unísono pelos corações em que a mocidade e a ventura transbordavam.

Ouvia-se ao longe, lá fora, o carrilhão alegre deixando cair no espaço as suas harmonias de festa, como se uma grande flôr de bronze se fosse desfolhando pelo ar, e as suas pétalas caíssem entrechocando-se.

É sobre uma mansarda, aonde a ventura mora tambem, sem dúvida, que elas agora cahem, perpassando.

É tão intenso o clarão do fogo, dum bom lume que lá dentro arde, que a sombra do caixilho da janela, uma cruz, imprime-se com vigor na parede do prédio fronteiro.

Bem tinha dito o velho, sem dúvida um pobre maníaco a quem os rapazes apupam, e que se zanga quando na rua lhe chamam marquês, bem tinha ele dito á sua companheira, que vive triste como uma ave exótica a quem o desterro fez perder o cantar, e que se desplumou e cegou da muita idade dentro duma gaiola; cumpriu a promessa que ha três dias a tornara tão contente; que na noite de natal haviam de ter um rico lume para aquecer-se, um tronco muitas vezes secular, bem seco, sem folhas nem musgo, havia de arder no lar frio ha tanto inverno. Agora estende ela as mãos para que o fogo lhas aqueça, os dedos muito separados, parecem de púrpura antiga vistas contra a chama. Pela chaminé sobem rútilas as línguas de fogo, iluminam os cantos mais escuros da mansarda de claridade tão intensa, que até as aranhas, que degeração em geração vivem ha muitos anos nas mesmas teias suspensas das traves poeirentas, parecem inquietas, surpreendidas sem dúvida, pelo estranho acontecimento. Na parede movem-se, à mercê do clarão que oscila, as sombras dos dois ve-

lhos, desenhadas pela fantasia dum clown, e que a velhice extrema parece ter afastado para sempre dos sabbaths.

Vi ainda agora tua tia a marquesa de... disse o velho. Não afirmo que fosse ela, vou vendo muito pouco, e porque por detraz dos vidros embaciados da carruagem aparecia a cabeça dum cão enorme que espreitava. Que rica *toilette* levava o cão, e que linda coleira! Era de ouro com certeza. Mais adiante encontrei meu cunhado o conde de .. Fingiu que me não conhecia, que me tomava por um pedinte; quando passou rente comigo voltou a cabeça, meteu a mão na algibeira pareceu que me queria dar uma esmola, e lá continuou perpendicular, frio, o ar grave, compassado, com a carruagem atraz atulhada de embrulhos: ia sem dúvida para casa da francesa.

Cheira tanto a papel ou a trapo queimado, disse a velha depois duma curta meditação, em que parecia tel-a embebido o final das informações do marido.

Estás tonta de todo! Tens razão, ha tanto tempo sem lume! Nem já conheces o cheiro da lenha seca a arder. Vamos, aquece-te.

Lá vai mais um ramo. Este é contemporâneo dos godos; e ria com um riso que parecia de louco, riso em que corriam lágrimas, em que se adivinhavam soluços estrangulados.

Toda a noite, uns após outros, teem ido para a lareira os pergaminhos dum velho e vasto arquivo fidalgo, todos os documentos traduzindo as graças reais, as dádivas das tenças, das comendas, concedidas em troca dum pelouro recebido em cheio, no peito; dum sorriso prometedor desabrochando em plena mocidade.

Alguns volumes do tombo vetusto reagem, crepitam, enrolam-se, contorcem-se na chama, não querem arder, abaulam, incham, como de orgulho; mas então o velho sopra, sopra ofegante, as bochechas muito dilatadas, os olhos a lagrimejar por causa do fumo. E falando com a chama,

gemendo, contando pela derradeira vez, consomem-se a pouco e pouco, mostrando por instantes mais nítidas as iluminuras, os caracteres que os cobrem, como se quisessem deixar bem impresso na memória o feito que assinalavam.

Bom fogo, excelente fogo! Muita genealogia, uma árvore muitas vezes secular, inteirinha, queimada numa só noite! Vai pela chaminé acima desfeita em flocos, em farrapos cinzentos, similhantes a teias de aranha em que rábidas e pequeninas serpentes de fogo correm, se apagam e reacendem, mais caprichosas de feitio do que as assinaturas dos escrivãis da puridade e do que as rabiscas dos notários reais.

A cinza vai juntar-se à neve.

Sacudi o vosso carrilhão, oh! nuvens que passais céleres, porque é de vós sem dúvida que caeem sobre a cidade, sobre as mais tristes vielas, as pétalas duma grande alegria estridente que se desfolha, alegria que já vai bem longe, que vem de bem longe, e que vós transportais sem dúvida para algum país do céo aonde o natal se celebra.

Nesta casa sobre que passais agora ha uma creança doente, febril; o silêncio cortado pelo seu respirar estertoroso, e pelo estalido seco duma agulha picando um tecido que uma mulher cose ha dez horas. A mulher olha anciosa o berço, e algumas vezes tambêm não menos anciosa o reservatório quasi enxuto dum candieiro que fumega e cuja luz vai sucessivamente amortecendo. O salário da obra que ela tão acurada executa pagará o almoço de amanhã, o remédio do filho ou o seu enterro?

Mas emquanto a morte com a crueza que só ela tem, vai apertando com lentidão, gradualmente, com a perícia que nenhum carrasco atingiu jámais, a laringe da creança, já arroxeada, uma alegria estridente invade a mansarda. No palácio fronteiro uma revoada de creanças foi chamada para comtemplar o presepe e acode em tropel para celebrar

o grande acontecimento esperado com tanta impaciência. Tamborina com fúria, exibe o júbilo por todos os sons das suas trombetas de lata, das cordas das suas guitarras minúsculas, das soalhas das suas galhofeiras pandeiretas. À fanfarra infantil mistura-se o riso dos papás e das mamãs que admoestam o enxame que freme e zumbe de entusiasmo perante aquela maravilha — o pequenino estábulo, entre verdejantes searas de trigo germinado em pratos da China, no fundo dum vale feito de sêda verde, ao qual descem, pelas encostas floridas, de flores de cêra e de papel, os pastores dos homens, os reis, e os dos rebanhos.

Mas, silêncio! A pequenada aquieta-se, o avô vai deslumbral-a. Um galo pimpante, com a sua doirada plumagem roubada a um faisão, com a sua crista de veludo vermelho, vai cantar no presepe, à meia noite.

Oh magoa! O galo não cantou!

Ficaram imóveis alguns dos animais e das coisas que o seu canto devia despertar: os moinhos do alto dos montes não moveram as velas, as pombas que bebem numa fonte de cristal não bateram as azas; e é assim todos os anos; o presepe reserva sempre uma dolorosa surpresa; o seu maquinismo cada vez mais ferrugento, mais preso pela idade. Como os personagens do presepe, os da familia, que outros recordam mentalmente, pois em cada ano ha sempre que descontar algum parente, ou amigo de infância que não veio à festa, emperrado, preso pela gota, imóvel pela paralisia, numa cadeira de doente, ou eternamente imóvel pela morte, como os engenhos do galo, que para ser bonito, devia cantar ao menos uma vez, para florir de riso as boquinhas entreabertas para êle. Tem aberto umas poucas de vezes o bico, alongado o pescoço, mas silencioso, o mau, mesmo perante algumas lágrimas e os beicinhos mais estendidos que o seu bico, dalguns espectadores infantis, que já tinham as mãos dispostas para o aplaudir.

Mas, cantou agora, quando já ninguem esperava que

ele cantasse! Que explosão de contentamento! O canto tão rouco! Pareceu tão de mofa que até o avô riu e alguma recordação que parecia tel-o entristecido desfez-se completamente.

*

Na mansarda do prédio em frente extinguiu-se a luz, o pequenino está cada vez mais ofegante e a mulher emudece os soluços mordendo raivosamente os punhos fechados ou sublinha com um gesto trágico alguma das passagens mais dolorosas da tragédia que se representa dentro de seu craneo.

*

No alto dum monte, visinho da cidade ha um clarão nimbado. Luz não é; talvez a chama duma fogueira. O cemitério é ali. Os coveiros, estão consoando quem sabe!

Os mortos terão saudades? Os mortos recordam-se dos dias de festa, da noite de natal?

Estás doido, Chico! Noite de Natal, que diabo! Para mim todas as noites são de natal em havendo uma pinga a mais! Os mortos lembram-se? Terão, o quê, Chico? Ah! Ah! Ah! Saudades! São securas... Glô, glô, glô... É pena estar-se a acabar. Disse-me o Zé Galucho que a pipa está no fim. Dalguma pingola bôa que bebessem cá por êste mundo acredito eu que êles se lembrem, quanto ao mais... Tolices!... Não deixes nada na borracha. Olha que êles, os taes, se te apanham a dormir, são capazes de o vir beber... E o coveiro que assim falava atirou para o lume, cambaleando, uma tampa de caixão velho tirado meia pôdre nêsse mesmo dia da vala comum.

*

Para o lado do mar, no horisonte, destacam-se atravessando a bruma alguns clarões, reflectidos, alastrando-se na água negra e movediça. Imóvel como o mastro a que se encosta, indiferente ao canto vago do natal que o vento vai dedilhando no cordame da chalupa, o vigia, espera com paciência que o tempo do *quarto* passe, para ir lá para baixo, para o pé dos outros dormir socegadamente como êles; nenhuma outra ideia o preocupa a não ser a de um bom sono, bem agasalhado emquanto o mar o embala para dormir.

Uma das luzes porém não se reflecte nas ondas, atravessa a névoa e vai perder-se no infinito. É a luz do farol. O farol tem olhos de brasa. Businando vence a grita do mar raivoso. Lá dentro, os que ali vivem, estarão tambêm consagrando a noite de hoje a uma festa de recordações? É gente que ninguem vê senão pelo estio, de quem ninguem sabe senão quando o mar repousa esgotado pela fúria de combater o promontório. É pelos princípios do estio. Então as banhistas passam e veem aos bandos, como as aves que emigram pelo outono; mas no inverno só algum pássaro que deslumbrado pela luz vem bater contra a lanterna do farol ou que pousa para descançar da longa viagem e enxugar as asas molhadas pelas ondas, é que lhes diz que mais alguma coisa de que êles existe no mundo.

Não é para celebrar o natal que estiveram bebendo, mas para se não deixarem dormir. Ao lado da bilha de água-pé está um baralho de cartas, agora abandonado.

O mais velho, o faroleiro, recorda contando uma passagem da sua mocidade, os olhos semicerrados ao presente e ao fumo do cachimbo, descaído ao canto da bôca sôbre a barba, que parece feita de um floco de espuma do mar.

História bocaciana sem dúvida que o companheiro, um rapaz, ouve com grande atenção, interrompendo-o só de tempos a tempos para perguntar-lhe, tanto o espanto misturado á incredulidade o domina, pois isso foi verdade siôr António? Ai, que grande magana! E ri, ri, abrindo enormemente a bôca, encostando-se para trás á parede, balouçando-se em seguida para diante batendo com as mãos abertas sôbre as coxas, emquanto os pés se levantam do chão, rubro, quási apoplético pelo estrangulamento do riso, uma lágrima assomando ao canto do olho.

Depois a conversa esmoreceu, e no silêncio cortado apenas pelo ruido surdo da maquina que move a lanterna o rapaz lembrou-se que tinha lido na *folhinha* em que todas as manhãs, ao levantar-se, fazia um risco para saber em que dia estava, que eram 24 de dezembro; e na sua memória apareceu nítida nos seus mais insignificantes pormenores, a visão de um lar distante em que êle se sentara nalgumas noites assim, frias e chuvosas como esta que andava lá por fora.

Lembrava-se que pelo natal ao anoitecer deixava as ovelhas sósinhas com o *Teimoso* depois de lhe ter recomendado que estivesse bem alerta por causa do lobo; e dizia-lhe muitas vezes, o lobo! olha o lobo! o lobo! E apontava-lhe para a serra donde podia vir. Quando o cão começava a ladrar desesperado querendo saltar as grades do redil calava-se para que se acalmasse.

Descia então á aldeia, entrava numa choupana, vinha para o pé do lume, o surrão, e os sapatos molhados pelas ervas começavam a fumegar. A mulher que o adoptara e a que êle chamava mãi ia lidando nos aprestos da ceia. O bacalhau ia cosendo na panela de barro que espumando levantava de tempos a tempos o testo, como para que vissem se já estava a ponto. Êle ia assando as castanhas que trouxera nas algibeiras, metendo-as no borralho, e ao erguer-se olhava ás furtadelas, com inveja, para a estriga

de linho que uma rapariga de sua criação ia chegando aos lábios mais rubros do que os medronhos que nascem pelos alcantis dos montes.

Onde estaria agora? O que estaria fazendo?

Mal pensava êle que tambêm ela viu nessa mesma noite, talvês naquele mesmo instante, no fundo duma taça de champagne erguida pelo seu braço acima da cabeça, de estouvados e alegres convivas do *reveillon,* a casa aonde tinham brincado e crescido juntos. Sem luz, sem lume, o vento apupando-a pelos buracos das portas e das paredes, o único dos tres, que ainda lá vive, a velha, a mãi, extática e chorosa perante uma cadeira esguia, negra, de criança, que para a consolar talvês da solidão em que a tinha deixado quem nela se sentara na meninice, parecia estender-lhe agora os seus braços mirrados, secos, de esqueleto.

Mas a visão foi súbita; formou-se, desfez-se como um dos glóbulos de oiro que do fundo da taça subiam aos seus lábios; visão fugidia como fôra a do amigo de infancia, que prendera o fio das suas recordações ás espirais de fumo do cachimbo do companheiro agora silencioso, parecendo dormitar em frente dêle.

No ar já não passa o som dos carrilhões festivos das igrejas da cidade, e se os ouvi agora, se me pareceu que clamavam ainda, Natal! Natal! com a sua voz forte, de bronze, foi o meu cérebro ainda vibrante de passadas harmonias, que disse, porque elas devem ir já muito longe se não emudeceram de cançadas.

*

Não, êste preocupa-o muito pouco a vida do lar, a festa da familia, se a tem, as suas dôres ou as suas alegrias, porque o que parece interessal-o, o que êle diz de tempos a tempos, como estribilho duma canção inarticulada, que

dentro do craneo a sua memória lhe repete, é isto sómente, Dinheiro! Dinheiro! Dinheiro!

Se não fossem estas palavras dirieis — que o colosso pois o homem parece um colosso — feito do mesmo bloco de pedra do que a coluna do caes a que se encosta, tão imovel está, tão indiferente parece a tudo quanto o rodeia, tão soldado parece estar com ela.

A dôr imobilisou-o e só os lábios, como para mostrar que não são de marmore, se desfransem num sorriso amarissimo e repetem, dinheiro! dinheiro!

Não se apercebe que fala e julgará talvês que é só o cérebro quem diz.

Mas agora as palavras parece que lhe espicaçam a dôr, porque chora, soluça, e a mágua levanta-lhe e abate-lhe sucessivamente o peito como um mar de dôr que se encapela.

Amigo! Oh! Amigo! Nada de paixões!

Dinheiro! Quer dinheiro?

Todo o que quizer! E ao passo que tinha saído da sombra um homem que assim falava e familiarmente ia bater-lhe no hombro, chamando-lhe amigo, o outro voltou-se, os dentes descobertos cerrados e sibilando, Amigo? Amigo? Dinheiro? Vem falar-me, vem oferecer-me dinheiro, agora que ela está morta? E com os braços fortemente distendidos para trás, os punhos cerrados, os olhos desmesuradamente abertos, encolhia-se contraindo os músculos como uma fera que vai num salto lançar-se sôbre a presa.

Está bem! Enganei-me não é dinheiro que você quer. Isto de lhe chamar amigo, é modo meu. É como trato a gente e como quási todos com quem lido me tratam. Desculpe, não se zangue; há horas que ahi está pregado e que se lhe não ouver dizer senão isto: dinheiro! dinheiro! e tão aflito que pensei que era isso que você queria. E afastou-se lentamente metendo á cautela a mão no bolso em que devia morar um revolver ou uma navalha, olhando

um pouco de través, talvês com receio de que o outro, ainda não acalmado, fosse atrás dêle.

O que tinha ficado como soldado novamente ao marmore, pareceu refletir alguns instantes e depois foi no encalço do que lhe tinha falado.

Não o havia êste perdido de vista, e percebendo que o seguia, parou levando novamente a mão ao bolso, procurando a arma que o defendesse da arremetida, tão bravia, tão hostil fora a expressão que êle lhe havia mostrado.

Senhor, disse-lhe humildemente, perdoe!

Ofereceu-me dinheiro, o que devo fazer para o ganhar?

Hum! amigo! Eu logo vi! Dinheiro não é coisa que assim se despreze. Seria você o primeiro. Ganhal-o, e quanto quizer, é facil. Vê alêm no mar aquela luz vermelha? A um signal afirmativo do seu interlocutor, continuou. Aquilo é o farol do navio em que eu hei de partir amanhã para á América. Você, querendo, vai comigo; trabalha dez anos por minha conta e se ao cabo dêsse tempo não estiver rico, tem o suficiente para no fim de outros dez, ou menos ainda, o vir a ser. Rico? Digo eu, riquissimo!

Eu sei lá? Você com êsse corpo, com a força que deve ter, trabalha por seis homens; ora paga-se conforme o trabalho feito, e depois de acabado o nosso contrato, fica livre, dá-se-lhe sociedade ou compra uns terrenos, explora uma mina por sua conta, como eu. Amigo, palavra? e deu alguns passos para trás, para examinál-o melhor como um entendedor olha um animal que deseja comprar, você deu-me coca; dou-lhe já dez libras, e amanhã sem falta, está a bordo. Saúde de ferro, sim? Não é verdade?

E como lhe afirmasse que nunca tinha estado doente, bateu numa bolsa de coiro que trazia a tiracolo e disse: o dinheiro está aqui. Vamos alêm á taberna, bebe-se um cabás, que a noite está fria, e fazemos o nosso contrato. Você não tem contas a ajustar com a polícia?

Não se zangue, você parece-me bom rapás, mas ás vezes...

Eu lhe contarei a minha vida e verá que não há de ter de que se arrepender. Eu agora vou para qualquer parte, tudo para mim é indiferente, depois que ela morreu.

Ela? Quem? Namorico? É o costume.

Não! Mas não falemos nisso... E as lagrimas assomavam-lhe aos olhos, emquanto a alma se retraia fechando-se púdicamente ao contacto da curiosidade.

Sua mãi?

Não, minha irmã! E de novo começou a soluçar, contorcendo os braços num desespero que parecia não ter conforto.

Você parece-me acriançado, *home!* Leve o diabo paixões! Entre. Estavam à porta da taberna.

Alguns dias antes agonisara e morrera numa mansarda uma rapariga. Scenário vulgar; uma roseira na janela tão florida, tão indiferente ao infortunio como uma ave que passando lança a sua *volata* de primavera tanto sôbre o beiral dos bons como sôbre o dos maus; a nudez do desconforto, a solidão por companheira. O irmão, o derradeiro amigo, que vai todos os dias correndo ganhar para entreter a miséria entrelaçada ao sofrimento, para que o drama de almas decorra mais lentamente. Por último a névoa da morte envolvendo as coisas do mundo real acompanhada das exigências da doente que não queria estar só, que se esqueceu que não há recursos senão no trabalho por vezes incerto, ou que se não encontra. Tais tinham sido as últimas scenas. O epílogo, um caixão de aluguel despejado sôbre um monte de cadaveres que apodrecem, um baque surdo cortado por um soluçar convulso. O drama, muito repetido, tem por vezes apenas um espectador, às vezes nenhum. O homem que parecia imóvel no caes sondando um mar de desgraças ficara imóvel à beira da vala sem compreender, autómato conduzido caprichosamente

pela naturesa. Já dias antes quando não encontrava trabalho, pedia esmola mas os transeuntes nada lhe davam. Por vezes parecia-lhe que o iam socorrer, como que esitavam um momento, mas depois seguiam no seu caminho mais apressados quando a êle lhe começava a florir a esperança de que lhe dariam alguma coisa. A noite estava tão fria! Custava tanto a parar sob a nortada, desabotuar o casaco, procurar a bolsa, ou tirar as mãos de debaixo duma peliça, de dentro dum regalo; que vento tão frio! respondia o egoismo á consciência para desculpar-se.

Recusas, silêncios, olhares desdenhosos, palavras rudes atiradas com desdem. Que fosse trabalhar! com aquêle corpo, pedir esmola! Um homem novo! Eis tudo o lhe que tinham esmolado.

Oh tão tarde! Tão de noite! Já tão tarde, sem alimento todo o dia, sem socorro, sem ninguem, sem nada: e neste momento em que na cabeça lhe corriam mais velozes do que torrentes estas ideias que lhe esporeavam o desespero, um homem passou perto dêle aconchegando regaladamente o casaco forrado de peles caras, gabando mentalmente, talvês, o inverno, antegostando o prazer de achar-se dentro em pouco diante do fogão acêso, envolvido no aroma de flôres de primavera abertas numa estufa, envolto, não pelas peles, mas cingido por alguma coisa mais setinia, mais macia, mais docemente tépida, pelos braços da sua juvenil amante.

A visão a que, sem o perceber, caminhando, iam sorrindo os seus olhos e os lábios entreabertos, dissipou-lha o aperto dum braço e uma voz forte que se ameigava numa súplica. Uma esmola, meu bom senhor, para minha irmã que desde hontem à noite...

Ein, o quê? Pedir esmola? Isso são maneiras de pedir esmola? Dizia indignado! Espera que eu já te ensino! Vou-te recomendar ali à esquadra.

Viu-se preso, viu a pobre doente abandonada, e deitou

a fugir, a correr com quantas forças tinha, como um ladrão perseguido, emquanto a miséria e a dôr que o tinham cavalgado lhe iam dizendo, malevolamente, aos ouvidos, dinheiro! dinheiro! É preciso dinheiro, ou ela morrerá.

Parou um instante para descançar ou para refletir melhor. Pareceu orientar-se nas ruas e começou outra vez a caminhar apressadamente. Andou, andou, até que por fim se deteve diante dum palacio enorme, com as janelas tão cuidadosamente fechadas, que por elas não transparecia a menor luz, mas aonde naquele momento, sem dúvida, estava decorrendo uma grande festa.

Á porta, um gigante vestido de escarlate e branco, recamado de oiro, com um longo bastão terminado por uma esfera relusente parecia querer vedar a passagem.

Na escada plantas dos trópicos floridas mirando-se nos espelhos, afogadas no luar de mil lampadas espalhavam no ambiente, em perfumes, os sonhos das suas terras distantes. Ouvia-se, tocada por uma orquestra de zíngaros, uma valsa de Strauss, e o ruido surdo abafado de muitos pares dançando.

Na rua duas compridas fiadas de carruagens; os cocheiros fumando e conversando, em grupos.

Senhor a sua ama é tão caridosa e tão boa! Contam-se dela tantas ações generosas, e eu tenho tanta miséria que lhe peço que lhe vá dizer que tenho uma irmã doente, mais doente ainda de fome.

Diga-lhe isto e decerto não recusará uma esmola a uma pobre enferma desde ontem sem recurso algum, suplicou ao homem de encarnado.

A minha ama dá lá esmolas agora, a estas horas! Agora mesmo começou o baile. As esmolas são ás quartas feiras. Venha na quarta feira. E como o outro insistisse, chamou uns creados que estavam mais proximos e disse-lhes então não querem lá ver! Diz este sujeito que vá dizer á senhora condessa, agora, que lhe dê uma esmola. E como

eles se rissem com toda a insolência e desdem de creados de casa opulenta e se voltassem encolhendo os hombros, retirou-se envergonhado.

Dinheiro! dinheiro! dinheiro, depressa! Dizia-lhe uma voz dentro do crâneo esporeando-lhe o desespêro.

*

Uma larga facha de luz cortava a rua aonde agora passava, clarões da exposição dum *restaurant* de ricos.

Que belos frutos! As uvas de oiro, os pêcegos, tintos das côres do amanhecer, meio atufados entre a renda verde dos fetos. Que apetitosas uvas! Ela tem tanto fastio, mas comia talvez alguns destes pomos tentadores. Foi talvez com esta idea que parou, reflectindo um momento em frente do trono erguido á gula, aspirando insensívelmente os perfumes que dispertam os paladares fastientos; ou talvez, como não comia há dois dias que a fome o levasse para diante do mostrador para o aguilhoar mais fortemente.

Dinheiro! É preciso dinheiro para comprar alguns destes frutos mimosos que são feitos de beijos da primavera! Dinheiro! É preciso dinheiro! Não pares!

*

Á porta dum médico célebre cuja caridade andava então muito apregoada parou por fim, quasi extenuado. Tinha corrido tanto!

Puxou a campainha; a porta abriu-se e um creado meio cambaleante com o sono, ou com as primeiras libações do vinho quente da noite do natal apareceu entre os humbrais.

Diga ao senhor doutor, que por caridade venha ver a minha irmã.

O quê? Disse o creado recuando. Eu não ouvi bem, por fôrça, por fôrça!

Diga ao senhor doutor que lhe peço encarecidamente, que por caridade venha ver minha irmã que está muito mal.

Ver a tua irmã! Ver a tua irmã! O senhor doutor! Agora! Por caridade! Ah! Ah! Ah! e por três vezes o criado rio, com um gosto!

Então, não querem vêr? Mas quem és tu?

E com uma lágrima correndo-lhe pela face, cançado de tanto rir sentou-se no tamborete que havia mais perto da porta rindo, rindo, e entrecortando o riso.

Ver a irmã dêle! Ver a irmã dêle! Ah! Ah! Ah!

De repente, vendo que chovia do desgraçado como dos beirais, e que o *palier* parecia atingido pela inundação da rua, teve um assomo de fúria.

Você ensandeceu! Põe-te fóra! E empurrou-o com quanta força tinha.

O vinho quente da consoada do natal dera-lhe audácia. O outro não se mecheu.

Vou buscar um pau! Mas vendo que o pobre chorava e que se humildava como um rafeiro, e que talvez como um rafeiro levaria as pancadas, comoveu-se; tinha alcançado a sua primeira vitória na vida, levantara a mão para um homem sem ter sido rijamente tosado. Para ela ambicionava uma concorrida galeria, ao menos todos os outros creados que estavam lá em cima ao canto do lume para consoarem, e a quem êle servia de joguête, de arreburrinho, alvo de todos os embustes, e que já a esta hora lhe tinham preparado uma bôa partida para quando voltasse.

A vitória obtida demais sôbre um gigante, deu-lhe um momento de bondade e de sinceridade que nunca revelara na vida. Êle que cuspia sempre todas as insolências, o fel de todos os ódios recalcados, de todas as raivas impotentes, de todas as ofensas sem reflexo, sôbre

os pobres, sôbre os infelizes, sôbre os sofredores que se abeiravam do seu domínio, quasi um canil, à entrada da porta, disse, zanguei-me, desculpe. Pois cuidava que o doutor sahiria a esta hora, com uma noite destas para ver algum pobre!

A esta hora só algum banqueiro ou fidalgo rico é que o podia fazer sahir de casa, e isso só depois de muitas vezes ter dado bem a vêr o grande incómodo que lhe tinham causado, de ter falado vinte vezes no seu reumatlsmo, de dizer que ia deitar-se por estar fatigado pelo dia inteiro de trabalho, etc., etc. Eu é que sei a ladainha toda! Desengane-se, de dia que fosse, não ia ver a sua irmã. O meu amo não trata de gente pobre. Isso, diz êle, que é para os rapazes quando saem das escolas, não para os príncipes da sciência.

Mas eu li uma vez num jornal que tinha ido numa noite tempestuosa como esta vêr uma doente muito pobre a uma agua-furtada e os periódicos...

Você tem bôa memória. Isso hade haver já uns cinco anos. É verdade que êle não se esquece quando fala do seu altru... altru... ismo, da sua *filontropia,* ou que sei eu, de contar o caso. É possível que por mais de uma vez tenha vindo nos papeis, mas é a mesma história. Fui eu, que disfarçado a andei contando pelas redacções, por mandado dele, já se vê; mas quando lhe falavam nisso fingia-se admirado. Uma coisa que desejava que ficasse encoberta, dizia, que ninguem soubesse;... E dava a entender que muitos outros actos da sua abnegação não tinham sido revelados, sem que pudesse explicar como aquele se tinha tornado conhecido.

Pois que imagina? Nunca o doutor fez visita mais rendosa. Um ministro deu-lhe uma medalha, e quando o caso se espalhou nos jornais, os presentes das pessoas ricas, das beatas, choviam aí. Que não queriam que ficasse sem recompensa uma acção tão meritória, e que essa pequena

lembrança testemunhava apenas a admiração. ... Eu lia os bilhetes que vinham, e era eu quem recebia os estojos, coisas de oiro de prata, eu sei lá...

O vinho e o momento de superioridade fizera-o expansivo; cortava constantemente a palavra ao desgraçado que dizia, mas a minha irmã está muito mal... está tão doente... Quem lhe valerá?...

Você vai onde eu lhe vou dizer; e o porteiro indicou-lhe uma rua e um número; e acrescentou, é um rapaz, é um doutor ainda novo, mas que talento! O meu amo quando o procura algum cliente que lhe parece que não paga. — e êle tem um faro! — envia-o para este rapaz, porque, segundo êle diz, protege o muito! Quer torná-lo conhecido.

Quando o elogia nunca se esquece de dizer: — foi meu discípulo, ha-de vir a fazer honra ao mestre!

Diga-lhe que fui eu que o mandei, que eu ámanhã me entendo com êle; é muito bom rapaz!

Mas o desgraçado, com a alma torturada pela anciedade, já nem o ouvia, e ter-se ia escapado correndo, se o não tivesse seguro pelo casaco, e se não sentisse preso tambem pela gratidão; porêm apenas se viu solto foi, agradecendo de longe, andando, quasi a correr.

O doutor vai receitar sem dúvida.

Dinheiro para os remédios. Dinheiro para ailmentos! Dinheiro! Dinheiro! E de novo a mesma idêia persistente, que parecia ter ficado á porta aonde se deteve, o salteou de novo.

*

O médico quando subiu teve de lhe dar dinheiro para uma vela; não havia luz.

A doente tinha expirado havia uma hora. Só uma coisa havia a fazer, mandá-la enterrar.

Enterra-la! E o dinheiro para isso? Enterra-la aonde?

Na vala comum; para os pobres são mais pequenos os sete palmos de terra!

Sim, na vala comum aonde a água empoça durante o inverno e aonde a chuva amolecendo e desagregando a terra, por vezes descobre uma ou outra forma humana. Às vezes na pilha dos mortos aparece um braço, um pé esverdinhado, a decompôr-se, túmido dos gazes da putrefação, a delir-se; carnes que se fundem como as do bispo do quadro de Valdez que Murillo dizia que se não podia ver sem tapar o nariz.

Ir para a vala dormir, entre um velho borracho que se afogou na levada dum esgoto e uma barregã morta numa rixa de bordel, o seu corpinho mimoso, como uma flôr de neve aonde nunca segredaram as abelhas, aonde as borboletas nunca falaram de amor! Talvez, que a terra se desprenda e caia e a boca do ébrio lhe aflore a espádua nua, ou se desprenda à cortezã de vielas um braço que vá cingir-lhe o pescoço como ao duma antiga conhecida.

Para não ir para a vala que a chuva inunda, implacável como a miséria, arrastando a terra, descobrindo o que em vida cuidadosamente se velou, é preciso comprar a cova, porque, emfim, ainda depois de mortos é preciso que os ricos se distingam dos que sempre foram pobres.

Para ter direito a ir desfolhar umas rosas sobre o pouco que fica e que a morte não leva, é preciso dinheiro. Para se saber onde está, para que se possa encontrar o pó em que se converteu tudo quanto mais se amou no mundo, é preciso dinheiro.

Isto tinha dito no seu monólogo de tragédia muda o gigante fundido com o bloco de mármore do cais onde o renque de luzes longínquas parecia o de uma ribalta aceza para a representação de scenas, em que os actores, corpos imobilisados como os das estátuas, exprimem uma ideia só — a dôr.

*

O navio que vai partir está formando na baia. É azul o fumo que expele aprestando-se para a viagem, azul como a alma de expatriado que vai volver á pátria depois de longa ausência.

Por detraz da alta cordilheira que limita por um lado a baia ficam as minas. Talvez que os montes sejam tão altos para que os gritos de angústia dos mineiros não transponham os seus cumes nevados, e venham perturbar a alegria enebriante da cidade opulenta que na água vê e revê a sua beleza e formosura.

*

Os mineiros só duas vezes por ano podem sair, subir á boca do poço, ver o sol, beber um pouco da vida. Metidos na lama, muitas vezes na água, durante dias, á luz escassa das lâmpadas, num ar que é veneno, a lei que os governa, os contratos que os obriga, torna-os inferiores aos animais que se movem por cima dêles á superfície da terra. É preciso arrancar á terra os seus tesouros com maior esforço, com maior dôr do que aquela com que a naturesa humana expele um filho do seio.

Arrancado o tesouro é preciso escondê-lo, defendê-lo á força. Nas minas a força é por vezes a lei suprema. É preciso não dormir, velar as noites. A sombra que avança rastejando é um homem mordido pela cubiça, ou uma fera que espreita uma presa?

Menos perigoso que o homem que fareja o ouro é o leão que vai digerir e dormir; a fera saciada passa indiferente.

Só quando as estrelas recolhem é que é possível descançar um pouco. A mão abre-se, descai como a cabeça sôbre a terra em que se dorme, sôbre as pepitas de ouro conquistado

ou os diamantes escondidos, a arma sempre pronta. Sonha-se agitadamente que um Deus perdulário lançou sobre o tapete azul do ceu todas as estrelas numa só parada e que se perdeu duma só vez essa riquesa que o sonhar diz ao mineiro que é a sua.

*

Temiam-te os companheiros, ávidos pesquisadores, como tu famintos de oiro; tinhas dado provas de uma agilidade de felino, de força de gigante dos romances de cavalaria e de vigilância de dragão de conto de fadas.

Os que se tinham abeirado de ti para te surpreenderem adormecido, haviam-te encontrado sempre álerta, guardando o teu monte de oiro que ía crescendo, lusindo cada vez mais, com maior chama, acirrando a ambição, a cubiça dos que tinham sido menos afortunados do que tu.

O dinheiro, o dinheiro, a cabeça não tinha deixado de te repetir, com pausas mais ou menos longas, essa palavra, estava ali em teu poder, pronto para ser teu escravo. Por mais de uma vez lhe ouvistes a sua ária alegre, sonora, tilintante, de deus folgazão, podia servir-te quando quizesses todos os frutos sazonados do mundo dos prazeres; trazer-te repleta, a transbordar, a taça que te saciasse todas as ambições.

Mas as forças iam-te faltando, descendo à maneira que o teu monte de pepitas ia subindo.

Ao velho molosso a quem já o focinho branqueia, e os colmilhos caem, até os simples fraldiqueiros se atrevem a rosnar.

É precisa uma vigília cada vez mais longa e o corpo agora demanda mais repouso e o dormir é mais profundo. Espreitam-te, observam-te, esperam que a cubiça te avassale, que queiras mais, e que por fim não tenhas forças para defender o que possues.

Se deixam de temer-te, ai de ti!

É preciso partir portanto, levar para longe, para os países aonde o ouro corre como o sangue nas veias, entretendo a vida, que a vida reclama, como necessário á vida, o tesouro conquistado como a mais dolorosa das conquistas defendido, guardado com todas as angústias; é lá que esses bocados de metal relusente que parecem feitos de luz do sol condensada, dão tudo que deseja a quem os possue.

*

Um dia o mineiro que se resolveu a partir, a volver à patria longíqua, ao sair da cova aonde tinha vivido vinte anos lavou o rosto num regato que atravessava o caminho que seguia, e viu na água, cristal fundido, um rosto de velho enrrugado, coroado de cabelos brancos, que não conheceu. Algum inimigo que estava oculto, que o espreitava, para acometê-lo e roubá-lo, pensou. Voltou-se com sobresalto, não viu ninguem. Tornou a olhar para a água que lhe disse: contaste por ventura o tempo que viveste debaixo da terra? Não te reconheces não, tão mudado estás, mas não duvides, é tua imagem, és tu. A tua mocidade foi-se embora, mas deixou-te ao partir o saco de oiro que aí tens.

*

A cidade parece surgir das águas como uma aparição do amanhecer. Atravez da névoa que cobre o mar sai como miragem encantada, envolta num sendal ao encontro de emigrante que regressa á pátria. Não ha no mundo sensação igual nem beleza igual. Não a vêem os olhos, mas a alma do que regressa. Funde-se a imagem que a memória guardou com a que parece vir correndo acolher-se ao coração. Anoitece. Ouve-se ao longe, como se caminhasse pelo ar, pousando de torre em torre, uma revoada de notas, harmonias festivas de carrilhão alegre e impetuosa-

mente tocado celebrando uma festa — a noite do natal. É noite do natal.

Encostado à mesma coluna do cais a que vinte anos o soldara a miséria, um velho a quem a velhice mais implacável que todos os infortúnios domina, procura no horisonte a luz do navio, farol da quimera que navega para um continente desconhecido, disposto a ir lá regar com o seu oiro, para que reviva, a morta flôr de oiro, a mocidade que não possuirá jámais.

Baltazar Osório.

Transformações vocabulares

Esbôço filológico

Por motivos de vária espécie, independentemente da natural evolução vocabular, numerosas palavras portuguesas têm sofrido na sua estrutura essenciais modificações, que as desviam do seu respectivo étimo.

Muitas dessas modificações ou transformações consistem num fenómeno, que os gramáticos chamam *metátese,* e que é, como se sabe, a transposição de letras, dentro de uma palavra, ou num grupo de palavras.

Quando os rapazes do meu tempo, referindo-se ao comediógrafo Gervásio Lobato, lhe chamavam facetamente *Gervato Lobásio,* faziam *metátese,* por brincadeira; mas o povo, muito a sério e sem dar por isso, tem realizado, através dos tempos, inumeráveis metáteses, que são factos da língua e que baldadamente procuraríamos corrigir.

Assim, o latim *crĕpare* produziu naturalmente em português *crebar;* mas a fonética popular deslocou o primeiro *r* para depois do *b,* e formou *quebrar.*

Temos o latim *ténerum,* que produziu *tenro,* em português; mas o *tenro,* não deixando aliás de existir, como sucedeu ao *crebar,* determinou a formação de outra palavra, pela inversão das duas letras *nr: terno;* com a curiosa circunstância de que os dois vocábulos, *tenro* e *terno,* tendo aliás a mesma origem, significam hoje coisas diferentes.

É o que se dá, pouco mais ou menos, com *muladar* e *muradal.* A fórma primitiva, portuguesa e castelhana, é *muradal,* (monte de caliça, entulho); e a permuta de

duas letras produziu *muladar,* (monturo, esterqueira). Para êste significado contribuiu talvez a ingenuidade dos nossos dicionaristas, os quais supunham *muladar* um derivado de *mula!*

Todos nós escrevemos *primeiro,* que primitivamente foi *primairo,* metátese de *primário,* que é a fórma original. E a assim *vigário* produziu a fórma vulgar *vigairo,* donde se deriva *vigairaria.* Hoje, raramente se ouvirá *vigairo,* mas a *vigairaria* ficou.

Compare-se *desvairar,* e seus derivados, simples metátese de *desvariar,* e da qual se derivou o *desvairo,* que era fórma clássica.

O latim *mérulum* deu, em português, *merlo,* que caiu em desuso. O que se usa é *melro,* transformação metatética de *merlo.*

O termo antigo *masturço,* derivado do latim *masturtium,* foi transformado em *mastruço,* que é o que se usa hoje.

O *estrepe* tem deslocado o *r,* porque, vindo do italiano *sterpo,* deveria ser *esterpe* ou *esterpo.*

O *milagre,* se não tivesse sofrido metátese, seria *miragle,* francês *miracle,* do latim *miráculum.*

A *andorinha* seria *arundinha.*

A *parábola* transformou-se em *palábora,* para produzir o vocábulo *palavra.*

O antigo *cancrejo,* (castelhano *cangrejo),* passou para *cranguejo* e, depois, para *caranguejo.*

O latim *palude* produziu *palue* < *palu* ; mas, em vez de *palu,* temos *paul.*

Galrar é transformação de *garlar,* da latim *garrulare.*

O latim *pigritia* deu naturalmente *pegriça;* mas, com a deslocação do *r*, o que temos é *preguiça.*

Não deixam de sêr interessantes as evoluções que se realizaram, antes de se fixar o vocábulo *renda,* (obra de malha). Do latim *rete* (rêde) saiu a fórma hipotética *rétina,* que produziu, em português, *rédena.* Da transpo-

sição recíproca do *n* e do *d*, resultou *réneda*, que, pela quéda do segundo *e*, nos deu *renda*.

O *retrós*, na sua origem, tinha o *r* depois do *o*, (latim *re-torsus*); hoje, tem-no antes do *o*, (*retrós*).

Agora a *roldana*.

Do latim *rótula* (pequena roda) veio o derivado fictício *rotulana*, que devia produzir *rodulana*. A *rodulana* sofreu metátese ou transposição de consoantes, ficando tranformada em *roludana*; e a *roludana*, deixando cair o *u*, ficou *roldana*, que é o que temos.

Veja-se também a *taipa*, que é o castelhano *tápia*, com a deslocação do *i*.

O grupo inicial latino *pl* produziu normalmente o grupo português *ch*. Assim, *plaga* deu *chaga*; *plorare* deu *chorar*; *plenum* deu *cheio*; *planum* deu *chão*; *plumbum* deu *chumbo*; *plúvia* deu *chuva*; e a *plantare* deu *chantar* (plantar de estaca). Sucede porêm que o português *chantar* produziu por seu turno, metatéticamente, outra forma portuguesa, *tanchar* (plantar), que tem vários derivados (*tanchão*, *tanchoeira*, etc.); isto é *tanchar* é transformação portuguesa de outra forma, também portuguesa, *chantar*.

Com a planta chamada *tanchagem* deu-se a mesma transformação, pois que a sua forma, primitiva e legítima, devia sêr *chantagem*, do latim *plantáginem*.

O nosso *til* tem um *l* final, porque veio do castelhano *tilde*; mas, se o castelhano tivesse observado a morfologia da sua origem latina (*titulum*), seria *tidle*, em vez de *tilde*. Houve metátese portanto.

Também é curiosa e formação da nossa *légua*. O latim *leuca* produziu naturalmente *leuga*; e a transposição recíproca do *g* e do *u*, produziu a actual *légua*.

Aqui temos nós o português *lôbrego*, que é transformação metatética de *lôgobre*, por *lúgubre*.

O nosso *síbilo* transformou-se em *sílibo*, que se contraiu em *sílbo*, donde resultou o conhecido *silvo*.

O *jarrête,* na linguagem popular, passou, por metátese, para *ragête*, que assumiu a fórma definitiva de *rejeito,* no vocabulário actual.

O latim *cáseum* passou, com metátese, para *cáesum,* donde veio a evolução *cáeso* < *cáiso* < *cáijo* < *câijo* < *queijo*. Isto é, o nosso *queijo* é devido à deslocação de uma vogal, no latim *cáseum*.

Do substantivo *câmara* e do adjectivo *ancho* formou-se *câmara-ancha* < *camarancha,* cujo aumentativo, *camaranchão*, designa obra avançada, em fortificação. Ora êste *camaranchão,* pela transposição recíproca do *m* e do *r*, produziu o porteguesíssimo *caramanchão,* que significa ligeira construção em jardins, e que já não pode ter outra fórma.

A *pederneira* é tranformação de *pedreneira*, que é um derivado de *pedra*.

No mesmo caso está *empedernir,* que, sendo derivado de *pedra*, deve ter começado por sêr *empedrenir*.

O latim *lampetra* deve têr produzido *lampedra,* que se transformou em *lampreda;* e esta *lampreda,* pela natural queda do *d* medial, deu *lampréa* < *lampreia*.

Cadurça, termo muito usado em tecnologia industrial, é mera transformação metatética de *carduça,* (corda grosseira).

Aigôto (filho de águia), é um provincialismo, que deve ter sido *aguiôto,* derivado de *águia*. Matétese, portanto.

O nosso *aipo* é outra transformação metatética do latim *ápio*.

A expressão popular *dávida* é o mesmo que *dádiva,* com transposição de duas consoantes.

O latim *capistrum* produziu naturalmente *cabestro,* que, pela deslocação do *r,* deu *cabrêsto,* a fórma hoje consagrada.

O mesmo sucedeu com *encabrestar,* que, procedendo do

latim *incapistrare,* devia ser primitivamente *encabestrar,* e é hoje outra coisa.

Hoje também temos *encarangar,* que aliás deveria sêr *encangarar* ou *encangueirar,* como derivado de *cangueira.*

O castelhado *faltriquera* devia produzir *faldriqueira* em português; e, contudo, produziu *fraldiqueira,* com a simples deslocação de um *r.*

Fresta é outro exemplo de metátese porque, vindo do baixo latim *festra,* que é contracção do latim *fenestra,* apresenta o *r* na primeira sílaba e não na última.

Todos sabem que nossos pais diziam e escreviam *frôl* e que nós dizemos e escrevemos *flôr.* A diferença está na transposição recíproca do *r* e do *l.*

O mesmo se dá com a fórmula antiga *frolir,* correspondente ao actual *florir.*

O popular *fulineiro* é simples metátese de *funileiro,* derivado de *funil.*

Galrito, nome de uma rêde para a pesca de peixe miúdo, e nome de um saco para coar vinho, é transformação de *garlito,* termo castelhano.

Palrar é também metátese de *parlar,* que é contracção de *parolar.*

Grinalda é transformação curiosa de *guirlanda,* termo muito conhecido em Náutica e que no Alentejo é o mesmo que *loiceiro:* o grupo *guir* passou para *gri,* e o *landa* para *nalda.*

Todos sabem que *auga* é fórma popular e antiga, em vez de *água.* Mera deslocação do *u.*

Com tais transformações fonéticas e morfológicas, e com muitas outras, cuja enumeração seria sobremodo fastienta, facilmente se reconhece que as razões etimológicas e as regras da derivação vocabular têm excepções e falhas... respeitáveis.

Cândido de Figueiredo.

O sindroma glosso-labiado do rei D. José

No códice n.º 695 da Colecção Pombalina de *Mss.* da Biblioteca Nacional de Lisboa, de fl. 7 a 10, existe um curioso documento escrito pelo próprio punho do marquez de Pombal e intitulado «*Relação compendiosa do que se tem passado e vae passando na enfermidade d'El-Rei meu Senhor*». É uma espécie de diário, que abrange o período decorrido desde setembro de 1776 até janeiro de 1777, e onde se encontra, numa inesperada exuberância de pormenores, a história completa da última doença do rei D. José. Seguindo esse manuscrito e relacionando os elementos clínicos que êle nos fornece com os antecedentes hereditários e pessoais colhidos num largo *dossier* documental, pode reconstituir-se, sem maiores difficuldades, uma interessante página de arqueologia médica.

Já me referi, em trabalhos lidos nesta Academia [1], á pesada hereditariedade do filho de D. João V. Os ascendentes da linha materna impuzeram-lhe o seu tipo fisionómico e as suas malformações célebres. D. José era somàticamente um Habsburgo. A mãe, génito dêsse prognata admirável que o pincel de Benjamim Blook imortalisou [2], foi, apesar de muito menos estigmatisada do que Leopoldo I, um belo agente transmissor das cacoplastias da casa d'Austria [3]. O

---

[1] *Sobre a genealogia portuguesa do prognatismo dos Habsburgos* e *A síphilis de D. Pedro II*, comunicações feitas em sessões de 23 de junho de 1910 e 15 de janeiro de 1911.

[2] V. Galippe, *L'hérédité des stygmates de dégénérescence*, pag. 127.

[3] J. Orchansky, *L'hérédité dans les familles malades*, in *Mem. de*

retrato de Batoni, que a apresenta dotada duma tal ou qual formosura, deve ser uma fráude do pintor. A mulher de D. João V era vulgarmente feia, diz Joseph Soares da Silva [1]; de «mais do que ordinario parecer» [2], acrescenta o desembargador Brochado, que a conhecia bem, e tão insignificante, que foi preciso rodeal-a de quatro alemãs velhas e monstruosas para a fazer parecer menos desagradável aos olhos do rei [3]. A face da rainha, mesmo no retrato da Ajuda, parece asimétrica; há aumento do diâmetro vertical e deminuição do transverso, mais sensível ainda pela moda francesa do *bor-de-front* alto e da testa olímpica; em todos os documentos iconográficos existentes, a expressão fisionómica é bem a dessa criatura tímida, apagada, doente, subalterna, sempre tolhida de reumatismo [4] e de enxaquecas [5], que passava os dias fechada no quarto a brincar com os cães [6] ou recolhida a sete chaves no oratório com o jesuita Stieff [7] e as damas alemãs. As mulheres da casa de Austria herdavam pouco os estigmas familiares; mas, em compensação, como de resto sucede em todas as genealogias de degenerados, transmitiam-nos muito. D. José apa-

---

l'Acad. Imp. des Sciences de S. Petersbourg, 1894, tomo XLII, n.º 8, pag. 69. V. Galippe. *Op. cit.*, pag. 69.

[1] *Mss. da Bibl. Nac. de Lisboa,* F. A., cod. 512, fl. 116.

[2] Torre do Tombo, *Coll. de S. Vicente,* liv. 25, fl. 81, v. Carta de Brochado, de 27 de outubro de 1708.

[3] *Ubi supra.*

[4] Torre do Tombo, *Mss.*, n.º 60. Carta de D. Luiz da Cámara a D. Luiz da Cunha, de 27 de janeiro de 1710.

[5] Torre do Tombo, *Coll. de S. Vicente,* liv. 25, fl. 160. Carta de Brochado, de 15 de fevereiro de 1710.

[6] Torre do Tombo, *Coll. de S. Vicente*, liv. 25, fl. 120, v.: « .. vive no seu quarto conversando com as suas Damas Alemães e brincando com os seus caens, vem fazer visita a El-Rey seu marido, e volta para Allemanha, que he o mesmo, que para o seu quarto». Carta de Brochado, de 27 de julho de 1709.

[7] *Gazeta anual*, de 1 de janeiro de 1717.

rece pouco prognata, é certo; mas plagiocéfalo, com manifesta obliquidade da linha bi-auricular, hipertrofia do lábio inferior e face adenoide, — quer dizer, com algumas das mais características aritmias da máscara austríaca. A hereditariedade paterna não é menos pesada. O ramo ducal de Bragança, antes do cruzamento com os estrumosos de Medina Sidónia, já era uma estirpe de nevrosados e de doentes. Depois, a tuberculose surge com o principe D. Theodosio [1] e com a infanta D. Joana, que tem ataques histéricos e morre de hemoptises aos 17 annos [2]. Afonso VI, em seguida a uma poliomielite infantil [3], fica aleijado, obeso, idiota, presumivelmente impotente. A mortinatalidade installa-se na familia [4]. As mulheres são estéreis [5]. A sífilis de D. Pedro II, que se infecta antes de gerar os filhos e que morre com varias paralisias e com um sifiloma pleuro-pulmonar, ao fim de um terciarismo visceral intenso [6], agrava ainda a situação. D. João V, filho de D. Pedro II e pae de D. José, exemplar de cesarite aguda, degenerado, homosexual [7], «*un peu fou*», como lhe chama Mathieu Marais

---

[1] Torre do Tombo, *Coll. de S. Vicente*, liv. 22, fl. 16 v. a 17 v. *Informação do Fisico Mor Antonio de Castro sobre a morte do Principe.*

[2] Torre do Tombo, *Coll. de S. Vicente*, liv. 22, fl. 23, 24. *Informação do Fisico Mor Antonio de Castro sobre a doença e morte da infanta D. Joanna.*

[3] Torre do Tombo, *Mss.*, cod. n.º 817; Bibl. d'Evora, cod. CIII/1-18; Torre do Tombo, *Mss.*, cod. n.º 987, *Cartas de Robert Sowtwell; Causa de Nullidade*, Torre do Tombo, *Mss.*, n.º 498.

[4] Na geração de D. João IV e de Luiza Francisca de Gusmão ha dois casos de mortinatalidade: a infanta D. Anna e o infante D. Manuel. Antonio Caetano de Sousa, *Hist. Geneal. da Casa Real*, tom. VIII, taboa VI.

[5] *Ubi supra.*

[6] Torre do Tombo, *Mss., F. A.*, codices 409 (fl. 1 e seg.); 510 (fl. 189 a 193); 512 (fl. 12 v. a 37 e 51 v. a 53 v.); 749 (doença, a fl. 258 e seg., morte a fl. 313, autopsia a fl. 314, v.).

[7] Bibl. Nac. de Lisboa, *Mss., Coll. Pomb.*, cod. 686, fl. 179, v.

no seu *Journal*[1], sucumbe a uma hemiplégia esquerda seguida por muito tempo de episódios jacksonianos[2]. A tia duqueza do Cadaval, gimnandra, estéril, hercúlea, morre doida[3]. A propria irmã de D. José, a infanta Maria Bárbara, corpulenta, melancólica, estéril tambêm, recusada para noiva de Luiz XV, é atacada de loucura depois de um episódio amoroso com o cantor Farinelli[4]. A Europa considerava a família real portuguesa como uma *pépinière* de loucos. «*La princesse de Portugal* — dizia o duque de Bourbon no seu relatório acêrca das projectadas noivas do rei de França, — *paraît peu propre à remplir cette vue, puisque la mauvaise santé qui est repandue dans sa famille et qui a souvent produit des esprits égarés, donne un juste suget d'apprehender qu'elle n'ait pas d'enfants, où qu'ils ne viennent que trop tard; que s'ils viennent ils ne meurent bientôt après leur naissance; où, enfin, que cela n'introduise dans la maison royale les mêmes indispositions qui sont dans la maison de Portugal*».

Heredo-sifilítico, proveniente de uma genealogía de degenerados que pode servir como tipo da família nevropática, D. José teve uma infância débil, achacada, dificil. As vegetações adenoides e uma adenopatia cervical, de que já o pae sofrera em creança[5], levaram os médicos a sangral-o aos 3 anos[6]. Depois, nada mais se sabe senão que casa aos

---

[1] «*On ne veut pas de l'Infante du Portugal parceque le père est un peu fou*».

[2] Bibl. Nac. de Lisboa, *Mss., F. A.*, cod. n.º 8066; *Mss. Coll. Pomb.*, cod. n.º 661, 657; *Mercurio de Lisboa, Mss.* da Bibl. Nac., *F. A*, B-9-2; Ignacio Barbosa Machado, *Relação da enfermidade, morte, etc., d'El-Rei D. Jaão V.*

[3] Antonio Caetano de Sousa, *Op. cit.*, tom. VIII.

[4] V. Galippe, *Op. cit.*, pag. 228, 232, 252.

[5] Torre do Tombo, *Col. de S. Vicente*, liv. 25, fl. 117, v., 119, 120. Cartas de Brochado.

[6] *Gazeta Annual*, de 21 de setembro de 1717.

15. O primeiro génito nasce 6 anos depois[1]. De 1739 a 1742, a princeza tem três abortos[2]. Daí por diante, sabe-se que D. José se trata, com os médicos do Paço, de uma dermatose qualquer. Em 1755, a mesma doença, ou qualquer outra, obriga o rei a tomar os banhos do Estoril[3]. Vinte anos depois, em Salvaterra (1775), D. José sofre de ulceras nas pernas[4]. Eram já então, diz o velho marquez no seu manuscrito — «chagas callosas e duras», por conseguinte ulceras antigas, repousando sobre tecidos de cicatriz, séde de alternativas frequentes de cura e de recidivas. Depois da sífilis de D. Pedro II, o *morbus pauperi* installa-se na família real portuguesa. De futuro, quasi todos os principes da casa de Vila Viçosa sofrem, mais ou menos, da mesma doença. D. João V, antes e depois da sua hemiplegia, trata-se de ulceras maleolares persistentes, atónicas, verdadeiras minas de dobras de oiro para os cirurgiões José Ricord, Pedro de Arvellos e Manuel Vieyra[5]. O infante D. Francisco, morto em Obidos das conseqüências de uma ceia de lagosta[6], tinha as pernas cheias de chagas. Os infantes D. Manoel e D. Antonio sucumbem a paralisias varias, atribuidas pelos capelos amarelos do Paço ao facto de terem feito secar com unguento de oiro as ulceras de que sofriam[7]. Inteligentemente, o

---

[1] É D. Maria I, que morre doida.

[2] Bibl. Nac. de Lisboa, *Mss.*, *F. A.*, cod. 8.066. *Folheto de Lisboa*, n.º 24.

[3] Gramosa, *Successos*, pag. 52.

[4] Bibl. Nac. de Lisboa, *Mss.*, *Col. Pomb*, cod. 695. *Relação compendiosa do que tem passado e vae possando na enfermidade d'El-Rei meu senhor*, fl. 7 a 10.

[5] Bibl. Nac. de Lisboa, *Mss.*, *F. A.*, cod. 8066. *Relação* de Ignacio Barbosa Machado, pag. 17 e 18. *Folheto de Lisboa*, n.º 33, de 17 de agosto de 1743.

[6] *Ibidem*, *Mss.*, *F. A.*, cod. 8066.

[7] *Ibidem*, *Mss.*, *Col. Pomb.*, cod. 749.

marquez de Pombal regista o facto no seu diário, notando que «as chagas nas pernas se haviam feito como hereditárias nos senhores da casa serenissima de Bragança» [1]. Era a doença da família. D. José não poude evitar a fatalidade da herança, — como a não evitou mais tarde D. João VI, documento admirável das ulceras dos Braganças e do beiço dos Habsburgos. No fim de setembro de 1776, epoca em que Pombal começa a escrever a *Relação compendiosa,* o rei está melhor das ulceras, mas tem as pernas «seccas», atrofiadas, e aconselham-lhe os banhos das Alcaçarias [2]. Toma-os durante algum tempo; as chagas renovam-se. Os medicos e cirurgiões da câmara, embora a isso se opozessem os preceitos da patologia curviana [3] e o prestigio das doutrinas humoraes, resolvem-se a empregar os «cicatrizantes» e os «incarnativos» intensos, e, segundo refere Pombal, aplicam nas ulceras do rei um unguento de «fezes de ouro, alvaiade e vinagre» [4]. Devia ser o *triapharmacum,* ou «unguento nutrido» [5], a que a farmacopeia setecentista chamava «unguento aureo» [6], e que era composto de feses de ouro (protoxido de chumbo), de vinagre forte e do excipiente clássico, — o óleo rosado. A ser exacta a composição indicada pelo marquez, ter-se-ia adicionado ao *triapharmacum* a alvaiade, célebre na cirurgia do século XVIII pelo seu poder detersivo e usada em varios unguentos cicatrizantes do tempo, — o «unguento vermelho», o «unguento de chumbo», o «unguento camelo» e o «linimento magistral do licenciado Lopes Corrêa» [7]. A 10 de outubro,

---

[1] Bibl. Nac. de Lisboa, *Mss., Col. Pomb.,* cod. 695.

[2] *Ubi supra.*

[3] Curvo Semmedo, *Polyanthéa,* pag. 429.

[4] Bibl. Nac. de Lisboa, *Mss., Col. Pomb.,* cod. 695.

[5] Manuel Rodrigues Coelho, *Pharmacopéa Tubalense,* pag. 673.

[6] Antonio Ferreira, *Cirurgia Reformada,* pag. 290.

[7] *Pharmacopéa Tubalense,* pag. 660 a 693.

por efeito do tratamento instituido, as ulceras estavam fechadas e as pernas do rei «enxutas e tão secas como nunca se tinham visto depois de muitos annos» [1]. Qual seria a natureza de semelhantes ulceras? Sabemos apenas que elas eram antigas, «de muitos anos», calosas, com recidivas frequentes, com transformação esclerosa das zonas conjunctivas proximas; que se acompanhavam de atrofias musculares; que tinham possivelmente sucedido a *poussées* eczematosas mal curadas pelos banhos do Estoril; finalmente, que só depois da sífilis de D. Pedro II as ulceras maleolares se instalaram na estirpe de Bragança. É possível que se trate de ulceras simples, varicosas, diatésicas, ateromatosas, nevríticas, expressão da braditrofia comum a todas as raças reaes; não se pode tambêm afastar, em absoluto, a hipótese de uma origem sifilítica, desde que a heredo-sífilis da segunda geração é um facto rigorosamente averiguado [2]; é natural, mesmo, que as velhas ulceras de D. José tivessem sido dessas úlceras híbridas, sifilítico-varicosas, lesões mixtas, de razão etiológica dificil de determinar. Seja, porêm, como fôr, ou porque as calosidades se mantinham no local da chaga, ou porque a reabsorpção dos edemas tornasse mais evidente a existência de possíveis amiotrofias, D. José voltou, por indicação dos medicos, a tomar os banhos sulfurosos. Na manhã de 1 de novembro ainda foi, de côche, às Alcaçarias. Á tarde, sentiu «huma grande horripilação de frio com tremores, a que se seguiu febre» [3]. No dia 3, segundo refere Pombal, manifestou-se-lhe uma erisipela, ou, talvez melhor, uma *poussée* linfangítica na perna esquerda. É então que começa a esboçar-se o sindroma paralítico que daí a pouco ha de do-

---

[1] Bibl. Nac. de Lisboa, *Mss.*, *Col. Pomb.*, cod. 695.

[2] Fournier, *Heredo-syphilis à la seconde generation*, rapport à la *Société Française de dermatologie et de syphiligraphie*, 1904.

[3] Bibl. Nac. de Lisboa, *Mss.*, *Col. Pomb.*, cod. n.º 695.

minar a situação patológica do rei. Esse sindroma, que se estabelece insidiosamente, sem ictus apoplectiforme, e que durante cêrca de quatro meses se vai definindo, completando e agravando até determinar a morte por síncope ou por asfixia, é descrito pelo marquez de Pombal com a mais inesperada claresa, nas poucas folhas da *Relação Compendiosa.* «... Manifestou-se logo nos dias 4, 5 e 6 um tealismo ou salivação extraordinaria, que, trazendo consigo um grande impedimento nos queixos, e na língua, privou o dito senhor da articulação das palavras, sem poder pronunciar alguma, que fosse perceptível. Acresceu ainda a tudo o referido, o sintoma de umas tão fortes convulsões na mesma perna, e no braço do mesmo lado esquerdo, que os médicos julgaram já estar o dito senhor atacado de uma paralisia: o que com estes tristissimos motivos pediu a religiosissima piedade de sua Majestade o sagrado Viatico, que se lhe administrou na quinta que se contaram 7... Tinha porêm sobrevindo o sintoma de um escarro detido na garganta, que os médicos (naturalmente espavoridos como pequenos homens à vista de um tão grande doente) temeram que fosse estertor... Assim se passaram os quatro dias que decorreram desde a segunda feira 18 até a sexta feira, que se contaram 22; na qual se administrou a sua majestade o dito sacramento da Extrema uncção... Nos outros dias que se teem seguido, veio a descobrir-se que o escarro, que antes se havia suposto, não era um escarro; mas sim uma convulsão na garganta, tão forte e rebelde, que apesar de todos os remédios, impedia a deglutição quasi inteiramente; ou de sorte que sua majestade não tem podido engulir; nem alguns bocados de uma sopa fervida; nem de um gigote igualmente miudo e suave; nem alguns sorvos de agua; sem uns grandes esforços e sem um grande aperto de respiração tal, que o tem feito parecer que o sufocava...»[1]. Resumindo, para

[1] *Ubi supra.*

facilitar a interpretação clínica do documento, temos: de 4 a 6 de novembro, «grande impedimento nos queixos e na língua, privando o rei da articulação das palavras» e «tealismo ou salivação extraordinaria», — quer dizer, paralisia dos pterigoideos (movimentos de diducção da maxila); paralisia do lingual superior e do orbicular dos labios, e consequente disárthria; ptialismo, por paralisia do orbicular ou por lesão do pavimento do 4.º ventrículo. De 6 a 7, «fertes convulsões no braço e na perna esquerda» (convulsões bulbo-protuberanciais, epilepsia sub-cortical? Hans Luce, Binswanger, Dechterew). A partir de 22, «a deglutição impedida quasi inteiramente», — isto é, paralisia do veu do palatino (peristafilinos externos, glosso-estafilinos, milo-hioideos) e disfagia consecutiva. Daí por diante, o rei não emite senão sons inarticulados; «tem de servir-se de pena de lapis para determinar o que convêm ao arranjo de sua consciência», — refere Gramosa [1]; a glossoplégia é completa; a anártria é absoluta. Por ultimo, «um aperto na respiração tal que parecia que sufocava», — paralisia do dilatador da glotte, dispnêa, extensão das lesões aos núcleos cinzentos do pneumogastrico. Por conseguinte, perturbações da mastigação, da articulação, da salivação, da deglulição e da respiração. Quer dizer, — o sindroma paralítico glosso-labiado na sua perfeita expressão clínica. É facil o diagnostico anatómico: uma lesão do bulbo. É certo que o sindroma labio-glosso-laríngeo pode manifestar-se tambêm em certas lesões corticais (opérculo de Arnold: centros da língua, labios e laringe) ou capsulares (corpo estriado e capsula interna motriz); mas para que êle se produza completo, clássico, com anártria absoluta, paralisia completa do véu do palatino, glossoplégia total, etc., seria necessaria uma lesão bilateral e simétrica nos dois hemisférios e, por conseguinte, dois ictus sucessivos, — o que não se verifica no

[1] Gramosa, *Ob. cit.*, pag. 53.

caso do rei D. José. Trata-se, portanto, não de um paralisia pseudo-bulbar, mas de uma evidente localisação no bulbo. Já não é tão fácil o diagnóstico nosológico. Que doença de localisação bulbar poderia ter determinado no rei o sindroma descrito? Hemorragia, amolecimento, compressão do bulbo, paralisia bulbar asténica, polioencefalite inferior crónica? A hipótese da hemorragia, quasi sempre fulminante, com o seu ictus apoplético, a sua hemiplegia frequente, as suas perturbações psíquicas, a sua irradiação protuberancial (oftalmoplégia), pode ser posta de parte: em D. José, o sindroma bulbar constitue-se lentamente; não ha ictus, nem paralisias dos membros, nem oftalmolégia nuclear, nem perturbações psíquicas; o rei «não padeceu a menor perturbação na cabeça», diz Pombal [1]; «conservou o juizo perfeito até ao fim da vida», confirma Gramosa [2]. A paralisia bulbar asténica, que não dá hemiplegia, nem monoplegias, e que se esboça pela paralisia precoce dos ptérigoideos, como no caso do rei, complica-se sempre do sindroma de Erb, que não se observou em D. José. A compressão do bulbo por um tumor ou por uma goma, determina, é certo, processos irritativos suscetíveis de produzir as hemi-convulsões passageiras verificadas no rei, no dia 7 de novembro; mas o predomínio unilateral dos sintomas bulbares de compressão e a freqùência de fenómenos de hipertensão intra-craneana, que D. José não apresentou, tornam menos provável a hipótese de tumor do bulbo. Restam, como tendo podido fabricar o sindroma glossolabiado puro, clássico, como o apresentou o filho de D. João V, a polioencefalite inferior crónica e o amolecimento (embolia, thrombose, ateroma). A polioencefalite inferior, de resto vulgar nas genealogias de nevrosados, muitas vezes here-

---

[1] *Op. cit.*, pag. 52.

[2] Bibl. Nac. de Lisboa, *Mss.*, *Col. Pomb.*, cod. n.º 695.

ditaria e familiar [1], é quasi sempre um episódio no decurso de uma atrofia muscular progressiva ou de uma esclerose lateral amiotróphica. D. José teve, segundo todas as probabilidades, atrofias musculares, mas só nas pernas onde tinha ulceras, — o que é vulgar no *morbus pauperi*; nada nos autorisa a supor a existência de amiotrofias com contractura nos membros superiores, ou de atrofias do tipo Duchenne-Aran. Inclino-me, portanto, de preferência, à hipótese dum amolecimento por trombose intra-bulbar, — trombose ateromatosa, frequente nos velhos e, sobre tudo, nas raças reais fundamentalmente oligotróficas, ou trombose por arterite sifilítica justificada pelos antecedentes hereditarios e já verificada em casos de heredo-sifilis da 2.ª geração. Com efeito, no amolecimento bulbar, e, em especial, nos casos de deuteropatia sifilitica, o sindroma esboça-se sem ictus apoplectiforme, sem hemiplegia ou monoplegias, sem perturbações psíquicas apreciáveis, — lento, insidioso, mas simétrico, definido e completo. Depois de constituida a sua paralisia, D. José ainda viveu três meses (22 de novembro de 1776 a 23 de fevereiro de 1777). Os médicos, tendo reconhecido que não existiam paralisias dos membros, e supondo que o agravamento da doença era devido «ao dano que causava a sua majestade a demora na cama» [2], mandaram-lhe «preparar duas cadeiras de grande comodidade» [3] e insistiram com o rei para que se levantasse. Nada conseguiram. D. José recusou-se sempre, e ali ficou, durante noventa dias, estendido no leito como uma múmia inutil, rodeado de clérigos e de frades, de imagens e de bênçãos, de murças vermelhas e de cruzes processionais. Pombal nem já mesmo entrava na câmara do rei. Na meia luz que as tapeçarias abafavam, o capêlo de burel do ar-

[1] Charcot, *Paralisie bulbaire progressive familiale.*
[2] Bibl. Nac. de Lisboa, *Mss.*, *Col. Pomb.*, cod. n.º 695.
[3] *Cod. cit.*

rábido Frei Mathias e a púrpura do cardeal da Cunha curvavam-se interrogativamente sobre o leito de D. José, seguindo com delícia a marcha daquela agonia tão lenta e a aproximação daquêle fim tão desejado. «Assim tem deperecido El-Rei — diz no seu diário o velho marquez —, e vae deperecendo cada vez mais de dia em dia sem remedio humano. E tambêm eu fui padecendo fisica e moralmente á mesma proporção, à medida que o fim de sua majestade se ia aproximando: pois que havendo-se aumentado a debilidade, o impedimento de engolir até fechar inteiramente a passagem na garganta; no domingo, que se contavam 23, aos vinte minutos depois da meia noite, chegou o dito monarca a passar o último termo dos trabalhos do mundo» [1]. Não foi feita autópsia.

Júlio Dantas.

[1] *Ubi supra.*

Teoria da história da civilisação militar [1]

I

A guerra, condição da humanidade

Classificar a força armada como órgão de defesa dos povos, é dar-lhe uma significação e uma função incompleta, que ainda assim mais se coadunaria com o caracter e funções do exército na atualidade, embora não completamente; mas que de modo algum seria a definição da força armada atravez dos tempos. Em princípio pode-se aceitar como verdadeira, hoje, a definição da guerra dada por Bluntschli: «é um conjunto de actos pelos quais um povo ou um estado faz respeitar os seus direitos, lutando com as armas na mão contra um outro povo ou um outro estado». A questão está na significação dada à palavra *direitos;* porque muitas vezes ou não existem, ou são meramente supostos esses direitos. Na defesa pode-se dizer que é sempre um direito o que a determina; não sucede o mesmo na agressão. Se é órgão de defesa a força armada, é também órgão de ataque.

Desde a primeira pedra, que o primeiro pitecoide apanhou do chão, descobrindo nela a vantagem de ser uma arma contundente e de arremesso, desde o primeiro valado aberto ou o primeiro muro erguido como abrigo e, ao mesmo tempo, como vantagem sôbre o adversário que se queria atacar de emboscada, o armamento teve o caracter

---

[1] Em terceira edição, correcta, e consideravelmente aumentada, se publica aqui êste estudo, definitivamente.

essencial de aumentar as fôrças físicas do homem, o qual as aproveitou sempre, não só para evitar ou minorar os efeitos da agressão que lhe era feita, mas também, sempre que podia, para adquirir superioridade sôbre quem pretendia agredir. Quem diz defesa diz ataque; é com as armas com que se defende que todo o animal ataca também.

O instinto da conservação e da reprodução, à procura do alimento e da fêmea, levou a animalidade superior, como toda a animalidade, a ter de atacar e defender-se por igual fórma, multiplicando-se com o progresso as causas da disputa e das controversias entre os indivíduos e os povos.

Gumplowicz [1] mostra que a natureza preparou tudo para perpetuar eternamente a guerra e a luta, pois que «à medida que os antagonismos originários e primitivos vão desaparecendo, pela eliminação violenta, com o progresso da civilisação europeia e cristã, aparecem antagonismos novos que dividem interiormente a humanidade civilisada e devem necessariamente, com o tempo, conduzir a scisões não menos terríveis e perigosas do que as hostilidades originárias e primitivas, que ainda hoje não vencemos».

É a luta a condição fundamental da natureza; é uma lei que se observa na própria constituição íntima das coisas, e da qual resulta, tanto no mundo físico como no mundo moral, o desenvolvimento e a perfectibilidade. É uma lei natural, anterior e superior ao homem, lei que o domina e o impulsiona. E antes de ser uma lei social nos grandes organismos humanos chamados povos, já era uma lei fisiológica; porque a vida é o resultado de uma série sucessiva de destruições. Todo o trabalho humano, e o

---

[1] Luiz Gumplowicz, *Sociologie et politique*. L. II, § 85.

próprio pensamento, dá em resultado a destruição de certas partículas do organismo; do mesmo modo, se uma nação necessita alcançar um fim qualquer, importante para a sua existência, para o seu denvolvimento e sua prosperidade, tem de sacrificar, para o conseguir, uma certa quantidade de partículas materiais e vivas do seu organismo ([1]).

Chamem-lhe, embora, uma «epidemia traumática», como Piragoff; o «jogo da força ou do azar», como Guizot, ou «uma lei de violencia e de destruição», como de Maistre, a guerra é uma lei imutável e um fenómeno irredutível, tão fatal e necessário como a morte e a vida, como a luz e o calor, como o tremor de terra ou a trovoada. Proudhon difine-a «um modo da evolução social»; Spinosa considera-a como «o estado normal do ser creado»; H. Rettich chama-lhe «um acto de relação entre os Estados», que, como toda a relação, é «o efeito duma necessidade humana», e cujo fim é a satisfação dessa necessidade; Odysse Barrot considera a ideiá da guerra como sendo, talvez entre todas as ideias, a única inata no homem, visto que «o antagonismo é tão verdadeiramente o estado normal das sociedades que o encontramos em todas as acções dos homens, mesmo as mais inofensivas».

Hegel vae mais longe; reputa a guerra indispensável ao desenvolvimento moral da humanidade, porque «dá relêvo e cunho à nossa virtude, retempera as nações amolecidas pela paz, consolida o Estado, põe as raças à prova, e a tudo comunica, na sociedade, vida, movimento, calor!»

A despeito de todas as teorias humanitárias dum Bentham, dum Kant e de todos os Amigos da Paz, a guerra continuará sendo o resultado inevitável do conflito dos interesses humanos, resolvidos por meio da força. Como

([1]) *Guerre et Paix de Tolstoï, au point de vue militaire,* par le général Dragomiroff.

bem pondera Von der Goltz, essas teorias provêm do desconhecimento das condições de existencia dos Estados, existencia que se baseia sôbre as nacionalidades. «O egoísmo nacional, diz o eminente escritor militar, é inseparável da ideia que formamos da grandesa nacional. Esse egoísmo, quando todos os outros meios faltassem, recorreria às armas; e onde encontrar então a côrte arbitral que imposesse a paz? Só uma nação que possuisse o império do mundo teria esse poder; mas o império do mundo não se adquire senão pela guerra, e só pela guerra se mantem» ([1]).

Na opinião de Moltke «a guerra é uma das sagradas leis cósmicas».

Ruskin, que é aliás um grande idealista, com os mais puros ideais humanitários, entende que «nenhuma grande ideia poude nunca nascer senão entre um povo de soldados».

«Rapellez-vous que le jeu de la guerre est le seul où toutes les facultés personnelles de la créature humaine soient mises en lumière par la manière dont elle se sert de ses armes: la grande justification de ce jeu, c'est que, lorsqu'il est bien joué, il détermine *quel homme est le meilleur,* lequel a été nourri des sentiments les plus élevés, lequel a le plus d'abnégation, le moins de crainte, les nerfs les plus solides, l'œil et le main les plus justes. Vous ne pouvez juger ces qualités à fond que s'il y a une claire possibilité que la lutte puisse finir par la mort...».

«Oui, philosophiquement, on ne comprend guère, à première vue, pourquoi un homme paisible et raisonnable,

---

([1]) Von der Goltz, *La nation armée,* trad. E. Jaeglé. — «Já muito anteriormente dissera Frederico II: «Se quereis estabelecer uma paz perpétua, transportae-vos a um mundo ideal onde o teu e o meu sejam desconhecidos, onde os príncipes, os seus ministros, os seus súbditos sejam todos homens sem paixões».

dont le métier est de vendre et d'acheter, jouirait de moins de considération qu'un homme belliqueux et souvent peu raisonnable, dont le métier est de tuer. Néanmoins le consentiment universel de l'humanité a toujours. en dépit des philosophes, donné la préférence aux soldats»,

«Et ce n'est que justice».

«Car le métier du soldat est expréssement, non de tuer, mais bien de *se faire tuer*. Et le monde l'honnore pour cela. C'est l'assassin dont le métier est de tuer. Le monde n'a jamais honnoré les assassins. La raison qui fait qu'il honore le soldat est que celui-ci tient sa vie au service de l'état» . . . .

«Vous parlons de paix et instruction, de paix et richesse, de paix et civilisation, mais j'ai découvert que ce n'était point là les mots que la Muse de l'Histoire accouplait ensemble. J'ai trouvé que sur ces lèvres les mots étaient: Paix et sensualisme, paix et égoïsme, paix et mort.

«J'ai trouvé que toutes les grandes nations ont été nourries dans la guerre et affaiblies par la paix, enseignées par la guerre et trompées par la paix, en un mot, qu'elles ont expiré dans la paix» ([1]).

A famosa circular enviada pelo imperador da Rússia, em 24 de agosto de 1898, às chancelarias, para a reunião de uma conferencia a favor do desarmamento geral representa uma utopia muito simpática, mas um impulso romantico, que revela a influência do tolstoïsmo no espirito do monarca bondoso.

O bombardeamento da Cândia foi a primeira resposta imediata a essa circular; em seguida, as complicações entre a Inglaterra e a França por causa da questão de Fachoda, levando os dois países a apressar o armamento

---

([1]) Art. de Robert de La Sizeranne, *Ruskin et la guerre.* — No *Figaro* de 23 de janeiro de 1900.

e mobilisação das suas esquadras; depois a guerra dos Estados Unidos contra a Espanha, a odiosa guerra da Inglaterra contra os boérs, a intervenção armada das potencias na China, e agora a guerra dos Estados Unidos com o México, puseram bem em relêvo a utopia!

Estaria na ideia do Czar uma revisão prévia da Carta da Europa e da América? Teria uma solução digna de ser tomada a sério sôbre a *currée* das nações em Africa? Ou teria influido no seu ânimo, como argumento principal, a consolidação das acquisições russas na Ásia, sem atritos, e a civilisação da Rússia europeia, em tantos pontos barbaresca e inculta, sequiosa de progresso? Não! Parecia sincero o monarca. Mas é caso de perguntar: Renunciava a Rússia ao subjugamento da Polónia; a França à Alsácia e Lorena; a Espanha a Gibraltar; os estados pontifícios às suas velhas aspirações temporaes? Um sonho, evidentemente, o do grande autocrata de todas os Rússias! E a primeira a arregalar os olhos de espanto foi, decerto, a França, a sua grande aliada... para a guerra!

Alêm disso o desarmamento geral representaria um profundo abalo, uma crise temerosa, económica e financeira, em todos os ramos da indústria, tão vasta, que se dedica às coisas da guerra!

O curioso é que ao passo que o Czar propunha o desarmamento, um professor da Academia do Estado Maior Nicolau, de S. Petersburgo, o Coronel Heysman, publicava, dir-se ia em resposta, um livro destinado a destruir as fantasias da paz universal e da arbitragem internacional (1).

Com as transformações das condições humanas se mo-

(1) *La guerre. Son importance dans la vie du peuple et de l'état*, par le colonel Platon Alexandrowitch. De Heysman, prof. de l'Acd. d'Est. Maj. Nicolas, à S. Petersburgo. — Trad. du capitaine Niessel — Paris.

dificaram os instrumentos da luta e os processos da guerra. Ao mesmo tempo que o instrumento se aperfeiçoou e se tornou mais complexo em si, restringiu-se e diferençou-se dos outros órgãos, com que a princípio estava confundido.

Primeiramente, todo o organismo social era um órgão de luta. Nas hordas bárbaras, nómadas e pastoras, os velhos, as mulheres, as creanças, todos constituiam uma unidade de fôrça agressiva e defensiva: — ou sucumbiam no caminho, havendo povos, como ainda hoje, que até eliminavam os inúteis, quando os não podiam transportar, para os não deixarem presas do inimigo, ou cada um dos vivos representava uma molécula de fôrça, como em certos organismos biológicos, onde não existe própriamente o órgão da defesa, empenhando-se todo o organismo na luta.

Quando a tribu se fixa, e de nómada se converte em agrícola, assentando os seus lares, já a defesa se organisa melhor, e são então principalmente os válidos que tomam parte na luta, embora todos concorram para ela. É assim que entre os hebreus cada tribu era também uma grande unidade militar.

Estabelecida porêm a segurança, consolidada a propriedade, adquiridos à vida gosos tranquilos, avessos à guerra, e constituida a honra, «a linha equinoxial da humanidade» como lhe chama Lacordaire, no crisol, cada vez mais apurado, da consciência e do caracter, nascem dêste novo estado necessidades novas, novos misteres, novos encargos, e, a pouco e pouco, vai o exercício das armas circunscrevendo-se a uma determinada classe e a um determinado grupo de homens, ficando aos outros o encargo de satisfazer às demais necessidades da colectividade.

Modifica-se a forma, o processo e também o caracter da luta; subsiste porêm, como consequência da humana

condição, a necessidade inelutável da guerra. «*On entre en guerre en entrant dans le monde*», dizia Voltaire. E como da luta nasce o progresso, podemos ter como a expressão de uma verdade incontroversa as seguintes palavras dum distinto escritor militar espanhol: «Cada grande época de cultura foi iniciada por uma grande guerra, e mesmo que esta converta em cinzas e destrúa todos os monumentos da cultura anterior, das cinzas e das ruinas nasce uma nova vida, da guerra uma arte nova. Em absoluto nem sempre a uma grande e vitoriosa guerra se segue uma grande época de cultura, porque é necessário o concurso de várias circunstâncias; as mais das vezes, porêm, assim sucede, principalmente quando a luta, tendo por fim a realisação de uma aspiração nacional, suscitou, poz em movimento, elevou ao último grau de tensão todas as fôrças físicas, intelectuais e morais de um povo» (1).

É o que vamos virificar no desenvolvimento da tése que nos proposemos tratar nêste livro, ao qual demos por isso o título de *Teoria da História da Civilisação Militar*. Nele veremos como as grandes épocas da humanidade foram os memoráveis períodos de luta, com Sete I e Ramsés II, com Nabucodonosor, com Ciro e Dario I, com Temistocles, com Alexandre, com Epaminondas e Xenofonte, com Mário e Júlio César, com Carlos Mágno, com Gonçalo de Córdova, com Afonso de Albuquerque, com Carlos V, com Gustavo Adolfo e Turene, dom Frederico II, com Napoleão I, com Moltke, com Kuroki. São as guerras, para as formações sociais que erguem civilisações novas sôbre as ruinas das civilisações decadentes, como as convulsões do solo são para as formações geológicas, que, se fazem subverter porções do velho

(1) P. A. Berenguer, *La guerra y arte*, estudio publicado en la *Neue Militarische Blätter*. — 1881.

solo, é para erguer, cheios de seiva, novas ilhas e continentes novos.

João Paulo Richter sintetisa esta ideia numa imagem mais rasteira: A guerra é para a humanidade o que a muda é para as aves. — «La guerre est la mue de l'humanité; elle y perd ses vieilles plumes, soit qu'elles tombent, soit qu'on les arrache».

*
* *

Que a luta é uma condição essencial da existencia, é um facto incontestável. Manifestou-se desde o primeiro momento em que, arrefecida a primitiva temperatura do glôbo, poude a vida nascer, dando começo à ingente batalha, ao drama trágico e fenomenal que se vai desenrolando, atravez a imensurável distância dos séculos, cheio de peripécias que à humana imaginação seria impossível conceber sequer, dada a sua grandeza e a sua continuamente renovada variedade!

Com o primeiro ser orgânico se iniciou a luta contra as potências inorgânicas, que até então, lutando entre si, eram as senhoras absolutas do mundo, e que passavam agora a gerar no seu seio o adversário terrível que, a pouco e pouco, num progressivo *crescendo* de aptidões e de fôrças, atravez do tempo e do espaço, acabaria, se não por as avassalar de todo, pelo menos, por as sujeitar em muito à sua imperiosa vontade.

Esse primeiro sêr, microscópico e débil, começou por lutar, na necessidade de se ir apoderando, molécula por molécula, das substâncias indispensáveis à sua existência, não só daquelas que eram necessárias à sua alimentação, mas tambêm das que representavam os materiais com que havia de formar as armas defensivas e ofensivas, para se manter na refrega em que, desde logo, se encontrára envolto.

Com esses materiais começaram os polypos a formar os seus eixos da pedra fluctuantes, feitos do calcáreo das águas, e os crustáceos e os moluscos a construir as conchas e crôstas que lhes haviam de servir, a um tempo, de armadura, de agasalho e de habitação.

A luta travava-se toda no seio convulso das águas, onde a vida se concentrava tumultuosa e fecunda!

No entretanto, ía-se solidificando a superfície do glôbo, e, nesse novo terreno adquirido à vida, novos seres surgiam, iniciando uma nova espécie de luta.

Pelas raizes que embebia no solo e por meio das fôlhas que abria no espaço, a planta, ao princípio ténue e infezada, ía a pouco e pouco avolumando-se, fortalecendo-se, multiplicando-se, na variedade crescente da forma, das tintas, da estrutura, indo, na luta de cada momento, apropriando-se do ferro, da sílica, do carbone, e de tantas outras substâncias necessárias à formação e consolidação das suas fôlhas, das suas hastes, dos seus complexos tecidos, enfim, e para a coloração e perfume das suas variegadas flores.

Ao mesmo tempo, ao par da existência vegetal, íam-se tambêm modificando as condições da existencia aninal. A luta já não era, como no primitivo momento cosmogénico, contra as fôrças inorgânicas da natureza, mas entre os diversos seres que entre si passavam a disputar o ar, a luz, o alimento, o espaço, a liberdade de acção e de movimento.

Continuando assim a progredir e a crescer nas fôrças e aptidões primeiras, a animalidade superior foi dominando e avassalando cada vez mais os elementos do mundo inorgânico e do mundo orgânico. Desenvolvendo-se no espaço, o indivíduo crescia; desenvolvendo-se no espaço e no tempo, a espécie multiplicava-se!

Dotado desde logo de faculdades que os embates da vida e a luta pela satisfação das suas necessidades

haviam de aperfeiçoar e aumentar, aparecia o homem, como o termo da creação; e a esse privilegiado ser reservado estava, como a nenhum outro da natureza, o vencer e humilhar as fôrças até então senhoras do universo.

Os processos e fórmas de guerra variam, modificando-se com as épocas, do mesmo modo que se modificam os processos e as fórmas nas belas artes, na literatura, na indústria. Agente e herdeira directa dos humanos progressos, a arte da guerra é a representante legítima do grau de civilisação que o homem vai atingindo. Bagehot considera os progressos da arte militar como «o facto mais notável e mais brilhante da humanidade»

Ferney exprime o mesmo pensamento quando diz:

> «Chaque peuple a brillé tour à tour sur la terre,
> Par l'esprit, par les arts et sourtout par la guerre».

Tendo nascido o mais desarmado de todos os seres da creação, o homem, valendo-se do alto privilégio da inteligência, foi, pouco a pouco, adquirindo uma grande superioridade sôbre os seres naturalmente armados.

Na ordem das suas maravilhosas acquisições, foi decerto a descoberta do fogo a primeira grande maravilha por ele realizada; esse tesouro precioso foi tambêm a arma terrível que desde logo lhe deu a supremacia em toda a creação. Prometheu roubava ao céo a scentelha com que havia de transformar o mundo! Com essa arma afinou, modelou, melhorou, multiplicou as suas armas. E a natureza forneceu-lhe muitos e excelentes modêlos.

Com os troncos das árvores, com o silex adquirido sem esforço à superficie do solo, fabricou as suas primeiras ferramentas e as suas primeiras armas; com elas começou a lutar vantajosamente contra os animais bravios, seus primeiros inimigos, ou contra o seu semelhante, e resolveu as primeiras dificuldades, na resistencia que lhe opunham

os materiais que ia utilisando nas suas mais rudimentares necessidades.

Quando descobriu os metais, com eles fabricou as suas novas armas, os seus utensílios e ferramentas, em melhores condições de resistencia e de duração.

O inato instinto da sociabilidade, comum a outros animais, o interesse de assegurar e proteger as acquisições já realisadas e a família já constituida, levam-no a congregar-se com unidades de força coletiva, e assim se estabelece a segurança e a paz, pelo mútuo respeito e conveniencias mútuas. Adquirido êste estado de segurança, nascem naturalmente as relações comerciais; vem a permuta dos produtos entre as localidades que os apresentam diversos, segundo a sua particular aptidão, as matérias primas de que dispõem, ou mesmo a produção especial do solo. O instinto artístico que, como o da conservação, da reprodução e o religioso, se revelou desde os mais remotos inícios da humanidade, vae-se desenvolvendo, e, de escala em escala, de degrau em degrau, produz verdadeiros deslumbramentos!

A arte, auxiliando a indústria, vai juntando à utilidade a graça, a elegância, o requinte da forma. Cada necessidade satisfeita cria uma nova necessidade; e de lanço em lanço, de apuro em apuro, o braço do homem, auxiliado pela sua inteligência, sempre progressiva, e pela sua ambição nunca saciada, transforma o mundo!

Falando da Alemanha, que «tem o culto da força e da inteligência», e cujo «orgulho é o seu exército e as suas universidades», diz *Père* Didon: «A força militar não é mais do que o resultado da mais avançada sciência. A sciência levanta fortalesas à flor da terra, constróe navios couraçados, aguça as melhores espadas, inventa o segredo de ceifar mais vidas humanas» (1).

(1) *Les allemands.* VI, 1884.

A arte militar, ao par de todas as artes, cresce, desenvolve-se, triunfa.

> «Fra l'arte che si fan degne d'onore
> A cui l'ingegno uman sé industriato,
> Milizia é el frutto e la scienza il fiore» [1].

II

O homem prehistórico

Nas páginas estratificadas do grande livro que se chama a Terra, tem a sciência soletrado a história da humanidade, desde que o modesto oleiro do século XVI, Bernardo de Palyssy, lançou os primeiros fundamentos da Geologia, e principalmente depois que Couvier creou a Peleontologia no século desoito, descortinando o modo de ser de tantas gerações que viveram sôbre o globo, milhares e milhares de anos antes que os monumentos das velhas civilisações históricas tivessem deixado alguns indícios seguros do que fôra a sua vida normal e o caracter das suas instituições. Antes do alvorecer da história, é pelos objectos conservados nas camadas do solo, de forma a indicarem sobreposições evidentes dos estados sucessivos e de distintas condições da existencia do homem, que êste nos aparece habitando primeiramente as cavernas, servindo-se de armas, as mais rudimentares, de simples pedra lascada, utilisando-se da rena doméstica, vivendo da caça e da pesca, tendo de lutar com animais giganteseos como o *mammuth,* e outros com formas que desapareceram, levando uma existencia parecida com a das actuais raças mais selvagens e fazendo a guerra pelos mesmos proces-

---

[1] António Cornazzano, *De Re Militare.* 1536. Curioso tratado didático sôbre coisas militares, em verso.

sos, tendo já as primeiras manifestações estéticas nas toscas figuras gravadas no marfim, no ôsso e na madeira.

Sobrepondo-se a esta raça fóssil, e já com os característicos duma vida sedentária, aparecem os vestígios doutra raça que se supõe ter caminhado do Oriente para o Ocidente, raça que tem por animais domésticos o cavalo, que é também uma arma de guerra, o cão, o porco, o carneiro, a cabra; que se apresenta com uns primordios de organisação social; que é já dotado do sentimento religioso e do sentimento da família e se serve de armas ainda de silex, porêm já polidas e aperfeiçoadas; que fabrica tecidos, loiça, cabanas para habitar. Assim nos levam a concebe-la as povoações lacustres, os monumentos megaliticos e os objectos que neles se encontram e donde se deduzem essas manifestações dum grau social mais avançado.

Segue-se a êste período aquele em que o homem nos aparece já tendo disposto do metal, afeiçoando-o às múltipla necessidades, já incomparavelmente acrescidas, da sua existência. São as raças que vemos, através do tempo, no dilúculo da história, vindo do Oriente e usando armas de bronze e de ferro.

Se não há ainda todos os elementos seguros para se saber se os grosseiros silex encontrados na camada terciária serão as armas do homem naquela época, é positivo que na época quartenária, em que ele não conhece ainda os metais, as suas armas própriamente ditas, como alguns dos seus utensílios domésticos, eram fabricados de madeira endurecida ao fogo, de pontas e óssos de renas, e sôbre tudo de silex, que, como vimos, começou por talhar e afeiçoar muito rudemente, e acabou por polir com certo esmero. Teria mesmo, a princípio, e pela simples adaptação de um bloco de pedra a um cabo de madeira, inventado a primeira *massa darmas;* e daí, dando um gume a essa pedra, proviria a primeira *acha darmas,* — o machado

de pedra; essa mesma pedra, dando-se-lhe a forma alongada e ponteaguda, com um cabo curto, cria o primeiro punhal; com uma haste longa, dá a lança. A pedra' redonda e rija, a princípio arremessada à mão, vai ferir mais longe com o auxílio dos tecidos vegetais, alongados: é a origem da *funda*. Da funda provinha a ideia do arco, donde por sua vez proviria mais tarde a *bésta*.

Já da época paleolithica à neolithica, já do silex *acheuleano*, sem empunhadura ou de estrutura tosca, como os que serviram aos rudes guerreiros de Cro-Magnon ou de Furfooz, até aos punhais e pontas de lança cuidadosamente polidas e com formas regulares e variadas; desde os broncos trogloditas, habitantes das cavernas, até ao homem que se pode chamar culto, que serra e perfura a pedra, que trabalha em substâncias tão resistentes como a agatha, a diorite o jaspe [1], dando às suas armas uma fórma evidentemente artística, e se pode dizer elegante, que enorme e espantoso progresso não vai! As pedras da funda, a *glande*, as lâminas e as pontas, apresentam já inscrições, figuras simbólicas, ou simples traços ornamentais.

Claream já o horisonte os primeiros raios, límpidos e vivos, da arte e da indústria incipientes; e já se ouvem tilintar no espaço as rijas armas de bronze, como noutras regiões se começam também de ouvir, e porventura ainda mais cedo, o das armas de cobre puro.

E inventou-se então a espada, a arma por excelência, insígnia da nobresa e da coragem, que ficou sendo, através dos tempos, o símbolo da força, da bravura e da firmesa [2]. Com a acquisição da espada uma nova era se

---

(1) Damour, *Mémoire sur la composition des haches en pierre anciennes et modernes*. Acad. Sc. 1865, LXI, e 1866, LXIII.

(2) G. R. Maindron, *Les armes*, cap. II.

iniciou na história das humanas lutas e dos humanos progressos, como outróra com a invenção do machado de pedra!

Pelas suas condições especiais, o ferro veiu banir dos campos de batalha o bronze, o qual, por seu turno, foi vindicado pela religião, que convertia o ferro num reprobo dos sagrados rituais [1].

Ao passo que ia aumentando a penetração e a perfeição das armas de punho, de haste e de arremesso, iam-se tambêm creando e aperfeiçoando, paralelamente, as armas defensivas, que tendo começado por ser de simples cortiça, madeira ou coiro para o primeiro escudo, para a primeira coiraça e para o primeiro elmo, iam pedir ao próprio metal com que se fabricavam as laminas ou as pontas que os haviam de ferir, os escudos, as cotas, os torques, os cascos, as couraças que os tinham de proteger.

Desde o primeiro momento em que o homem reconheceu a utilidade da pedra, como arma de arremesso, e a superioridade que tinha sôbre o adversário quando a lançava dum lugar dominante, sobretudo se o fazia ao abrigo duma anfractuosidade de terreno, dum rochedo, dum tronco de arvore, melhormente se era espinhoso, veiu a ideia dos lugares fortificados, nas alturas, onde houvesse abundância de pedra para ser arremessada ou para formar um parapeito. Para estar protegido contra o ataque, não só opunha ao inimigo esses naturais abrigos, e os cursos de água, mas alterava tambêm as condições naturais, no sentido de as melhorar para a defesa.

Como a necessidade de atacar trazia naturalmente a de se defender, foi dentro de abrigos dessa espécie que se

---

[1] Alexandre Bertrand, *La Gaule avant les gaulois.*

construiram as habitações, e se reuniram, portanto, os mantimentos e as armas. É essa a origem da fortificação, que havia de dar mais tarde a *citanea* celta, o *ópido* gaulês, o *ring* ávaro [1], o *castro* romano, começando por muralhas de amplos blocos de pedra sobreposta, passando pelas construções de madeira e pedra, e chegando às poderosas muralhas consolidadas pelo incomparável cimento romano.

Dos obstáculos naturais, como as cavernas, as grutas, as cristas escarpadas das montanhas, as aglomerações das penedias e dos rochedos, as ilhotas dos rios, os terrenos pantanosos e abrigados, foi a incipiente indústria humana inventando as diversas formas dos seus abrigos contra os insultos do adversário; e assim surgem por toda a parte os recintos megalíticos e cyclópicos, que parecem obras de gerações extintas de Hercules lendários, e, como particularisações curiosas, os gigantescos *mound-builders* da América, os fortes vitrificados do norte da França, e, em pleno progresso das civilisações orientais, as soberbas fortificações que ficaram memoráveis pela sua majestade e grandesa.

E eis como o homem, desde as épocas mais remotas, vai aperfeiçoando gradualmente os seus instrumentos de luta, aproveitando todos os materiais e todas as forças nativas de que pode dispôr, estudando os elementos infinitamente vários da natureza, para dela tirar tudo que servir-lhe possa para se armar e se tornar o sêr mais forte e mais apto. E é assim que o vamos ver, através dos séculos, pondo ao seu serviço todas as forças dispersas: a força dos músculos, a dos animais, a da gravidade,

---

(1) Mariano Borgatti, *La forticazione permanente contemporanea.* 1898, fig. 2, Est. II, reproduzida de Garnier. *Hist. de l'habitation humaine.*

a das correntes elétricas, a das quedas de água; convertendo a sciência da mecânica no admirável auxiliar que hoje é da complexa sciência da guerra.

III

Os povos do Oriente

Do homem primitivo ao homem culto, que nos aparece já à plena luz da história, vai um grande lapso de tempo, que habilitou a guerra a apresentar-se num elevado grau de progresso, quanto à sua forma, processos, e armamentos.

Os hindús no seu domínio em Sapta Sindya e depois na península hindustânica; os egícios, mestres da arte e da sabedoria grega, poderosíssimos na força das armas no tempo de Seti I e de Ramses II; os assyrios, povos guerreiros por excelencia, dominadores do Egito, da Arábia, de Babilónia; os babilónios, sobretudo nas soberbas empresas de Nabucodonosor (Nabukadrezar), que destruiu Jerusalem e engrandeceu Babilónia, a grande cidade das cem portas e dos suntuosos jardins suspensos; os persas, que com Ciro tiveram uma constituição militar superior à que possuiram depois Sparta e Atenas, com Ciro e Mardonio deram à tática os primeiros foros de sciência na batalha de Timbrea, na retirada para a Beocia e preparação para a batalha de Platéa, e com Dario chegaram até ao Indo e penetraram no coração da Europa, — todos êstes povos orientais faziam a guerra com falanges compactas de peões, auxiliados por esquadrões de gente a cavalo ou em dromedários, por elefantes convertidos em movediças tôrres belicosas, e por carros de guerra armados de foices, ou de fogo.

Tinham como armas defensivas couraças e elmos, primitivamente de coiro e tecidos vegetais, e depois de

malha e fôlhas de ferro ou outro metal, escudos de madeira, coiro ou metal, ocrêas, braçaes, etc., e como defensivas virotões, achas, lanças, estoques, espadas, adagas, foices, e também o arco e a seta, o fundíbulo, o dardo de arremesso, para a preparação da luta corpo a corpo, e que alcançavam de duzentos a duzentos e cincoenta passos.

O caracter das suas lutas era o de choque das grandes massas, assim providas de eficazes elementos de ataque e de defesa; e na guerra de sitio dispunham de fortes máquinas poliorséticas, tais como o onagro, a manganela, a balista, a catapulta, para o arremesso de pedras, fogo, setas, grossos madeiros, e que alcançavam de seiscentos a seiscentos e cincoenta passos; o ariete para abalar os muros, as torres fixas e móveis, as escadas, para a escalada, os manteletes, as vinêas e tartarugas para a defesa externa, tudo isso em estado incipiente e rudimentar; na defesa interna armas de remesso, fogo, óleo a ferver, máquinas, torres fixas etc. Tudo isto para se defenderem convenietemente, ou para investir contra poderosas muralhas de cidades, que se chamavam Ninive, Jerusalem, Tyro, Sidon, Babilónia, Memphis, Thebas, a das cem portas, Carthago, com as suas três fortes cintas de muralhas, Ecbatana, com sete muralhas em forma eliptica, e cada uma de sua côr.

Os mesmos hebreus, cujo caracter principal foi a elaboração religiosa e literária, na sua expressão mais alta e mais pura, e os fenícios, navegadores por excelência e corretores de civilisação antiga, conheceram e executaram a arte da guerra, em transes difíceis e contra aguerridas raças.

É na guerra contra os filisteus e amonitas, conduzida por Uzia filho de Amasia (806 A. C.), que se ouve na história falar pela primeira vez em máquinas de guerra. O poder destas, porêm, era já grande no século II da

nossa era, por quanto informa Hégesippe [1] que as defesas de Jerusalem eram protegidas com placas de ferro e aço.

Os israelitas mostram na legislação mosaica o caracter religioso e guerreiro da sua organisação; na conquista da Palestina e nas guerras dos Juizes revelaram altas optidões militares, e passaram por ser muito habeis na arte de construir, defender e expugnar fortalesas; e os fenícios, apesar das suas tendencias pacíficas, crearam em Cartago um império que honrou militarmente aquela raça.

Como a história da Grécia se prende directamente com a do mundo asiático, que influe no mundo grego, sendo ao mesmo tempo por ele influenciado, assim a arte da guerra dos spartanos e atenienses tem a sua legítima filiação na dos orientais. — Thymbrea é o primeiro passo para Maratona e Mantinéa; Xenophonte, que começa por auxiliar Ciro na luta contra Artaxerches, sendo batido em Cunaxa, e que realisa a retirada dos dez mil, de que foi comandante e historiador, é a prova evidente da íntima correlação de princípios e factos que na Ásia e Europa caracterisavam um determinado momento evolutivo da arte militar. As falanges persicas e as falanges gregas, que nas mãos de Alexandre da Macedónia unificam mais tarde o seu caracter fundamental, tem as mesmas relações que, na evolução estética, as antiguidades artísticas de Mycenas, de Sparta, de Ialisos, e a arte homérica tinham com a arte oriental [2].

Foi a arte militar que, no seu sensível progresso, deu aos gregos a vitória, em mil encontros terríveis com as multidões armadas dos persas, imortalisando na história

---

(1) *Guerra dos Judeus,* Hégesippe, bispo de Roma no século II.

(2) Perrot et Chipié, *Histoire de l'art dans l'antiquité.* — Max Collignon, *L'archéologie grecque.*

os nomes de Melciades e de Temistocles, de Pauzanias e de Cimon; mas é da guerra do Peloponeso que ela abre própriamente as suas páginas de oiro com Thucidides, representando Epaminondas um grande passo no propressivo caminhar dessa arte, que com Alexandre, discípulo do vencedor de Leuctra, havia de realisar prodígios.

IV

Os Gregos

Na Grécia a arte militar mereceu uma atenção especial; a necessidade da defesa, principalmente, — até às guerras médicas, contra os povos asiáticos, e depois na luta dos povos gregos entre si —, obrigaram a consagrar um culto especial à arte da guerra. Sparta chegou mesmo a tomar o caracter dum grande quartel ou campo entrincheirado, devendo à sua forte organisação, imitada por outros povos, o chegar a dominar em mais de dois terços do Peloponeso e crear as glórias de Maratona e de Platéa; mas esse predomínio do desenvolvimento militar sobre os outros ramos de atividade social constituiu desde logo o gérmen que havia de destruir esse organismo. A legislação de Lycurgo, que estabelecia o dever de todo o cidadão pegar em armas para defender a sua pátria, exagerava demasiadamente o desenvolvimento do órgão da defesa, em detrimento dos outros órgãos; e daí o atrofiamento e a morte. Faltou-lhe a condição indispensável de pôr as instituições militares de acôrdo e em harmonia com as instituições civís, no sentido do progresso. Atenas, com as suas aspirações liberais e democráticas, em desacordo com o autoritarismo de Sparta, deu largas ensanchas ao desenvolvimento das artes, da literatura, da filosofia, de todas as manifestações superiores do espírito. O exito das guerras médicas representa o triunfo da Europa sôbre a

Ásia, da civilisação europeia sôbre a caduca civilisação oriental. A aurora desse novo dia na vida da humanidade surge no reinado de Pericles, o *Olympico*.

A arte militar grega de terra e mar, que tão notável progresso revela nas memoráveis jornadas de Maratona, Salamina, Platéa e Micale, atinge a maior glória na guerra de Peloponeso, em que já se não combatem hordas desconexas dos asiáticos, mas em que os gregos se batem entre si, buscando na arte a maneira de vencer o seu adversário. As competencias e lutas entre Sparta e Atenas, entre Atenas e Tebas, entre Tebas e Sparta, dão ensejo ao desenvolvimento da arte da guerra. Nos embates com as mós tremendas dos persas, onde a cavalaria tinha um papel tão importante, aprenderam os gregos a aperfeiçoar as duas armas que então decidiam da sorte das batalhas: a infanteria e a cavalaria. Entre os atenienses, que já nas lutas com os persas tinham tido o principal papel, deveram-se a táticos como Iphicrates, Conon e Thimótheo aperfeiçoamentos importantes, aligeirando-se as tropas, creando-se a infanteria mixta dos *peltastes*, estabelecendo-se um bom serviço de postos avançados e outros serviços do exército.

Tático e organisador notável foi tambêm Epaminondas, que a primeira vez emprega a *ordem oblíqua* nas batalhas de Leuctra e em seguida na de Mantinéa; tático e estratégico de alto valor foi Xenophonte, que comandou a memorável retirada dos dez mil.

Nos tempos heróicos, — caracterisados militarmente pela célebre expedição a Troia, fabulosa nos episódios narrados, mas que é de facto a primeira expedição com cunho nacional (1), pois nela se congrega a maior parte das forças gregas sob as ordens de Agamemnon, embora

(1) Thucydides, *Historia da guerra do Peloponeso*.

sem uma absoluta unidade, — os processos simples de combate, iniciados geralmente por duelos singulares entre os chefes, a pé ou em carros de guerra, representam a infância da arte militar, mas num período de evidente ordem e cultura social, caracterisadas principalmente pelos acheus.

Durante as guerras médicas, e disputando-se entre si os jónios e os dórios o predomínio da acção e educação militar sôbre os outros povos, a sciência militar adquire grande impulso; as guerras passam de duelos singulares a ser a luta das massas; é o *hoplite,* ou a infanteria pesada, a base dos exércitos; organisa-se a falange; a tática desenvolve-se e estabelece o predomínio das armas gregas.

Toda a organisação, porêm, dadas as condições da Grécia, era no sentido defensivo; mas apenas essas condições se modificaram, apenas da defensiva se passou à ofensiva com a terceira guerra médica, deu-se a evolução no sentido de converter o exército num instrumento de invasão e conquista. Com Xenophonte, a marcha através da Asia e a retirada até ao Helesponto foram o ensaio; Alexandre tornou indispensável uma nova organisação, e a falange spartana transformou-se na falange macedónica, com adopção da *sarissa* e a proporção da força entre a cavalaria e a infanteria; com a subdivisão da grande unidade em unidades pequenas e fortes, protegidas por um sistêma racional de tropas ligeiras que verdadeiramente combatiam, enquanto o corpo de falange era o núcleo resistente; com a creação de tropas permanentes e pagas; com a adopção de formações novas, e finalmente de carros e elefantes, à oriental.

Com Alexandre progridem a arte poliorcética e os serviços auxiliares, principalmente o serviço de saúde. O instrumento que, passando por Parmenion, tático e organisador tebano do tempo de Filipe, chegára até Ale-

xandre já muito aperfeiçoado, foi nas mãos do vencedor de Granico, Isso e Arbela levado a um alto grau de perfeição. Na sua obra o grande general tivera por auxiliar Demetrio Polyorcete [1], assim cognomisado pela sua notável arte em expugnar fortalesas, e por competidor Philopœmem, o grande *stratega* que aperfeiçoou a ordem oblíqua de Epaminondas, e foi o primeiro a estabelecer, pela acção militar, a ligação do povo grego com o romano, na guerra contra Sparta. A Eneias, engenheiro de Filipe, atribue-se, como a Philon de Bysancio, o sistêma, que a artilharia moderna tornou indispensável, da protecção do recinto central, fortificado por meio de fortes destacados, de protecção na frente. — Contra o poder dos engenhos poliorceticos recomendava Philon o reforçamento das torres e muralhas por meio de placas de ferro.

Era o alvorecer do sistêma blindado, que o aperfeiçoamento das armas de fogo haviam de tornar indispensável, a partir do século XV.

V

Os romanos

Com os romanos a arte militar atinge um alto grau de perfeição; e nada que melhor prove a íntima afinidade do estado social a com organisação militar do que as transformações por que passou a legião [2]. Um escritor mili-

---

(1) «Na época de Demétrio foram inventadas muitas máquinas de guerra, superiores às que estavam em uso, até então, entre as outras nações». *Deodoro Siculo.*

(2) Segundo Röchly e Rüstow, as principais fases por que a legião passou, desde Romulo até Mário e César, foram: 1.º A legião de Romulo, formada por clientes das famílias dos cavaleiros: 2.º A legião de Servio, dividida em classes e organisada em falanges;

tar italiano entende que a arte militar no período romano teve um tão completo desenvolvimento que constitue, só por si, um *ciclo artístico*.

Desde a célula fundamental, constituida por um punhado de homens que, expulsos de Alba, se estabelecem no Palatino, o caracter romano manifesta-se sempre no sentido ofensivo e de expansão. Ao mesmo tempo a organisação de família constitue a raiz que havia de dar uma perfeita solidariedade ao povo romano, qualquer que fosse a situação e lugar onde se encontrasse. É assim que Roma estava sempre onde estava um romano. Ao contrário do que sucedia com os gregos, que, pela diversidade e separação do seu território, só obtiveram a integração por processos políticos, o povo romano partia dum núcleo forte em terra firme, e em volta dele se expandia, sem nunca abandonar esse ponto de referência. A imagem gráfica desse sistêma, que lembra o sistêma venal e arterial ramificando-se em volta dó coração, está no vasto quadro das estradas militares que partiam de Roma *(umbilicus orbi)* e faziam centralisar ali toda a actividade por elas representada em todo o vasto mundo conquistado. Por isso a Grécia nunca passou da concepção da cidade, ou dum pequeno estado, de formação instável, emquanto que Roma alcançou e transmitiu o princípio e o ideal duma grande nacionalidade. Era a consequência da unidade, da harmonia, da solidariedade, não só elementos dos de raça, dentro da sua diferenciação, mas dos princípios orgânicos, sábiamente estabelecidos e sustentados.

Como nas outras manifestações da cultura, foram os

3.º A legião de Camilo, formada de milícias e tambêm organisada em falanges; 4.º A primeira legião formada de manipulos, descrita por Tito Livio; 5.º A segunda legião formada de manipulos, descrita por Polybio; 6.º A legião de Mário, em pleno desenvolvimento da formação em cohortes.

etruscos os primeiros educadores na arte militar do grande povo, que havia de dominar o mundo e civilisa-lo.

Desde a *Roma quadrada* e os limites estreitos no Lacio, a expansão do génio romano, aventureiro e ousado, deu-lhe primeiro a conquista do Mediterrâneo, e depois a da península hispânica, a da Europa central, da Inglaterra, do norte da África, do Egito, da Assyria, de grandes regiões importantes na Ásia. E foi por meio das armas que se realisou o grande facto da romanisação, facto capital na história da humanidade.

Nos primeiros tempos da realeza o serviço militar era um privilégio da nobreza; com a necessidade, trazida pelo acréscimo da população e da conquista, de aumentar a força militar, creou-se ao plebeu o dever de servir na milícia, e esse dever trouxe naturalmente a razão correlativa do direito; e a plebe começou a compreender que podia requerer e exigir esse direito.

Servio Tulio, o penúltimo rei, na sua reforma de caracter militar, mas dum grande alcance para as instituições civís, e determinada pelas condições da sociedade, admitiu ao serviço militar as cinco primeiras das seis classes em que, pelo sistêma grego, se dividia a população, ficando excluido apenas a 6.ª, a dos *proletários,* só em pequena escala encarregados de serviços ínfimos. A legião não era já constituida apenas pelos *patrícios* e seus *clientes,* os quais passaram mesmo a estar em menor número.

Com a república, o gérmen lançado nos últimos tempos da realeza desenvolve-se, e o elemento plebeu não só aumenta a força legionária, mas impõe uma nova tática. O *pilo,* arma usual da plebe, como o chuço na Península ibérica, é aperfeiçoado para servir de arma de arremesso e de pulso, e impõe-se como arma principal, do mesmo modo que o mosquete, depois de aligeirado, se impoz no século XVI, obrigando a modificar as formações e os pro-

cessos de combate [1]. Alêm disso o caracter agressivo, lutador e audaz do romano não se compadecia com a pesada inércia individual das falanges inarticuladas, que operavam como grandes massas brutas. Tambêm o terreno onde as legiões tinham de operar passavam, com o alargamento das conquistas, a ser o mais variado e caprichoso. Daí a divisão da grande unidade em *manipulos* de 120 ou 60 homens, que trabalhavam independentemente, ou reunidos, conforme as circunstancias, e que se acomodavam portanto à diversidade do terreno, facilitando assim o emprego sucessivo ou simultâneo dos diferentes elementos que compunham a legião.

Foi-se a pouco e pouco aperfeiçoando êste organismo, onde figuravam, se pode diser, três espécies de infanteria, distintas, menos pelas armas que usavam do que pela qualidade dos homens que as constituiam. Essas três espécies formavam três linhas de infanteria pesada, servidas em cada *manipulo* por um grupo de peões ligeiros *(veliti)*.

A adopção da espada espanhola, de ponta e dois gumes, deu uma grande vantagem a uma das condições essenciais do combate: a luta corpo a corpo. O legionário era um lutador adestrado nos ginásios, nas marchas, nos exercícios militares, e o desenvolvimento físico era a sua grande preocupação. A organisação manipular dava ensejo a aproveitar se admiravelmente essa qualidade de força e destreza, ao mesmo tempo que se utilizava, para abrir o combate, das armas de arremesso. A luta era travada pelas duas primeiras linhas, uma após outra, — os *hastati* e os *principi*, — que, se porventura tinham de recuar, vinham em boa ordem juntar-se à linha da rectaguarda, a dos *triarii*, empenhando-se então a força em massa, com

---

(1) Foliani, *Apunti de Storia Generale*

as vantagens da formação falangica. A cavalaria, mano brando nos flancos, ou entrando pelos intervalos do manipulo, era um elemento importante de combate. Vê-se por isso quanto eram necessários o valor pessoal, a ordem e a disciplina no combate, e a significação que tinha o dar-se ao legionário consideração e importância, não segundo as suas origens, mas consoante a sua perícia, experiência e valor. Foi êste o período em que, tendo a plebe conquistado todos os direitos que dantes lhe negavam, o exército romano foi a verdadeira expressão da força, da energia, da vitalidade dum povo! Foi nêste período que Roma aprendeu com os cartagineses a ser também uma potencia naval.

Com o alargamento das conquistas, e sobretudo pelo contacto com os povos da Asia, deu-se o enervamento, pelo luxo, da actividade e energia das classes abastadas, e o serviço militar passou a ser um encargo de que se libertavam os mimosos da fortuna e os que estavam adstritos ao seu serviço. Começou então, a propósito da extrema desproporção das riquezas e da posse desegual das terras, a luta social, de que os Gracos foram a bandeira, e mais tarde, com o fermento da aspiração das diversas nacionalidades da península à autonomia local, a guerra que teve por caudilhos a Mário, chefe do partido popular e vencedor dos cimbros, e Scyla, do partido aristocrático, o unificador da Itália, tendo os processos de integração dêste último preparado o advento do império.

Na alternativa da posse do poder, e na experiência da guerra, Mário aproveitou o ensejo para uma reforma militar em harmonia com as transformações por que a sociedade romana passára. O exército era composto dos elementos mais ínfimos e discordes, faltando no legionário aquela confiança no próprio valor individual que o caracterisava na época aurea. Foi necessário portanto buscar na força do número o que faltava na qualidade pessoal

que distinguiu o legionário do manipulo, unidade pequena, mas só por si um organismo forte. Mário substituiu o manipulo pela *cohorte,* unidade constituida por seis a oito centurias de cem homens cada uma, armados todos de *pilo,* com a profundidade de dez filas, constando a legião de dez cohortes.

Foram admitidos nesta os próprios proletários, e para a infanteria ligeira e cavalaria os auxiliares das diversas províncias e conquistas. A maior concentração e segurança assim obtida nos indivíduos que constituiam as novos unidades, era imposta pela má qualidade do pessoal, recrutado a esmo.

Esta constituição militar teve imediatas conseqùências políticas. Os proletários passaram a ver adstrita a sua existência à paga no exército e ao espólio do inimigo, tendo por pátria o campo, por ocupação a guerra, e por única esperança a munificência do general [1] e não o reconhecimento do Estado; — e, assim, «em vez de crear um soldado em cada cidadão e um cidadão em cada soldado, como era o ideal da constituição republicana, pela nova modificação o exército tendia a ser uma casta e a crear um estado militar dentro da república» [2].

Esta organisação que, teve sobretudo um caracter militar, chegou até ao império, dando as memoráveis vitórias de César, o vencedor das Galias e o pacificador da Espanha.

A organisação por cohortes foi o primeiro passo para a regressão à forma falângica imposta pela, cada vez mais acentuada, depreciação do valor individual e qualidades pessoais do legionário.

Durante o império houve cohortes de mil homens, como

---

(1) Fogliani, *Appunti di Storia Generale.*

(2) Gennaro Moreno, *Trattato di Storia Militare.*

as cohortes pretorianas creadas pela reforma de Constantino, e de seis mil homens, como as três cohortes urbanas que, pela mesma organisação, constituiam a guarda de segurança de Roma e do Senado.

As diferentes condições do elemento primordial, o homem, determinou todas essas transformações. Com a forma falangica tornou-se a adoptar a *hasta,* que fôra substituda pelo *pilo,* e, para compensar a deficiência do pessoal, veiu o excessivo emprego das armas defensivas e das máquinas de guerra. Foi o regresso às formas pesadas da antiguidade oriental, que coincidiu com a decadência da poderosa nacionalidade, gafada do contágio do Oriente.

Com as grandes qualidades do povo romano, havia desaparecido também a bela legião maleável, articulada, flexível, que tinha sido o instrumento da conquista do mundo, — aquela legião que, na comparação com a falange grega, recebe de Polybio tão merecidos elogios. No paralelo entre a legião e a falange grega e macedónica põe o escritor romano em relevo a superioridade do legionário pela natureza das suas armas, valor pessoal, iniciativa no combate, destresa, disciplina e a qualidade moral de soldado da pátria, tendo esses dotes sido aproveitados por uma sábia regulamentação tática.

Foi a legião a conquistadora do mundo, e houve tempo em que «dizer legião correspondia a dizer Roma». Por isso, como bem observa Marquardt [1], a história da orga nisação militar romana tem de ser feita conjuntamente com a história do estado político daquele povo. Acompanhando a evolução militar, avança a civilisação. Roma domina pelas armas, mas é muitas vezes dominada pela influência da cultura dos povos que vai vencendo. Deles

[1] Joachim Marquardt, *De l'organisation militaire chez les romains.* — Trad. de Brissaud.

aproveita o que encontra de superior em cada organisação peculiar: — assim adopta a tática de Aníbal, a sciência da castramentação e das posições de Pyrrho, a galera dos cartagineses, a lança dos gregos, a espada dos espanhois.

Entre os povos vencidos estavam os helenos que, se perderam a autonomia, viram perpetuada pelos vencedores a sua civilisação. A não ser na arte da guerra, (que ainda assim perdeu a sua originalidade nos períodos da decadência) e no direito, instrumentos necessários à acquisição e manutenção do domínio, todas as outras feições do génio romano foram imitadas da Grécia. Como para os romanos eram bárbaros todos os outros povos, assim bárbaros eram considerados pelos gregos os próprios romanos; dêstes bárbaros, que pela força os haviam subjugado, vingou-se a Hélade vencendo-os pela cultura:

> Græcia capta ferum victorem cepit, et artes
> Intulit agresti Latio.

A necessidade da defesa levou desde os primeiros momentos da sua existencia social o povo romano a cuidar da fortificação, que se desenvolveu a, partir do singelo muro e respectivo fosso, à moda etrusca, com que rodearam as sete colinas da Roma incipiente, até às fortes e imponentes muralhas com que mais tarde se defenderam as fronteiras do império e as cidades conquistadas, tais como o *limes transrhenanus,* forte muralha que ia da embocadura do Lahn até Kheleim, sôbre o Danubio; as fortificações do Danubio, do Eufrates e da Numidia ([1]); as magestosas muralhas de Tarragona, de Merida ([2]), de

---

([1]) Marquardt, *Ob. cit.*
([2]) Hübner, *Arqueologia de España.*

Beja, de Évora, de Condeixa a Velha [1], cujos trechos estão ainda de pé. E eram a obra do legionário, como tambêm tantos outros monumentos, — estradas, aquedutos, pontes —, que se erguem ainda por todo esse mundo, atestando a acção civilisadora do grande povo, o qual não só na tática e na fortificação marcaram um sensível progresso, mas em todos os outros ramos da arte militar que vieram depois, com o Renascimento, constituir as bases da moderna arte da guerra.

VI

Idade Média

Não foi só o contacto com a Ásia, mas tambêm a conquista das Gálias e a infiltração do Cristianismo as causas da queda do império romano. Do oriente vinham os hábitos do ócio, do luxo, da corrução política; das regiões onde habitavam os que eram acoimados de *bárbaros*, mas que tantos elementos sãos haviam de trazer para a transformação da sociedade romana e do mundo, vinham, como dos outros pontos, mercenários que faziam parte das legiões, formando mesmo legiões inteiras, das mais sólidas do exército, e que ensinaram a não haver receio dos romanos. Muitos tinham alcançado os mais elevados cargos da administração pública. Longe de ser uma invasão, foi uma insinuação de dia a dia, uma conquista lenta, que, quando chegava com a sua guarda avançada às portas de Roma, já tinha numerosos auxiliares dentro do império, assimilados ao povo romano, já consubstanciado com eles.

Dentre os povos bárbaros que substituiram o seu domínio na Europa ao domínio dos romanos, dos quais aliás

---

[1] Cristóvão Aires, *Historia do Exercito Portuguez.* — Tom. I.

adotaram muitos usos e a civilisação, foram os godos os mais adeantados na arte da guerra.

De diversas origens eram os povos que pretenderam o domínio da Europa e nela conseguiram estabelecer-se, e entre eles havia os de origem africana, como os betulos e os serracenos, outros da Asia como os parthos, os alanos, os hunos, outros de origem europeia, e que desde Mário tinham incomodado Roma, tais como os germanos. Foram os povos desta origem que imprimiram caracter ao novo período de civilisação, principalmente os godos, os saxões, os suevos e os francos, em diverso grau de cultura militar, mas com as qualidades comuns da bravura, do amor da independência, do culto pelo lar.

Estabelecendo um longo período de lutas constantes. mas sem uma unidade de pensamento, nem um fim determinado, e sem uma definitiva organisação política, o progresso da arte militar tornou-se impossível; o período orgânico veiu mais tarde com a constituição do feudalismo, depois da invasão dos northmanos e a desagregação das duas grandes monarquias francas. Nem o espírito unificador de Carlos Magno conseguiu reunir num todo harmónico os desencontrados elementos em conflito.

Contudo, muito devem aos bárbaros as modernas instituições sociais. Foram eles que primeiro implantaram o espirito da liberdade individual. Diz Tacito que entre eles as mães levavam os filhinhos a assistir aos combates para lhes ensinar que nada havia tão belo como lutar pela própria liberdade! Os modernos concílios tiveram origem nas suas juntas e banquetes; e dos concílios godos se pode dizer que nasceram as côrtes modernas. Dos bárbaros herdámos o princípio monárquico; era entre eles electiva a monarquia, para a escolha recaír em quem reunisse ao valor outros merecimentos pessoais; daí o princípio da unidade política, sob a direcção dum chefe que devia representar a vontade da nação.

Também a unidade religiosa foi Recaredo quem a estabeleceu em Espanha, declarando o catolicismo religião do estado; foi essa uma das forças que animou a Reconquista.

O Código do Godos, o *Forum Judicum*, é a fonte de grande parte da legislação da Idade Média, e dos godos houvemos a organisação da família, com o reconhecimento dos direitos da mulher e a exclusão da tirania do *pater-famílias* e da escravidão romana.

Mais ou menos adiantados, embora, entre si os bárbaros, a verdade é que, mal armados, com o seu pesado escudo, a sua clava e a sua grande espada, sem uma ordem definida nas batalhas, com quanto mais propensos às formaturas em massa, sem forte sistêma de máquinas e aparelhos de expugnação de fortalesas, e minados pelas discórdias íntimas, apresentaram uma sensível inforioridade produzida pela ambição dos grandes e pelo desequilíbrio entre os poderes do Estado, dando em resultado serem facilmente batidos pelos orientais que tão rápida e tão vastamente estenderam o seu império. Em presença dos árabes que dispunham duma cavalaria numerosa e extremamente ligeira, e de infanteria composta de gente fanática e ávida de ricos espólios, as pesadas formações dos godos, onde faltou tudo, desde que faltaram a disciplina e a ideia da solidariedade da pátria, não podiam resistir ao embate das ondas barbarescas, que entraram na península chamados pelos próprios godos contra os partidos adversos da sua raça e que tiveram por auxiliar gente poderosa do mesmo sangue semita, como eram os judeus, espalhados por toda a Espanha.

(Continua)

Cristóvão Aires

ÍNDICE DO VOLUME VII

Fascículo n.º 1 — Outubro a Março, 1913

I — Actas e pareceres.

Sessão de 24 de outubro de 1912, p. 1-2.

Sessão de 14 de novembro de 1912, p. 3-4.

Henrique Lopes de Mendonça. — Parecer da secção de literatura àcêrca da obra manuscrita *D. Francisco Manuel de Melo* do sócio correspondente Sr. Edgar Prestage, p. 4-7.

Sessão de 28 de novembro de 1912, p. 8-11.

Sessão de 12 de dezembro de 1912, p. 12-14.

Ramos Coelho. — Parecer àcêrca da candidatura do Sr. António Baião a sócio correspondente, p. 15-16.

Teixeira de Queiroz. — Parecer àcêrca da candidatura do Sr. Paulo Barreto a sócio correspondente, p. 17-20.

Sessão de 9 de janeiro de 1913, p. 21-22.

Sessão de 23 de janeiro de 1913, p. 23-24.

Sessão de 13 de fevereiro de 1913, p. 25-31.

Pedro de Azevedo. — Parecer àcêrca da candidatura do Sr. José Joaquim Nunes a sócio correspondente, p. 31-34.

Sessão de 13 de março de 1913, p. 35-38.

II — Estudos, documentos e notícias:

Francisco Maria Esteves Pereira. — Rerum Aethiopicarum Sriptores occidentales inediti a saeculo XVI ad XIX, curante C. Beccari; Romae, 1903-1912, p. 39-47.

Pedro de Azevedo. — Sôbre Fr. Francisco de Santo Agostinho de Macedo, 48-52.

A. Braamcamp Freire. — Gil Vicente, poeta-ourives, p. 53-67.

Amancio Gracias. — O culto da árvore entre os índios, p. 68-70.

Pedro de Azevedo. — O processo inquisitorial do impressor alemão Blavio, p. 71-88.
J. Leite de Vasconcellos. — Mãi, p. 89.
Braamcamp Freire. — Opusculos Resendeanos, p. 90-94.
Vitor Ribeiro. — O paleógrafo João da Cunha Taborda, p. 95-103.
Baltazar Osório. — Contos e fadas. — I. História de um quarteto de Stradivarius, p. 104-119.
Conde d'Azevedo da Silva. — Sonetos de Camões, 120-140.

Fascículo n.º 2 — Abril a Julho, 1913

I. — Actas e pareceres.

Sessão de 10 de abril de 1913, p. 141-143.
Sessão de 24 de abril de 1913, p. 144-149.
Joaquim Coelho de Carvalho. — Parecer acêrca da candidatura do Sr. João de Barros a sócio correspondente, p. 150-151.
Sessão de 8 de maio de 1913, p. 152-154.
Henrique Lopes de Mendonça. — Parecer acêrca da candidatura do Sr. Júlio Dantas a sócio efetivo, p. 154-155.
Sessão de 22 de maio de 1913, p. 156-157.
Sessão de 12 de junho de 1913, p. 158-161.
Sessão de 26 de junho de 1913, p. 162-166.
Cristóvão Aires. — Parecer acêrca do manuscrito inédito do Sr. Francisco Sá Chaves «Subsidios para a Historia militar das nossas lutas cívis», p. 167-170.
Sessão de 10 de julho de 1913, p. 171-172.
Sessão de 24 de julho de 1913, p. 173-174.

II. — Estudos, documentos e noticias.

José Maria Rodrigues. — Sôbre um dos usos do pronome «se»: as frases do tipo «vê-se sinais, p. 175-186.
Pedro de Azevedo. — Influência francêsa em Portugal até 1100, p. 187-192.
Henrique Lopes de Mendonça. — Nota sôbre uma versão Portuguêsa de «As Talisias» de Teócrito, p. 193-196.
Francisco Maria Esteves Pereira. — Nota acêrca do idilio de Teócrito denominado — Os Ceifeiros — (Idílio X) p. 197-203.

Pedro de Azevedo — Um Carvalho da Rua Formosa na Inquisição, p. 204–207.

Francisco Maria Esteves Pereira. — Trovas de Luis Anrriquez a hũa moça, p. 208–221.

J. Leite de Vasconcelos. — Discussão filológica, p. 222–229.

Pedro de Azevedo. — O tesouro de D. Afonso III no mosteiro de Santa Cruz de Coímbra, p. 230-263.

J. J. Nunes. — A propósito de alguns modos de dizer e vocábulos arcáicos, p. 264–271.

Brito Aranha. — A naturalidade de Christovão Colombo, p. 272–275.

Victor Ribeiro. — As Lotarias da Misericordia e a Academia das Sciências, p. 276–305.

Baltazar Osório. — Contos e Fábulas. II. O Embarcadiço, p. 306–333.

Cândido de Figueiredo. — Transformações vocabulares. — Esboço filológico, p. 334–338.

Júlio Dantas — O sindrome glosso-labiado do rei D. José p. 339–350.

Cristóvão Aires — Teoria da História da civilisação militar, p. 351–384.